

***IMPACTOS DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS
NAS ATIVIDADES ECONÓMICAS – O CASO
DA REGIÃO DO ALGARVE***

JOSÉ ANTÓNIO GIL CASTANHO

Tese de Doutoramento em Ciências Económicas e
Empresariais, com especialidade em Economia

Trabalho efetuado sob a orientação dos Professores Doutores:

Maria Teresa de Noronha, Professora Associada com Agregação, da
Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

João Filipe de Jesus Marques, Professor Auxiliar, da Faculdade de
Economia da Universidade do Algarve

2013

Impactos dos fluxos Migratórios nas Atividades Económicas – O caso da Região do Algarve

“Declaração de autoria de trabalho”

Declaro ser o(a) autor(a) deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.”

(José António Gil Castanho)

“Copyright”, José António Gil Castanho

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor

(Termos do DL n.º 74/2006, de 24MAR, aprova o Regulamento n.º 217/2007, de 27AGO)

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS	7
LISTA DE ABREVIATURAS.....	10
AGRADECIMENTOS.....	12
RESUMO	14
ABSTRACT	15
INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	28
1. PERSPETIVAS TEÓRICAS DAS MIGRAÇÕES – NÍVEIS MICRO E MACROECONÓMICO ..	33
1.1. NÍVEL MICROECONÓMICO	34
1.1.1 <i>A Escola Clássica</i>	34
1.1.2 <i>A Teoria Neoclássica</i>	38
1.1.3 <i>Os Modelos de Atração-Repulsão (Pull and Push)</i>	44
1.1.4 <i>A Teoria do Capital Humano</i>	49
1.1.5 <i>A Perspetiva Materialista</i>	57
1.2. NÍVEL MACROECONÓMICO	60
1.2.1 <i>O Mercado de Trabalho Segmentado (Dual)</i>	62
1.2.2 <i>A Economia Informal</i>	65
1.2.3 <i>As Teorias das Estruturas do Capitalismo</i>	69
1.2.4 <i>A Teoria do Sistema-mundo</i>	72
1.2.5 <i>A Teoria das Redes Migratórias</i>	74
1.2.6 <i>As Redes Sociais</i>	80
1.3 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DOS FENÓMENOS MIGRATÓRIOS .	84
1.3.1 <i>A Teoria Institucional</i>	84
1.3.2 <i>A Teoria da Estruturação e as Migrações</i>	87
1.3.3 <i>A Teoria da Transição da Mobilidade</i>	89
2. FIGURA GERAL DAS TEORIAS DAS MIGRAÇÕES.....	94

CAPÍTULO II – UMA VISÃO HISTÓRICA DAS MIGRAÇÕES	97
1. MIGRAÇÕES: CONCEITOS, TIPOS E FATORES DO ATO DE MIGRAR	105
2. GLOBALIZAÇÃO E MIGRAÇÕES ECONÓMICAS	111
3. A EUROPA E AS MIGRAÇÕES	122
3.1 O QUADRO LEGAL	127
3.2 CENÁRIOS DE EVOLUÇÃO.....	132
4. A EVOLUÇÃO DAS MIGRAÇÕES EM PORTUGAL.....	135
4.1 PERÍODO 1960 – 1973	137
4.2 PERÍODO 1974 - 1986	146
4.3 PERÍODO 1987 – 1999	151
4.4 PERÍODO 2000 – ATÉ ATUALIDADE	155
5. PORTUGAL: PAÍS DE EMIGRANTES OU IMIGRANTES?	161
6. COMPLEXIDADE, FATORES E CAUSAS DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS	165
CAPÍTULO III – METODOLOGIAS	168
CAPÍTULO IV – CARATERIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES NA REGIÃO DO ALGARVE	174
CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO INQUÉRITO.....	186
1. ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS GERAIS DAS VARIÁVEIS DO INQUÉRITO	188
2. ESTATÍSTICA DESCRITIVAS – TABELAS DE CONTINGÊNCIA E CLUSTERS	195
2.1 VARIÁVEIS RAZÃO DE ABANDONO DO PAÍS DE ORIGEM E A FAIXA ETÁRIA	197
2.2. VARIÁVEIS RAZÃO DE ABANDONO DO PAÍS DE ORIGEM E O RENDIMENTO MÉDIO MENSAL OBTIDO NO PAÍS DE ORIGEM.....	200
2.3. VARIÁVEIS RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NO PAÍS DE ORIGEM E O RENDIMENTO MÉDIO MENSAL ATUAL	204
2.3.1. <i>Evolução das Variáveis Rendimento médio mensal no país de origem e</i> <i>o Rendimento médio mensal atual por País de Origem – Escolaridade</i> <i>e Setores de Atividade</i>	208
2.4 ANÁLISE DE CLUSTERS ÀS VARIÁVEIS DO INQUÉRITO	214

2.4.1. Grupo de variáveis Identificação	216
2.4.2. Grupo de variáveis Caracterização Socioeconómica	218
2.4.3. Grupo de variáveis Agregado Familiar	223
2.4.4. Grupo de variáveis Hábitos Culturais	227
2.4.5. Grupo de variáveis Apreciação Global da Permanência na Região do Algarve	231
2.4.6 Síntese conclusiva	235
CONCLUSÕES E PROPOSTAS	239
BIBLIOGRAFIA	244
APÊNDICE A – INQUÉRITO	286
APÊNDICE B – OUTPUTS DO INQUÉRITO	295
B1 - QUADROS DAS FREQUÊNCIAS ABSOLUTAS E RELATIVAS POR VARIÁVEL DO INQUÉ- RITO.....	295
B2 - QUADRO 2.1.2 – TABELA DE CONTINGÊNCIA - RAZÃO ABANDONO PAÍS ORIGEM? VS. QUAL A SUA IDADE?	318
B3 - QUADRO 2.2.2 – TABELA DE CONTINGÊNCIA - RAZÃO ABANDONO PAÍS ORIGEM? VS. RENDIMENTO MÉDIO MENSAL PAÍS ORIGEM?.....	320
B4 - QUADRO 2.3.2 – TABELA DE CONTINGÊNCIA - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL PAÍS ORIGEM? VS. RENDIMENTO MÉDIO MENSAL ATUAL?.....	322
B5 - QUADRO 2.3.1.1 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NO PAÍS ORIGEM? * RENDIMENTO MÉDIO MENSAL ATUAL? POR PAÍS ORIGEM - ESCOLARIDADE – SETOR ATIVIDADE?.....	323
ANEXOS.....	330
A1 - QUADRO - EMIGRAÇÃO PORTUGUESA - 1960-1981	330
A2 - QUADRO POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE - POR PAÍS DE ORIGEM - 1960 E 1981	331
A3 - QUADROS TOTAL POPULAÇÃO PORTUGUESA, DA REGIÃO DO ALGARVE, DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA NA REGIÃO DO ALGARVE, DA POPULAÇÃO ATIVA	

ALGARVE, POPULAÇÃO ESTRANGEIRA COM REMUNERAÇÕES DECLARADAS NA SEGURANÇA SOCIAL - ALGARVE, PIB-REGIONAL	332
A4 - PESSOAS SINGULARES, DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, RESIDENTES NO DISTRITO DE FARO, COM REMUNERAÇÃO DECLARADA NA SEGURANÇA SOCIAL DE 2000 A 2009 - POR ANO E CAE DA ENTIDADE EMPREGADORA	333
A5 - POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE COM REMUNERAÇÕES DECLARADAS NA SEGURANÇA SOCIAL, SETORES DE ATIVIDADE (> 1000 REGISTOS) - 2000/2009 - REGIÃO ALGARVE	335

Índice Quadros, Gráficos e Figuras

Capítulo I

FIGURA 1.1.3.1 – Modelo modificado de Ravenstein.....	46
FIGURA 1.1.4.1 – Benefícios da Imigração no país de acolhimento	52
FIGURA 1.2.5.1 – O efeito das externalidades nas redes	78
FIGURA 1.3.1.1 – A teoria institucional	85
FIGURA 2.1 – Figura geral das Teorias das Migrações	94

Capítulo II

QUADRO 1.1 – Chegadas de Turismo Internacional, 1990-2005.....	106
GRÁFICO 2.1 - Migrações para os EUA – Período 1871-2002	115
GRÁFICO 3.1 - Evolução da População da UE, 1960 – 2000	124
QUADRO 4.1.1 - A Emigração Portuguesa, por países de destino, 1960-1973.....	140
GRÁFICO 4.1.1 - A Emigração Portuguesa 1960-1973.....	141
GRÁFICO 4.1.2 - Percentagem População Estrangeira Residente, por País de Origem – 1961.....	142
QUADRO 4.2.1 - A Emigração Portuguesa, por países de destino, 1974-1986.....	147
GRÁFICO 4.2.1 - A Emigração Portuguesa 1974-1986.....	148
GRÁFICO 4.2.2 – Percentagem de População Estrangeira Residente, por País de Ori- gem – 1981.....	149
GRÁFICO 4.4.1-Evolução cidadãos estrangeiros residentes Portugal 1975–2009.	157

Capítulo IV

GRÁFICO 1 – População total Residente vs. População estrangeira com estatuto resi- dentes, 1999–2009, Região do Algarve	177
GRÁFICO 2 – População Ativa vs. População estrangeira com remunerações declara- das à Segurança Social, 2000–2009, Região do Algarve.....	178

GRÁFICO 3 – PIB Regional vs. PIB Regional estimado com base na População Estrangeira com Remunerações declaradas Segurança Social - 2000/2009 – Região do Algarve	179
GRÁFICO 4 – Países de Origem da População Estrangeira Residente Distrito Faro (>500 entre 2006-2009) - 1999/2009	180
GRÁFICO 5 – População Estrangeira Residente vs. População Estrangeira com Remunerações declaradas Segurança Social - 2000/2009 – Região do Algarve	181
GRÁFICO 6 – População Estrangeira Residente com Remunerações declaradas Seg. Social, por Concelhos - 2009 - Região Algarve	182
GRÁFICO 7 – População Estrangeira Residente com Remunerações declaradas Segurança Social, Setores de Atividade (> 1000 registos) - 2000/2009 - Região Algarve	183

Capítulo V

GRÁFICO 2.1.1 – Razões de abandono país de origem e a idade dos inquiridos ..	197
QUADRO 2.1.1 – Teste Qui-Quadrado	199
GRÁFICO 2.2.1 – Razões de abandono país de origem e o rendimento médio mensal obtido no país de origem.....	200
QUADRO 2.2.1 – Teste Qui-Quadrado	202
GRÁFICO 2.3.1 – Rendimento médio mensal obtido no país de origem e o Rendimento médio mensal atual.....	205
QUADRO 2.3.1 – Teste Qui-Quadrado	206
QUADRO 2.3.1.2 – Evolução do Rendimento médio mensal atual e no país de origem - <i>País de Origem</i>	209
QUADRO 2.3.1.3 – Evolução do Rendimento médio mensal atual e no país de origem - <i>Escolaridade</i>	211
QUADRO 2.3.1.4 – Evolução do Rendimento médio mensal atual e no país de origem – <i>Setores de Atividade</i>	212
QUADRO (Aglomerção) 2.4.1.1 – Grupo de variáveis <i>Identificação</i>	216
FIGURA (Dendograma) 2.4.1.1 – Grupo de variáveis <i>Identificação</i>	217

QUADRO (Aglomeraco) 2.4.2.1 – Grupo de variáveis <i>Caraterizaco Socioeconómica</i>	219
FIGURA (Dendograma) 2.4.2.1 – Grupo de variáveis <i>Caraterizaco Socioeconómica</i>	220
QUADRO (Aglomeraco) 2.4.2.2 – Grupo de variáveis <i>Caraterizaco Socioeconómica</i>	221
FIGURA (Dendograma) 2.4.2.2 – Grupo de variáveis <i>Caraterizaco Socioeconómica</i>	221
QUADRO (Aglomeraco) 2.4.3.1 – Grupo de variáveis <i>Agregado Familiar</i>	224
FIGURA (Dendograma) 2.4.3.1 – Grupo de variáveis <i>Agregado Familiar</i>	224
QUADRO (Aglomeraco) 2.4.3.2 – Grupo de variáveis <i>Agregado Familiar</i>	225
FIGURA (Dendograma) 2.4.3.2 – Grupo de variáveis <i>Agregado Familiar</i>	225
QUADRO (Aglomeraco) 2.4.4.1 – Grupo de variáveis <i>Hábitos Culturais</i>	228
FIGURA (Dendograma) 2.4.4.1 – Grupo de variáveis <i>Hábitos Culturais</i>	228
QUADRO (Aglomeraco) 2.4.4.2 – Grupo de variáveis <i>Hábitos Culturais</i>	229
FIGURA (Dendograma) 2.4.4.2 – Grupo de variáveis <i>Hábitos Culturais</i>	229
QUADRO (Aglomeraco) 2.4.5.1 – Grupo de variáveis <i>Apreciao Global da Permanência na Região do Algarve</i>	231
FIGURA (Dendograma) 2.4.5.1 – Grupo de variáveis <i>Apreciao Global da Permanência na Região do Algarve</i>	232
QUADRO (Aglomeraco) 2.4.5.2 – Grupo de variáveis <i>Apreciao Global da Permanência na Região do Algarve</i>	233
FIGURA (Dendograma) 2.4.5.2 – Grupo de variáveis <i>Apreciao Global da Permanência na Região do Algarve</i>	233

Lista de Abreviaturas

ACEGE - Associação Cristã de Empresários e Gestores
ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural I.P.
ACIME - Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas
CE - Comunidade Europeia
CEE - Comunidade Económica Europeia
CEGEA - Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada – Univ. Católica
CES - Conselho Económico e Social
Cf. - Conforme
CIEJD - Centro de Informação Europeia *Jacques Delors*
COM - Comissão da União Europeia
COTEC - Designação da Associação Empresarial para a Inovação
DAFF - Destacamento de Ação Fiscal de Faro
DAFE - Destacamento de Ação Fiscal de Évora
EFTA - *European Free Trade Association*
ENEPRI - *European Network Of Economic Policy Research Institutes*
EUA - Estados Unidos da América
EUROMED – *Euro-Mediterranean Partnership*
EUROSTAT - Gabinete de Estatísticas da União Europeia
FEUC - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
FMI - Fundo Monetário Internacional
GCIM - Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais
GNR - Guarda Nacional Republicana
IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
IED/CEDEP - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento / Centro de Estudos da Dependência
IGT - Inspeção-Geral do Trabalho
INE - Instituto Nacional de Estatística
INPI – Instituto da Propriedade Industrial
ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa
MBA - *Master of Business Administration*
MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola
MSST/DEEP - Ministério da Segurança Social e do Trabalho/Departamento de Estudo, Estatística e Planeamento
MTSS/ISS, IP CDist FARO - Ministério da Segurança Social e do Trabalho/Instituto Segurança Social, Instituto Público, Centro Distrital de Faro

NAIC - Núcleo de Análise de Informação Criminal
NICCO – Núcleo de Investigação de Crimes e Contra Ordenações
NGS - *National Geographic Society*
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIM - Organização Internacional para as Migrações
OIT - Organização Internacional do Trabalho
PALOP's - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB - Produto Interno Bruto
SCHENGEN - Convenção entre países europeus sobre uma política de abertura das fronteiras e livre circulação de pessoas entre os países signatários
SECP - Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas
SEF - Serviço de Fronteiras e Estrangeiros
SPSS - *Statistical Pack for the Social Sciences*
SEFSTAT – Portal de Estatística do SEF
SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa
TUE - Tratado da União Europeia
UAF - Unidade de Ação Fiscal
UE - União Europeia
UN - Nações Unidas
UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*
UNWTO - *United Nations World Tourism Organization*

Agradecimentos

O meu primeiro reconhecimento e sinceros agradecimentos são dirigidos à Sr.^a Prof.^a Doutora Maria Teresa de Noronha e ao Sr. Prof. Doutor João Filipe Marques, os orientadores desta tese, que incondicionalmente aceitaram esse desafio, sempre norteados pelos estritos critérios de competência e rigor académico, redimensionando e exigindo mais de mim. Especial gratidão a ambos pelo valioso estímulo, sugestões, comentários e proposta na fase de revisões da tese.

Às ilustres professoras, Mestre Susana Lourenço, Mestre Maria Vitorina e Mestre Sónia Sequeira, gostaria de manifestar a minha gratidão pela amizade, disponibilidade e oportunidade dos seus incentivos e participação que enriqueceram este trabalho.

À Sr.^a Eng.^a Zélia Esteves, do Centro Distrital da Segurança Social de Faro, grato pela cedência oficial dos dados estatísticos desagregados da população estrangeira, com remunerações declaradas à Segurança Social, na região do Algarve um elemento de análise determinante para alcançar o objetivo deste trabalho de investigação.

À Dr.^a Lúcia Rodrigues, do Secretariado do Conselho Científico da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, pela atenção e profissionalismo no tratamento da documentação administrativa.

À Dr.^a Conceição Oliveira, Chefe da Divisão de Formação Avançada dos Serviços Académicos da Universidade do Algarve, pela disponibilidade e flexibilidade na cedência de regulamentos, no recebimento e registo da tese.

Um agradecimento amigo para os 266 indivíduos que participaram no inquérito.

Destaque profissional e amigo para os companheiros e Comando do NIC-CO.DAFF.UAF.GNR. e do NAIC.DAFE.UAF.GNR. que, nestes anos comigo privaram, pelo espírito de corpo, profissionalismo, amizade e excelente relacionamento pessoal.

Aos amigos de sempre, Joaquim Travanca, Rui Valente e Francisco Castro, pelo apoio e forte amizade.

Aos meus pais, à minha filha Sara Inês e ao meu Sobrinho Marco André, para eles dedico o resultado deste trabalho de Investigação, sem a vossa compreensão, apoio e carinho este grande objetivo não seria alcançado.

A todos, bem hajam!!!

RESUMO

A presente tese apresenta uma pesquisa exploratória acerca da imigração na região do Algarve, que permitiu avaliar os impactos da recente imigração na economia regional. Para o efeito, efetuámos uma revisão bibliográfica da literatura sobre as migrações e um enquadramento teórico para suporte da investigação. Apresentamos uma visão histórica das migrações e uma justificação da pertinência para estudar este tema. Definimos os procedimentos metodológicos utilizados e os instrumentos analíticos seguidos na investigação empírica.

Na primeira vertente do trabalho de investigação caracterizámos a contribuição da população estrangeira para a economia do Algarve, descrevendo essa economia regional, a evolução da população total e da população estrangeira, a sua distribuição por concelhos, os países de origem e que setores da atividade regional apresentam maior concentração de população estrangeira. Apurámos o contributo médio para PIB Regional da população estrangeira com remunerações declaradas à Segurança Social.

Na segunda vertente do trabalho de investigação efetuámos o tratamento estatístico dos dados do inquérito, por questionário, realizado junto de uma amostra da população imigrante a viver na região do Algarve. Evidenciámos os resultados estatísticos mais significativos, explorámos a eventual relação de dependência estatística entre algumas variáveis testadas e uma análise *clusters* às variáveis do inquérito.

Os resultados apurados identificaram como principais impactos económicos da imigração na região, a participação no PIB Regional, na população ativa e nos setores da atividade económica. A motivação económica constitui a principal razão para migrarem. O efeito positivo do rendimento médio mensal atual dos imigrantes foi inversamente proporcional ao aumento do nível de escolaridade dos imigrantes. Mercado de trabalho da região foi classificado “bom” e a sua maior dificuldade é o “desemprego”.

Palavras-chave: *Economia Regional, Emigração, Estrangeiros, Imigração, Impactos Económicos da Imigração, Fluxos Migratórios, PIB Regional, População Ativa.*

Abstract

This thesis presents an exploratory research about immigration in the Algarve region, which allowed evaluating the impact of recent immigration on the regional economy. To this end, we performed a migration literature review and a theoretical framework to support research. We present a historical overview of migration and a demonstration of the relevance to study this topic. We define the methodological procedures used and the analytical instruments followed in empirical research.

In the first part of the research work we characterized the contribution of the foreign population to the economy of the Algarve, describing the regional economy, the evolution of the total population and foreign population, their distribution by counties, countries of origin and regional sectors of activity have a higher concentration of foreign population. Improved the average contribution to GDP Regional population with foreign earnings reported to Social Security.

In the second part of the research work we perform the statistical treatment of the data of the survey questionnaire, conducted among a sample of the immigrant population living in the Algarve region. Evidenced statistical results more significant, we explored the possible relationship of dependence between variables tested statistical analysis and clustering variables of the survey.

The results obtained identified the main economic impacts of immigration in the region, participation in regional GDP, and the active population in the sectors of economic activity. The economic motivation was the main reason for migrating. The positive effect of the current monthly average income of immigrants was inversely proportional to the increase in the education level of immigrants. The labor market in the region was rated "good" and his greatest difficulty is the "unemployment".

Keywords: *Regional Economy, Immigration, Foreign Affairs, Immigration, Economic Impacts of Immigration, Migration Flows, Regional GDP, Active Population.*

INTRODUÇÃO

Em Portugal, entre os anos 50 e 70, assistiu-se a uma forte vaga emigratória, designadamente para França, que originou um saldo migratório negativo (Malheiros, 2011). No entanto, na década de 70, após a Revolução de abril de 1974, com o fim do império colonial, verificou-se uma inversão deste saldo, com o regresso em massa de cidadãos das ex-colónias, acompanhado por um fluxo continuado de imigrantes oriundos dos PALOP. A entrada significativa de imigrantes brasileiros e dos países do Leste europeu na década de noventa assinala o novo estatuto de Portugal no quadro das migrações (Fonseca *et al.*, 2003 e Baganha, 2003). Esta nova realidade imigratória no país motivou um conjunto de reflexões relativas aos possíveis impactos que podiam vir a surgir na estrutura do emprego, na esfera da segurança e da própria coesão social. Porém, no período dos dez anos seguintes, verificou-se que esses imigrantes ocuparam lugares nos setores de atividade económica para os quais os trabalhadores portugueses mostraram pouca apetência, contribuindo positivamente para o reforço da população ativa na população total (Reis, *et al.*, 2010). A partir de 2000, num contexto de recessão e crise social, o impacto real deste fenómeno imigratório foi visto, cada vez mais, como uma oportunidade e um benefício, não como uma ameaça (Vitorino, 2006).

Peixoto (2008) aponta como causas desta acentuada incorporação de imigrantes no mercado de trabalho em Portugal, para além da motivação económica presente na maior parte da migração internacional contemporânea, os seguintes fatores: 1. o facto de nos últimos anos se ter verificado uma relativa abundância na procura de trabalho imigrante na economia nacional (principalmente nos setores da construção civil, hoteleira e restauração e serviços domésticos), designadamente em trabalhos precários ou mal pagos, muitas vezes de natureza informal; 2. a existência de canais que permitiram a rápida entrada dos imigrantes nesses segmentos laborais. Aceder ou permanecer no território português sem visto adequado e trabalhar de forma irregular explica o

motivo pelo qual tantos imigrantes utilizam esta via. As sucessivas regularizações – as últimas das quais já dependentes da apresentação de contrato de trabalho – vieram repor a legalidade; 3. a aparente complementaridade entre a elevada atividade dos portugueses e a dos imigrantes que ocupam os lugares dos nacionais que procuram os segmentos mais protegidos do mercado de trabalho. Nalguns casos, os portugueses optam por emigrar, desempenhando trabalhos com menor estatuto social e económico noutros países.

O padrão geográfico de implantação inicial dos imigrantes em Portugal apresentou uma forte concentração nas aglomerações urbanas mais importantes, com particular destaque para a Área Metropolitana de Lisboa. Todavia, os imigrantes chegados recentemente, sobretudo os originários da Europa de Leste, apresentaram um padrão geográfico mais disperso relativamente aos fluxos migratórios anteriores. É possível encontrá-los em todas as regiões do país, distribuindo-se função das oportunidades de trabalho existentes em cada região (Fonseca, *et al.*, 2003).

O impacto da imigração no país apresenta diferentes intensidades consoante os territórios de implantação. Em Reis *et al.* (2010) verifica-se a existência de fortes aglomerações territoriais contabilizando a região do Algarve, a Grande Lisboa e a península de Setúbal 65% do total da população imigrante. O Algarve, no período de 1991 a 2001, apresentou uma taxa de crescimento demográfico de 16%, fortemente impulsionada pela imigração (Fonseca, 2007). Em 2009, a população estrangeira residente nesta região, representava 17% da população total na região (INE, SEF e MTSS/ISS, IP CDist FARO, 2000-2009). O Algarve tem conseguido inserir os imigrantes nalguns setores de atividade económica, fundamentalmente nos setores da hotelaria e da construção civil, perante a expansão do turismo. Estes fatores identificam o Algarve como um observatório de excelência dos diferentes tipos de migrações, o que, de algum modo, justifica o interesse da investigação empírica que aqui apresentamos.

A presente texto tem como objetivo apresentar uma pesquisa exploratória acerca da imigração na região do Algarve. Em concreto, ambicionámos realizar uma investigação que permitisse avaliar os impactos da recente imigração na economia regional do Algarve, bem como propor medidas de desenvolvimento assentes nos novos condicionamentos eventualmente decorrentes desses impactos.

Para alcançarmos os objetivos propostos neste trabalho, formulámos inicialmente o seguinte conjunto de questões de investigação:

Qual(ais) o(s) impacto(s) económico(s) mais significativo(s) dos fluxos migratórios na região do Algarve? Qual o seu “peso” na população total regional, na população ativa e no PIB Regional? Em que setores da economia regional se sentiu maior impacto económico dos fluxos migratórios? Que países de origem dos imigrantes com maior representatividade? A sua distribuição na região? Qual a principal motivação para migrar para a região do Algarve? O rendimento no médio mensal atual? Que evolução se verificou quando comparado com o rendimento médio mensal? Se existe correspondência entre o nível de escolaridade dos inquiridos e o rendimento médio mensal atual? Como os imigrantes classificam o mercado de trabalho da região? e qual a maior dificuldade? Qual a relação de dependência estatística entre as variáveis testadas: razão de abandono do país de origem e a faixa etária dos inquiridos; entre a razão de abandono do país de origem com o rendimento médio mensal obtido no país de origem e entre esse rendimento médio mensal e o rendimento médio mensal atual?

A partir das questões formuladas inicialmente, realizou-se uma caracterização da região do Algarve no que diz respeito às migrações com base na informação recolhida a partir de fontes primárias – inquérito e bases de dados - e de fontes secundárias. Foram particularmente utilizadas na análise as informações constantes nas bases de dados do INE, do SEF, do MTSS/ISS, IP CDist. FARO (fontes primárias), e os dados disponíveis no estudo de Reis *et al.* (2010) (fonte secundária), que permitiram

caraterizar a economia da região do Algarve, designadamente com a análise do índice de atração regional do setor terciário, a formação de emprego nas atividades das infraestruturas básicas de forte concentração de trabalhadores no setor da construção e a reduzida capacidade empregadora do setor industrial relativa a atividades associadas com a exploração turística.

A consulta aos dados estatísticos do INE e do SEF, referentes aos anos entre 1999 e 2009, permitiu identificar a evolução da população total na região do Algarve e da população estrangeira, com estatuto legal de residente no Algarve; o crescimento médio anual da população total no Algarve e dessa população estrangeira e o que ela representou percentualmente na população total residente e na população ativa da região. Ainda com base nesses dados estatísticos, com a introdução de um filtro nos registos da população estrangeira residente na região, o qual considerou apenas os registos superiores a 500, obtivemos os países de origem com maior representatividade.

A análise das bases dados estatísticas das remunerações declaradas na Segurança Social da população estrangeira residente no Algarve, para o período de 2000 a 2009, revelaram-se de enorme importância para apurar o impacto produzido por estes trabalhadores nas atividades económicas regionais. Esses registos permitiram analisar a evolução do rácio entre a população estrangeira residente e a população ativa, bem como a sua distribuição por concelhos. Considerados apenas os registos superiores a 1.000, para o mesmo período, foi possível identificar os quatro setores de atividade mais representativos, das atividades profissionais da população estrangeira. Para o período de 2000 a 2009, apurou-se o contributo médio da população estrangeira com remunerações declaradas à Segurança Social para o PIB Regional. Estes dados são designados por PIB Regional estimado.

Os procedimentos metodológicos desta investigação incluíram igualmente a realização de um inquérito por questionário cuja implementação no terreno decorreu entre janeiro de 2008 e dezembro de 2009. O universo era constituído pela população estrangeira, com mais de dezoito anos, que detinha o estatuto legal de residente na região do Algarve durante esse período e que exercesse ou tivesse exercido uma atividade remunerada na região.

O processo de amostragem utilizado foi do tipo “amostra de propagação geométrica”, também conhecido por *snowball*, o qual gera uma amostra não-probabilística desenvolvida a partir dos novos contactos que vão sendo fornecidos pelos inquiridos no momento da realização dos questionários iniciais (Maroco, 2010). A dimensão da amostra foi de duzentos e sessenta e seis inquéritos validados baseada em dezasseis pontos de amostragem, correspondendo aos dezasseis concelhos do Algarve.

O questionário foi estruturado através de cinco dimensões de análise: identificação, caracterização socioeconómica, agregado familiar, hábitos culturais e apreciação global da permanência no Algarve. No tratamento estatístico das respostas caracterizou-se a amostra evidenciando os resultados estatísticos mais significativos e analisou-se a relação de dependência ou independência estatística entre algumas variáveis da amostra considerando duas hipóteses em cada teste e uma análise de *clusters* às variáveis que compõem as cinco dimensões de análise do inquérito. Este processo permitiu identificar as variáveis que se encontram mais próximas (fortemente correlacionadas), as de maiores distâncias (dissemelhantes) bem como a composição dos respetivos *clusters*.

O presente trabalho de investigação encontra-se estruturado em cinco capítulos cujo conteúdo que se sintetiza em seguida. No primeiro capítulo consiste na revisão bibliográfica da literatura mais recente acerca do tema em causa e no enquadramento teórico que permitirá sustentar a investigação empírica. Ao nível microeconómico, ana-

lisámos o pensamento da escola clássica sobre as migrações o qual identifica, como principais responsáveis pela dinâmica dos movimentos migratórios, os excedentes de mão de obra do setor agrícola, absorvidos pelo setor industrial e serviços, e as mudanças geográficas e sociais derivadas do crescimento populacional (Lewis, 1954). Estes aportes teóricos, apesar de empiricamente testados, encontram-se associadas às explicações para os movimentos migratórios que se verificaram nos anos cinquenta e sessenta. Os economistas neoclássicos, por seu turno, defendem como explicação para os fenómenos migratórios, a racionalidade individual e o modo como cada indivíduo avalia os custos e benefícios relativos à decisão de migrar, maximizando o seu bem-estar e utilidade individual. O modelo de atração-repulsão da autoria de Ravenstein (1884 e 1889) centra a sua atenção em fatores associados ao local de origem e de destino, admitindo a sua interferência positiva ou negativa na decisão de migrar. Ravenstein considerou as motivações económicas como o principal causa dos movimentos migratórios. A teoria que ficou conhecida por «Teoria do Capital Humano» observa as migrações como uma forma de investimento em capital humano e segundo a qual os indivíduos procuram maximizar o período de tempo de usufruto do retorno desse investimento. A perspetiva materialista, baseada no materialismo histórico de Marx (1867, 1885 e 1894), considera os movimentos migratórios um processo no qual os elementos de análise são as correntes migratórias e não as decisões individuais.

Ao nível da macroeconomia, a teoria do mercado de trabalho dual considera a existência de um mercado primário, composto pelos empregos bem remunerados dotados de benefícios para pessoas com formação e possibilidades de progressão na carreira, factos associados a boa regulação administrativa-legal, e de um mercado secundário, com baixos salários, condições de trabalho precárias, reduzidas possibilidades de progressão e associado às debilidades na ação administrativa e reguladora (Deringer e Piore, 1979 e Peixoto, 2008). No âmbito da economia informal desenvolvem-se atividades que estão fora das regulamentações existentes sobre condições

laborais, do pagamento à segurança social ou dos regimes fiscais vigentes (Portes e Sassen, 1987). Este tipo de economia afasta os nacionais e atrai trabalhadores imigrantes, normalmente oriundos de regiões pobres (Peixoto, 2004b). As teorias da Estrutura do Capitalismo surgem durante os anos 70 opondo-se à análise individualista dos fluxos migratórios como a que é feita pelos neoclássicos (Bach e Schraml, 1982). Estas teorias chamam a atenção para as “graves desigualdades na distribuição do rendimento e as fortes disparidades na regulação dos poderes político e económico a nível mundial” (Figueiredo, 2005: 39). A teoria do Sistema-mundo de Wallerstein (1974, 1979 e 1986) constitui uma perspetiva macrosociológica que procurou explicar as dinâmicas entre a economia do mundo capitalista e o sistema social global. Esta análise refere-se às forças e relações de produção na economia mundial como um todo as quais conduzem à existência de duas regiões interdependentes: o centro e a periferia (Martínez-Vela, 2001). O estudo das migrações através da teoria das redes migratórias procura explorar as ligações dos migrantes através do espaço e no tempo demonstrando que a existência de redes entre migrantes permitem reduzir o risco de insucesso no ato de migrar. A análise das redes sociais em processos migratórios consiste numa perspetiva micro que considera a existência de sistemas migratórios baseados na informação produzida e enviada pelos primeiros migrantes relativa ao acesso ao mercado de trabalho, ao alojamento, à circulação de bens e serviços, ao apoio psicológico, à reunião social e à informação económica dos países de acolhimento. As redes sociais frequentemente orientam os migrantes para determinados destinos e ocupações específicas.

No que diz respeito a outras contribuições teóricas não diretamente ligadas com as migrações mas cujo contributo é importante para a compreensão deste fenómeno, focámos também, por um lado, a teoria institucional, importante na observação das organizações lucrativas e não lucrativas que se dedicam a determinadas atividades, legais ou ilegais, de suporte aos imigrantes e, por outro lado, a teoria da estruturação

(Giddens, 1984). Esta última reforçou a análise da dinâmica dos movimentos migratórios, como parte de um processo global complexo em função dos processos de transição que estão em marcha nas diversas sociedades. Por último, aquela que podemos designar por teoria da transição da mobilidade relaciona a transição da mobilidade em todas as sociedades com os processos de desenvolvimento económico e de transição vital de uma época de migrações internas, entre o meio rural e o urbano, para uma migração internacional.

A revisão bibliográfica e o enquadramento teórico são concluídos com a síntese das diversas Teorias das Migrações que foi proposta por Minkenberg (2004) e na qual são explicitadas as associações e contrastes das diversas teorias analisadas.

No segundo capítulo apresentamos uma visão histórica das migrações humanas e uma justificação da pertinência em estudar este tema. A história das migrações internacionais pode ser dividida em quatro períodos. O primeiro, designado por período mercantilista (1500 – 1800) integra as migrações com origem na Europa baseadas em processos de colonização e de crescimento económico originados pelo mercantilismo capitalista. O segundo período iniciou-se no princípio do século XIX e destacou-se pelo desenvolvimento industrial da Europa e pela expansão do capitalismo de origem colonial no Novo Mundo. O terceiro período começou após a Primeira Guerra Mundial quando os fluxos migratórios de larga escala na Europa deram lugar a quatro décadas de migrações condicionadas pelos dois conflitos mundiais. O quarto período iniciou-se em 1960 e pode ser designado por período das migrações pró industriais. Nesse período os movimentos migratórios expandiram-se à escala mundial diversificando o número de países quer de acolhimento, quer de origem dos indivíduos migrantes.

Ainda no Capítulo 2, e a propósito da importância contemporânea do tema, é discutida a “hesitação” que as migrações tem suscitado na UE, relativamente à execu-

ção de políticas migratórias, tendo em conta os problemas do envelhecimento demográfico e do equilíbrio do sistema do Estado-social. Apesar de se ter verificado alguma indefinição na conceção dessas políticas e de uma certa tendência restritiva na regulação das migrações, o sentido da evolução demográfica e do mercado de trabalho na UE constituem oportunidades de movimentos migratórios para a UE. Sendo que, a gestão das migrações na UE passa necessariamente por um entendimento entre esta e os diversos países de origem dos imigrantes, mediante decisões tendentes a promover um equilíbrio razoável entre a oferta e a procura de mão de obra.

Em Portugal, no período que vai de 1960 à atualidade, os movimentos migratórios apresentam quatro fases resultantes da sua articulação com os acontecimentos e processos políticos, sociais e económicos mais significativos. A primeira fase, de 1960 a 1973, caracterizou-se pela reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial. Durante este período, a procura de mão de obra que se verificava na maior parte dos países da Europa, aliada às dificuldades socioeconómicas que Portugal vivia devido Guerra colonial e ao regime do Estado Novo, acentuou a corrente emigratória para França, Alemanha e Suíça. Este período culminou em 1973, com a grave crise económica mundial que retraiu os movimentos migratórios. A segunda fase (1974 – 1986) iniciou-se e finalizou-se com dois importantes factos políticos: a Revolução de abril de 1974, que introduziu alterações políticas e económicas no país, e a adesão de Portugal à CEE, em 1986. Em termos migratórios, o complexo processo de descolonização marcou fortemente esta fase provocando o aumento da imigração e a redução do fluxo emigratório. Durante este período Portugal acentuou a característica de país de acolhimento.

A terceira fase, que vai de 1987 a 1999, ocorreu num período fortemente impulsionado pela plena adesão à CEE. A assinatura do Acordo de Schengen, em 1993, formou uma fronteira única nos países subscritores permitindo a livre circulação de pessoas, bens, mercadorias e capitais. Nos anos noventa, facilitado por redes de imi-

gração previamente estabelecidas, verificou-se um acentuado fluxo proveniente do Brasil e dos países do Leste da Europa, cujos trabalhadores passaram a constituir mão de obra disponível para o mercado de trabalho português.

Em 2000, iniciou-se a quarta fase que decorre até à atualidade. Neste período deu-se um reforço da imigração que vinha da década de noventa e, simultaneamente, um dinamismo irregular da emigração. Portugal assumiu então uma lógica dualista: como país de origem e de país de destino, sendo considerado “uma placa giratória que importa e exporta mão de obra consoante a estrutura institucional em que opera.” (Baganha, 2007: 6).

A relevância histórica dos movimentos migratórios, a necessidade de equilíbrio razoável entre a oferta e a procura de mão de obra migrante no desenvolvimento de políticas migratórias na UE e as implicações das fases migratórias em Portugal, com a atual lógica dual, são fatores que justificam escolha deste tema. A âmbito do presente trabalho de investigação, consiste, precisamente em analisar os seus impactos ao nível da economia regional.

No terceiro capítulo desta dissertação, serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados, bem como os instrumentos analíticos que foram adotados na investigação empírica acerca do fenómeno migratório na região estudada. Em seguida, no quarto capítulo apresenta-se uma caracterização da contribuição da população estrangeira para a economia do Algarve na qual se descreve a economia da região, a evolução da população total e da população estrangeira, a sua distribuição por concelhos e se identificam os países de origem da maioria dos imigrantes. Identificam-se, também, nesta parte os quatros setores de atividade com maior concentração de população estrangeira. Apurou-se o contributo médio para o PIB Regional (INE, SEF e MTSS/ISS, IP CDist FARO, 2000-2009), da população estrangeira com remunerações declaradas à Segurança Social.

No quinto capítulo e com base na metodologia estabelecida anteriormente, realiza-se a segunda vertente do trabalho de investigação, o tratamento estatístico dos dados obtidos no inquérito por questionário que foi realizado junto de uma amostra da população imigrante a viver na região, designadamente: a caracterização da amostra, evidenciando os resultados estatísticos obtidos mais significativos; a exploração da eventual relação de dependência estatística entre algumas variáveis da amostra e uma análise de *clusters*.

O trabalho de investigação desenvolvido permitiu chegar a conclusões relevantes retiradas de informação original, em respostas às questões formuladas na Investigação: Os impacto(s) económico(s) mais significativo(s) dos fluxos migratórios na região do Algarve apurados na investigação, para o período de 1999 a 2009, tiveram incidência no PIB Regional, na população ativa nos seguintes setores da atividade económica: o alojamento, restauração e similares, a construção, o comércio por grosso e a retalho, a reparação de veículos automóveis e motociclos e as indústrias transformadores, com maior concentração de população estrangeira.

Nesse período, o crescimento médio da população total da região foi 2%, enquanto a população estrangeira apresentou um crescimento médio de 9%. Em 2009, essa população estrangeira representou 17% da população total da região, na população ativa de 26,87% e teve um contributo médio estimado para o PIB Regional de 18%. Os países de origem dos imigrantes com maior representatividade foram o Brasil, o Reino Unido, a Roménia, Moldávia e a Ucrânia e a maioria dos indivíduos reside maioritariamente nos concelhos de Loulé, Albufeira, Faro, Portimão e Lagos.

Com base no inquérito, por questionário, identificámos a principal motivação para migrar para a região do Algarve, a motivação económica. O rendimento no médio mensal atual apresentou uma evolução positiva, relativamente ao rendimento médio mensal obtido no país de origem, e teve a seguinte distribuição: entre 500 e 999 € (51,9%), entre 1.000 a 1.499 € (18,4%), entre 1.500 a 1.999 € (12,4%) e 2.000 a 2.499

€ (12,8%). Os 96% inquiridos empregados efetuaram descontos obrigatórios para a Segurança Social e Imposto Sobre o Rendimento. Contudo, apenas 25% desses inquiridos efetuaram remessa de parte do seu rendimento para o seu país, com periodicidade semestral (7,1%) e anual (16,9%). Os inquiridos classificaram o mercado de trabalho da região da seguinte forma: bom (44,7%), de razoável (39,1%) e de muito bom (15,8%). A maior dificuldade identificada na variável mercado de trabalho da região do Algarve é o desemprego (47%), seguido da falta de oportunidades de negócio (16%), a segurança/garantia do posto de trabalho (12%) e a legislação/regulação em vigor (11%). Concluiu-se existir uma relação de dependência estatística entre as variáveis testadas: razão de abandono do país de origem e a faixa etária dos inquiridos; entre a razão de abandono do país de origem com o rendimento médio mensal obtido no país de origem e entre esse rendimento médio mensal e o rendimento médio mensal atual.

Para 73,68% dos inquiridos ocorreu um impacto positivo no rendimento médio mensal atual relativamente ao obtido no país de origem. Observou-se que, quanto mais elevado é o nível de escolaridade dos inquiridos menores foram os efeitos produzidos no rendimento. 44,7% dos inquiridos consideram bom o mercado de trabalho regional, mas identificam como a sua maior dificuldade o desemprego (47%).

As migrações apresentam-se como um dos fatores determinantes para as dinâmicas de desenvolvimento regional. Nesse pressuposto, torna-se necessário conhecermos os efeitos da imigração nas atividades económicas regionais. Esta tese avaliou alguns desses efeitos.

CAPÍTULO I – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema económico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos entre as diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afetados pela migração e, em contrapartida, afetam o migrante.

(Jansen, 1969: 60)

Apesar do interesse crescente sobre esta temática a história das teorias sobre as migrações é atribulada encontrando-se as referências ao tema dispersas por várias ciências.

O próprio conceito tem evoluído sob diversas perspetivas teóricas. Perante a esperada inexistência de uma “Teoria geral da Migração” o conceito proposto por Jansen (1969), acima referido, apresentou-se como o mais abrangente, integrando as dimensões demográficas, económicas, política, psicologia social e a sociologia.

Se recuarmos até ao século XVIII, a partir da Revolução Industrial, tornou-se evidente que é a percepção das diferenças entre espaços¹ que dinamiza os movimentos migratórios (Rioux, 1982 e Raison, 1986). Com a industrialização aumentou a linha de fratura entre espaços classificados de desenvolvidos, subdesenvolvidos e em vias de desenvolvimento (Bairoch, 1986). Os novos métodos de trabalho introduzidos pela mecanização do processo produtivo trouxeram novas formas de organização económica e social. São essencialmente as “profundas alterações económicas e sociais da industrialização que induziram à especulação e à defesa de uma certa ideia de economia e sociedade para os Estados” (Maia, 2003: 63).

As alterações e dinamismos introduzidos pela Revolução Industrial originaram um intenso processo de urbanização. Esta realidade originou acentuados movimentos migratórios das zonas rurais para as zonas urbanas. O espaço urbano começou a dominar o espaço rural dando origem a vastos sistemas de redes urbanas. Ou seja, sistemas integrados de cidades que foram englobando as mais pequenas, gerando as metrópoles ou cidades gigantescas. Em termos geográficos gerais, para milhares de pequenas cidades existem centenas de cidades médias e poucas metrópoles. Todo este processo de urbanização crescente potenciou intensos processos migratórios em intraespaços que se foram acentuando em diversos ciclos e fases. Ao longo da história têm sido as grandes cidades os principais espaços de destino dos imigrantes internacionais (Waldinger, 1989, Cross e Waldinger, 1999; Fonseca, 2002). É aí que se concentraram os recursos que interagem com os vários grupos e interesses espaciais (Arnaud e Pinson, 2002).

Santokhi (2002) reforçou a ideia do papel importante que os imigrantes têm na reconfiguração da identidade de alguns espaços urbanos, por vezes associados ao aban-

¹ As noções de espaço e de região são diferentes. Boudeville (1969) definiu espaço a partir de um conjunto de dados económicos localizados, em que as localizações podiam ser dispersas ou descontínuas, sendo a unidade do espaço baseada nas suas características e as relações de interdependência. A região foi definida de forma mais restrita, com as restrições a não resultarem de fatores ligados à dimensão mas sim a razões de contiguidade. Os elementos que compõem a região localizam-se em forma de continuidade territorial ou geográfica (Mafra e Silva, 2004).

dono, exclusão social e degradação física e económica. Sassen (1991a), no estudo efetuado ao fenómeno das cidades globais, detetou vários impactos produzidos pelos movimentos migratórios, designadamente: o crescimento de dinâmicas de produção e de prestação de serviços mais flexíveis, a emergência de novas relações económicas, o incremento da economia informal e a diversificação dos gostos dos consumidores, nomeadamente através da procura do “exotismo” a que os imigrantes normalmente estão associados. Rekers e Kempen (2000), com base em indicadores criteriosamente selecionados, explicaram existência de uma maior concentração de determinados grupos de imigrantes nalgumas cidades holandesas através dos investimentos realizados em certos setores económicos.

As influências nas estruturas de oportunidades locais para o desenvolvimento de estratégias empresariais dos imigrantes foram evidenciadas nas investigações de Waldinger *et al.*, (1990), Sassen (1995), Portes e Manning (1986), Razin e Langlois (1996), Portes e Zhou (1999) entre outros. Contudo, dado o facto de se terem centrado num local específico ou no país de acolhimento, é possível reconhecer algumas limitações a essas investigações. Não aferiram, por exemplo, na devida proporcionalidade, a influência do contexto urbano nas iniciativas empresariais.

Razin e Langlois (1996) contextualizaram a influência metropolitana no comportamento empresarial dos imigrantes, defendendo que a participação dos imigrantes na economia informal ou em mercados locais baseia-se em estratégias de conhecimento da informação. Tais factos representaram uma janela de oportunidades localizada na lógica económica da oferta e da procura (Sassen, 1991b: 79 e 1995). Portes (1999) demonstrou a importância das condições locais nos processos de inserção dos imigrantes através das políticas públicas, das condições do mercado de trabalho e das características, designando-as de “comunidades étnicas”. Esses fatores foram reiterados por White (1999) e por Bretell (1999) que acentuaram a importância da estrutura urbana das cidades de destino

nos padrões de segregação das áreas de residência, na acessibilidade aos locais de trabalho, transportes e outros serviços e equipamentos coletivos e sociais.

A imigração como mobilidade laboral revelou-se essencialmente como um fenómeno económico. Os imigrantes deslocam-se tendencialmente de regiões com elevados níveis de desemprego e baixos níveis de rendimentos para regiões com maior prosperidade, sendo especialmente atraídos por salários mais elevados e melhores perspetivas de emprego. Ainda que as razões para migrar tenham permanecido as mesmas ao longo do tempo, para além das motivações económicas é necessário acrescentar as que se realizam função do fator emprego, dos estudos, da família, da habitação ou do casamento, do exílio e do refúgio, entre outras (Maia, 2003).

O estudo de Fonseca *et al.* (2003) apresentou as oportunidades e os riscos associados ao fenómeno da imigração e do desenvolvimento (ou acréscimos gerados) para a economia regional. Este estudo evidenciou a dificuldade de quantificar os efeitos dos movimentos migratórios na evolução dos salários, do desemprego, do crescimento económico e do desenvolvimento das regiões de destino.

As populações imigrantes têm contribuído fortemente para o processo de internacionalização das cidades e das regiões de acolhimento onde se têm fixado. Impulsionaram o desenvolvimento de relações económicas, sociais e culturais com os territórios de origem e outros locais onde estiveram presentes indivíduos da mesma comunidade nacional ou étnica. Criam novas oportunidades de negócio, contribuem direta e indiretamente para a criação de emprego, designadamente através do “empreendedorismo étnico” e do aumento do consumo (Fonseca *et al.*, 2003). Contudo, verifica-se que os movimentos migratórios representam fenómenos mais complexos do que simples mecanismos de equilíbrio dos diferenciais de crescimento económico entre as regiões de origem e de destino dos migrantes, como sugeriu inicialmente a teoria económica neoclássica (Armstrong e Taylor, 1993; Holland, 1976; Polèse, 1994; Aydalot, 1985).

Os movimentos migratórios estão também associados ao complexo e multifacetado processo de inserção dos imigrantes nas sociedades (países) de acolhimento. Isto é, ao processo de ajustamento e adaptação mútua entre imigrantes e a sociedade de acolhimento, através do qual, ao longo do tempo, as comunidades recém-chegadas e a população dos territórios de chegada vão formando um todo integrado. Papademetriou (2003) e Penninx (2003), consideraram a inserção como o processo de aceitação dos imigrantes pela sociedade recetora, como indivíduos e como grupos. Ambos enfatizaram a diversidade de intervenientes no processo de inserção: imigrantes, governos, instituições e comunidades locais.

Neste processo os imigrantes passam a co-habitantes ativos dos locais de acolhimento tornando-se coprodutores da cultura local. As trajetórias de inserção dos migrantes envolvem processos criativos de adaptação às condições de vida locais e à (re)construção coletiva e cooperativa dos territórios onde se fixam, através de processos dinamizadores de aprendizagem mútua. As lógicas de inserção baseiam-se na cooperação e conflito, no diálogo, na troca de experiências e práticas culturais entre indivíduos, grupos sociais ou comunidades étnicas que partilharam o mesmo espaço geográfico (Ang, 2003; Koff, 2003; White, 1999 e 2002).

A gestão eficiente dessa diversidade económica, social e cultural, simultaneamente potenciadora de conflitos e de inovação socioeconómica, constitui um dos desafios mais importantes colocados à sustentabilidade das cidades (ou regiões) do futuro (Fonseca, 2002).

1. Perspetivas teóricas das migrações – Níveis micro e macroeconómico

A análise económica dos movimentos migratórios é feita a partir de duas grandes perspetivas: a da macroeconomia e a da microeconomia. Com recurso à primeira, analisa-se o comportamento da economia como um todo, com o estudo das forças empresariais a um nível agregado (Argenti, 1998), na tentativa de explicar “a taxa nacional de desemprego, o nível do preço global e o valor total do rendimento nacional” (Frank, 1999: 27). Na segunda, são analisados os comportamentos dos elementos individuais, numa determinada economia, ao nível das suas escolhas (Gartner, 2003), em condições de escassez, pressuposto “sempre presente, mesmo quando os recursos naturais são abundantes” (Frank, 1999: 27). O objetivo da microeconomia centra-se no estudo do “comportamento dos agentes económicos individuais, nomeadamente os consumidores e os produtores, nas relações que estabelecem entre si” (Rottilon, 1995: 5).

Nesta secção são analisadas as diversas teorias acerca dos movimentos migratórios, das suas causas e efeitos, tendo presentes as perspetivas económicas referidas acima. Ao nível da microeconomia serão analisadas a perspetiva da escola clássica, a neoclássica, os modelos de atração-repulsão, a teoria do capital humano e a perspetiva materialista. Ao nível da macroeconomia analisaremos a teoria do mercado de trabalho dual, a economia informal, as teorias das estruturas do capitalismo, a teoria do sistema-mundo, a teoria das redes e as redes sociais. No final do capítulo foi incluída uma síntese de outras contribuições teóricas: a teoria institucional, a teoria da estruturação e as migrações e a teoria da transição da mobilidade.

1.1 Nível microeconómico

A perspetiva microeconómica, como já foi dito, forneceu, ao longo do tempo diversos contributos para a análise do fenómeno migratório, dos quais se destacam as contribuições da Escola Clássica e da linha Neoclássica, o modelo de atração-repulsão de Ravenstein, a teoria do capital humano e a perspetiva materialista.

1.1.1 A Escola Clássica

A Escola Clássica surgiu em 1750 e permaneceu até 1800 como a principal escola de pensamento económica (Reynold, 2002). Baseou a sua lógica nos preços e nos salários, sendo flexíveis eliminavam os excessos de oferta ou procura, restabelecendo o pleno emprego e a produção plena. O sistema de preços seria o melhor mecanismo para afetação mais eficiente dos recursos e da produção, sem que existisse excesso de lucros. Segundo esta perspetiva, a política macroeconómica não é determinante na redução de desemprego ou na estabilização das flutuações económicas.

A publicação da obra “A Riqueza das Nações” (Smith, 1776) marcou o início da fase científica da Economia, representando a consolidação do pensamento económico da altura² Os economistas clássicos³ defendiam que a verdadeira fonte de valor é o fator trabalho, baseando o seu pensamento no interesse individual e não na intervenção do Estado. O único papel económico intervencionista do Estado na economia circunscrevia-se apenas quando o

² Período do desenvolvimento da ciência económica e do aperfeiçoamento dos métodos de observação. A evolução ocorre num período influenciado por doutrinas mercantilistas, fisiocráticas, do esclarecimento, o liberalismo clássico e o princípio da revolução industrial (Reynolds, 2002).

³ Adam Smith, criador e líder dessa Escola de pensamento, acentuou a natureza do crescimento económico. David Ricardo estabeleceu a forma e os métodos. Malthus (e Ricardo) preocuparam-se com a questão da “distribuição”. Say e Malthus preconizaram questões relativas à existência de “excedentes” e os seus efeitos na economia de mercado (Reynolds, 2002).

mercado ou livre concorrência⁴ não existiam. A Escola Clássica económica predominou até ao aparecimento da linha de pensamento económico preconizada por Keynes (1936). Com base no seu modelo Keynesiano introduziu um ponto marcante na economia, dando origem à teoria macroeconómica. A tese Keynesiana revolucionou a economia contrariando a linha económica liberal (p. ex.: a intocabilidade dos mercados competitivos, a necessidade de um orçamento equilibrado, a não emissão excessiva de moeda).

Um dos primeiros modelos clássicos para a explicação das migrações foi proposto por Lewis (1954), no qual considerou dois setores: o capitalista e o da subsistência. No primeiro, incluíam-se os setores mais industrializados e urbanos da sociedade. No segundo, o meio rural e as atividades agrícolas. Em termos gerais o modelo baseia-se no pressuposto, segundo o qual, o excedente de mão de obra do setor agrícola paga um salário de subsistência igual à produtividade marginal no trabalho rural enquanto o setor capitalista paga um salário maior do que o salário agrícola, atraindo a oferta ilimitada de mão de obra. O modelo pareceu plausível para a explicação dos fluxos migratórios entre o meio rural e urbano, mas não contemplou, por exemplo, o problema do desemprego urbano.

Sobre este entendimento surgiram ideias discordantes. Portes (1995) questionou a linha neoliberal pela ausência de uma orientação social na vertente económica da decisão de migrar. Sugeriu que os migrantes não deviam ser classificados como indivíduos, mas sim como parte integrante das estru-

⁴ Ideia central da Escola Clássica, juntamente com a liberdade económica nas relações internacionais (*laissez faire, laissez passer*). Segundo esta teoria clássica, na economia concorrencial a oferta de cada bem e fator de produção tendia sempre a igualar a procura. Em todos os mercados, o elemento que determinou esse equilíbrio entre oferta e procura são os preços (o preço do trabalho, nesse caso, seria o salário).

ras sociais que condicionavam os seus múltiplos caminhos de mobilidade socioeconómica. Fundamentou a sua argumentação na influência do centro-periferia e o desequilíbrio estrutural, os modos de incorporação, os grupos intermediários, os enclaves étnicos e a economia informal. Este autor considerou que os indivíduos ao optarem por uma atitude racional, levam em consideração, não apenas princípios económicos, mas também as expectativas relacionadas ao grupo que pertenciam.

O impacto dessa forma de entendimento da atitude racional nos estudos sobre as migrações – a decisão de migrar e o próprio processo de inserção do migrante na sociedade de destino – passou a ser analisado considerando a influência das relações sociais e não apenas a decisão individual. Com base nesses pressupostos, Portes (1995) questionou a perspetiva clássica relativamente às origens da migração e adaptação económica dos imigrantes.

Stark e Bloom (1985), por seu turno, defenderam que a decisão de imigrar não é tomada individualmente mas sim coletivamente por unidades como a família. Nesse processo de decisão as pessoas agem coletivamente, não apenas para a maximização do rendimento esperado, mas também, para minimizar os constrangimentos da diversidade dos mercados de trabalho nos países de acolhimento.

Massey também apontou limitações à teoria clássica. Na perspetiva deste autor, a unidade de análise não deve ser o indivíduo mas sim as famílias ou outras unidades de produção e de consumo. O diferencial de rendimentos não é uma condição necessária para ocorrerem migrações internacionais, uma vez que os migrantes podem contar com outros incentivos para diversificar os riscos através das redes sociais. As políticas governamentais provocam mudan-

ças económicas que afetam a distribuição do rendimento, influenciando as migrações internacionais independentes dos seus efeitos sobre o rendimento (Massey *et al.*, 1997).

Como verificámos as explicações da escola clássica para as migrações, defendidas por vários autores (Lewis, 1954), identificou vários fatores como os principais responsáveis pela dinâmica dos movimentos migratórios, entre os quais estão os excedentes de mão de obra do setor agrícola que são absorvidos pelo setor industrial e pelos serviços, bem como as mudanças geográficas e sociais derivadas do crescimento populacional.

Estes aportes teóricos, apesar de empiricamente testados, encontram-se associadas aos movimentos migratórios registados nos anos cinquenta e sessenta. Ao longo do tempo, os movimentos migratórios tornaram-se mais voláteis e mais diretamente correlacionados com o “momento” socioeconómico dos espaços de origem e de destino onde ocorrem. Circunstâncias que permitem induzirem a diferentes leituras e um enriquecimento da teoria.

1.1.2 A Teoria Neoclássica

Relativamente às migrações, os pressupostos base dos neoclássicos centram-se na racionalidade individual e no modo como os indivíduos avaliam os custos e benefícios relativos à decisão de migrar maximizando o seu bem-estar e utilidade individual. Os defensores deste posicionamento teórico admitem a existência de informação perfeita relativamente ao modo de atuação dos mercados, funcionando estes de forma eficiente. Os diversos fatores produtivos têm, para a teoria, um caráter homogéneo sendo perfeitamente móveis (Figueiredo, 2005). Entre os pioneiros desta teoria encontramos Hermann Heinrich Gossen, na Alemanha; Carl Menger, na Áustria; Léon Walras, na Suíça; Stanley Jevons e Alfred Marshall, na Inglaterra (Prado, 2001).

Os neoclássicos procuraram explicar as deslocações internacionais de trabalhadores através das diferenças entre as taxas salariais que se verificam entre países (Sasaki e Assis, 2000). Observaram com grande detalhe os indivíduos, enquanto consumidores, as empresas, os investidores, ou mesmo os políticos, e como estes faziam as suas escolhas (Gartner, 2003).

As dinâmicas microeconómicas encontram-se difundidas por todos os espaços dos países de acolhimento e países de destino, representando um dos pulsares mais visíveis da economia. Nesses países os mercados de trabalho fomentaram movimentos migratórios na lógica proposta pela teoria geral do emprego⁵. Os defensores desta escola económica reclamaram a não inter-

⁵ Teoria defendida por Keynes (1936) em "*The General Theory of Employment, Interest, and Money*". A denominada revolução Keynesiana ofereceu uma teoria macroeconómica alternativa para apreciação do impacto das políticas económicas e dos choques externos, combinando dois elementos diferentes: a procura agregada e os preços que seriam fixos e inflexíveis.

venção do Estado na economia, argumentando que a economia deveria ser apenas regulada pelo livre funcionamento dos mercados.

Os autores neoclássicos perspetivaram o crescimento da população e a sua utilização como força de trabalho. O crescimento populacional, como qualquer mercadoria, acontecia em perfeita espontaneidade e concordância com as flutuações da oferta e da procura de mão de obra (Prada, 1986). Segundo a teoria neoclássica, os fatores determinantes mais evidentes dos fluxos migratórios eram as “disparidades nos níveis de rendimento, emprego e o bem-estar social entre as diferentes áreas (espaços)” (Castles, 2000: 272). Esta argumentação foi criticada pelas novas escolas do pensamento económico que surgiram posteriormente (Figueiredo, 2005).

A ideia de que o equilíbrio resulta dos diferenciais de salários e a probabilidade de um migrante encontrar um posto de trabalho, representou o forte contributo teórico da escola neoclássica (Keely, 2000). Este autor sugeriu o papel instrumental da demografia, porquanto os demógrafos oferecem contributo às ciências sociais adaptando modelos formais que permitiam quantificar as propriedades das populações. A demografia contribuiu com a disponibilização de ferramentas analíticas que permitiram compreender os efeitos das migrações internacionais na dimensão e estrutura da população. Estes modelos e técnicas de análise possibilitaram entender os componentes base da dinâmica populacional nas sociedades em constante transformação (Brettel e Hollifield, 2000). Porém, o processo de migração continuou a ser uma tomada de decisão individual, ponderada pela análise efetuada por cada migrante aos custos e benefícios associados ao feito de migrar (Massey *et al.*, 1993).

O economista neoclássico Malthus (1983) criticou a solução migratória enquanto mecanismo para aliviar pressões demográficas, uma posição defendida por outros autores (Rocha-Trindade *et al.*, 1995). Malthus defendeu o facto do recurso terra ser fixo gerando a lei dos rendimentos decrescentes. Na sua perspetiva o aumento de um ou mais recursos variáveis mantendo-se o outro recurso fixo permitia gerar aumentos de produção sucessivamente menores na produção agrícola, como consequência a produção de alimentos não acompanharia o aumento da população, prevendo a fome e miséria. O crescimento da população surge através da função exponencial $P=P_0 \cdot e^{kt}$, com P_0 a indicar a população inicial, num dado momento (t) a uma taxa de crescimento (k). Com este modelo Malthus percebeu que o crescimento da população teria de ser limitado em face do não acompanhamento do crescimento (linear) da produção de alimentos.

Baseando-se em estudos comparativos do crescimento de funções lineares e de funções exponenciais identificou o crescimento demográfico contínuo de Inglaterra e os seus trabalhos concluíram que “o crescimento da população humana era maior que a capacidade existente na Terra para produzir alimentos” (Malthus, 1983: 282). Esta conclusão fundamentou-se em duas leis naturais. Na primeira, se o crescimento da população não fosse contido, ele iria ocorrer em progressão geométrica. Na segunda, dadas as condições médias da terra e os meios de subsistência existentes, em condições mais favoráveis essas circunstâncias só podiam gerar aumentos populacionais em progressão aritmética. Malthus considerou como problemas centrais na análise dos seus estudos, o crescimento da população, os meios de subsistência e as causas da pobreza, em plena Revolução Industrial. Para funda-

mentar a identificação de tais problemas consagrou dois postulados, que funcionaram como duas leis fixas da natureza humana: sem alimentos a humanidade não sobrevive e a paixão entre os sexos, em princípio, não se extingue (Corazza, 2005).

Com Walras a escola neoclássica abordou as temáticas da mobilidade do fator trabalho apoiando-se "na ideia dos que compram e vendem trabalho fazem-no sempre numa lógica de total autonomia e com vista à maximização de satisfações" (Maia, 2003: 69). Segundo esta teoria, o indivíduo surge com uma dupla determinação: como fator de capital e como titular de força de trabalho. Enquanto fator capital, desloca-se para onde o seu preço é maximizado, orientando a sua mobilidade por o princípio de satisfação máxima. O indivíduo, como titular de potencial força de trabalho, procura movimentar-se para locais onde é possível maximizar o fator capital do empregador, ou seja, procura a maximização do lucro global (Rocha, 1999). Neste contexto o indivíduo não deve insurgir-se contra uma redução do seu salário resultante de um decréscimo da procura de mão de obra. O reajustamento do mercado ocorrerá com a deslocação dessa procura para outros setores de atividade.

Para os neoclássicos, os movimentos migratórios eram percebidos "como uma espécie de mecanismo promotor do equilíbrio económico e social, capaz de responder a crises de subemprego e de desemprego ou a situações de pressão demográfica" (Maia, 2003: 69), pois os migrantes efetuam o cálculos entre o custo e benefício da experiência migratória, facto que influencia a decisão de migrar. Harris e Todaro (1970) sugeriram a ideia mais simplificada sobre os movimentos migratórios. Defenderam que a migração tenderia, na ausência de barreiras à mobilidade, a procurar igualar os salários entre as

zonas de origem e de destino. Para estes autores, os migrantes tendem a comparar o salário que recebem no local de origem (W_o) com o valor esperado do salário no destino (W_d^e). A fórmula proposta foi $W_o = W_d^e = (1-u) \cdot W_{d-c}$, na qual a probabilidade de obter emprego nesse local (p) é considerada como complementar da taxa de desemprego ($p=1-u$). Neste pressuposto surge a fórmula habitual de Harris-Todaro: $W_d = W_{o+c} \cdot (1-u)$ (Neves, 2003).

Os cálculos revelaram que, mesmo no caso de se verificar a perfeita equalização (o que é duvidoso, devido a uma enorme quantidade de barreiras, mais ou menos formais), permanecem grandes diferenças entre os salários nas zonas de saída e de receção de trabalhadores. As determinantes destas diferenças são a taxa de desemprego na zona desenvolvida e o custo da mobilidade. Esta filosofia introduziu uma noção de equilíbrio inter-regional no mercado de trabalho que nem sempre se verificou, face aos variados elementos aleatórios que contribuem para o “cálculo” desse equilíbrio.

Os movimentos migratórios internacionais representaram uma das partes integrantes do processo de desenvolvimento económico dos países (Figueiredo, 2005). Globalmente a linha neoclássica apresentou uma análise dos movimentos migratórios que tratou como um ingrediente central, em qualquer discussão, no equilíbrio do mercado de trabalho (Borjas, 2000). No entanto a realidade social revelada, resultante do dinamismo imposto pelo setor industrial, distanciou-se das conceções neoclássicas que referimos.

O modelo neoclássico desenvolveu a ideia segundo a qual as migrações internacionais têm origem nas diferenças entre a procura e oferta do fator trabalho em diferentes regiões. As regiões com relativas limitações na oferta do fator trabalho, comparativamente à do fator capital, tendem a aumentar os

salários relativos na perspectiva de gerar incrementos nos seus movimentos migratórios internos, a partir das regiões com salários mais baixos (Parikh e Leuvensteijn, 2002). Esta conclusão levou muita gente a condenar os movimentos migratórios uma vez que consideravam que os interesses dos trabalhadores dos países de acolhimento eram prejudicados, reduzindo-lhes os seus rendimentos. Os neoclássicos argumentaram em sua defesa que esta atitude nasceu de alguma incompreensão do modelo (Neves, 2003).

1.1.3 O modelo de Atração-Repulsão (*Pull and Push*)

No final do século XIX, Ravenstein, geógrafo e cartógrafo inglês publicou dois textos intitulados “Leis das migrações” (1885 e 1889)⁶ nos quais refletiu sobre os fluxos internos e internacionais, com a generalização dos processos de deslocação populacional, tendo em conta algumas variáveis, concretamente a distância, a tecnologia, o sexo, a condição económica, entre outras. Apesar de identificar essas variáveis, o autor admitiu que elas funcionavam apenas como catalisadores do processo migratório. Ravenstein defendia que as motivações económicas eram a principal causa dos movimentos migratórios. Dessa forma, fez refletir esta perspetiva na análise que realizou sobre as teorias migratórias, através do modelo da atração-repulsão.

Este modelo é elaborado por Ravenstein a partir dos exemplos do País de Gales e da Inglaterra. O autor centrou a sua atenção em fatores associados ao local de origem e de destino, admitindo a sua interferência positiva ou negativa na decisão do ato de migrar. O modelo original de Ravenstein inclui seis fatores de repulsão e de atração. Nos fatores de repulsão encontram-se os aspetos de índole económica como a falta de acesso à propriedade ou uso da terra, o desemprego, os baixos salários, as terras improdutivas, as secas e as fomes e o aumento populacional. Os fatores de atração são as condições que se opõem aos fatores de repulsão.

⁶ Expressas no Volume 48, do *Jornal of The Royal Statistical Society*, 885, p. 710, referem: “1 - A maioria dos migrantes apenas percorre uma curta distância, e as «correntes de migração» dirigem-se para os centros de comércio [e da indústria]. 2 - O processo de atração para uma cidade em rápido crescimento começa pelas suas zonas circundantes estendendo-se gradualmente para lugares mais remotos. 3 - O processo de dispersão é o inverso da atração. 4 - Cada corrente principal de migração produz uma contracorrente compensadora. 5 - Os migrantes provenientes de longas distâncias preferem os grandes centros de comércio [e da indústria]. 6 - Os nativos das cidades são menos migratórios que os das zonas rurais do país. 7 - As mulheres são mais migratórias do que os homens” (Ravenstein, 1885: 198-9).

Neste modelo estão implícitas as vantagens da vida urbana sobre a vida rural (Jackson, 1991).

Os dois conjuntos de fatores assentaram na lógica económica na qual o emprego assumiu uma dupla importância: como força repulsiva em relação ao local de partida e como força de atração relativamente ao local de chegada. Por exemplo, na existência de oportunidades de emprego e de salários mais elevados. A essência destes modelos baseou-se na ideia que o motivo principal subjacente ao ato de imigrar é o desejo do agente individual tentar melhorar a sua condição económica (Peixoto, 2004a).

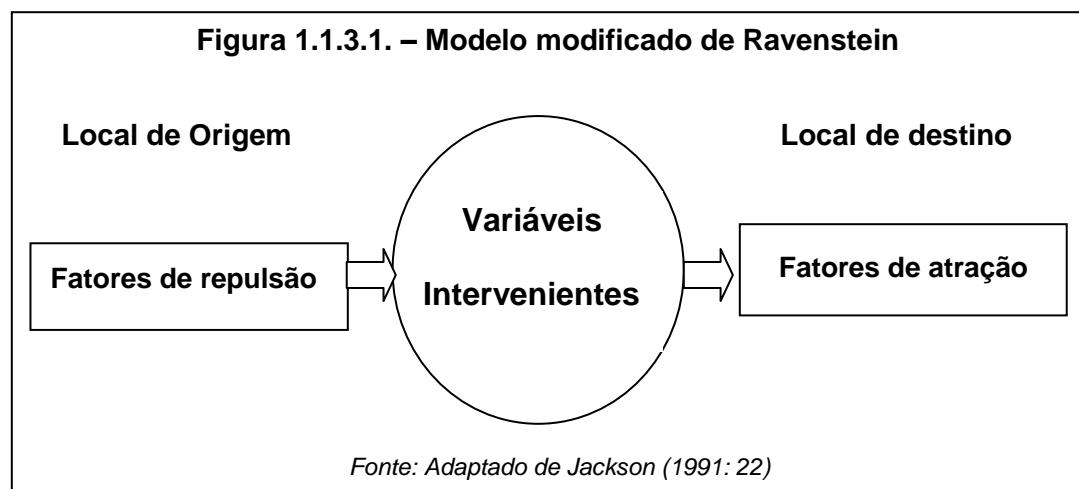
De certa forma, a natureza destes estudos sobre as migrações foi considerada como primária. São estudos essencialmente teóricos baseados numa realidade empírica, não muito sistematizada. Apesar disso, ainda hoje é generalizadamente reconhecido que os pressupostos da teoria de Ravenstein sobre as migrações foram a base do modelo de atração-repulsão, representando um dos contributos mais importantes no estudo das migrações (Jackson, 1991 e Noin, 1988).

As teorias que se basearam nesse modelo de atração-repulsão pressupõem que os migrantes efetuam escolhas racionais em função das pressões a que estão sujeitos. Os migrantes, com base nessas escolhas racionais, visam maximizar as vantagens e reduzir o desconforto associado ao ato de migrar. Borjas (1990) recuperou a Teoria das Escolhas Racionais⁷ realçando a esco-

⁷ A análise às linhas programáticas desta teoria é analisada segundo a proposta por Hammond (1992: 1): *“Harsanyi’s utilitarian theorem states that the social welfare function is the weighted sum of individual’s utility functions if: (i) society maximizes expected social welfare; (ii) individuals maximize expected utility; (iii) society is indifferent between two probability distributions over social states whenever all individuals are. After giving a simpler proof, an alternative axiomatic foundation for Vickrey-Harsanyi utilitarianism is provided”*. A conceção classificada de instrumental da teoria da Escolha Racional encontra-se associada aos objetivos da escolha e a própria escolha. Na Escolha Racional maximiza-se o interesse do indivíduo,

lha individual que os migrantes efetuam perante as condições do mercado de trabalho internacional. Os migrantes avaliam e calculam os custos e benefícios de uma potencial ação migratória.

O cálculo exprime-se através da equação $D_t = a * (p * W_b - W_a)$, em que (D_t) identifica a decisão migratória num tempo (t), (a) o parâmetro de conformismo, que varia conforme a cultura, custo da migração, (p) a probabilidade de encontrar um emprego noutra área ou setor se o migrante decidir mudar, (W_b) o salário esperado para área ou setor e (W_a) o salário que auferire na altura. Quando o resultado da equação for negativo o potencial migrante decidirá não migrar, quanto for positivo ocorre uma migração (Góis e Marques, 2007: 41).



O modelo de Ravenstein, sob a forma modificada, ilustrado pela Figura 1.1.3.1, apesar de apresentar alguns inconvenientes, designadamente por considerar que as decisões de migrar são quase exclusivamente por razões de ordem económica e que essas decisões são tomadas de forma racional e

sejam quais forem os seus objetivos. Assume-se que os indivíduos possuem capacidade ilimitada de cálculo e informação perfeita relativamente às possibilidades de escolhas, em ambiente simplificado. Também se assume que os indivíduos estejam inoquivocamente capacitados de estabelecer um ranking de preferências a partir de alguns critérios pessoais. Esta teoria admite qualquer terminus à ação racional dos indivíduos.

individual, permanece como uma das importantes teorias migratórias, baseadas no modelo atração-repulsão. Até à data, a contribuição teórica deste autor foi a mais significativa tentativa para explicar os movimentos migratórios, condicionados por uma série de variáveis que se articulam (Rocha-Trindade, *et al.*, 1995).

Mais recentemente Lee (1969), um demógrafo americano seguidor da linha de pensamento de Ravenstein e considerado por muitos como o teórico que mais contribuiu para o aprofundamento do estudo dos fatores económicos responsáveis pelos fluxos migratórios, reestruturou e adicionou aos modelos de atração-repulsão fatores de ordem pessoal e alguns obstáculos intervinientes no ato de migrar (Rocha-Trindade, *et al.*, 1995).

Lee defendeu que fatores pessoais, como a capacidade ou não de adaptação a uma nova sociedade, o nível profissional, o estado de saúde, entre outras, ou obstáculos, como os entraves à saída do país, a fiscalização rigorosa das fronteiras ou ausência de recursos financeiros para suportar o custo da viagem, por exemplo, constituíam incentivos ou barreiras ao ato de migrar.

O modelo da atração-repulsão, mesmo depois de reestruturado por Lee situa as explicações apenas ao nível das causas da emigração, conferindo uma importância exclusiva à ação individual. Este modelo limita a sua análise ao perfil do indivíduo emigrante não manifestando as divisões que estão associadas às migrações.

Desde a publicação dos artigos de Ravenstein que as motivações económicas têm sido apresentadas como a principal causa das migrações. A maior parte dos especialistas em migrações seguiu esta linha de pensamento

(Jackson, 1991; Alexéev, 1987 e Noin, 1998). Nos modelos referidos, as condicionantes económicas são fundamentalmente avaliadas a partir de duas variáveis: o emprego e os níveis salariais. Os processos de imigração geralmente têm como origem áreas onde os salários são mais baixos e a mão de obra é excedentária e têm como locais de destino as regiões com características inversas (Peixoto, 2004a).

As teorias económicas colocaram a ênfase na vertente económica omitindo outros fatores que também contribuem para a existência de migrações. Migrar ou não migrar é uma decisão que tem implicações da dimensão demográfica das regiões e expressão nos movimentos de deslocação mundial, numa época de globalização intensa (Ludlow, 2003).

1.1.4 A Teoria do Capital Humano

Os estudos que se integram nesta teoria tiveram um forte desenvolvimento em vários países, especialmente nos EUA. O nascimento efetivo da teoria ocorreu em 1962, com publicação no suplemento da Revista Americana *Journal Of Political Economy*, por Schultz (1960 e 1961), sendo defendida por vários autores (Mincer, 1958, 1962, 1974 e 1978; Becker, 1962 e 1975; Becker e Chiswick, 1966; Bach e Schraml, 1982). As fontes primárias desta teoria foram os economistas Adam Smith, Alfred Marshall e os trabalhos de Fisher (1906).

Nerdrum e Erikson (2001) identificaram William Petty como o primeiro economista que deu enfoque às diferenças entre qualidade do trabalho, caracterizando o que mais tarde veio a ser classificado de capital humano que podemos definir como uma "...atividade que influencia o rendimento real futuro pela incorporação de recursos nos indivíduos" (Becker, 1962: 9). Se considerarmos as migrações como uma forma de investimento em capital humano e que os indivíduos procuram maximizar o período de tempo de usufruto do retorno desse investimento, então "os jovens têm maior incentivo a investir porque poderão usufruir do retorno durante mais anos" (Becker, 1962: 38). Também Keely (2000) conclui que, em situações normais, serão os jovens aqueles com maior incentivo a migrar, o que se vem a verificar, em termos empíricos, posteriormente.

Na sequência dos movimentos migratórios e do investimento em capital humano efetuado por cada indivíduo é exetável que esse investimento se desenvolva e altere, na medida em que podem ser feitos novos investimentos

em capital humano, no país de acolhimento, segundo a tipologia de Becker (Figueiredo, 2005).

Esta teoria reforçou a argumentação dos neoclássicos, essencialmente pela defesa da não homogeneidade do fator trabalho em função de algumas características dos migrantes como a escolaridade e a formação profissional (Fernandes, 2003), e reconheceu que a atividade produtiva constitui um processo simultaneamente social e técnico, através do qual se produzem conjuntamente bens e aptidões (Lopes, 1989).

Na perspetiva da acumulação de Capital Humano, alguns estudos recentes sobre os efeitos das migrações sugeriram que os movimentos migratórios podiam gerar aumentos na formação de capital humano e no crescimento dos países de origem dos migrantes (Mountford, 1997, Stark, *et al.*, 1997 e 1998, Vidal, 1998 e Beine, *et al.*, 2001).

Segundo Chiswick (1990), nos modelos do desenvolvimento económico os migrantes surgiam tendencialmente com mais capacidades, mais ambiciosos e empreendedores do que os indivíduos que decidem permanecer nos seus países de origem. O autor analisou o modelo do capital humano e modelos alternativos, como a informação assimétrica, as migrações temporárias e os determinantes não económicos (Téllez, 2001) e caracterizou os migrantes como indivíduos de fracos recursos económicos e com nível de escolaridade reduzido. Os fatores como o desconhecimento da língua do país de acolhimento, a insegurança no emprego e as debilidades socioeconómicas representam dificuldades de inserção dos imigrantes nos países de acolhimento. Estas circunstâncias colocam os imigrantes a um nível inferior, relativamente aos trabalhadores do país de acolhimento. Daí a necessidade que os

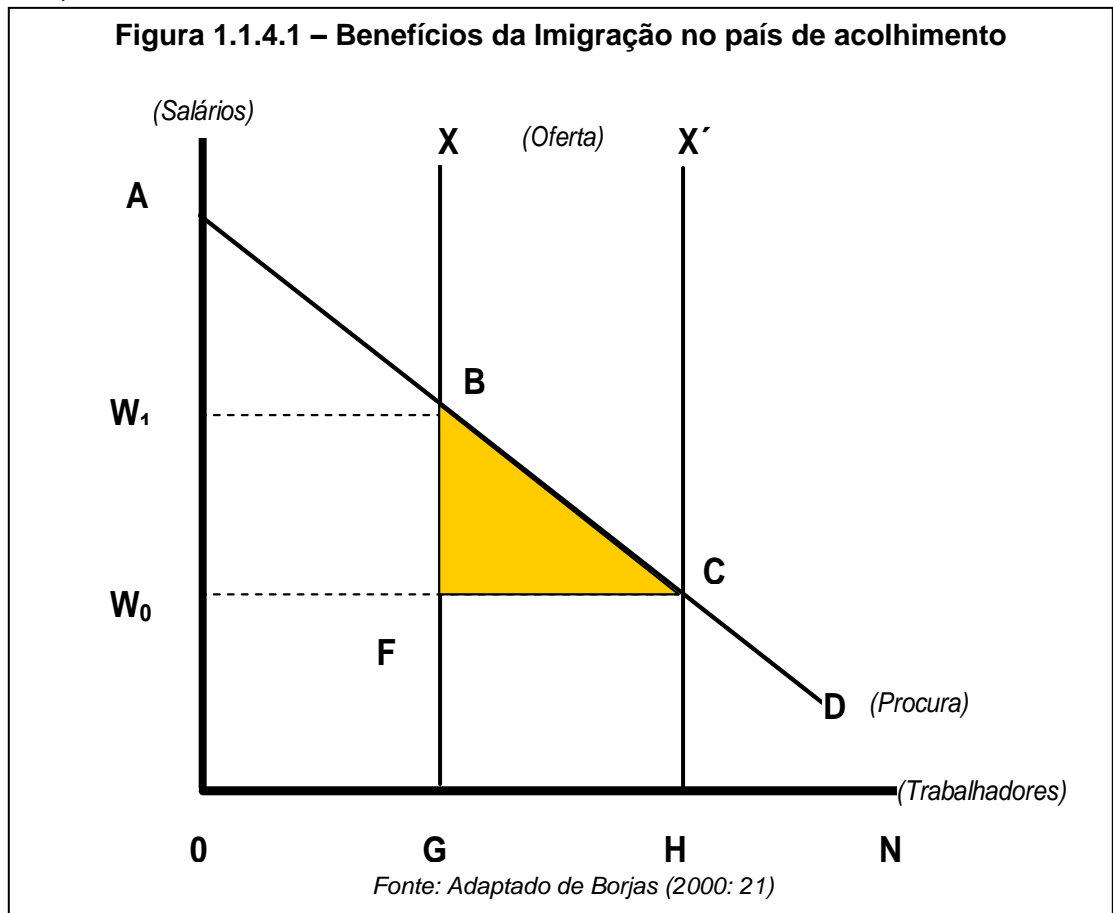
imigrantes sentem de adquirirem progressivamente novas aptidões que lhes permitam sair das suas posições iniciais de trabalhadores desqualificados e concorrer a cargos de prestígio, equiparados aos trabalhadores do país de acolhimento (Meleiro, 2004). Esse conjunto de novas aptidões representa o investimento em Capital Humano dos migrantes.

Nos pressupostos da teoria do Capital Humano, as migrações são associadas a “...um investimento que aumenta a produtividade dos recursos humanos, um investimento que tem custos, [...] e envolve benefícios” (Sjaastad, 1962: 83). Do lado dos custos encontramos as despesas de deslocação, o custo de oportunidade, um custo associado a uma determinada escolha aferido em termos da melhor opção perdida (Sousa, 1990), os custos psíquicos, provocados pela mudança de ambiente que envolvem custos de adaptação. Nos benefícios encontramos essencialmente os incrementos monetários, classificados positiva ou negativamente em face da deslocação realizada (Sjaastad, 1962). Ainda assim os migrantes não deviam observar no curto prazo apenas a lógica de análise de custo/benefício, porque ao efetuarem investimento no seu potencial produtivo iriam obter resultados a prazo (Peixoto, 2004a).

Nessa análise custo/benefício os migrantes incorporam fatores de Capital Humano, tais como a escolarização, a formação e a experiência profissional, procurando obter vantagens em posteriores oportunidades de mudança no posto de trabalho (Shaffer, 1961). Dessa forma aumentam a qualidade das migrações sendo um “...*additional human capital [...] is valuable to better job opportunities and to better locations in which to live*” (Schulz, 1980: 646). Esta perspetiva permitiu as deslocações dos migrantes de países

de rendimentos baixos para países desenvolvidos, mais apetecíveis, possibilitam-lhes obter maiores benefícios (Borjas, 2000).

Tendo por base os investimentos efetuados em Capital Humano, na figura 1.1.4.1 apresentam-se e analisam-se os benefícios da imigração no país de acolhimento (Borjas, 2000: 16-18). Nesta modelização dos benefícios considerou-se uma análise padrão entre a oferta e a procura do fator trabalho. Estruturalmente, o modelo apresenta uma reta das ordenadas (Salários, letra A) e uma reta das abcissas (Trabalhadores, letra N), confrontando com uma reta da oferta de trabalho (expressa por X) e uma reta da procura de trabalho (letra D).



Numa análise simplificada deste modelo admitiu-se que a reta da oferta do fator trabalho (X e, posteriormente X') é inelástica, de forma a poder con-

temprar G trabalhadores do país de acolhimento. Um mercado competitivo em equilíbrio implica que G trabalhadores do país de acolhimento estejam inicialmente empregados, auferindo um salário (W_1). Cada um dos pontos da reta da procura do fator trabalho (D) fornece-nos o valor do produto marginal do último trabalhador contratado. A área abaixo da reta da procura do fator trabalho (D) representa o produto total de todos os trabalhadores contratados. A área composta pelo trapézio $[ABG0]$ quantifica o valor do rendimento nacional antes da imigração.

Supondo-se que os imigrantes entraram no país de acolhimento em pequenas vagas o resto do stock de capital fixou-se, implicando que a reta da procura do fator trabalho (D) não se deslocasse. Se assumirmos que os migrantes e os indivíduos naturais do país de acolhimento sejam perfeitos substitutos na produção, a curva de oferta do fator trabalho desloca-se da posição X para X' . Consequentemente os salários do mercado de trabalho descem de posição W_1 para W_0 . O rendimento nacional foi identificado pela área do trapézio $[ACH0]$. O retângulo $[FCHG]$ representa o total de salários que são pagos aos imigrantes. A parcela que quantifica o aumento do rendimento nacional ocorrido como resultado da imigração (*Immigration Surplus*) é representada pela área colorida do triângulo $[BCF]$.

Perante este modelo uma das questões que se coloca é a seguinte: em que medida beneficia o país de acolhimento? Beneficia na medida em que o salário do trabalho iguala a produtividade do último imigrante contratado. Todos os imigrantes contratados contribuem para a economia do país de acolhimento, com o fator trabalho a ser pago em salários. Numa simulação do modelo apresentado, testada nos EUA, os resultados revelaram que o benefí-

cio líquido da imigração foi bastante reduzido (Borjas, 1995). Em Portugal desconhecemos a aplicação do modelo.

Os investimentos realizados pelos migrantes em Capital Humano, concretamente em níveis superiores de qualificações, conferem-lhes maiores capacidades de adaptação, inserção e contribuição ativa nos países de acolhimento (Chiswick, 2000).

Nos países de emigração, existe uma forte possibilidade de virem a ocorrer os típicos fenómenos de “fuga de cérebros” (Castles e Miller, 2003). Isto é, a “transferência internacional de recursos sob a forma de capital, essencialmente das migrações de indivíduos com qualificações relativamente elevadas dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos” (Beine, *et al.*, 2002: 2). As migrações internacionais de indivíduos altamente qualificados ocorrem com a conjugação diversos fatores, como a globalização económica, a expansão da economia mundial, a competitividade entre países ou regiões, as diferentes políticas económicas e de educação ou as modificações e nos equilíbrios demográficos existentes (Góis e Marques, 2007).

A evolução tecnológica e a importância das tecnologias alteraram e potenciaram as dinâmicas de mobilidade populacional, facilitando os movimentos migratórios de migrantes altamente qualificados (Findlay e Setwart, 2002 e Lowell, 2002). O movimento de “fuga de cérebros” representa uma particular preocupação “para os países de desenvolvimento que não podem permitir grandes investimentos adicionais no ensino/formação [...] e perder quadros que beneficiaram de educação superior” (Ortega, 2007: 8).

A gestão dos movimentos migratórios deve portanto consagrar as reais possibilidades do desenvolvimento de políticas que orientem os benefícios das migrações em duplo sentido, para os países origem e dos países de acolhimento. Essa gestão deve reduzir as consequências da “fuga de cérebros” e, ao mesmo tempo, deve maximizar o benefício das remessas. Em 2007, Portugal publicou a Lei da imigração que possibilitou a captação de técnicos altamente qualificados, especialmente na área da inovação, numa perspectiva de país de acolhimento.

A cooperação entre países de origem e países de acolhimento pode ajudar a atenuar os efeitos da “fuga de cérebros”. Esta necessidade foi assinada no Conselho de Tempere onde se sublinhou que a “regulação dos fluxos migratórios [deverá] incluir um diálogo intensivo entre os países de acolhimento, os países de origem e os próprios emigrantes” (Ortega, 2007: 9). A gestão eficiente dos movimentos migratórios representa uma ferramenta essencial que exige monitorização e deverá ser complementada com medidas eficientes de regulação.

A visão de Schultz sobre a dimensão do indivíduo como uma forma de capital (1961: 2) prende-se com as próprias configurações da sociedade atual, nesta era do conhecimento e da globalização. Como se posicionam os indivíduos neste quadro socioeconómico? Como uma forma de capital ou, numa visão mais prospetiva, o indivíduo como um ativo capitalizável?

Contudo algumas limitações têm vindo a ser apontadas a esta teoria. Shaffer (1961) desaconselhou a utilização do indivíduo como capital humano e o conceito de educação como investimento. Becker (1962) identificou a dificuldade em quantificar o crescimento dos rendimentos associados à forma-

ção, relativamente à existência de fatores, tais como: capacidades inatas, raça, tipo de emprego, estrutura familiar, que influenciaram essa associação. Wiseman (1965) argumentou que esta não podia ser aferida apenas a partir da necessidade e satisfação. Mincer (1974) apresentou estudos empíricos sobre as desigualdades que também associaram aos conceitos de capital humano as diferenças na aprendizagem e na execução do trabalho. Bowles e Gintis (1975) identificaram como limitações dos neoclássicos erros substanciais na teoria do capital humano, designadamente os erros relativos à pesquisa empírica, enquanto indicador das políticas públicas. Estes autores admitiram que o desempenho da capacidade produtiva da força de trabalho não era decorrente dos níveis de escolaridade dos trabalhadores, mas sim das condições tecnológicas e da organização do processo de produção. Becker e Tomes (1986) relacionaram as desigualdades nos salários com as diferenças nas capacidades, no ambiente familiar, legados e outros ativos. Murphy e Welch (1992) defenderam que o acentuado crescimento nas desigualdades salariais nos EUA, durante os anos oitenta, que tanto agitou a discussão política, foi amplamente explicado pelos elevados retornos para as elevadas competências e para a experiência profissional.

1.1.5 A Perspetiva Materialista

A análise da perspetiva materialista tem por base o materialismo histórico de Marx (1867, 1885 e 1894), com apresentação de algumas das ideias por ele definidas no contexto das migrações. No pensamento marxista, os movimentos migratórios são considerados um processo no qual os elementos de análise são as correntes migratórias e não as decisões individuais. A mobilidade laboral surge influenciada pela divisão espacial da procura do trabalho e pela forma como é realizado o recrutamento de mão de obra (Meleiro, 2004).

Marx relaciona o papel das migrações com o fenómeno do crescimento populacional, embora considere que a causa da emigração não se deve a fatores demográficos mas à desigualdade de distribuição do volume de capital. A ideia principal do seu estudo defende que o avanço tecnológico e o aumento do capital reduzem a força de trabalho, possibilitando um aumento dos lucros e, conseqüentemente, um crescimento económico.

Marx consagrou três expressões que constituem outras tantas categorias de trabalhadores desempregados considerados imprescindíveis para a expansão da economia capitalista, são elas: o “exército de mão de obra” de reserva, o estagnado e o latente. Nos ciclos de expansão económica emerge a necessidade imediata de mão de obra e os “desempregados” estão disponíveis para preencher os novos postos de trabalho, originados pelo aumento da procura, a preços reduzidos. Em sentido inverso, nos ciclos de estagnação e redução económica, esses “desempregados” aguardam por uma presumível subida da procura proporcionada pelo crescimento económico. Trata-se de um “contingente populacional disponível, apto para entrar no mercado de trabalho

a qualquer momento, nas suas fases de expansão e cujo papel seria de disciplinador da classe operária” (Fontes, 1996: 3).

As bases do pensamento marxista foram suportadas por diversos autores que seguem a perspectiva histórica e materialista nos seus trabalhos. Neste pressupostos analisamos os estudos de Nikolinakos (1975) e Castells (1975). Nikolinakos (1975) define os movimentos migratórios como o instrumento de internacionalização do capital, defendendo que o capitalismo foi o responsável pela transferência de força de trabalho dos territórios coloniais para as metrópoles. Foi o caso de Portugal, juntamente com os países ditos mediterrânicos, nomeadamente a Grécia e a Itália que vincaram a sua posição como países de imigração. As transformações económicas e demográficas, consequência de um crescimento económico considerável e de uma contração do nível populacional derivada essencialmente de uma redução da taxa de natalidade e do surto emigratório comum a estes países, criaram as condições favoráveis para a vinda de estrangeiros, enquanto força de trabalho. Neste contexto, Nikolinakos defende os movimentos migratórios como um instrumento de equilíbrio entre os países “importadores” e “exportadores” de mão de obra (Meleiro, 2004).

Castells (1975) foi um seguidor da teoria Marxista ao ter como base de estudo sobre os movimentos migratórios, os processos de acumulação de capital e o desenvolvimento desigual entre as sociedades ditas capitalistas. O seu pensamento pode-se resumir nas três linhas de pensamento seguintes: as migrações repercutem uma profunda desigualdade entre os “centros” e as “periferias” do sistema capitalista; se tivermos em linha de conta que a dinâmica da importação de força de trabalho depende diretamente da procura de

mão de obra, as desigualdades na acumulação de capital entre os setores económicos assume um caráter cíclico; a acumulação de capital e o crescimento económico desigual verificado no período pós segunda Guerra Mundial dinamizaram o processo de migrações caracterizado essencialmente pela procura crescente de mão de obra com baixo nível profissional, originando a criação de reservas de mão de obra na zona periférica a favor dos grandes centros.

O desenvolvimento inscreve-se desigualmente no espaço como consequência de diversos fatores, tais como: a lógica de acumulação privada do fator capital (Hudson e Lewis, 1985); a concentração urbana de algumas atividades produtivas enquanto lugares de reprodução da força do trabalho (Castells, 1981); as recentes fragmentações das atividades do capital (Massey, 1984); a designada “hipermobilidade dos fatores capital e trabalho” (Hudson e Lewis, 1985: 16-17), ou, ainda, o confronto entre “espaço de fluxos” e “espaço de locais” (Castells, 1989).

No campo das teorias das migrações, as correntes de inspiração marxista, designadas por vezes, como “histórico-estruturais” (Öncü, 1990), refletem simultaneamente o seu caráter estruturalista e a ênfase nas variações espaço-temporais das características das migrações. Estas teorias procuraram estabelecer uma relação entre estruturas espaciais e relações sociais, numa clara abordagem à organização espacial do capitalismo. Se admitirmos, em determinado contexto histórico, que a geografia da produção representa a expressão espacial das relações sociais, as condicionantes macroeconómicas do comportamento migratório tornam-se salientes (Castells, 1975, 1981 e 1989, Massey, 1984, Gregory e Urry, 1985).

1.2 Nível macroeconómico

A macroeconomia surgiu como uma vertente da economia política, encontrando-se na sua origem e desenvolvimento a intervenção do Estado na resolução ou ajuda à resolução dos problemas que a livre iniciativa não conseguiu resolver (Andrade, 2004).

Com a obra de Keynes (1936)⁸ a economia sofreu uma transformação estrutural. Este autor defendeu que a função do Estado seria observar com particular atenção a evolução do desemprego e intervir na economia apenas com intuito de atenuar as flutuações das atividades económicas, a redução de impostos e o aumento do investimento público. Esse tipo de intervenção, em tempo de crise económica, atua como mecanismo para estimular a economia. Com a recuperação da atividade económica os impostos deviam voltar a aumentar, permitindo o equilíbrio das contas públicas (Freitas, 2006). Keynes (1936) reforçou a ação do empresário atribuindo-lhe a projeção atual e conferiu importância à inflação que considerou mais perigosa que a deflação. Na sua opinião, em períodos inflacionistas os empresários verificam uma redução nos custos dos fatores capital e trabalho, enquanto nos períodos deflacionistas a situação é inversa (Andrade, 2004). Apesar de não ser consensual, Keynes (1936) foi reconhecido como o economista com maior influência no século XX, sendo designado o “pai da macroeconomia”.

Em termos macroeconómicos, se situarmos a análise nos países de origem dos migrantes, os movimentos migratórios estão associados ao fenómeno de exportação do fator trabalho. O impacto macroeconómico produzido verifica-se no

⁸ “*The General Theory of Employment, Interest and Money*” introduziu um ponto marcante na economia com o seu modelo Keynesiano, criando a Teoria Macroeconómica. Até então a teoria económica apresentava-se subdividida em duas partes: a teoria do valor, que analisou o mercado dos bens (produtores, consumidores e mercados) e a teoria da monetária que analisou as problemáticas associadas à moeda (velocidade, taxa nominal, etc.), conjuntamente com o equilíbrio geral, gerava um modelo de análise para as questões globais.

diferencial entre as receitas proporcionadas ao país de origem, como um fator de compensação do movimento migratório e do custo de oportunidade correspondentes à participação dos migrantes no processo produtivo dos seus países de origem (Abreu, 2004). Os movimentos migratórios encontram-se estruturalmente incluídos nas lógicas populacionais e no desemprego reforçando a relação entre migrações e desenvolvimento (Simon, 1986, OIM, 2000, 2001, 2002 e 2003; Olesen, 2002; Castles e Miller, 2003).

Contextualizada a abordagem macroeconómica, introduziremos, em seguida um conjunto de vertentes teóricas desta perspetiva que nos permitirão fundamentar a investigação que aqui se dá conta, são elas: a economia informal e o mercado de trabalho dual, as teorias das estruturas do capitalismo, a teoria do sistema-mundo e as teorias das redes sociais entre outras.

1.2.1 O Mercado de Trabalho Segmentado (Dual)

Esta teoria defende que estrutura ocupacional ou mercado de trabalho de uma sociedade é, na realidade, segmentada com preferências na seleção dos indivíduos para ocuparem os postos de trabalho (Biagioni, 2006). Na sua versão “dual” defende-se que existe um mercado primário e um mercado secundário. Outros autores, como Rodrigues (1992), sustentam que, em lugar de uma estrutura simplesmente dual do mercado de trabalho, observam-se vários segmentos traduzindo maior cruzamento dos atributos.

Trata-se de uma aproximação ao nível das oportunidades de emprego para os migrantes que, nalgumas regiões mais desenvolvidas, apresenta dois segmentos principais. No primeiro segmento, o mercado primário, encontram-se os empregos bem remunerados, com benefícios disponíveis para pessoas com formação e possibilidades de progressão na carreira, factos associados a boa regulação administrativa-legal. No segundo segmento, o mercado secundário, verificamos os baixos salários, as condições de trabalho precárias, as reduzidas ou nulas possibilidades de progressão e as debilidades na ação administrativa e reguladora (Deringer e Piore, 1979 e Peixoto, 2008). Nas zonas com índices elevados de emprego alguns postos de trabalho são pouco atrativos para os autóctones mas representam uma janela de oportunidade para os imigrantes (Massey, 1988).

A partir da década de cinquenta do século XX o padrão geral de migração nos países de Europa Ocidental caracterizou-se por uma forte correlação entre a imigração e a dimensão dos centros populacionais (Fielding, 1982). No decurso da década de setenta, essa tendência sofre uma inversão. Nos principais centros observou-se uma diminuição dos fluxos imigratórios. Todavia, a

imigração aumentou nos centros populacionais pequenos e médios (Durán, 2003).

Nos anos setenta, nas economias fordistas, ocorreram alterações estruturais⁹ associadas ao desenvolvimento de novas formas de regulação que conduziram ao aparecimento de setores precários e à necessidade de mão de obra flexível (Peixoto, 2004b) com impactos nas reestruturações globais (Fielding, 1994 e Ferrão, *et al.*, 1994) e nos processos de trabalho (Atkinson, 1987 e Kovács, 1993).

Estas mutações obtiveram ampla divulgação na bibliografia sobre migrações (Piore, 1977 e 1979 e Portes, 1981), a qual identificou uma atratividade específica exercida sobre os países menos desenvolvidos que dá origem aos movimentos migratórios internacionais. Esta atratividade resulta precisamente, da existência de mercados secundários¹⁰ (Peixoto, 2008), não atrativos para os trabalhadores nacionais, mas apelativos para os imigrantes originários de países ou zonas pobres que em condições precárias podem melhorar os seus padrões de vida e criar expectativas de mobilidade no futuro.

Embora a teoria do mercado de trabalho dual tenha uma base económica, os dados demográficos atuais dos países desenvolvidos estão a gerar oportunidades para migrantes. Na Europa vive-se um acentuado envelheci-

⁹ Esta designação económica sofreu forte desmembramento nos anos setenta, fruto da elevação da competição global e da crise com formato estrutural na zona Atlântica (Lipietz, 1987). A crise de Fordismo (e o Pós-Fordismo) caracterizou-se por uma aglomeração particular de relações tecnológicas, sociais e produtivas. Alguns teóricos contemporâneos assinalaram o início da crise do Fordismo com a industrialização das nações, da competição global e o novo contexto de competição global que daí surgiu (Amin e Thrift, 1992; Jessop, 2000; Harvey, 1990 e Sassen, 2001). Depois da crise do período do Fordismo foram usadas várias condições para descrever o período seguinte, designado de Pós-fordismo (Peck e Tickell, 1994; Burbach e Robinson, 1999).

¹⁰ Atualmente designada por economia informal, temática sobre a qual faremos algumas considerações mais adiante. No entanto, em bom rigor, a terminologia de mercado secundário não coincidiu, em pleno, com a designação de economia informal (Portes e Sassen, 1987).

mento da população. As projeções para as populações em idade de trabalho indicam que o pico na redução desses registos demográfico ocorra entre 1995 e 2020. Para colmatar essa redução é necessário o recurso a migração de substituição (Hollander, 2000). Corkhill (1996) mencionou o caso da Espanha onde, num cenário de escassez de emprego, os trabalhadores autóctones se revelaram pouco disponíveis para aceitar salários baixos e executar trabalhos menos qualificados. Os trabalhadores espanhóis com essa atitude criam, dessa forma, janelas de oportunidade para imigrantes.

A teoria em análise explica as atitudes e o posicionamento dos migrantes nalguns países, como, por exemplo, na Turquia (Icduygu *et al.*, 2001), no Kerala¹¹ (Zachariah *et al.*, 2003), nos países da África subsariana e na América Latina Corkhill (1996), perante a existência de um mercado de trabalho dual. Os migrantes desses espaços encontravam-se disponíveis para aproveitar as oportunidades de emprego nos mercados de trabalho secundário nos países mais desenvolvidos da Europa e da zona do Golfo.

A teoria do mercado de trabalho segmentado constitui um dos desenvolvimentos da economia clássica que maior visibilidade deu à relação entre os processos migratórios e o mercado de trabalho (Piore, 1979; Portes, 1981 e 1999; Massey *et al.*, 1998). A influência da segmentação laboral está dependente do contexto onde ocorre e a sua análise é condicionada por fatores como o modelo económico predominante, o tipo de Estado de bem-estar, as lógicas correspondentes de regulação, o tipo de tecido empresarial, a importância da economia informal e a estrutura social (Peixoto, 2008).

¹¹ Estado da Índia situado no extremo sudoeste do país, com a capital Thiruvananthapuram, a maior cidade é Kochi com 38.863 km² de área e cerca de 32 milhões de habitantes em 2001 (Diciopédia, 2009).

1.2.2 A Economia Informal

Têm vindo a ser identificado um conjunto de fatores de atração de imigrantes especificamente associados aos mercados secundários, são designados por zonas de economia informal (Peixoto, 2004b). Trata-se daquelas atividades que estão fora das regulamentações existentes sobre condições laborais, do pagamento da segurança social ou dos regimes fiscais vigentes (Portes e Sassen, 1987). A existência de atividades laborais nessas zonas de economia informal afasta os nacionais e atrai trabalhadores imigrantes, normalmente oriundos de regiões pobres (Peixoto, 2004b). O acesso às zonas de economia informal dá-se através de vínculos “jurídicos precários, do recrutamento baseado nas origens étnicas e não nas qualificações e da ocupação de tarefas pontuais, sem perspectivas de mobilidade. A economia informal força uma redução dos salários gerais” (Peixoto, 2004b: 24).

Ainda no que diz respeito à incorporação dos imigrantes no mercado de trabalho, importa refletir acerca da importância exercida pelo setor informal na economia, bem como sobre as relações que este mantém com o setor formal, uma fronteira nem sempre de fácil identificação (Amaral, 2005). Esta problemática tem vindo a ser intensamente discutida, nomeadamente quanto à utilidade de se conhecer os aspetos informais e formais da economia (Bremner, 1976; Amin, 1996; McGee 1996 e Waring, 1999).

Em 1972, no Relatório da OIT, o termo “informal” era empregue para designar atividades económicas com as seguintes características: (a) propriedade familiar do empreendimento; (b) origem e contributo próprio dos recursos; (c) pequena escala de produção; (d) facilidade de ingresso; (e) uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; (f) aquisição das

qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; e (g) participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado. Num conceito simples, a economia informal passou a ser “considerado como o conjunto de métodos de sobrevivência, com o desenvolvimento de um complexo de atividades não formais” (Amaral, 2005: 60).

Em termos globais, nos anos oitenta e noventa assistiu-se ao aumento exponencial do setor informal resultante de diversos fatores como a crise económica dos anos 80, a contração do mercado de trabalho do setor formal, o aumento do desemprego, o aumento de rendimentos disponíveis no setor informal a par do aumento das necessidades dos consumidores de bens e serviços (Gilbert e Gluger, 1982; Drakakis-Smith, 1990 e Tinker, 1997).

Nas cidades dos países em desenvolvimento, o Estado e o setor formal encontraram dificuldades em responder às necessidades básicas das populações. O setor informal tentou colmatar essas necessidades, que se estendiam desde o setores produtivo e da construção até aos serviços sociais. Tratou-se de setores que acabaram por gerar emprego e oportunidades salariais para grande parte da população urbana. Representou também uma janela de oportunidades para os migrantes, constituindo um “fenómeno estruturante e de inegável importância estratégica” (Amaral, 2005: 58).

O estabelecimento de associações entre o setor formal e o informal, com consequências económicas benéficas, produziu realidades urbanas diferentes. As relações entre ambos os setores não são simples nem lineares, revestem-se de elevada complexidade (O’Connor, 1983 e 1986; Amaral e Carneiro, 1987). A virtude estará na conciliação dos pontos de vista, evitando o perigo

de estudos isolados que classificaram o setor informal como um setor marginal (Lomnitz, 1978).

O processo de reestruturação da economia portuguesa nos anos oitenta originou uma redução drástica de mão de obra no setor primário, o reforço do setor industrial e a expansão do setor terciário. Na análise efetuada por Baganha (1998) à evolução do mercado de trabalho, no período 1981-1995, foram estudados os mercados de trabalho portugueses, os lucros económicos dos imigrantes, a economia informal e a forma como estes complexos fatores se inter-relacionaram. A autora concluiu que a economia portuguesa gerou uma procura de trabalho satisfatoriamente suprida pelos imigrantes, tendo sido geradas oportunidades para os trabalhadores com qualificações elevadas. Todavia, permitiu o aparecimento uma economia informal, nos segmentos de mercado de qualificações mais reduzidas, que gerou oportunidades para migrantes não qualificados e pobres, principalmente oriundos dos PALOP's. A participação dos trabalhadores imigrantes na economia informal (ou em mercados locais) depende de estratégias de obtenção de informação, o que evidencia uma estrutura de oportunidades localizada na lógica da procura e da oferta (Sassen 1991b e 1995).

A teoria da Economia Informal apresenta, todavia, uma forte limitação: a dificuldade de quantificação. A sistematização de Schneider (2005) surgiu como um dos métodos possíveis colmatar este problema. Este método de quantificação da economia informal baseia-se em dados obtidos em duas vertentes: o método direto (Inquéritos e auditorias) e o método indireto (Despesa-rendimento, participação na força de trabalho, transações, procura de moeda,

inputs físicos e modelos). No trabalho de 2005 o autor utilizou dados 110 países para daí extrair a importância da Economia Informal¹².

Apesar de tudo, nenhum dos métodos utilizados está isento de problemas. Na maior parte dos casos, os problemas estão mais associados às questões relativas aos dados a que o investigador tem acesso, do que propriamente o mérito relativo do método utilizado. Uma solução recomendável é a utilização simultânea de vários métodos para reforçar das estimativas alcançadas.

¹² Para mais detalhes consultar CEGEA (2008).

1.2.3 As Teorias das Estruturas do Capitalismo

Na análise e estudo das migrações internacionais alguns autores adaptaram um conjunto de teorias independentes que têm em comum o facto de explicarem as migrações inspirados nas teorias das estruturas do sistema capitalista. Estas teorias surgiram durante os anos 70 opondo-se à análise individualista dos fluxos migratórios como estes são vistos pelos neoclássicos (Bach e Schraml, 1989). Elas estudam as transformações em larga escala, chamando a atenção para as “graves desigualdades na distribuição do rendimento e as fortes disparidades na regulação dos poderes político e económico a nível mundial” (Figueiredo, 2005: 39).

Keely (2000) analisa como as teorias das estruturas do capitalismo propõem a divisão do mundo entre as economias capitalistas (desenvolvidas) e os países pobres, ou subdesenvolvidos, com relacionamentos de dependência, económica e ideológica, dos últimos face aos primeiros.

Nikolinakos (1975) entende ser importante, ao nível desta teoria, abordar o mercado de trabalho pelo lado da oferta, na medida em que também por este aspeto (e não só ao nível da procura) se pode atingir o equilíbrio no mercado, designadamente através do controlo do crescimento demográfico e do desenvolvimento harmonioso do capitalismo. Dessa forma, a regulação dos fluxos migratórios passa não tanto pelo equilíbrio no mercado entre oferta e procura, mas fundamentalmente por um processo de evolução do capitalismo que tenha em consideração os relacionamentos previamente existentes entre os países da periferia e do centro.

Para Petras (1981), os movimentos migratórios são parte integrante do capitalismo moderno e estão na base da emergência de um mercado de tra-

balho global. Na opinião deste autor a principal razão para os movimentos migratórios é a existência de espaços salariais diferenciados. A divisão entre países “desenvolvidos” ou centrais e “subdesenvolvidos” ou periféricas conduziu ao aparecimento do excesso de mão de obra. Esta situação fomentou os movimentos migratórios do centro para a periferia. Ou seja, estamos na presença de forças estruturais da economia mundial que, ao originarem diferenças económicas entre regiões, fazem aumentar movimentos migratórios. Esta teoria está relacionada com a teoria de mercado de trabalho dual, uma vez que os espaços situados nas zonas periféricas enviam emigrantes para os mercados secundários das regiões centrais.

As teorias que procuram explicar as migrações internacionais através de características das estruturas do sistema capitalista abrangem também a relação histórica entre os antigos colonizadores e colonizados¹³, pois as migrações contemporâneas devem muito à lógica pós-colonial, como atestam os exemplos da França e Grã-Bretanha ou mesmo, mais recentemente, de Portugal e Espanha. Na Europa, a maioria dos fluxos migratórios com alguma intensidade, em determinada fase, foram originários das ex-colónias (Corkhill, 1996).

A divisão internacional do trabalho deu-se sob as forças da globalização através da extensão do capitalismo às regiões mais afastadas (Kubursi, 2006). A globalização proporcionou uma elevada mobilidade do fator trabalho para os países desenvolvidos e, simultaneamente originou elos de união e conexão entre os vários mercados de trabalho (Rumbaut, 1991).

¹³ Em termos gerais esta situação manteve-se, sendo consensualmente identificados os países menos desenvolvidos, anteriores colonizados e os países que mais se desenvolveram, os colonizadores.

As teorias das estruturas do capitalismo procuram analisar os movimentos migratórios cujos protagonistas procuram postos de trabalho no mercado capitalista global (Petras, 1981). Regra geral estes fluxos dirigem-se para os mercados de trabalho dual. A lógica colonial e a globalização foram também mecanismos de produção de movimentos migratórios analisados por estas teorias estruturais.

1.2.4 A Teoria do Sistema-mundo

Esta teoria, criada por Wallerstein (1974, 1979 e 1986), constitui uma perspectiva macrosociológica que procurou explicar as dinâmicas entre a economia do mundo capitalista e o sistema social global. Numa primeira abordagem a teoria de Wallerstein (1974) caracterizou o sistema-mundo capitalista como uma divisão territorial do trabalho, no qual interagem a produção, as trocas de bens de primeira necessidade e as matérias-primas.

Esta divisão do trabalho refere-se às forças e relações de produção na economia mundial como um todo que conduzem à existência de duas regiões interdependentes: o centro (núcleo) e a periferia (Martínez-Vela, 2001). Estas regiões são geográficas e culturalmente diferentes, apresentando uma relação estrutural: o centro com foco em trabalho intensivo e a periferia no capital-intensivo de produção (Goldfrank, 2000). Os estados semiperiféricos que apresentam uma mistura de tipos de atividades e instituições funcionam como uma zona tampão entre o centro e a periferia (Skocpol, 1977).

Na teoria do sistema-mundo a tecnologia representa o fator central para o posicionamento de uma região no centro ou na periferia. Os países desenvolvidos situam-se no centro enquanto os países menos desenvolvidos estão na periferia. As regiões periféricas são estruturalmente constrangidas por este tipo de desenvolvimento ficando numa posição de subordinação relativamente às regiões centrais (Chase-Dunn e Grimes, 1995).

De acordo com esta teoria, a industrialização e o desenvolvimento agrícola são indicadores de desenvolvimento do modelo capitalista fundamentais para potenciar fluxos migratórios, particularmente quando estes ocorrem em condições económicas e demográficas desfavoráveis (Ricketts, 1987). Ainda

assim “quer as teorias o admitam ou não explicitamente, é a distribuição territorial (regional, central ou periférica) que conduzirá, por sua vez, a movimentos populacionais (migratórios) concretos” (Peixoto, 2004b: 24).

A Teoria do wallersteiniana do Sistema-mundo inspirou numerosos programas de investigação, designadamente, o estudo dos ciclos de negócios de longa duração, as dinâmicas do relacionamento entre o primeiro e o segundo mundo (Martínez-vela, 2001), os relacionamentos históricos entre antigos países que colonizados e os países colonizadores, entre outros. Na literatura são frequentemente mencionados os casos de Espanha e Portugal e as relações com as suas ex-colónias (Corkhill, 1996).

Sendo uma teoria interdisciplinar, a teoria do Sistema-mundo captou a atenção dos académicos de diversas disciplinas das ciências sociais, nomeadamente da sociologia, da história, da antropologia, dos estudos culturais e dos estudos do desenvolvimento. A abrangência e transversalidade das áreas académicas referidas refletiu-se na sua importância para a abordagem e melhor entendimento das migrações.

1.2.5 A Teoria das Redes Migratórias

As redes migratórias podem ser definidas como “[...] sets of interpersonal ties that connect migrants, former migrants, and non-migrants in origin and destination areas through ties of kinship, friendship, and shared community origin”. (Massey *et al.*, 1993: 440). Trata-se de redes que conectam migrantes através do espaço e que perduram no tempo.

Os movimentos migratórios, uma vez iniciados, fluem normalmente até se tornarem auto sustentados. As relações interpessoais dos migrantes nos países de origem e países de destino geram o aumento das migrações. Estabelecem-se então redes de informação, de ajuda e de obrigações entre imigrantes e entre os seus familiares e amigos, que já se encontram nos espaços de acolhimento. Estas redes unem populações migrantes e não migrantes dos espaços de origem e de acolhimento e asseguram que esses movimentos não são limitados no tempo, unidirecionais e permanentes (Boyd, 1989).

O estabelecimento de redes migratórias permite reduzir o risco de insucesso no ato de migrar pois a obtenção de postos de trabalho faz-se, frequentemente, através de conexões estabelecidas no país de origem (Massey, 1988). As redes migratórias baseiam-se normalmente nos laços de parentesco, os quais, fornecem o apoio social que possibilita um processo migratório mais seguro (Castles e Miller, 2003). Como escreve Meyer, “connections with earlier migrants provide potential migrants with many resources that they use to diminish the risks and costs of migration: information about procedures (technical as well as legal), financial support, job prospects, administrative assistance, physical attendance, emotional solidarity” (2001: 93).

Os trabalhos clássicos sobre a teoria das redes foram empiricamente fundamentados através da observação dos movimentos migratórios do continente europeu para a América desde o final do século dezanove e início do século vinte (Thomas e Znaniecki, 1918). Fatores como as experiências pessoais e relações sociais foram determinantes para que os migrantes incorporassem o destino americano nas suas alternativas de mobilidade (Tilly, 1990).

Atualmente, o dinamismo das redes migratórias internacionais despertou o interesse acadêmico (Boyd, 1989 e Gurak e Caces, 1992). As associações que vão sendo estabelecidas através das redes constituem um valioso capital social para os imigrantes. Estes utilizam-no para acederem aos postos de trabalho nos países de acolhimento que oferecem salários mais elevados e melhores condições de trabalho (Boyd, 1989). Vários foram os estudos históricos e empíricos que concluíram que a concentração de indivíduos de determinadas nacionalidades em certas cidades e a formação de grupos étnicos - facilitam os movimentos migratórios para essas mesmas cidades (Levy e Wadycki, 1973).

As redes constituídas pelas migrações variam consideravelmente nas suas características dependendo de fatores como a história da migração, os locais, as condições políticas nacionais e as características socioculturais do espaço de acolhimento. Shah e Menon (1999) estudaram empiricamente a variação dos tipos de redes que são constituídas através de classes profissionais diferentes, por exemplo os quadros superiores confiam mais em redes de colegas ou organizações e menos em redes familiares ou baseadas em imigrantes inexperientes. Como afirma Meyer, "as formas e características destas redes podem depender da sua composição - os amigos, parentes,

família, conhecidos, colegas profissionais, etc.” (2001: 93), mas o resultado da sua utilização é semelhante: a obtenção de determinadas posições sociais e laborais através de conexões pré-estabelecidas.

Os modelos explicativos da teoria das redes foram fortemente baseados na teoria das externalidades¹⁴ das migrações em rede (Bauer *et al.*, 2000 e Pedersen *et al.*, 2004). Os efeitos das redes encontraram-se essencialmente determinados por três variáveis. A primeira consiste nos sinais que os migrantes enviam para o mercado de trabalho local do país de acolhimento. A segunda tem por objeto o aumento da função utilidade dos migrantes relativamente à quantidade de bens disponíveis no espaço de acolhimento. A terceira reside na expectativa que os migrantes depositam na ajuda e acompanhamento nos processos de adequação e inserção daqueles que já se encontram nesse espaço (Bauer *et al.*, 2000).

Os modelos baseados na teoria das externalidades das migrações em rede pressupõem que os custos da realocização dos migrantes diminuem com o aumento do seu número. Este facto incentivaria o incremento dos fluxos e a aglomeração dos migrantes nesses espaços (Darvish-Lecker, 1990; Epstein e Hillmann, 1998). Aparentemente, esta linha de pensamento não colheu unanimidade junto da comunidade científica.

Segundo a teoria das externalidades das redes migratórias, a utilidade das redes dá-se a dois níveis: ao nível comunitário e ao nível da família. No primeiro nível são gerados incrementos na utilidade dos elementos da comu-

¹⁴ Também designadas de *Spillovers* são atividades que afetam terceiros, positiva ou negativamente, sem que esses tenham de pagar ou sejam compensados pelos efeitos advindos dessas atividades. Surgem quando os custos ou os benefícios privados não são iguais aos custos ou os benefícios sociais. Sobre esta temática consultar Gottlieb (1987), Grossman (1989), Stark (1991), Church e King (1983), Carrington *et al.* (1996), Chiswick e Miller (1996), Zahnister (1999) e Munshi (2001).

nidade de origem dos migrantes, enquanto no segundo são gerados incrementos na utilidade dos familiares e amigos dos migrantes (Carrington *et al.*, 1996).

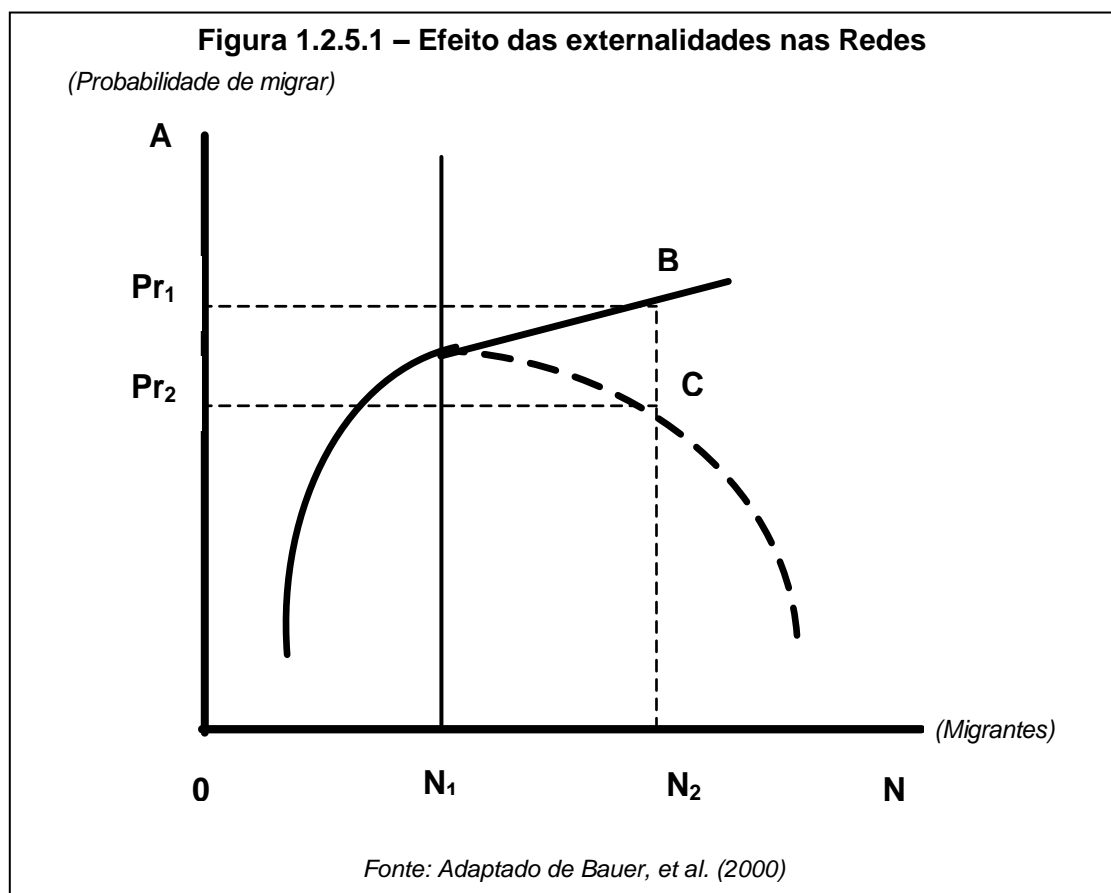
Contudo, a intensificação das redes pode trazer externalidades negativas, pois o aumento do número de imigrantes faz também aumentar a competição no mercado de trabalho, traduzindo-se na baixa dos salários. O desequilíbrio entre a oferta e a procura pode então resultar numa redução do bem estar dos imigrantes.

Bauer *et al.* (2000) estudaram as redes migratórias de imigrantes mexicanos nalguns Estados dos EUA e as suas conclusões admitiram a possibilidade de um efeito positivo no facto de um determinado número de indivíduos ter, inicialmente, migrado para aquelas regiões. Contudo, na presença de um número elevado de imigrantes em certos espaços de acolhimento, foram identificados efeitos negativos e fortes probabilidades do decréscimo da escolha desses espaços.

De qualquer forma, o dinamismo intrínseco aos movimentos migratórios não cessa mesmo que isso possa se possa traduzir em externalidades negativas (Epstein, 2002, Bauer *et al.*, 2000 e Heitmueller, 2003).

A figura 1.2.5.1 mostra graficamente os efeitos das externalidades da migração em rede. A reta A representa a probabilidade de migrar e a reta N o número de migrantes associados a essa probabilidade. Considera-se que os potenciais migrantes optam tendencialmente por espaços de acolhimento específicos, mesmo que aí se verifique uma forte concentração de migrantes (N_1). Esta circunstância conduz os migrantes já presentes nesses espaços a enviar “sinais negativos” para os potenciais futuros migrantes, pois as suas uti-

lidades decrescem na inversa medida em que aumentam os novos migrantes. Ainda assim, os potenciais migrantes consideram que subsistem probabilidades positivas para migrarem, baseados na informação que recebem daqueles que já se encontram no espaço de acolhimento. Apesar de receberem “sinais negativos”, os novos migrantes classificam a situação de potencialmente migratória e as suas expectativas tendem a seguir o fluxo migratório (Posição B) (Epstein, 2002).



Se a posição N_2 identificar um número mais elevado de migrantes induz os potenciais migrantes a optarem pelo mesmo destino. A probabilidade dos migrantes se deslocarem para os espaços de acolhimento dos outros situa-se na posição P_{r1} , contrariamente à posição inicial P_{r2} . A posição P_{r2} representa a probabilidade de um potencial migrante migrar para aquele espaço de acolhi-

mento se considerar apenas o efeito da externalidade da rede e não o fluxo de migrantes.

A teoria das redes dá ênfase às relações interpessoais que se vão estabelecendo entre migrantes, quer nos países de origem quer nos de destino. Da mesma forma que a teoria do sistema-mundo, esta teoria revelou a imprecisão sistemática com que os modelos económicos têm lidado com as migrações e com os seus efeitos (Malmberg, 2001). Este facto representa, naturalmente, uma forte limitação no estudo económico das migrações.

Na atualidade, as redes migratórias constituem as fontes de um valioso capital social que os migrantes mobilizam para alcançarem postos de trabalho nos países de destino. Apesar da forma e características das redes alterarem rapidamente, o resultado é, normalmente, o da obtenção de melhores condições do que aquelas que os imigrantes obteriam se a rede não existisse.

Os modelos de análise das migrações em rede apoiam-se na teoria económica das externalidades. O modelo apresentado na figura 1.2.5.1, procura demonstrar a relevância e importância das redes na opção de migrar. A existência de redes migratórias conduziu à inclusão, neste trabalho, da teoria que está por detrás da análise das Redes Sociais, que em seguida se apresenta.

1.2.6 As Redes Sociais

Embora de forma algo incipiente, a análise das Redes Sociais já se encontra há algum tempo nos estudos sobre as migrações (Massey *et al.*, 1987; Boyd, 1989; Kritz e Zlotnik, 1992; Portes, 1995; Tilly, 1990, Degenne e Forsé, 1999 e Martes, 1999). Quando aplicada ao fenómeno migratório, o conceito de Redes Sociais refere-se "às Redes construídas pelo movimento e contacto de pessoas através do espaço, estão no centro de microestruturas que sustentam a migração ao longo do tempo. Mais do que aos cálculos individuais de ganho, é a inserção das pessoas nestas redes que ajuda a explicar propensões diferenciais à migração e o carácter duradouro dos fluxos migratórios" (Portes e Böröcz, 1989: 612). Esta ideia consiste numa perspectiva microestrutural de análise dos fluxos migratórios que remete para a existência de sistemas migratórios que se baseiam na informação produzida e enviada pelos primeiros migrantes.

A consolidação das explicações das migrações através da teoria das redes sociais surgiu com os trabalhos de Fawcett (1989), Kritz e Zlotnik (1992), Stern (1988), Adepoju (1988) e Papademetriou (1988). Nesta teoria encontramos importantes fatores no acesso ao mercado de trabalho, ao alojamento, à circulação de bens e serviços, ao apoio psicológico, à reunião social e à informação económica dos espaços de acolhimento. As redes sociais frequentemente orientam os migrantes para destinos e ocupações específicas. Nesses destinos os mercados de trabalho locais ficam associados a redes específicas de laços interpessoais e organizacionais dos migrantes (Poros, 2001).

O estudo sobre o processo migratório mexicano conduzido por Massey *et al.*, (1987) constituiu uma etapa fundamental para a aplicação da noção de redes sociais às migrações, tendo sido a mais importante tentativa de operacionalização do conceito. O seu objetivo foi demonstrar os seis princípios que sintetizam o processo social da migração, entendido como dinâmico, cumulativo e estruturado. Inicialmente, (1) as migrações ocorrem a partir de desequilíbrio estrutural entre regiões de origem e de destino. (2) Depois de iniciado, o processo de migração seria sustentado por um fluxo contínuo de trocas, garantido pela criação das redes sociais. (3) A consolidação das redes possibilitaria a diversificação das estratégias migratórias, fortalecendo as organizações familiares e domiciliares. (4) A migração tenderia a ser autosustentável, (5) independente do tempo de duração dos fluxos migratórios e (6) reforçada periodicamente com a ação dos retornados (Massey *et al.*, 1987: 4-6).

Monica Boyd (1989), em grande parte baseada no estudo sobre as comunidades de migrantes mexicanos de Massey *et al.* (1987), sugere uma agenda para a investigação com: i) consolidação da perspectiva sistémica, porquanto as redes sociais representam um tipo de ligação (entre países ou regiões) dos movimentos migratórios; ii) investigação das condições estruturais características das áreas que enviam e recebem migrantes; iii) condicionantes do processo migratório (as políticas de imigração, esquemas de remessas financeiras, processos de adaptação e inserção do imigrante, etc.); iv) redefinição do conceito de redes sociais e sistema migratório.

Relativamente à redefinição do conceito de redes sociais, Boyd (1989) apresenta um avanço ao sugerir o aprofundamento das análises com base no estudo pioneiro de Granovetter (1973). Nesse estudo este autor mostra que

nas diversas situações sociais os laços fracos numa rede de relações pessoais (designadamente a amizade) proporcionam maior flexibilidade na circulação de informações relativamente à disponibilidade de novos empregos no mercado de trabalho, com maiores possibilidades de renovação social (Fazito, 2002). Porventura influenciada pela análise de Massey *et al.* (1987), Boyd segue utilizando a noção de redes sociais como redes interpessoais. O maior problema dessa abordagem é considerá-la como sendo exaustiva.

As propostas apresentadas por Boyd (1989) não esboçaram os meios operacionais que permitissem a exploração empírica das redes sociais. Embora o seu trabalho, mesmo não oferecendo uma perspetiva operacional satisfatória, apresentou alternativas mais objetivas sobre as redes sociais, que foram posteriormente aproveitadas por Tilly (1990), Gurak e Caces (1992) e Portes (1995).

As redes sociais podem ser interpretadas como fatores que favorecem a inserção dos imigrantes nas sociedades de acolhimento. Segundo Tilly, os movimentos migratórios em redes sociais produzem-se “...a partir de grupos de pessoas unidas entre si através de laços íntimos e destinos comuns” (1990: 83), devendo-se “pensar na migração como pensamos nas estruturas comunitárias: irredutíveis às características e intenções individuais” (1990: 88). Já numa perspetiva estruturalista e organizacional podem constituir processos coletivos de transformação social, definidos por estruturas sociais próprias a cada coletividade organizada localmente (Fazito, 2002).

Em *Transplanted Networks* Tilly (1990) analisa o caso concreto do processo de imigração dos Estados Unidos ao longo do século XX. Nesse estudo

explora os aspetos conceituais das redes sociais no processo migratório, contudo não operacionalizou.

Para Gurak e Caces (1992), as redes sociais ligam as populações dos espaços de acolhimento e de origem de forma dinâmica. O objetivo destes autores é mostrar como as redes sociais podem determinar as formas e a magnitude dos fluxos migratórios, reforçando o pensamento de Mabogunje (1970) que preconizava a análise do processo migratório como um sistema integrado entre países de acolhimento e saída de pessoas. Gurak e Caces avançaram relativamente a Boyd (1989) ao aprofundarem de forma mais sistemática e criteriosa a análise das redes sociais, entendendo que “as redes de migrações exercem uma influência poderosa sobre a seleção de quem imigra e quando” (1992: 155). Ainda assim subsiste a dificuldade na “mensuração e visualização empírica dessas redes que permanecem no terreno das conjeturas” (Fazito, 2002: 6).

No campo das limitações identificadas na teoria das redes sociais surge o facto da análise empírica das redes sociais em contexto migratório ser particularmente difícil de operacionalizar. Os estudos analisados (Massey *et al.* 1987, Boyd, 1989 e Tilly, 1990) apresentam algumas propostas para investigações futuras, no entanto, acabaram por não gizar os meios operacionais necessários a uma exploração empírica das redes sociais.

1.3 Outras contribuições teóricas para a compreensão dos fenômenos migratórios

Para além daquelas que foram apresentadas, outros contributos teóricos, provenientes de diversas disciplinas, têm vindo a ser usadas no âmbito do estudo das migrações, designadamente: a Teoria Institucional, a Teoria da Estruturação e as Migrações e a Teoria da Transição da Mobilidade que aqui analisamos.

1.3.1 A Teoria Institucional

A Teoria Institucional atende aos aspetos mais profundos e resistentes da estrutura social organizada segundo um conjunto de normas reguladoras do comportamento social. Esta teoria questiona a forma como essas normas são elaboradas, difundidas, adotadas e adaptadas no espaço e do tempo, e como entram em declínio e desuso (Scott, 2004).

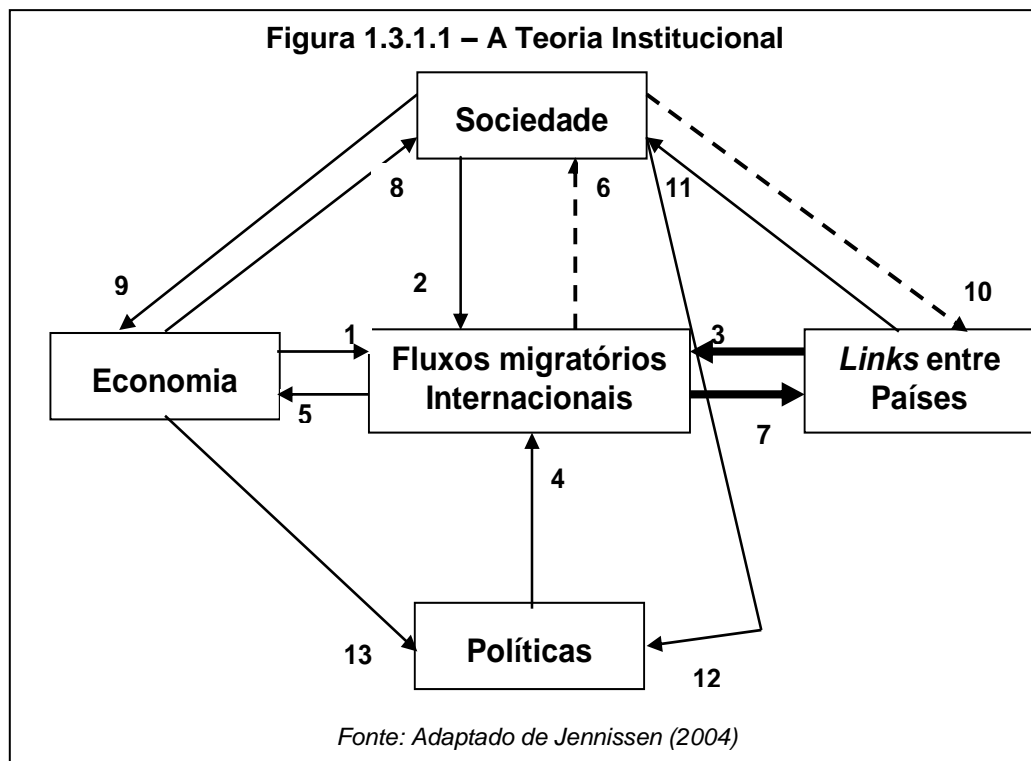
As raízes da teoria institucional baseiam-se nos fundamentos das ciências sociais, incorporando os contributos mais criativos de estudiosos que vão de Marx e Weber, Cooley e Mead a Veblen e Commons. Grande parte deste trabalho, realizado no final do século XIX e início do século XX, foi encoberto na economia, pelo pensamento dos neoclássicos, na ciência política pela teoria da uma escola da psicologia (*behavioralism*) e na sociologia, pelo positivismo (Bill e Hardgrave 1981; Hodgson 1994; Scott 2001).

No que diz respeito à ligação entre e as migrações e a teoria institucional Massey *et al.*, (1993) observaram que esta se centrou na análise das organizações lucrativas e não lucrativas que se dedicam a determinadas atividades, legais ou ilegais, de suporte aos imigrantes. As organizações que desenvolvem as atividades ilegais fornecem serviços e apoios a migrantes clandestinos nos mais variados aspetos como o fornecimento de contratos

simulados, a falsificação de documentos ou habitação. São, normalmente organismos associados a redes ilegais, ou organizações de combate pelos dos direitos dos migrantes e pela legalidade do processo migratório.

A figura 1.3.1.1 esquematiza a Teoria Institucional (Jennissen, 2004) a partir dos seguintes elementos: a sociedade, ou país de acolhimento, a economia, as políticas, as ligações entre países e uma componente central, os fluxos migratórios internacionais.

A Teoria Institucional apresenta algumas semelhanças com a teoria das redes. A sua principal faceta foi tentar explicar o porquê dos movimentos de saída nas migrações internacionais. Se admitirmos que os movimentos migratórios internacionais fortalecem as ligações materiais entre os países de origem e acolhimento essa realidade conduz uma redução de custos de deslocação entre esses espaços. Dessa forma, as futuras deslocações de migrantes passam a ser efetuadas a custos mais reduzidos (número 7).



Contudo, posteriormente, se ocorrer uma redução dos custos de mobilidade dos migrantes para um determinado limiar pode causar uma certa apreensão nos potenciais migrantes (número 3). O sentido do ciclo, identificado pelos números 7-3-7, reflete os mecanismos desenvolvidos por algumas instituições envolvidas nas deslocações dos migrantes. As instituições que trabalham com migrantes já instalados fortalecem as associações culturais entre os países (número 10), reduzindo, por exemplo, os custos psicológicos que podem ocorrer no processo de inserção nos países de acolhimento. Se atendermos ao facto das instituições acompanharem os migrantes instalados nos espaços de acolhimento, os sentidos das setas identificados pelos números 6 e número 10 podiam substituir o número 7, no sentido do ciclo inicialmente referido (7-3-7).

Conforme podemos constatar a Teoria Institucional encontra-se ainda pouco consolidada e a sua aplicação revela-se complexa. Dadas estas limitações esta Teoria não aparece por sistema ao lado das teorias mais estruturais na análise das migrações. No entanto, parece indiscutível a importância do “papel das Instituições na gestão das migrações, em particular do Estado, enquanto agente principal, nomeadamente através de políticas de imigração que leva a cabo” (Figueiredo, 2005: 46).

1.3.2 A Teoria da Estruturação e as Migrações

A teoria da estruturação foi proposta por Anthony Giddens (1984) e representou uma tentativa de reconciliação entre as dicotomias teóricas com que tradicionalmente se debatem as Ciências Sociais (tais como a agência e estrutura, subjetivo e objetivo) e as perspectivas micro e macro. Esta aproximação não se centrou no ator individual ou mesmo na totalidade dos atores em sociedade, mas sim num conjunto de práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo (Rose, 1998 e 1999). Esta teoria consiste naquilo que Gregory designa por “...an approach to social theory concerned with the intersection between knowledgeable and capable social agents and the wider social systems and structures in which they are implicated” (1994: 600).

As mudanças nas estruturas sociais provocam, naturalmente, alterações nas motivações para migrar. Como resultado dessas mudanças estruturais, as explicações para a avaliação das necessidades de migrar encontram-se fortemente associadas a complexos fatores de ordem social, política e económica (Wolfel, 2005). Na perspectiva de análise de Giddens a Teoria da Estruturação defende que os indivíduos e as forças da sociedade são influenciados pela constituição e pelas estruturas sociais.

A teoria da estruturação veio reforçar a análise da dinâmica dos movimentos migratórios, como parte de um processo global complexo. O grau de complexidade das migrações contemporâneas elevou-se em função dos processos de transição que estão em marcha nas diversas sociedades. Embora muitos estudos sobre os movimentos migratórios tenham incorporado a teoria social de Giddens, a maior parte não introduziu a totalidade dos elementos associados a esta teoria (Wolfel, 2005).

Ainda assim, todos esses estudos produziram reflexões sobre as vantagens da utilização de conceitualizações próximas desta teoria. Tammaru e Sjoberg (1999) defenderam a necessidade dos estudos sobre as migrações integrarem aproximações à teoria da Estruturação. Os autores sugeriram a utilização de aproximações qualitativas, nomeadamente a compreensão das motivações explícitas para a emigração e quantitativas, associando esta terminologia a algumas motivações que os migrantes não podiam explicar, designadamente os comportamentos irracionais nas migrações.

Goss e Lindquist (1995), nos seus estudos sobre as migrações nas Filipinas, mostraram a aplicação desta teoria às migrações em rede. Estes autores encararam o migrante individual como um agente socializado e entendedor das ações e regras pré-estabelecidas pelas instituições. Perante o quadro de informação disponível, a ajuda aos potenciais migrantes para se decidirem se a migração conduziu a uma melhoria na sua função utilidade ou no entendimento das oportunidades que se encontraram associadas a essa deslocação.

Como verificámos, a utilização do conceito de migração defendido por Giddens (1984) implica necessariamente rever a perspetiva individual e social das migrações. Admitindo-se que o agente individual decide com base em características pessoais, verifica-se por vezes, que esse agente não toma decisões completamente racionais sobre migração. O indivíduo toma decisões que originam consequências não intencionais, um elemento fundamental na teoria analisada. Giddens observa: “todo o seu trabalho como um projeto contínuo” (Bryant e Jary, 1991: 5) e a “teoria da estruturação como uma parte de um todo que é a minha produção teórica” (Giddens, 1991: 201).

1.3.3 A Teoria da Transição da Mobilidade

Como sequência dos processos de desenvolvimento económico observam-se transições suaves das fases de emigração para as fases de imigração. Ou seja, existe uma coerência entre os movimentos emigratórios e imigratórios e entre estes e as oscilações demográficas.

Por analogia com o modelo da transição demográfica, onde se observa que o declínio dos indicadores natalidade e da mortalidade obedeceram a uma lógica evolutiva com o caminho para a estabilização demográfica a ser explicado pelo desenvolvimento (Peixoto, 2007), nos estudos das migrações a única teoria que tentou criar um paralelo com a noção de transição demográfica foi precisamente a teoria da Transição da Mobilidade que foi desenvolvida por Zelinsky (1971).

Este autor tentou explicar, através de um modelo de evolução, de que modo as diferentes sociedades humanas passam de estádios mais primitivos para formas mais avançadas de mobilidade, onde se incluem os tipos recentes de circulação e a mobilidade virtual. Esta teoria relaciona a transição da mobilidade em todas as sociedades com os processos de desenvolvimento económico e de transição vital. Passou-se de uma época de migrações internas entre o meio rural e o urbano, para uma migração internacional uma circulação¹⁵ e interurbana.

A Transição de Mobilidade humana desenvolveu-se ao longo de cinco fases: (I) sociedade tradicional pré-moderna; (II) transição inicial; (III) transição madura; (IV) avançada; (V) sociedade futura super avançada (Zelinsky, 1971

¹⁵ Conceito que inclui as deslocações no interior de um perímetro cada vez mais amplo, sem mudança de residência.

e Gedik, 2005). A evolução destas fases alterou as formas de mobilidade espacial. As migrações internacionais atingiram o seu pico nas fases II e III (transição inicial e transição madura) para posteriormente diminuírem. As migrações de fronteira (internas) apresentaram um comportamento semelhante, anulando-se no final. A migração rural e urbana atingiu o seu auge nas fases III e IV (avançada e sociedade futura esperada), para na atualidade quase se anular. As migrações inter e intra urbanas apresentaram um registo crescente, com o grande impulso a ocorrer na fase III (transição madura) para, após esta fase, registarem um crescimento moderado. A circulação de migrantes demonstrou um crescimento permanente, de forma mais acentuada na fase IV (avançada). A migração potencial foi absorvida pela circulação de migrantes e encontrou uma tendência de crescimento desde a fase III (transição madura). Recentemente a circulação dos migrantes passou por dois níveis. No primeiro foram substituídas as migrações clássicas, em face das novas tecnologias de transporte. No segundo, a própria circulação dos migrantes foi substituída pelos sistemas de comunicação, devido às novas tecnologias de comunicação. As “viagens são tornadas redundantes pela transmissão mais eficiente de mensagens com objetivos de negócios, sociais e educacionais” (Zelinsky, 1971: 201-248 e Gedik, 2005: 2-3).

A teoria da transição da mobilidade consistiu num grande esforço de clarificação de alguns fenómenos modernos. Evidências empíricas como a diminuição dos fluxos inter-regionais de tipo rural-urbano e o aumento da interatividade urbana associadas à abertura de hipóteses em relação às possibilidades técnicas de interação à distância representaram alguns desses esforços. Com efeito, a ideia de que diminuiu a migração tradicional de longa

distância, aumentando a circulação entre meios urbanos era arrojada em 1971; a sugestão de que podia existir uma fase terminal da mobilidade, marcada por uma intensa interação à distância e uma menor deslocação física, foi-o ainda mais.

Apesar da diversidade espaço-temporal das dinâmicas migratórias, a análise mostrou a existência de certos padrões de evolução (Peixoto, 2007). São disso exemplo a passagem dos países da Europa ocidental de países de emigração para espaços de imigração após a segunda guerra mundial, transição que veio a ser observada na Europa do Sul nas últimas décadas do século XX, ou o declínio dos movimentos migratórios de sentido rural-urbano.

A análise das migrações tem evoluído entre dois pólos: a irregularidade das tendências migratórias observadas¹⁶ e a singularidade irreduzível dos factos migratórios. Essas circunstâncias estão associadas a realidades contextuais e não podem ser generalizadas rejeitando quaisquer formas de evolução única ou linear. A demonstração da existência de características comparáveis entre grupos de países permitiu ultrapassar a noção de que as migrações são apenas contextuais e efetuar algumas generalizações. Alguns estudos recentes sobre o modelo migratório da Europa do Sul (p. ex. King *et al.*, 2000) revelaram a existência de convergências próximas de lógicas transversais de evolução, mesmo quando se rejeita qualquer tipo de linearidade.

A enorme variação geográfica e temporal dos factos migratórios, dada a sua sensibilidade a variáveis contextuais e de curto prazo, foram fatores expli-

¹⁶ Acabou por esconder uma lógica estrutural na evolução que apenas uma observação de longo prazo ou uma teoria sólida podiam captar. A ideia de alguns padrões demográficos das sociedades de acolhimento ou de origem (a implosão e o envelhecimento, contra a explosão e a juventude) ou certos estádios de evolução socioeconómica (o aumento do nível de vida e das possibilidades de mobilidade social) que se encontravam associados a certas realidades migratórias iam nesse sentido.

cativos da sua imprevisibilidade. O estudo das migrações privilegiou análises contextuais, destacando a natureza singular dos movimentos que interligaram regiões geográficas específicas e a aleatoriedade de muitos processos. Apesar disso, algumas análises comparativas destacaram certas regularidades, tal como a mudança de padrão migratório que alguns países apresentaram no curso do seu desenvolvimento.

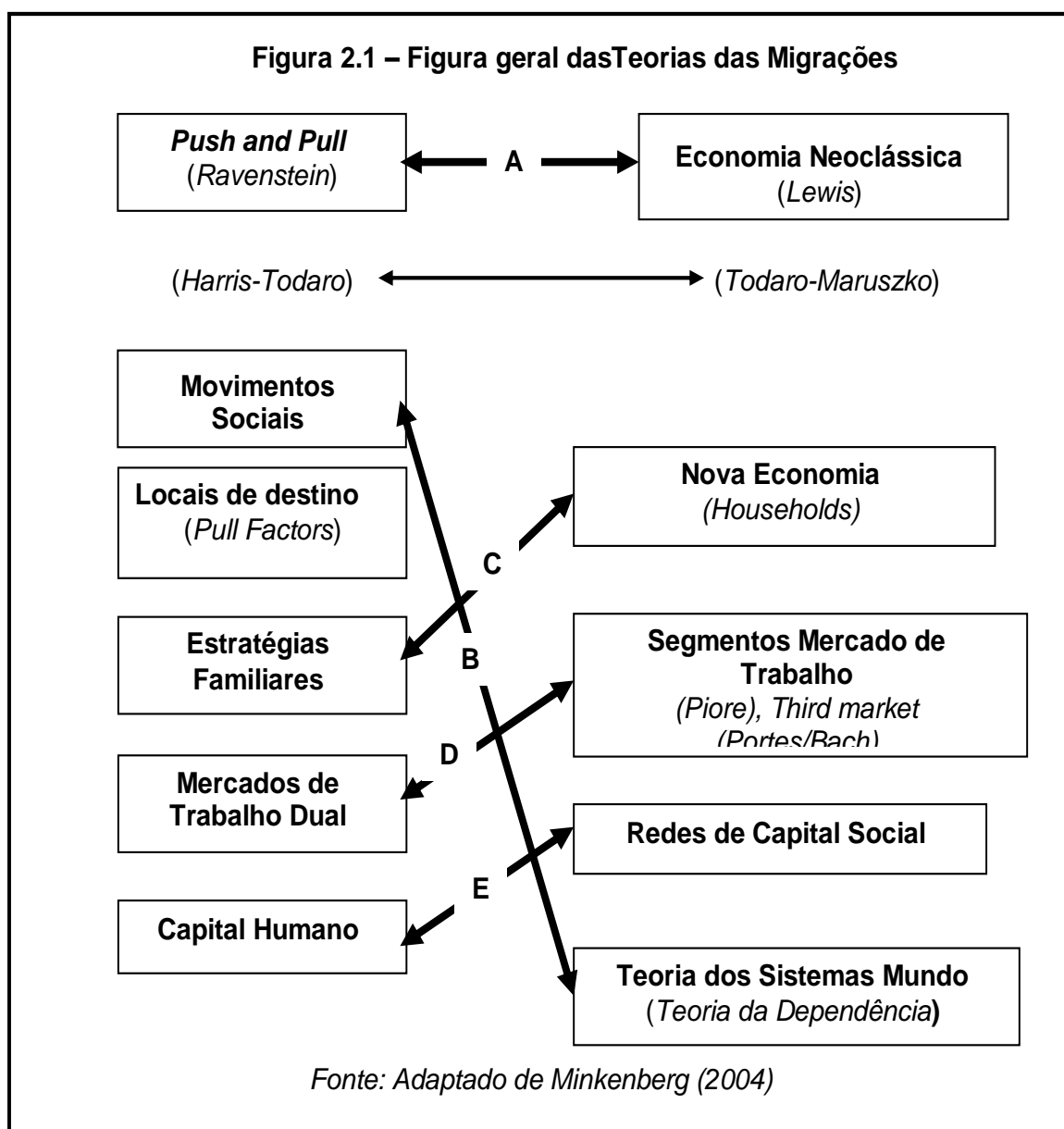
Os factos expostos na análise sobre a teoria da Transição da Mobilidade permitiram inferir e reforçar a complexidade, diversidade e amplitude implícitas nas análises e estudos dos movimentos migratórios. Por um lado, esta teoria foi criticada pela sua limitação temporal, por um certo eurocentrismo (Cadwalader, 1993; Woods, 1993; Zelinsky, 1993), pelo seu evolucionismo simples - apoiado na ideia de uma evolução linear das migrações - e pelo determinismo económico e tecnológico (Peixoto, 2007). Por outro lado, algumas das suas teses principais não foram validadas empiricamente, designadamente a ideia das migrações internacionais declinarem na contemporaneidade substituídas pela circulação entre cidades, que tem sido desmentida de forma sistemática. Jamais, como no final do século XX, as migrações internacionais foram tão intensas (cf., por exemplo, Castles e Miller, 1998).

Outra contradição desta teoria reside na forte irregularidade e falta de linearidade que se verifica nas dinâmicas migratórias. Observa-se, nas migrações, uma forte influência de fatores de curto prazo como as políticas migratórias, as fases dos ciclos económicos e a existência de acontecimentos indutores de migrações, quer nos países de origem quer nos de acolhimento. Certos fatores como a difusão de informação e a presença de inércias migratórias, causadas pelo funcionamento das redes sociais, permitem

suavizar as variações nos movimentos migratórios, mas não os anulam. A teoria transição da mobilidade não obteve projeção precisamente porque não respondeu totalmente a estas questões, razão pela qual, nos estudos das migrações, são reduzidas as referências a esta teoria.

2. Figura Geral das Teorias das Migrações

Tendo em conta os aspetos que têm vindo a ser apresentados, com base na proposta de Minkenberg (2004), inclui-se a figura 2.1 que agrupa as principais teorias das migrações e as ligações entre si. A organização dessa figura 2.1 distribui por duas colunas as teorias das migrações consideradas, ligadas por retas segundo a ordem identificada com as letras A a E. As ligações associações propostas entre as linhas teóricas são analisadas a seguir.



A letra A identifica a primeira ligação entre as duas grandes linhas teóricas das migrações: a teoria dos fatores de atração e repulsão (Ravenstein, 1884 e 1889) e análise às migrações defendida pelos neoclássicos.

Por sua vez, a Letra B identifica a segunda ligação proposta entre os movimentos sociais e a teoria do sistema-mundo (teoria da dependência). Os movimentos sociais representam um segmento dos movimentos migratórios incluído nas Redes Sociais, de difícil registo e quantificação. A sua ligação à teoria da dependência encontra-se associada a uma componente macro sociológica que procura explicar o dinamismo económico do capitalismo.

Através da letra C ocorre a terceira ligação entre as estratégias familiares dos migrantes, fortemente condicionadas por vários fatores, com as New Economics households (Mattila-Wiro, 1999). Esta teoria tentou explicar a complexa estrutura das households e os seus comportamentos.

A letra D indica a quarta ligação entre a teoria do mercado dual e os segmentos do mercado de trabalho, também designados por terceiro mercado.

Com a letra E surge a quinta ligação entre a teoria do Capital Humano e as Redes de Capital Social. Os migrantes ao constituírem redes de capital social desenvolvem as lógicas propostas pela teoria do Capital Humano (Mountford, 1997, Stark, *et al.*, 1998, Vidal, 1998 e Beine, *et al.*, 2001). Também Burt (2000) efetua uma revisão de argumentos e evidências sobre a relação entre redes sociais e capital social.

Relativamente aos locais de destino que Minkenberg (2004) não os ligou a nenhuma das linhas teóricas apresentados. De certa forma estão associados, direta e indiretamente às propostas teorias apresentadas.

Passados dois séculos desde a elaboração das “Leis das Migrações” de Ravenstein, estas continuaram a representar um marco teórico que tem balizado estudo e análise das migrações. Atualmente existe mais informação, tecnologia e conhecimento; introduziram-se modelos matemáticos, centrou-se a análise na vertente económica complementada por outras áreas do conhecimento. Porém, subsistem limitações na explicação exaustiva dos fenómenos migratórios. Essas limitações continuam a ser uma barreira a transpor, independente dos espaços de origem, de acolhimento, do tipo de movimentos migratórios e dos migrantes em causa.

CAPÍTULO II – UMA VISÃO HISTÓRICA DAS MIGRAÇÕES

Se as migrações são tão antigas quanto a história humana, o fenómeno das migrações económicas situa-se provavelmente como a forma mais velha das migrações.

(Chandrasekhar e Ghosh, 2004)

Na história, com maior ou menor intensidade, verificaram-se sempre “movimentos populacionais, em resposta ao crescimento demográfico, às alterações climáticas e as necessidades económicas” (Castles, 2000: 273). Ao longo dos tempos a problemática associada às migrações tem merecido amplo destaque nas reflexões sociológicas e económicas, em face do seu forte impacto nos países de origem e de acolhimento¹⁷. Consoante o momento histórico vivido, assim as migrações foram consideradas um fator benéfico ou prejudicial ao desenvolvimento, com implicações na formulação das políticas de imigração (Nyberg-Sorensen, *et al.*, 2002). Os movimentos migratórios assumiram maior ou menor preponderância conforme as diversas fases do pensamento histórico (Brettel e Hollifield, 2000), representando uma das variáveis com maior visibilidade no complexo processo de globalização mundial (Rourke e Sinnott, 2003).

Historicamente as migrações internacionais podem dividir-se em quatro períodos. O primeiro, designado pelo período mercantilista (1500 – 1800), caracterizou-se por migrações a partir da Europa, baseadas em processos de colonização e de crescimento económico originados pelo mercantilismo capitalista (Massey, 2003). Durante

¹⁷ A relevância, dinamismo e atualidade que as migrações assumiram em Portugal levou à criação do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P., um organismo para aprofundar o conhecimento sobre a realidade da imigração em Portugal ([www. http://www.acime.gov.pt](http://www.acime.gov.pt)). A nível internacional existem organizações que se mantêm atentas à dinâmica, filosofia e atualidade deste fenómeno transnacional. Destacamos a Organização Internacional das Migrações (OIM) (www.oim.com), dedicada à promoção das migrações humanitárias em benefício de todos os intervenientes, fornecendo serviços e aconselhamento a migrantes e aos governos. A OIM centrou a sua ação em quatro grandes áreas: desenvolvimento e migrações; facilitação de migrações; regulação das migrações e migrações forçadas; a *Organisation for Economic Cooperation and Development* (OCDE) tem acompanhado as migrações nas áreas da *governance* e dos serviços públicos (www.ocde.org); o *Migration Policy Institute* (MPI), organização não partidária e não lucrativa que se tem dedicado ao estudo do movimento de pessoas mundialmente (<http://www.migrationpoli-cy.org>).

este período, as migrações na Europa ocorreram fundamentalmente em espaços até então desabitados, designadamente nalgumas zonas da América, a África, a Ásia e a Oceânia (Tinker, 1995; Lucassen, 1995; Altman, 1995 e Hefferman, 1995). Neste primeiro período da história das migrações internacionais os migrantes foram divididos em quatro classes: a primeira, relativa ao número de grandes colonos agrários; a segunda, respeitante ao reduzido número de empresários e artesãos; a terceira, no reduzido número de empresas produtoras de matérias-primas para o crescimento da economia mercantilista Europeia e a quarta com os indivíduos condenados que eram enviados para as colónias penais (Massey, 2003).

O segundo período da história das migrações internacionais iniciou-se no princípio do século XIX e destacou-se pelo desenvolvimento industrial da Europa e a expansão do capitalismo de origem colonial no denominado novo mundo (Hatton e Williamson, 1998). No arranque do chamado período de industrialização registou-se um movimento de saída de 48 milhões de europeus que representaram cerca de 12% da população europeia, no final do século (Massey *et al.*, 1998). No período pós-Revolução Industrial assistiu-se a um dos maiores movimentos migratórios que a Europa conheceu com fortes impactos nos setores da Indústria e dos Serviços. Estes impactos situaram-se ao nível do mercado de trabalho, que não teve capacidade de resposta face à elevada procura por parte dos migrantes, os quais conduziram à migração de Portugueses, Espanhóis, Irlandeses, Ingleses, Alemães e Suecos para os territórios do novo¹⁸ mundo. Este ciclo migratório apresentou dois efeitos diretos, por um lado, reduziu a pressão demográfica na Europa, por outro fomentou o crescimento económico e populacional nos espaços de acolhimento.

O terceiro período da história das migrações internacionais iniciou-se após a Primeira Guerra Mundial. Os fluxos migratórios de larga escala na Europa deram lugar

¹⁸ Designação para os grupos de países EUA, Canadá, Brasil, Venezuela, Argentina, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul.

a quatro décadas de migrações condicionadas. Os anos vinte foram caracterizados pela ascensão do nacionalismo económico autocrático na Europa e nas Américas (Massey, 1995). As limitações chauvinistas acentuaram sucessivamente no comércio, no investimento e na imigração, reduzindo os movimentos internacionais dos bens, do capital e do trabalho. Entre as duas grandes guerras mundiais verificou-se um período de abrandamento dos movimentos migratórios internacionais causados, por um lado, por conflitos bélicos e por outro lado pela grave crise económica dos finais dos anos vinte¹⁹. Os conflitos devastaram e dificultaram a deslocação de pessoas, da maior parte dos países da Europa, o que originou a escassez de mão de obra necessária para a reconstrução. Esta crise económica trouxe restrições aos movimentos migratórios, com os países de origem a adotarem rigorosas políticas de controlo (com estabelecimento de quotas) e a desencadearem um combate contra a imigração clandestina. Durante a década de trinta houve um reavivar das migrações, embora sem grande expressão. Nos anos quarenta, a dinâmica dos movimentos migratórios foi influenciada pela Segunda Guerra Mundial. Após esse período assistimos a largos movimentos de refugiados e populações deslocadas que não se adaptaram suficientemente aos ritmos impostos pelo crescimento económico e desenvolvimento resultantes do conflito (Kay, 1995; Holmes, 1995; Noiriél, 1995 e Sword, 1995). A partir da Segunda Guerra Mundial verificou-se a retoma dos movimentos migratórios. Com a destruição da maior parte das infraestruturas dos países Europeus tornou-se necessário reconstruir e dinamizar a economia desses mesmos países, o que originou um ciclo migratório dos países confinantes com a Europa²⁰, com o Norte de África e Turquia, para os países da Europa Ocidental²¹.

¹⁹ Facto referido na literatura como a “grande depressão” que se iniciou 1929, nos EUA, com origem no *crash* da Bolsa de Nova Iorque e que rapidamente alastrou a todo o mundo. Esse facto causou uma forte estagnação da economia mundial e, conseqüentemente, dos fluxos migratórios. É referida como o principal fator explicativo para esse período negro da economia mundial (Rothbard, 2000).

²⁰ Neles se incluem Portugal, Espanha, Irlanda, Finlândia, Polónia, Itália e Grécia.

²¹ Designadamente a França, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Suíça, Áustria, Alemanha e Dinamarca.

O quarto período da história das migrações internacionais iniciou-se em 1960 e designou-se por período das migrações pró industriais. Nesta época assistiu-se a um corte relativamente ao que sucedeu, nesta matéria, até então, passando neste período, os movimentos migratórios a expandirem-se à escala mundial diversificando assim o número de países de acolhimento e de origem. Registaram-se movimentos migratórios dos países desenvolvidos do Terceiro Mundo para a Europa (Castles e Miller, 1993), com as migrações pró industriais “brought people from densely-settled countries in the earliest stages of industrialization to densely-settled post-industrial societies” (Massey, 2003: 3). A Europa, a Ásia e América Latina, com acentuado crescimento, tornaram-se espaços de acolhimento (Stalker, 1994 e Zlotnick, 1998). Alguns países da Europa Ocidental tornaram-se espaços de atração para imigrantes, designadamente a Alemanha, França, Bélgica, Suécia e Holanda (Anwar, 1995; Abad-Unat, 1995; Hammar, 1995; Ogden, 1995 e Hoffmann-Nowotny, 1995). O posicionamento dos movimentos migratórios em Portugal neste período será analisado posteriormente neste trabalho.

Durante a década de setenta, países como a Itália, Espanha e Portugal, que apresentavam séries longas de emigrações, começaram a receber migrantes oriundos do médio oriente e África (Fakiolas, 1995; Solé, 1995). Em 1973, a subida vertiginosa do preço do petróleo provocou uma forte crise económica com restrições dos movimentos migratórios para a Europa. Apesar disso, muitas das nações do Golfo Pérsico potenciaram fluxos massivos de migrações laborais (Birks e Sinclair, 1980; Abella, 1995). Na década de oitenta, as migrações internacionais expandiram-se ao continente asiático, não só para o Japão, mas também para países recentemente industrializados²² (Loiskandl, 1995; Bun, 1995; Fee, 1995 e Hugo, 1995). Durante a década de noventa continuou o crescimento dos movimentos migratórios internacionais, no caso

²² Tais como a Coreia, Taiwan, Hong Kong, Singapura, Malásia e Tailândia.

do México, isso deveu-se ao vasto processo de urbanização das cidades, à diversificação das atividades económicas e, essencialmente, à capacidade destes espaços gerarem postos de trabalho (Ibarra e Soloada, 2005).

Demetrios Papademetriou (2001) efetuou uma oportuna reflexão sobre as migrações internacionais e o futuro, na qual observou que, embora tenhamos assistido a um aumento nas últimas décadas, a evolução das migrações apresenta-se contínua, não demasiado acentuada, mas com uma distribuição estável ao longo dos últimos trinta anos. Todavia os impactos das migrações na dimensão das populações foram reduzidos. Referiu ainda nessa reflexão que o padrão dos movimentos migratórios na Europa, América do Norte e Oceânia foi de cariz inter-regional, assumindo uma dinâmica intrarregional na Ásia e África.

Os movimentos migratórios internacionais constituíram um importante fator no processo de globalização²³ caracterizado por extensos fluxos de capitais, bens, matérias-primas e informação, à escala global. Com o fim da “guerra fria” criaram-se as condições para que a economia global regressasse ao patamar de desenvolvimento alcançado no início da Primeira Guerra Mundial (Massey, 2003). Nesse complexo processo, os movimentos migratórios reassumiram a sua importância, essencialmente face à sua “magnitude, âmbito e complexidade [...], bem como, das dificuldades e das oportunidades que voltaram a representar” (GCIM, 2005: VII). Apesar da crescente consciencialização dos benefícios económicos, sociais e culturais produzidos pelas migrações, subsistiram problemas de ordem económica, política, social, demográfica e religiosa. O caso de maior expressão recai nos movimentos migratórios da Turquia²⁴ e

²³ Neste Capítulo analisaremos com mais detalhe este tema, assinalando-se as várias alterações introduzidas pelo processo de globalização, na medida em que “os Estados, as sociedades, as economias e as culturas, nas várias regiões do mundo estão cada vez mais integradas e interdependentes [...] as novas tecnologias permitem uma rápida transferência de capitais, bens, serviços, informações e ideias de um país e continente para outro” (GCIM, 2005: 1).

²⁴ A procura de trabalho pela população mais jovem e os problemas com o desemprego no país surgem como os fatores que tem encorajado a tendência crescente para a imigração. Como resultado destes fluxos migratórios, as migrações legais e ilegais continuam a persistir (Acma, 2002).

do Norte de África com destino à Europa. Atualmente, fatores como a mobilidade, a velocidade e transnacionalismo dos movimentos migratórios ocorrem de forma objetiva (Abreu, 2004), produzindo alterações na sua composição e deslocação (Kubursi, 2006).

O dinamismo e os potenciais impactos que os movimentos migratórios provocam nas atividades económicas, à escala regional, servem de base à presente investigação. Para tal desiderato, observamos alguns estudos que apresentam diferentes fundamentos e propostas. Destacamos os estudos de Barro e Salai-Martin (1991, 1992 e 1995) que demonstraram a existência de uma convergência condicionada nos Estados dos EUA e nas divisões administrativas do Japão, com base numa análise regional comparativa de regiões de vários países da Europa. Baseado em modelos de crescimento endógeno Bertola (1992) defendeu a não existência de convergência entre as regiões devido à força e mobilidade do fator trabalho. Concluiu que os movimentos migratórios incrementam as divergências entre os países de destino e de acolhimento. Rauch (1993) e Persson (1994) defenderam um modesto, mas positivo, efeito dos movimentos migratórios na velocidade de convergência, entre as regiões da Suécia. Cárdenas e Pontón (1995) concluem no mesmo sentido defendido por Barro e Salai-Martin (1991, 1992 e 1995), já referido. Faini (1996 e 2003), Reichlin e Rustichini (1998) efetuaram teste ao modelo de crescimento endógeno concluindo existir convergência entre as regiões da Europa, em termos teóricos e empíricos. Shioji (2001), nas regiões japonesas, tentou explicar a ausência de relacionamento entre as migrações e o capital humano dos países de acolhimento, facto que no seu entendimento diminui o ritmo de convergência regional.

O objetivo do estudo de Parikh e Leuvensteijn (2002) foi analisar os determinantes das migrações inter-regionais nas regiões da Alemanha depois da reunificação, entre 1989 e 1995 e Hazans (2003) analisou-os na região do Báltico. Ferreira, *et al.*, (2004) apresentou um conjunto de efeitos provocados pelas imigrações nas regiões

portuguesas, às quais se dará especial atenção. Rappaport (2005), baseado em simulações realizadas no modelo neoclássico de crescimento endógeno, concluiu que embora se estivesse na presença de convergência, a imigração diminuiu a velocidade dessa convergência face aos reduzidos incentivos ao investimento de capital nos países de origem. Este resultado sustentou-se na impossibilidade de alguns migrantes regressarem ao país de origem.

Larramona e Sanso (2006), com recurso às ferramentas de um modelo de crescimento endógeno, realizaram uma análise empírica sobre o efeito provocado com as migrações internas no processo de convergência das regiões espanholas. Concluíram que as essas migrações originam um “Gap” no desenvolvimento e a solução era estabelecer o equilíbrio entre as migrações internas e o rácio capital/trabalho.

Em Portugal deu-se especial atenção ao estudo sobre a mobilidade ocupacional do trabalho imigrante no país (Lages, *et. al.*, 2006). De abrangência nacional, este estudo constitui “um importante fator de ajustamento do mercado de trabalho, possibilitando um maior equilíbrio na procura e oferta de mão de obra” (Lages, *et. al.*, 2006: 1). As vertentes de análise foram: o enquadramento teórico e legislativo sobre a mobilidade ocupacional; a caracterização da população migrante em Portugal e da mobilidade dos trabalhadores imigrantes no país e o contexto empresarial. Globalmente no estudo observou-se cerca de 66% na mobilidade ocupacional, facto que indica a representatividade dos migrantes que se movimentaram entre, pelo menos, dois empregos, desde a sua chegada ao mercado de trabalho português. O trabalho de Reis *et al.* (2010) situou-se no desenvolvimento de uma análise de impactos da imigração na economia e na sociedade. Nas suas conclusões identificou onze domínios²⁵ onde se fizeram sen-

²⁵ Foram eles: a economia Portuguesa, a evolução da estrutura sectorial do emprego em Portugal, os sistemas produtivos regionais no país, a evolução demográfica, a geografia da imigração, a imigração e economias locais, o impacto das habilitações escolares e qualificações atribuídas na relação laboral, a imigração como fator de qualificação de territórios periféricos, a inserção laboral por setores de atividade económica, os trabalhadores científicos, a semiperiferia científica.

tir esses impactos e foram formuladas algumas recomendações²⁶. Todos os estudos referidos representam um suporte determinante na presente investigação.

Embora bastante centrados no impacto das migrações no mecanismo de convergência regional, estes estudos apresentam linhas de investigação, metodologias, tratamento de dados e conclusões a observar. Da análise efetuada resultou numa clara demonstração que os contingentes de imigrantes têm representado um papel determinante nas regiões periféricas do país, deficitárias demograficamente e de mão de obra qualificada, potenciando-se como uma importante variável de desenvolvimento regional (Reis *et al.*, 2010). Assinala-se assim que o impacto económico provocado nas atividades regionais, acompanhado de com outras motivações não económicas, representou um fator determinante na decisão de migrar (Pedersen, *et al.*, 2004).

²⁶ Tendo em vista melhor inserção dos imigrantes e o desenvolvimento do país, as recomendações são: os Imigrantes e os territórios de acolhimento, os Imigrantes e o desenvolvimento regional, os Imigrantes, o trabalho e empresas, os Imigrantes e a certificação de qualificações, os Imigrantes e a mobilidade científica.

1. Migrações: Conceitos, Tipos e Fatores do ato de migrar

Nesta investigação a palavra migração²⁷ designa a deslocação de indivíduos de um espaço para outro (região, país ou continente), normalmente à procura de melhorar as condições de vida²⁸. Esta definição encontra-se associada ao “movimento de uma população, temporário²⁹ ou permanente, de um local para outro” (Jackson, 1991: 7). Este conceito inclui duas vertentes que se encontram perfeitamente interligadas: o espaço e o tempo. Ambas surgem ligados ao lugar de origem e lugar de acolhimento, com a componente tempo a quantificar a duração da permanência num e noutra local (Poulain e Perrin, 1991).

Na literatura, surgem genericamente associados os conceitos de fluxos migratórios e migrações (Guibentif, 1996), todavia com significados diferentes. Na perspetiva da OIM (2008) os fluxos migratórios são um processo contabilizado de movimentos espontâneos (ou autorizados) de migrantes dos locais de origem para um ou mais locais de acolhimento. As migrações são movimentos de pessoas de um local de origem para um local de acolhimento, definidos através de uma divisão administrativa ou política, que desejam estabelecer-se definitiva ou temporariamente nesse local de acolhimento.

Nos documentos da OIM (2008) e NGS (2005) mencionam-se vários de tipos migrações, desde a tradicional imigração e emigração; as migrações internas e externas; as migrações voluntárias e involuntárias; as migrações de proximidade; as migrações em rede; as migrações de regresso; as migrações sazonais; as migrações permanentes altamente qualificadas, as migrações temporárias de baixas qualificações, as migrações familiares, as migrações prioritárias e coétnicas, os asilados e refugiados, as migrações indo-

²⁷ Etimologicamente a palavra é proveniente da raiz latina *migratio* que significa desloco-me.

²⁸ Melhorar o bem-estar (Alimentação, temperatura, trabalho).

²⁹ Nesta vertente, o migrante mantém o seu local de residência permanente, durante o período em que migrar para trabalhar noutra país ou região. Esta migração pode ocorrer em termos regulares ou sazonais (Jackson, 1991).

cumentadas e as migrações estudantis ou de visto livre (Beath *et al.*, 2006). Recentemente surgiram ainda as migrações circulares e os movimentos migratórios pendulares. Algumas destas designações expressam movimentos migratórios específicos e pontuais, em função do período em que ocorrem.

Nestas classificações, uma referência especial para a mobilidade internacional de pessoas (turismo), pela amplitude e impacto global porquanto, não sendo considerados migrações, compreendeu “o movimento em maior escala de bens, serviços e pessoas que a humanidade jamais viu” (Greenwood, 1989: 17), exceto em tempo de guerra. Se “a mobilidade das pessoas [...] é cada vez mais global [...] é o Turismo, e não as migrações, que constituem o essencial da mobilidade internacional de pessoas no nosso tempo” (Pires, 2006: 47). Se atribuirmos ao setor do turismo o fator fundamental da mobilidade internacional de pessoas, os números apresentados são objetivos, representando um revelante indicador de mobilidade (deslocações) de pessoas.

Quadro 1.1 - Chegadas de Turismo Internacional, 1990-2005

Chegadas do Turismo Internacional (Milhões)				Evolução (%)		(%)
Regiões/Anos	1990	2000	2005	2003/02	2005/04	2005
Mundiais	439.4	686.8	806.3	-1.8	5.5	100
Europa	252.6	396.7	449.0	1.0	4.1	55.7
Ásia e Pacífico	59.1	115.5	154.3	-8.2	6.9	19.1
Américas	100.3	116.1	137.1	-4.8	5.3	17.0
Médio Oriente	8.3	17.0	21.9	-2.1	6.9	2.7
África	10.0	17.7	20.3	1.1	8.2	2.5
Origem não especificada*	9.2	13.3	23.6	-	-	2.9
Mesma região	350.8	540.9	634.1	-1.4	-	78.6
Outra região	79.4	133.0	148.6	-3.5	-	18.4

Nota:* Países para os quais uma região de origem específica não foi localizada.

Fonte: UNWTO, 2006

Os dados da UNWTO, apresentados no Quadro 1.1, referem-se às chegadas de Turismo Internacional por locais nos anos de 1990, 2000 e 2005. Na análise dos registos para a Europa constatamos uma evolução de cerca de 253, 397 e de 450 milhões de

turistas, nos anos indicados. Estes registos expressam um acentuado movimento de pessoas com fins específicos, características e motivações diferentes das migrações. A complexa inter-relação entre o turismo e as migrações tem sido analisada desde o princípio dos anos noventa. Nessa análise, admitiu-se que os movimentos do turismo podem gerar novas ou adicionais formas de migrações. Isto acontece sempre que os turistas decidam fixar-se nos destinos que inicialmente eram os seus locais de férias, ou em regiões do seu próprio país, neste caso tratando-se de uma migração interna. O turismo pode também gerar outros tipos de mobilidade, incluindo os fluxos migratórios do trabalho.

As preferências dos turistas nalguns produtos e serviços³⁰ dos seus países de origem, presentes nos locais de acolhimento, contribuem para a migração de trabalhadores. A construção dos empreendimentos turísticos para a atividade do turismo nos destinos de acolhimento tem vindo a representar um movimento migratório permanente e temporário. Esta procura tem implicações nos recursos humanos necessários, ao nível da força de trabalho e qualificações para a edificação e gestão desses bens e equipamentos (UNWTO, 2006). Ao nível das qualificações das migrações na área da saúde referimos o movimento de médicos espanhóis³¹ contratados por unidades hospitalares da região do Algarve (Ribeiro, 2001; Baganha e Ribeiro, 2007 e Góis e Marques, 2007), apesar de ser ainda uma área de pesquisa escassa (Lowell e Gerova, 2004). Os movimentos associados ao turismo têm conduzido à aquisição de imóveis nos países de destino por parte de alguns turistas. Estes, após visitas turísticas regulares aos países de destino, acabam por se mudar definitivamente para esses

³⁰ Designadamente a culinária.

³¹ Em 2002 os médicos espanhóis a exercer em Portugal eram 983; no ano de 2003 eram 1090 e em agosto de 2006 eram 1965 médicos espanhóis (www.dmr.min-saude.pt/recursos_estatisticos_4asp; Ordem dos Médicos – Secção Regional Sul). Na amostra do Inquérito efetuado nesta Investigação foram inquiridos alguns destes profissionais de saúde.

espaços. Estes padrões migratórios podem ser identificados em vários locais³² (Pe-Pua, *et al.*, 1996), com tendência para se manterem.

Temos assistido a amplas discussões e reflexões sobre as razões associadas ao ato de imigrar. A decisão de migrar encontra-se condicionada por múltiplos fatores, dos quais destacamos as características da sociedade, a economia e a política do país de origem (Mesquita, 2002), a internacionalização da produção, os conflitos armados e o estrangulamento económico de países em vias de desenvolvimento (Ba e Brito, 2002). Também as diferenças na composição da população migrante, as circunstâncias associadas às origens e destinos potenciais para migrar e os fatores demográficos, sociais, culturais, de alojamento e habitação, espaço e ambientais (Champion, *et al.*, 1998), estão entre os múltiplos fatores. A literatura agrupa-os e classifica-os como determinantes das migrações.

Em vários trabalhos podemos observar a presença desses determinantes. Referimos os estudos de Ravenstein (1885 e 1889), Clark, *et al.* (2002) e Karemera, *et al.* (2000) que explicaram a presença de fluxos migratórios através do país de origem e Helliwell (1997 e 1998) pela presença dos efeitos da imigração fronteiriça para o Canadá. Nestes estudos encontramos alguns dos fatores do ato de migrar. No modelo de maximização do rendimento apresentado por Borjas (1994) foi questionado se as pessoas ponderavam a decisão de migrar, ou não, para outro espaço de acolhimento. Esta questão estava já no pensamento de Andrew Roy (1951)³³.

Apesar dos fatores citados tem prevalecido como o principal fator explicativo no ato de imigrar a dimensão económica (Ravenstein, 1885 e 1889, Castles, 2005b, Glover, *et*

³² P.ex. os migrantes provenientes de Taiwan Província da China e de Hong-Kong com destino à Austrália, mas também na região do Algarve.

³³ Defensor do modelo *self-selection* que procura descrever como os próprios trabalhadores ordenam entre si as oportunidades de emprego (Sattinger 1993).

al., 2001). A explicação pela prevalência deste fator na decisão do ato de migrar, está associada ao facto de existirem trabalhadores de baixas qualificações e trabalhadores desempregados nos países de acolhimento dos migrantes, que se encontram a competir por um posto de trabalho com os trabalhadores migrantes (Hix e Noury, 2005). Consequentemente encontram-se mais propensos para se oporem aos movimentos imigratórios, contrariamente aos trabalhadores qualificados ou mesmo os empresários nacionais (Scheve e Matthew, 2001). Este argumento baseou-se no pressuposto dos migrantes se encontrarem dispostos para aceitarem trabalhos com baixa qualificação e a remuneração dos países de acolhimento (Borjas, *et al.*, 1997). Entre outros impactos, a vertente económica associada ao ato de migrar apresentou efeitos diretos na oferta de trabalho e nos níveis salariais nos países de acolhimento. Nos países de origem representou um fator gerador de desigualdades, em face do envio das remessas³⁴ dos imigrantes (Ibarra e Soloaga, 2005). Os registos estatísticos do volume anual da imigração no mercado de trabalho dos EUA relacionaram inversamente com os salários médios dos trabalhadores de baixas qualificações (Butcher e Card, 1991, LaLonde e Topel, 1991). Admitiu-se que o fator económico nos movimentos migratórios produziu efeitos semelhantes nos países da UE, com base no pressuposto de alguns dos países da UE possuírem um mercado de trabalho com regras mais rígidas comparativamente às existentes para o mercado de trabalho Americano (Hix e Noury, 2005).

O estudo de Mayda (2005) aos determinantes não económicos centrou-se no modelo de análise da previsão do padrão da procura dos determinantes. O autor relacionou empiricamente fluxos migratórios bilaterais, normalizados pelas populações de origem dos países, com a vertente económica, geográfica, cultural e demográficas, sugeridas na lite-

³⁴ Para os países em vias de desenvolvimento esta questão assumiu enorme importância, "tanto ao nível macro, pelo aumento das reservas de divisas e do impacto positivo sobre a balança de pagamentos, como através da sua aplicação ao nível micro" (Abreu, 2004: 7). Acerca desta matéria e relativamente aos países desenvolvidos consultar o trabalho de Sander (2003).

ratura. As variáveis explicativas apuradas foram: oportunidade de rendimento nos países de origem e de destino relativas à desigualdade de rendimentos entre esses países, as distâncias e as fronteiras comuns entre os países de origem e de acolhimento, as ligações coloniais e linguagens comuns e as políticas legislativas para as migrações nos países de acolhimento. A estrutura etária da população dos países de acolhimento e das Redes foram efeitos referidos no modelo teórico como determinantes adicionais (Clark *et al.*, 2002).

Em termos genéricos, foram identificadas como as variáveis determinantes dos fluxos migratórios, concretamente: o PIB per capita e a taxa de emprego³⁵ quer nos países de origem quer nos países de acolhimento; a estrutura etária da população dos países de acolhimento, as tradições e as redes migratórias; os problemas étnicos, políticos, culturais; as barreiras linguísticas e de proximidade geográfica (Harris e Todaro 1970³⁶, Borjas 1994 e 1996, e Stark, 1991).

³⁵ O emprego representa um recurso escasso que poderá ser associado a diferentes mercados de trabalho. A teoria económica das migrações forneceu-nos a utilização do fator trabalho à escala das fronteiras internacionais. Esta teoria sustentou-se no propósito do comportamento dos indivíduos que migravam puderem obter algum benefício associado ao ato de migrar, em termos de satisfação psicológica ou rendimento (Borjas, 1989).

³⁶ A este propósito Ruangsiri (2003: 1) escreveu que a “present inequality and welfare analyses of the Harris-Todaro migration model where rural sector wage depends on the level of rural labour force”.

2. Globalização e migrações económicas

A globalização é um processo resultante da inovação humana e do progresso tecnológico, sendo o mais complexo processo de mudança em todas as regiões do mundo nos diversos níveis³⁷ (Castles, 2002). Surge associada a quatro fatores que estão interligados: o comércio, o movimento de pessoas e de capitais e a tecnologia. Estes fatores suportam o fenómeno da globalização baseado no aumento e rapidez das ligações. A globalização apresenta-nos dois aspetos base, “a vertigem das transações financeiras [...] e o uso de novos instrumentos comunicacionais, que dotaram as pessoas de uma intensidade relacional verdadeiramente original” (Reis, 2003: 2)³⁸.

Na UE o “processo de globalização conduziu à liberalização da circulação de capital, mercadorias e serviços, [...apesar] da circulação das pessoas [...] continuar a ser a sua vertente mais restrita” (Sharma, 2008: 1). Neste contexto, as migrações assumem importância “numa era de globalização, onde a mobilidade das pessoas é, também, cada vez mais global” (Pires, 2006: 47).

Para o conceito de globalização encontramos várias definições, dos quais destacamos as propostas de Globalization101, 2007, Rosenau³⁹, 1996, McGrew, 1990 e Cerny, 1995. Apesar desses contributos, para melhor compreensão do conceito de globalização, apresentamos a definição seguinte:

³⁷ Na economia, na tecnologia, na política, nos media, na cultura e no ambiente. Com ela os fluxos comerciais e financeiros tornaram-se mais simples e rápidos, produzindo o aumento da integração das economias no mundo (FMI, 2002) (www.imf.org).

³⁸ Retirado do texto de intervenção, apresentado na Sessão planetária de Encerramento da Conferência Internacional, “Inovação Tecnológica e Globalização: Implicação para os Países de Desenvolvimento Intermédio, promovido pelo Centro de Estudos Territoriais e Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica, no ISCTE-IUL, em Lisboa.

³⁹ Este autor apresentou a globalização com base numa diferença de termo com Globalismo e Universalismo. Por sua vez McGrew (1990) situou a globalização num conjunto de interligações que transcendem os limites das nações que compunham o sistema mundial e Cerny (1995) definiu a globalização a partir de uma lógica económica. Globalization101 (2007) definiu a globalização com um processo de interação e integração entre as pessoas, as empresas, os governos e as diferentes nações, num processo conduzido pelo comércio internacional e o investimento ajudado pela informação tecnológica.

“Um processo (ou conjunto de processos) que incorpora transformações na organização espacial das relações e das transações sociais – consideradas em termos da sua extensão, de sua intensidade, da sua velocidade e do seu impacto - gerando fluxos transcontinentais ou inter-regionais e redes de atividade, interação e o exercício do poder” (Held, *et al.*, 1999: 16).

Apesar do conteúdo do conceito de globalização variar muito foram sugeridas três abordagens propostas por Held, *et al.*, (1999). A primeira foi designada de hiperglobalizadores e evidenciou a lógica revolucionária das tendências da globalização, designadamente o crescimento global e rápido dos *media* e a mobilidade à escala global. Esta abordagem acabou por beneficiar apenas uma pequena elite de pessoas. O avanço descontrolado do crescimento provocou desemprego e exclusão social. As eventuais soluções estão no reforço dos estados-nação democráticos e, simultaneamente, na cooperação europeia que representou um contrapeso ao modelo de mercado livre americano⁴⁰.

A segunda abordagem foi designada por céticos. Estes centraram-se nos aspetos económicos da globalização que, apesar de reconhecerem as fortes intensidades dos fluxos transfronteiriços ao nível do comércio, investimento e mão de obra, defenderam não se tratar de circunstâncias novas. Os mesmos autores referem que os níveis atuais registados são equiparados ao período pós I Guerra Mundial. Os céticos consideram que cerca de 80% das trocas do comércio mundial efetuam-se entre as economias dos países desenvolvidos. Dessa forma, surgem designações para esses processos, designadamente o termo “internacionalização à globalização” (Hirst e Thompson, 1996) e a dinâmica da

⁴⁰ Sobre esta matéria consultar, p. ex., Beck (1997), na sua obra “*Was ist Globalisierung?*” (O que é globalização?) tentou contribuir para o diálogo global, distinguindo o “contextualismo universal ou relativismo”, uma atitude pós-moderna do “universalismo contextual”, que supera a alternativa rígida entre a afirmação de um (único) universalismo e a negação de todo possível universalismo; Martin e Schumann (1997) exploraram e explicaram o avanço da globalização e das suas consequências ao nível do emprego e da própria democracia.

“regionalização”⁴¹, em alternativa ao fenómeno da “globalização”. Tal circunstância poderia permitir aos Estados-nação manter uma posição de ascendência no sistema mundial.

A terceira abordagem designou-se por transformacionistas e admitia que a globalização era um fator resultante de processos interligados, entre os quais as alterações produzidas nas tecnologias, nas atividades económicas, na *governance*⁴², na comunicação e na cultura.

Apesar das diferenças existentes entre as três abordagens referidas, todas elas apontam e realçam os aspetos conceptuais da globalização. Na atual sociedade global encontramos dissimulada uma “hierarquia de domínio global na qual as regras do jogo da globalização⁴³ são controladas e monitorizadas pelos países economicamente ricos e politicamente poderosos do mundo” (King e Ribas-Mateos, 2006: 192). As pessoas surgem com menor mobilidade de circulação neste espaço global, quando comparados com outros fatores produtivos, agora menos livres para migrarem do que no passado. Este facto advém da liberdade de circulação das pessoas apresentar uma ordenação hierárquica bem definida, na qual os cidadãos dos países mais ricos circularam com facilidade em prejuízo da maioria dos cidadãos dos países pobres. Estes processos não conduziram à convergência global, pelo contrário, a globalização introduziu novas formas de estratificação social, com a exclusão e marginalização de indivíduos que importa reduzir para que os benefícios da globalização cheguem a todos.

⁴¹ Consultar, por exemplo, as explicações de Baldwin-Edwards (2004).

⁴² “The process of decision-making and the process by which decisions are implemented (or not implemented)” (UN, 2002: 1).

⁴³ Entre os quais se identificaram o comércio, os fluxos de capital, os preços das mercadorias, as comunicações e os regimes migratórios internacionais.

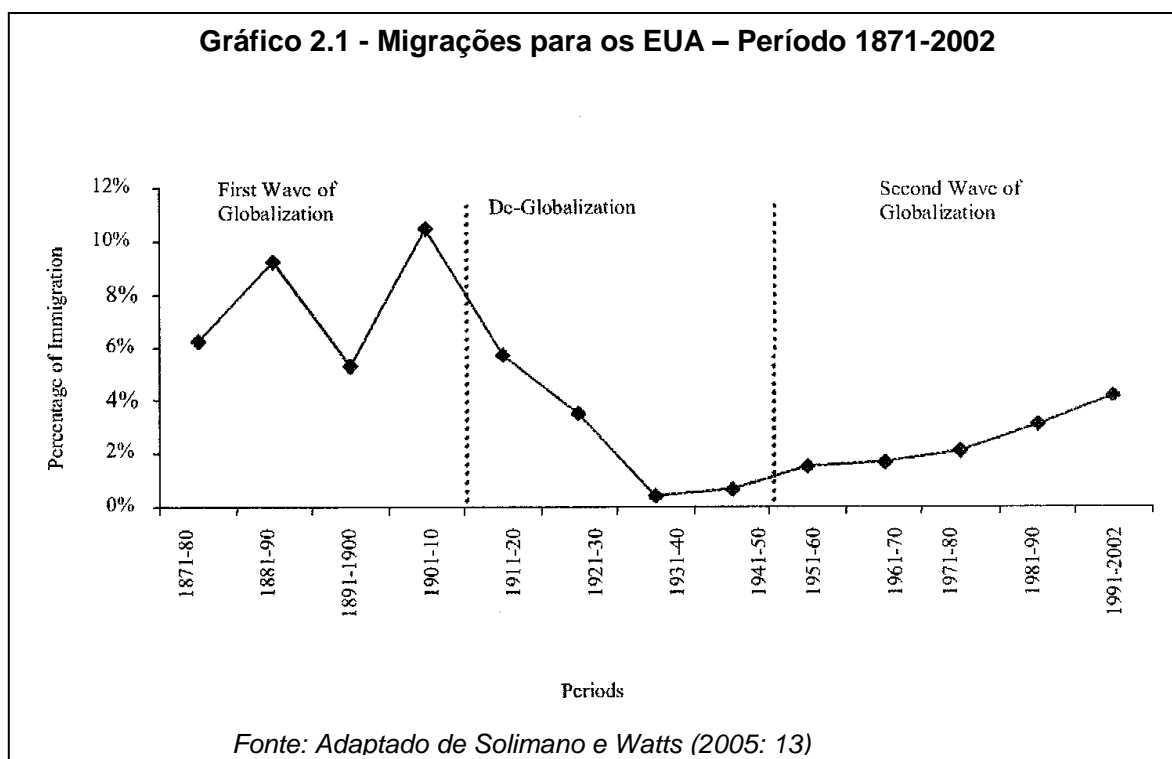
Na defesa dos aspetos positivos da globalização deve referir-se as explicações propostas por Silva (2002)⁴⁴, que apresentou a globalização como um benefício ao desenvolvimento e bem-estar das populações. Argumentou a sua posição com o facto da “pressão sobre os Governos no desperdício e na utilização dos dinheiros públicos, favorecer a eficiência na afetação de recursos e progresso tecnológico” (Silva, 2002: 2).

A grande questão que se coloca é a equidade na distribuição dos benefícios da globalização aos diversos países e indivíduos. Se os benefícios da globalização não alcançaram todos os países e no interior de “cada país os ganhos não ocorrem igualmente a todos os indivíduos [e se] distribuírem de forma assimétrica” (Silva, 2002: 2), estamos na presença de uma limitação. A distribuição de benefícios ocorre de forma mais equitativa nos países desenvolvidos, com recursos humanos e tecnológicos disponíveis. Nos países em vias de desenvolvimento, perante a escassez desses recursos, a equidade na distribuição dos benefícios apresenta limitações. Encontramo-nos assim na presença de uma distribuição não equitativa dos benefícios da globalização. Neste cenário torna-se necessário implementar políticas redistributivas à escala mundial, no sentido dos países mais ricos para os países mais pobres (Silva, 2002). Importa também acompanhar a evolução do conceito e análise dos seus reais impactos, circunstâncias que possibilitam uma distribuição mais equitativa dos efeitos positivos da globalização para as populações.

Em termos históricos, a globalização não é um fenómeno recente. O gráfico 2.1 mostra-nos a evolução das migrações para os EUA, distinguindo três períodos que se analisam.

⁴⁴ Sínteses da apresentação efetuada pelo autor no Centro Cultural de Belém, em 20 de outubro de 2008, no Congresso Nacional da ACEGE.

O primeiro período, compreendido entre 1800 a 1913⁴⁵, foi classificado como *The First Wave of Globalization* (Solimano e Watts, 2005). Esse período foi acompanhado por um vasto fluxo de migrações internacionais referidas na literatura como a “*Age of Mass Migration: Causes and Economic Impact*” (Hatton e Williamson, 1998)⁴⁶. Em termos geopolíticos foi um período que confirmou a cidade de Londres como o centro financeiro mundial e a moeda corrente inglesa, no contexto internacional do padrão de ouro. Numa primeira análise é notória a drástica redução das migrações para os EUA nas duas últimas vagas consideradas.



⁴⁵ Período caracterizado por massivos fluxos de capital, matérias-primas e trocas comerciais livres entre a Europa, América, Ásia e Pacífico (Massey, 2003). Migrantes Europeus deslocaram-se para um pequeno número de sociedades coloniais que se tornaram núcleos de rápido desenvolvimento e industrialização, com os EUA a absorverem cerca de 60% do total dos migrantes Europeus e cerca de 25% da Argentina, Austrália, Canada e Nova Zelândia (Massey *et al.*, 1998).

⁴⁶ Uma referência bibliográfica das migrações que “present the results of their reexamination of the causes and consequences of migration in the late nineteenth and early twentieth centuries. Their approach is quantitative and social scientific, eschewing micro-detail in pursuit of systematic patterns and central tendencies”. Revela-nos o precedente involuntário de redistribuição da população, entre 1850 e 1914, cerca de 55 milhões de Europeus migrar para para os Estados Unidos e Austrália. Manning (2005) enfatiza que esta obra não se situa apenas ao nível da Europa, com 50 milhões de Chineses e eo milhões de Indianos que também migraram (nem todos voluntariamente), primeiramente para ser serem trabalhadores não qualificados nas colónias Inglesas em África e no Pacífico.

Entre 1914 e 1945 ocorreu o segundo período designado de *De-Globalization* (Solimano e Watts, 2005). Este período iniciou-se com a I Guerra Mundial e permaneceu durante 30 anos, caracterizando-se por forte instabilidade económica⁴⁷ e turbulência política⁴⁸. As políticas migratórias adquiriram um papel importante na mobilidade internacional das populações⁴⁹.

Após 1945 impunha-se a reconstrução da Europa e a reposição do comércio e investimento entre as Nações, surgindo o terceiro período designado *The Second Wave the Globalization*. Entre 1945 e 1950, teve lugar um novo período de prosperidade e estabilidade na economia global que se prolongou até 1971. Em termos migratórios este período estimulou, no seu início, políticas de emigração mais permissivas nos países desenvolvidos. Nos anos setenta houve um retrocesso nessas políticas com indicações mais restritivas, designadamente para migrantes com baixos recursos e de reduzidas qualificações (Solimano e Watts, 2005). Tais restrições aos movimentos migratórios originaram um excesso na procura migratória. De tal forma que esse facto revelou-se um fator de pressão migratória e de imigração ilegal⁵⁰ (Hatton e Williamson, 2002), circunstâncias que alteraram significativamente a direção dos movimentos migratórios internacionais durante a segunda metade do Século XX.

⁴⁷ Salientam-se a elevada inflação, volatilidade macroeconómica e desintegração do mercado de capitais.

⁴⁸ Pós I Guerra Mundial desintegraram-se alguns dos principais impérios Europeus (Russo, Austro-hungaro e o Alemão). A recomposição da estabilidade económica e o equilíbrio geopolítico não foi tarefa fácil naquele período.

⁴⁹ Por exemplo: a Revolução Bolchevista que permitiu um significativo fluxo de emigrantes Russos, nos primeiros anos de revolução; o surgimento do nacionalismo e xenofobia na Alemanha permitiu a existência de fluxo de emigrantes, maioritariamente população judaica; o regime de Franco em Espanha desencadeou massivas migrações de republicanos derrotados e suas famílias de Espanha. Neste período os EUA seguiram política diferente, com implementação de políticas de restrição às migrações. Por sua vez a Europa não estava particularmente aberta às migrações no período entre as duas Guerras Mundiais.

⁵⁰ Predominantemente pela fronteira sul dos EUA e na Europa ocidental do leste e no sul. Aproximadamente 300.000 imigrantes ilegais entraram nos EUA todos os anos estimando, em 2005, que se encontravam a trabalhar ilegalmente nos EUA sete milhões migrantes (Passell, 2005). Enquanto 400.000 a 500.000 entraram na Europa ocidental. Foi estimado que os migrantes ilegais seriam entre 10% a 15% dos não oriundos dos países da OCDE, “*estimates annual worldwide illegal trafficking in people of about six million*” (Wickramasekera, 2002: 19).

Numa Europa em recuperação pós Guerra, uma percentagem elevada da população Europeia saiu para os EUA, Canadá, Argentina e Austrália na esperança de alcançarem melhores condições económicas. Mais tarde, durante os anos noventa foram muitos os autores que levantaram a discussão relativamente à relação entre globalização e as migrações internacionais (Castles e Miller, 1993; Stalker, 2000, Malheiros, 2001 e Castles, 2005a). Nesta altura, o termo globalização começou a ser incluído no discurso académico e nas agendas políticas. Em termos genéricos, a globalização possibilitou as rápidas interações que tiveram lugar ao nível internacional (Fonseca e Malheiros, 2003 e 2004).

Com a globalização operaram-se alterações nos fluxos de capitais que originaram uma realocização das fontes de mão de obra e produziram novas formas de competição internacional. Este conjunto de transformações económicas introduziu importantes alterações na estrutura e funcionamento dos mercados de trabalho na Europa ocidental e do Sul. A redução das disparidades económicas e sociais entre os diferentes países foi a melhor forma de diminuir a imigração (Castles, 2005b), que se apoiou em políticas adequadas no emprego, segurança social e educação. Na construção da UE, em conjunto com a abolição das suas fronteiras internas, colocou os países da Europa do Sul numa situação radicalmente nova. O seu papel tradicional de fornecedores de mão de obra inverteu-se a partir dos anos oitenta (Marques, 2005).

As migrações surgiram como um fenómeno transnacional que exige respostas globais. Na opinião de Ricardo Frattini (2006)⁵¹ as migrações eram um dos desafios mais visíveis da globalização, identificando-se uma globalização das migrações, face a uma “tendência para um número cada vez maior de países serem afetados pelos movimentos migratórios ao mesmo tempo” (Castles e Miller, 1998: 8). A diversificação dos países de origem dos migrantes aumentou. Esse efeito produziu impactos ao nível económico,

⁵¹ Vice-presidente da Comissão Europeia responsável pela pasta da Justiça, Liberdade e Segurança.

social e cultural nos países de imigração. Papastergiadis (2000: 86) constatou que “a migração continuará uma força dinâmica na constituição das sociedades modernas [...] e a globalização suscitará fluxos de pessoas que cruzam as necessidades económicas e as medidas políticas”. Desta experiência assinala-se a associação existente entre as migrações e a globalização e de que forma estes fenómenos interagiram. Ainda assim, “o papel específico das migrações na globalização não é muito claro [...], as migrações são tanto uma causa como uma consequência da globalização” (King e Ribas-Mateos, 2006: 193). Esta indefinição foi colocada em debate público (COM, 2005)⁵², relativamente à qual a UE⁵³ tentou lidar e adequar-se às dimensões do fenómeno migratório.

Em contraste com a visão apresentada das migrações na globalização analisamos a proposta de Baldwin-Edwards (2004: 9–20). Este autor questionou o facto de se associarem os fluxos migratórios existentes na Europa do Sul com o fenómeno da globalização. Apontou empiricamente a regionalização, conjuntamente com o funcionamento em rede dos sistemas migratórios, como as causas fundamentais. Admitiu que os atuais padrões das migrações colocaram desafios reais e atuais às sociedades e Estados. Na sua análise refutou as ideias defendidas pela globalização, que indicavam o aumento dos fluxos migratórios, acompanhados pelos fluxos do aumento do capital, uma situação dificilmente sustentada empiricamente.

⁵² A UE através da Comissão promoveu o debate público sobre a temática das migrações económicas. Nesse documento foram listados os procedimentos de admissão, para efeitos de migração económica, de nacionais de países terceiros, não contemplando a questão da livre circulação de cidadãos comunitários no interior da União. Os movimentos migratórios são uma área empiricamente testada (Hatton e Williamson, 1998 e Borjas, 2001) tal circunstância terá de ser combinada com as linhas políticas da União face às migrações.

⁵³ O facto das “pressões migratórias afetarem a Europa, de forma particularmente forte, devido à sua proximidade com as regiões mais pobres do mundo e com as regiões suscetíveis de serem mais afetadas por alterações climáticas. A situação cada vez mais difícil nas fronteiras meridionais e oriental exigindo uma resposta europeia vigorosa que combine fronteiras seguras, formas inovadoras de gerir as migrações assim como esforços convincentes para abordar as causas radicais das migrações: guerra, instabilidade e pobreza” (COM, 2007a: 7).

Dessa forma, Baldwin-Edwards (2004) sugere a introdução de três categorias de fluxos migratórios para testar os pressupostos da teoria da globalização. Essas categorias de fluxos migratórios são: os movimentos migratórios regionais⁵⁴, os movimentos migratórios globais⁵⁵ e as redes de migrações⁵⁶. Nestas três classificações propostas por Baldwin-Edwards (2004), Portugal reparte-se em duas delas, as redes de migrações e as migrações globais ou regionais. Facto verificado através dos recentes movimentos migratórios dos países de leste ocorridos nos últimos anos. Esta análise e classificação tiveram a devida ponderação na continuidade do estudo identificando e confirmando (ou não) estes níveis de fluxos migratórios para a região do Algarve.

Relativamente às migrações económicas⁵⁷, este conceito domina o fenómeno que representa uma das dimensões da teoria económica que procura analisar a afetação do fator trabalho através das fronteiras internacionais (Borjas, 1989). Pekkala (2005) apresenta-nos esta dimensão das migrações como um mecanismo capaz de gerar aumentos da força de trabalho. No seu entendimento, as medidas políticas deviam introduzir melhoramentos no emprego imigrante⁵⁸ e as políticas para as migrações económicas deveriam centrar-se na identificação das necessidades suscitadas pela economia. Tais necessidades são relativas à escassez de mão de obra em setores de atividades específicos (Zimic, 2005) que impulsionaram a procura de mão de obra, introduzindo o conceito de “fuga de cérebros”⁵⁹ nas migrações económicas. Nas últimas duas a três décadas esta designação

⁵⁴ Definidos como fontes contíguas ou próximas e países de acolhimento sem tradição em movimentos migratórios. Este tipo de migrações poderá ser por passagem de fronteira ou de origem pendular.

⁵⁵ Associados a migrações de longa distância provavelmente temporárias na sua natureza (ex: refugiados, migrantes económicos).

⁵⁶ Identificadas como migrações que seguem padrões prévios, tais como, ligações coloniais, migração familiar, ligações bilaterais entre países.

⁵⁷ Designação que tenta explicar o fator migratório numa lógica associada à possibilidade de obtenção de rendimentos mais elevados comparados com aqueles que o migrante auferiu no seu espaço de origem.

⁵⁸ O contexto de análise do autor situa-se na Finlândia.

⁵⁹ Conceito que surgiu na literatura, pós II Guerra Mundial, para designar os movimentos migratórios de mão de obra qualificada da Europa, destruída pela Guerra, para os Estados Unidos vencedor da Guerra. Este conceito foi um “reflexo de múltiplos fatores...a globalização económica, a expansão da economia mundial,

esteve um pouco adormecida na literatura académica e nas políticas, “after being actively debated in the 1960s” (Solimano, 2003: 7), tratando-se de uma dinâmica coexistente com os ciclos migratórios de saídas e regressos. Para os países desenvolvidos essas saídas não representam perdas permanentes de talentos. Verifica-se que as taxas de regresso oscilam de país para país. Nos países subdesenvolvidos as saídas e regressos são fortemente sentidas, porque as saídas de talentos eram uma evidência, o mesmo não sucedendo com os regressos.

A expansão económica e a rápida difusão do conhecimento, acompanhado pelo exponencial desenvolvimento das tecnologias, alteraram o mundo atual. A direção e magnitude dos movimentos migratórios continuam a encontrar-se sistematicamente influenciados por fatores de médio e longo prazo e de outros de natureza cíclica, tais como: o PIB per-capita, as diferenças de salários reais, o ciclo económico e prospetiva económica nos países de envio e acolhimento, os efeitos das redes (sociais), as políticas migratórias, os custos da migração, as diferenças culturais entre os países; distância e proximidade geográfica (Solimano, 2003). Na essência, esses fatores sustentam as migrações económicas na sua importância e complementaridade com os restantes vetores da economia.

Analizamos a globalização, do conceito à evolução até ao atual estágio. Temática de crucial importância, a todos os níveis, faz sentir os seus efeitos em todas as vertentes socioeconómicas, especialmente nas migrações económicas. Apesar dos movimentos migratórios possuírem a amplitude e margem de crescimento, permanecem em menor expressão que o comércio e os fluxos de capital, no fenómeno da globalização. Ainda assim, representam uma promissora forma de se poderem alcançar maiores benefícios

a competitividade entre países ou regiões,..., das diferentes políticas económicas e da educação prosseguidas nas últimas décadas” (Góis e Marques, 2007: 33). A evolução do conceito traduziu, no campo de investigação de Hillmann e Rudolph (1996), de forma mais ou menos explícita, o cruzamento da linha científica e a linha política. Atualmente derivam do conceito outros como *brain gain*, *brain circulation*, *brain wast* e transnacionalismo referidos e analisados por Góis e Marques (2007).

económicos à escala global. Entre as fronteiras a maior mobilidade do fator trabalho poderá elevar os fatores produtivos e o bem-estar económico dos trabalhadores em países desenvolvidos, mais do que qualquer política associada à globalização. Os movimentos migratórios devem assumir maior importância na globalização, contribuindo para reduzir as desigualdades nos trabalhadores mundiais (Freeman, 2006), apesar das migrações económicas representarem uma pequena parte dos movimentos migratórios internacionais.

A globalização fomentou o “desenvolvimento de novos centros regionais de atração e de novas bacias migratórias” (Pires, 2006: 47). Mas o problema não consiste em discutir se a globalização é apenas um fenómeno limitado (Petrella, 1996), se é fenómeno mais velho do que se supõe (Hirst e Thompson, 1996), ou se trata de um fenómeno passageiro, “o problema consiste em saber que outros fenómenos são hoje salientes na estruturação das sociedades, para além deste, e que configuram a globalização” (Reis, 2003: 3).

3. A Europa e as migrações

Com os descobrimentos portugueses do século XV a Europa tornou-se num continente de emigrantes que inicialmente os europeus tomaram como um desafio, mas que se transformou numa solução para os problemas da Europa moderna: as guerras, a fome, a perseguição política. Porém, o fim da Segunda Guerra Mundial, o Plano Marshall e o desenvolvimento do processo de integração europeia, permitiram à Europa ocidental iniciar um novo processo de consolidação e de crescimento económico. Com isso a Europa ocidental alterou o ciclo emigratório dos fluxos migratórios passando a receber imigrantes das antigas colónias (América, África e Ásia). (Ortega, 2007). As migrações internacionais para os países da Europa ocidental iniciaram-se no decurso da segunda metade do século XX em consequência das expulsões maciças de povoações e das perseguições políticas (Castles e Kosack, 1973; Stalker, 1994).

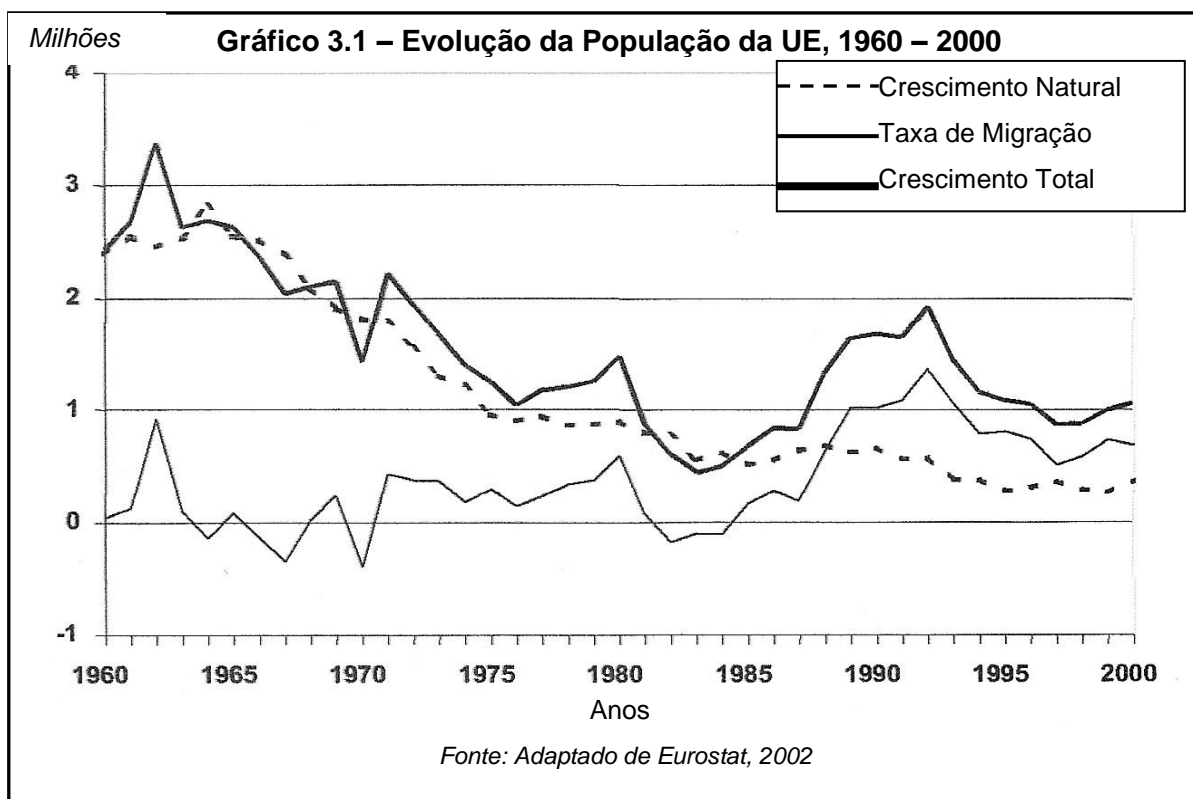
No período compreendido entre 1950 e 1970 muitos dos movimentos migratórios com destino à Europa eram intercontinentais. A partir de 1970 assistiu-se a um acentuado movimento migratório dos países do sul, concretamente a Itália, a Espanha, Portugal e Grécia, com mão de obra intensiva, para países do norte e oeste Europeu, designadamente, a Alemanha, a França, a Bélgica, a Holanda e a Suécia, que começaram a possuir capital intensivo mas apresentavam escassez de mão de obra (Martin e Miller, 1980; Schierup, 1995).

Na década de oitenta verificou-se um aumento dos fluxos migratórios a um ritmo contínuo, sob a forma de reagrupamento familiar, deslocações de refugiados e migrações laborais (Boswell, 2005). A partir de 1990 a imigração para a Europa apresentou números elevados. São exemplos desse dinamismo a Áustria, a França, a Alemanha, a Holanda, a Suíça, o Reino Unido e os Países Nórdicos.

Em 2000, o fenómeno migratório foi responsável por 65% do crescimento da população na UE, representando cerca de 56 milhões de migrantes. Este indicador demográfico colocou a UE como o maior espaço de acolhimento dos imigrantes internacionais (Kubursi, 2006). Ainda assim, trata-se um valor relativamente menor do que o que foi verificado em anos anteriores (74% em 1999 e 67% em 1998) (Eurostat, 2002).

Os fenómenos migratórios tiveram um impacto direto na demografia da UE. Sem a contribuição dos migrantes a população de vários países Europeus teria entrado em declínio. A taxa de crescimento bruta da população da UE aumentou ligeiramente em 2000, para os 2,8%, contra os 2,6%, verificados em 1999. Este incremento na taxa de crescimento bruta da população ficou a dever-se na totalidade às mudanças do Crescimento Total.

O gráfico 3.1 mostra-nos a evolução da população da UE, no período de 1960 a 2000, com base em três indicadores: o Crescimento Natural, a Taxa de Migração e o Crescimento Total. No período de 1960 a 1980, observa-se uma convergência na evolução decrescente dos indicadores Crescimento Natural com o Crescimento Total e a Taxa de Migração apresenta uma evolução crescente. De 1980 a 1985 a evolução dos indicadores estabiliza para, em 1985, o Crescimento Natural continuar a acentuar a sua tendência descida. Em 1998, a Taxa de Migração passou a acompanhar a evolução crescente do Crescimento Total. Entre 1995 e 2000, a evolução destes indicadores situou-se na escala de graduação até um milhão de pessoas, com a ordem decrescente seguinte: Crescimento Total, Taxa de Migração e Crescimento Natural. Assinala-se, na evolução da Taxa de Migração, os seguintes períodos com taxa negativa: nos anos de 1964, 1966 a 1968, 1970 e de 1982 a 1984.



Antes do alargamento, na UE a 15 países tinha 382 milhões de habitantes. Desde de maio de 2004, a UE a 25 países apresentou uma população total de 456 milhões de habitantes⁶⁰, com 8% dessa população total a ser constituída por imigrantes (34 a 37 milhões). Com o número de Estados-Membros em 27 países, a população europeia é de cerca de 492,8 milhões de habitantes (UE, 2007a).

Portugal acompanhou a tendência apresentada, sendo dos países da OCDE onde se verificou um maior aumento da presença de estrangeiros na sua força total de trabalho, concretamente de 0,5% para 2,2%, no período entre 1995 e 2000 (OCDE, 2001). Em 2006, os estrangeiros no país representaram 4,5% da população presente no território nacional e 6,5% da população ativa (OCDE, 2006).

⁶⁰ A diferença de 74 de milhões reportou-se aos habitantes dos 12 novos Estados-membros, que efetivaram o quinto e o sexto alargamento da UE, em 1 de maio de 2004 (Münz, 2004) e 1 de janeiro de 2007.

As projeções das Nações Unidas indicam que, entre os países desenvolvidos, as populações da Europa e do Japão registrarão até 2050 acentuadas tendências de envelhecimento (Moreira, 2008). Este cenário introduz uma pressão crescente nos sistemas de segurança social, designadamente o pagamento das pensões, face ao custo suportado por parte substancial dos rendimentos nacionais. Uma das soluções que têm vindo a ser apontadas para este cenário é o recurso aos imigrantes (Pedersen *et al.*, 2004; Lutz e Scherbov, 2006).

Em 2006, Ricardo Frattini reafirmou que as questões das migrações se encontravam no topo da agenda política global e, conseqüentemente, da UE. Nesse mesmo ano foi constituído um grupo de comissários de Estados-membros (COM, 2006) com a finalidade de refletir sobre a estratégia que a UE deveria implementar para dispor de uma política migratória mais ativa, interna e externamente.

A União Europeia elaborou um programa de abordagem global para as migrações, tendo como um dos vetores fundamentais, a imigração laboral (COM, 2006). Nesse programa, foi assinalada a importância do contributo das migrações, perante a oferta de emprego no mercado de trabalho. Ricardo Frattini (2006) alertou, seguindo a tendência dos fluxos migratórios em 2007, com o declínio da população ativa, numa UE a 25 países, com base na estimativa que, entre 2010 e 2030, tal implicará uma redução do número de trabalhadores de 20 milhões.

Este défice, a ocorrer, pode representar uma dupla necessidade: aquela que é gerada pela crise demográfica e a que resulta da evolução do mercado de trabalho. Contudo, esta dupla necessidade pode produzir um forte “impacto no crescimento económico global, no funcionamento do mercado interno e na competitividade das empresas” (COM, 2005: 4).

Apesar de a UE ser um vasto espaço territorial, no qual interagem e circulam livremente pessoas, bens e serviços, mercadorias e capitais, poderá vir a necessitar de migrantes com qualificações necessárias para garantir a sustentabilidade do mercado de trabalho, uma vez que concorre com outras regiões do mundo (COM, 2006). Esta necessidade de migrantes representa um duplo desafio: uma garantia para os pressupostos constantes das propostas e programas de ação, bem como da sua aplicação correta; e porque a indústria na UE compete com os reduzidos custos salariais da indústria asiática, em franca expansão. As respostas para esse duplo desafio surgem com a deslocalização industrial, para espaços com mão de obra disponível e de baixos salários, e a “abertura do mercado de trabalho aos migrantes que aceitam salários mais baixos relativamente aos trabalhadores europeus” (Ortega, 2007: 3).

A UE apresenta alguma dificuldade em lidar com o fenómeno das migrações, remetendo a resolução para os países de origem e para os países de acolhimento. Nesses países a UE procurou efetuar diplomacia económica, centrando a análise nos aumentos das saídas dos países de origem. Esta dificuldade, não sendo resolvida poderá ser “exportada” para o interior da Europa. A sua resolução poderá passar por uma lógica de equilíbrio entre a UE e os países de origem, na gestão dos movimentos migratórios, com a adoção de ações tendentes a promover um razoável equilíbrio entre a oferta e a procura de mão de obra. Esse equilíbrio deve estar presente no desenvolvimento das políticas migratórias da UE que assegurem “os benefícios potenciais dos países terceiros da migração laboral para a UE [estejam] conscientes dos riscos da fuga de cérebros e das suas consequências socioeconómicas para os países em desenvolvimento” (COM, 2006: 8).

3.1 O Quadro Legal

Na União Europeia vigora o “princípio da livre circulação”, constante da Diretiva 2004/CE/36, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, que objetivou simplificar ao máximo as formalidades do exercício de direito de residência dos cidadãos da UE e da sua família e o direito de entrada e de residência para todos os cidadãos europeus.

Até 1992, a regulação da imigração foi uma competência interna dos Estados-membros. Desde 1993, com o Tratado de Maastricht, também designado por Tratado da UE (TUE), foi ultrapassado pela primeira vez o objetivo económico inicial da Comunidade (constituir um mercado comum) dando-lhe uma vocação de unidade política tendo gerado “um paradoxo de fim de século de difícil administração” (Covas, 1997: 3). Incluiu a Carta Social Europeia, assinada por todos os Estados-Membros, com exceção do Reino Unido. O Título VI do TUE inseriu as políticas da imigração, que passou a representar uma questão de interesse comum, como parte do terceiro pilar relativo à cooperação policial judiciária, em matéria policial.

Todavia, a regulação das migrações para a UE dependia da cooperação inter-governamental, enquanto não existiu uma verdadeira política Europeia para esta questão. Durante este período, a UE não elaborou qualquer norma central em matéria de entrada e de permanência de cidadãos de países terceiros no espaço da União. Em 1998, contudo, foi elaborado plano de ação no qual constavam as medidas específicas no domínio das migrações (UE, 2002), nomeadamente a fixação de um calendário das medidas a adotar para alcançar estes objetivos nos próximos cinco anos, tendo sido, já nessa altura, mencionada a necessidade de uma estratégia global para este fenómeno.

No Tratado de Amesterdão, em aplicação desde 1 de maio de 1999, foram introduzidas alterações nalgumas disposições do Tratado da UE, sendo estabelecidos quatro grandes objetivos: fazer do emprego e dos direitos do cidadão o ponto fulcral da União; suprimir os últimos entraves à livre circulação e reforçar a segurança; permitir que a Europa faça ouvir melhor a sua voz no mundo; tornar mais eficaz a arquitetura institucional da União, tendo em vista o próximo Alargamento (CIEJD, 2006).

Com este Tratado criou-se um espaço de liberdade, segurança e justiça, tendo sido instituídas um conjunto de novas competências comunitárias, designadamente, a política de vistos, as condições de emissão de autorizações de residência aos imigrantes, os procedimentos de asilo e algumas regras em matéria de cooperação judiciária civil. A Convenção de Schengen foi também incorporada neste Tratado e o tema das migrações foi reformulado, com a inclusão do Artigo C, o qual veio regular as matérias de asilo e imigração.

A 1 de maio de 2004 ocorreu o alargamento da UE a mais dez países⁶¹, possibilitando a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capital, em todo o espaço da União, aos cidadãos desses “novos” Estados-membros. A proximidade geográfica, cultural e linguística dos países deste alargamento, bem como a existência de “pontes” migratórias entre si, implicou uma reunificação do mercado trabalho de bens e serviços Europeus. Esse facto induziu a uma nova e imprevisível mutação dos movimentos migratórios para o mercado de trabalho europeu, que se acentuou em 2007 com a inclusão da Roménia e da Bulgária, e deixou isolada a Turquia (Brochmann e Dolvik, 2006).

⁶¹ Chipre, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, República Checa, Eslováquia e Eslovénia (UE, 2004a).

Neste contexto, foram elaborados documentos e trabalhos que apontam para a necessidade de um posicionamento europeu face a esta situação (Gaubert, 2004; EU, 2003, 2004a e 2004b, COM, 2005). Esse posicionamento situou-se inicialmente na adoção de um conjunto de medidas de combate ao sentimento de insegurança associado à imigração com a finalidade de assegurar um tratamento equitativo dos cidadãos de países terceiros (Gaubert, 2004). Estão incluídas nesse conjunto de medidas: a luta contra as discriminações, a facilitação no acesso à educação, ao mercado de trabalho, o debate sobre a participação dos migrantes no processo democrático; a integração social mediante a participação acrescida dos atores locais, a integração cultural e religiosa dos imigrantes, a inclusão da sociedade civil nos processos dessa integração, a criação de normas específicas para os grupos mais vulneráveis e a difusão de melhor informação junto dos cidadãos da UE.

A história da UE fornece algumas indicações sobre o modo como as migrações têm vindo a ser tratadas no seu seio (Kunz e Leinonen, 2004 e UE, 2007). Cada um dos processos de alargamento a novos Estados-membros foi acompanhado com os receios de acentuadas vagas migratórias que acabaram por não acontecer (Pécoud e Guchteneire, 2005). Alguns Estados-membros da UE impuseram restrições temporárias à mobilidade dos cidadãos dos novos dez Estados-membros resultantes do alargamento de 2004. Essas imposições foram efetuadas com recurso a políticas migratórias (acerca desta temática consultar Ardittis, 1990, Rocha-Trindade, 1990, Soares, 1990, Callovi, 1992, Fielding, 1993, Werner, 1993, Carvalho, 1995, Convey e Kupiszewski, 1995, e Peixoto, 1996), um mecanismo legal, que não possibilita uma «suficiente liberdade» de circulação na UE (Penninx e Muus, 1989).

A UE disputou com as outras regiões do mundo (p.ex: EUA) um espaço de acolhimento para migrantes qualificados. Uma realidade irrefutável, decorrente da

necessidade das principais regiões do mundo satisfazerem a oferta de trabalho emergentes das suas economias. A atratabilidade da UE com os migrantes qualificados foi complementada com o recurso à criação do “Cartão Azul Europeu, idêntico ao Cartão Verde Americano” (Frattini, 2006: 1). Este documento tem um funcionamento semelhante ao de uma autorização de residência e de trabalho, aplicável no país de acolhimento. Com a sua emissão, os países desenvolvidos remetem para segundo plano as necessidades de crescimento/desenvolvimento dos países de origem dos migrantes qualificados.

Em 2007, durante o período da presidência conjunta da UE, entre Alemanha e Portugal, foram dados passos concretos na construção de uma política de imigração. Na agenda dessa presidência constou uma abordagem global das migrações, onde se procurou uma “aplicação da abordagem global das Migrações em África e no Mediterrâneo através de parcerias entre a UE e os países africanos e mediterrâneos de origem e trânsito de movimentos migratórios, promovendo-se canais legais de imigração. Destacou-se a migração circular, a ajuda ao desenvolvimento, a readmissão e a luta contra a imigração ilegal e o tráfico de seres humanos.” (Presidência Portuguesa da UE, 2007a).

No caso da presidência portuguesa, destacam-se os seguintes eventos: a reunião de Altos funcionários EUROMED, organismo composto por partenariado Euro-Mediterrânico, foi criado em 1995, envolve os 27 países da UE e dez países parceiros mediterrânicos: a Argélia, Autoridade Palestiniana, Egito, Israel, Jordânia, Líbano, Marrocos, Síria, Tunísia e Turquia, na área das Migrações, em Lisboa (13JUL07); a reunião informal do Comité de alto Nível Imigração e Asilo, em Lisboa (04-05SET07); a Conferência de Alto Nível sobre Imigração Legal, em Lisboa (13-14SET07); que, segundo os seus organizadores, representou “uma boa oportunidade para lançar um debate aberto sobre o desenvolvimento de uma abordagem glo-

bal das migrações: uma política global para um problema global [debateram-se] problemas da imigração legal, da integração dos imigrantes e da contribuição das migrações para o desenvolvimento” (Presidência Portuguesa da UE, 2007b); a sessão pública apresentação respostas Livro Verde Asilo, em Bruxelas (18OUT07); a 9ª. Reunião Ministerial Euro Mediterrânica de Negócios Estrangeiros, em Lisboa (05NOV07), onde foi acentuada a necessidade de a UE ampliar o estímulo ao processo de integração da região do Magrebe Árabe e a reunião Ministerial EUROMED sobre Migrações, em Albufeira (18-19NOV07) (MAI, 2007), onde foram discutidos os aspetos económicos das migrações, nomeadamente as remessas de emigrantes, importante componente do orçamento de muitos países da margem sul do Mediterrâneo, e o microcrédito, vertente que assumiu maior relevo enquanto mecanismo inibidor da emigração. A dimensão empreendedora dos movimentos migratórios está associada a vários fatores. Desde logo, “a facilitação do acesso ao crédito e o papel do microcrédito e do apoio à criação de microempresas” (Vitorino, 2006: 37). A conjugação destes fatores “representou alavancas de potenciação do espírito empreendedor dos imigrantes e de instrumento de articulação da imigração e do desenvolvimento” (Vitorino, 2006: 37). Os eventos referidos expressam a importância das migrações para a UE.

Como se verifica nesta análise, o quadro legal da UE sobre as migrações apresenta-se como um processo dinâmico e contínuo que deverá ter acompanhamento, monitorização e avaliação dos impactos produzidos que permitam introduzir fatores de ajustamento e correção.

3.2 Cenários de evolução

Em 2002, numa comunicação da Comissão ao Conselho e Parlamento Europeu foi referido que a “taxa líquida anual oficial de imigração para a UE era de cerca de 2,2 por 1000 habitantes” (COM, 2002: 9)⁶². Trata-se, ainda assim, de um valor inferior ao das taxas de imigração dos países tradicionalmente de destino, como os EUA e o Canadá. Nesse documento foram identificadas as seguintes causas nos países emissores para o fenómeno migratório: fraco crescimento económico, repartição desigual dos rendimentos; excesso de população estreitamente relacionado com o forte crescimento demográfico, elevadas taxas de desemprego, conflitos armados e limpezas étnicas, violações dos direitos do homem, perseguições, degradação ambiental em geral e governação deficiente.

Os movimentos migratórios para a UE que têm sido mais mediatizados foram os do Norte de África para o Sul de Espanha; aqueles que foram originados pelos problemas político-económicos na região dos Balcãs e, fundamentalmente, aqueles que estão relacionados com o complexo processo de adesão da Turquia. Este último poderá mesmo redefinir o problema das migrações para a Europa.

A complexidade do problema turco é tal que, perante o potencial migratório dos cerca de 70 milhões de habitantes turcos, não é possível prever o número de trabalhadores turcos que deixariam o seu país (Teitelbaum e Martin, 2003) no caso de adesão da Turquia à UE. Esta situação depende naturalmente da evolução das economias turca e europeia (Pécoud e Guchteneire, 2005).

A Comissão Europeia reconheceu o impacto produzido pela redução populacional e envelhecimento demográfico na economia, acentuando a necessidade de rever as políticas de imigração de longo prazo (COM, 2003). Dessa forma, as preo-

⁶² No ano 2000, chegaram à UE cerca de 680.000 imigrantes.

cupações associadas ao fenómeno imigratório foram objeto de uma comunicação da Comissão Europeia ao Conselho e ao Parlamento Europeu (UE, 2004b) na qual eram estabelecidas as seguintes prioridades: o reforço dos direitos fundamentais e de cidadania; definição de uma abordagem equilibrada sobre a migração; instauração de procedimento comum em matéria de asilo; a maximização do impacto positivo da imigração e o desenvolvimento de uma gestão integrada das fronteiras externas da União.

A Europa Ocidental representava um dos principais espaços de atração das migrações mundiais. Foram contabilizadas 1,4 milhões de entradas anuais na Europa, um valor absoluto 1,5 vezes superior aos registos de entrada verificados nos EUA e Canadá (Wenden, 2005). Em 2005, no Livro Verde sobre a abordagem da UE à gestão da migração económica, foram mencionados os "procedimentos na admissão para efeitos de migração económica de nacionais de países terceiros" (COM, 2005: 3). Em 2006, a comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, constou uma abordagem global das migrações conducente a uma política global dessa matéria na UE (COM, 2006). A referida comunicação "propunha um conjunto de medidas concretas que constituíam uma abordagem global em matéria de migrações que deviam servir de base para prosseguir o debate" (COM, 2006: 2).

Durante vários anos prevaleceu na Europa o entendimento de uma política de migrações assente na retórica de "imigração zero e numa confiança cega na iniciativa individual e de funcionamento dos mercados como instrumentos de integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento" (Vitorino, 2006: 22). Nessa lógica, foram adotadas políticas de imigração restritivas, com alguma indefinição relativamente ao fenómeno. Mas a perceção das pressões imigratórias na Europa foi superior à que é revelada pelos números, o que se deve ao desfasamento existente

entre “o que na opinião pública passa por ser a imigração desejável e o que é imigração real” (Pires, 2006: 48).

Durante os últimos trinta anos, com maior crescimento nos anos noventa do século XX, grande parte dos Estados-membros da UE implementaram várias medidas para reduzir a imigração. Recentemente, países como a Alemanha, o Reino Unido, a França e os países escandinavos regularam o “descontrole” no acesso e na residência com pacote legislativo para as migrações.

Ainda assim, o tema das migrações na UE tem apresentado alguma “hesitação” na determinação de políticas orientadoras. Esta hesitação baseou-se no problema demográfico e no equilíbrio necessário do sistema Estado-providência. Apesar de alguma indefinição na conceção de políticas orientadoras e de uma tendência restritiva na regulação das migrações, o sentido da evolução da demográfica e do mercado de trabalho na UE constituem oportunidades para os movimentos migratórios, na perspectiva de estas virem a colmatar as necessidades nessas áreas.

Neste complexo processo a UE pode explorar “as potencialidades oferecidas por novas migrações, em especial a migração circular” (COM, 2006: 7) que, na perspectiva da Comissão Europeia, foi definida como “a form of migration that is managed in a way allowing some degree of legal mobility back and forth between two countries” (COM, 2007b: 8 e COM, 2007c). Para tal, a UE deverá monitorizar regularmente as atividades migratórias em decurso, permitindo-lhe uma avaliação e adequação na execução das políticas migratórias na UE. O processo de gestão das migrações na UE não deverá ser apenas focalizado nos níveis nacionais e europeus, deverá integrar também a dimensão regional e local.

4. Evolução das migrações em Portugal

Recorrentemente verificámos na história portuguesa o dinamismo da emigração e imigração. Estes fluxos apresentaram várias fases, muitas delas passaram quase despercebidas, não obstante “Portugal não pode negar a sua vertente migratória constituindo esta valência uma forte componente estrutural da sociedade portuguesa” (Meleiro, 2004). A análise da estrutura da emigração e imigração não deve circunscrever-se ao “saldo contabilístico” que os registos revelam. As migrações, independentemente da sua direção, reforçaram as estratégias de “vai-e-vem que podem prosseguir após os picos migratórios e desenvolvem redes transnacionais em que o capital, os bens, a informação e a cultura circulam” (Malheiros, 2005: 252).

Neste ponto analisaremos o período que vai de 1960 até à atualidade, subdividindo-o em quatro fases. A lógica subjacente a esta divisão resulta da articulação entre o dinamismo das migrações e os marcos políticos, sociais e económicos mais importantes da história portuguesa durante esse período.

A primeira fase, de 1960 a 1973, caracterizou-se pela de reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial. A procura de mão de obra verificada então na maior parte dos países da Europa, aliada às dificuldades socioeconómicas que Portugal vivia (Guerra colonial, regime político, etc.) acentuou a corrente emigratória para aqueles países. Este período culminou, em 1973, com a grave crise económica mundial que retraiu os movimentos migratórios. Em Portugal, em termos imigratórios, este período não foi relevante. Este facto foi comprovado pelo número de trabalhadores cabo-verdianos que preencheram a necessidade de mão de obra no país, provocada pela forte emigração dos cidadãos nacionais para a Europa (França) e Américas. Após este período foi anunciado o final do ciclo de emigração para a Europa, ou mesmo a sua extinção (Paiva, 1985).

A segunda fase consiste no período que vai de 1974 a 1986. Este período iniciou-se e finalizou-se com dois importantes factos políticos. O primeiro facto foi a Revolução de abril de 1974 que veio a introduzir alterações políticas e económicas no país. O segundo foi a adesão de Portugal à CEE, em 1986. Em termos migratórios, o complexo processo de descolonização marcou fortemente esta fase, que redimensionou a imigração e reduziu os movimentos emigratórios. Estima-se que, durante este período, afluíram a Portugal entre 650.000 a 800.000 repatriados ou retornados, com qualificações profissionais e escolares médias ou elevadas (Machado, 1999). Assistiu-se à fixação de minorias étnicas no país⁶³, oriundas dos PALOP's. Durante este período Portugal acentuou a característica migratória de país de acolhimento.

A terceira fase iniciou-se em 1987 indo até 1999. Tratou-se de um período fortemente impulsionado pela plena adesão à CEE. Em 1993, com o Acordo de Schengen, a Europa formou uma fronteira única pelos países subscritores. Este facto permitiu a livre circulação de pessoas, bens, mercadorias e capitais no Espaço Schengen. Nos anos noventa verificou-se um acentuado movimento imigratório, constituído principalmente por imigrantes do Brasil e dos países de leste “encaminhados” por redes de imigração. Estes grupos de imigrantes acabaram por constituir mão de obra disponível para o mercado de trabalho português, em detrimento dos imigrantes dos PALOP's.

Em 2000, iniciou-se a quarta fase que decorre até à atualidade. Neste período deu-se um reforço da lógica imigração que vinha da década de noventa e, simultaneamente, um dinamismo irregular da emigração. Portugal assumiu então uma lógica dualista: como país de origem e de país de destino.

⁶³ Estes imigrantes apresentavam níveis de escolaridade baixos disseminados pelo setor da construção civil e obras públicas, os de sexo masculino, e nos serviços domésticos e de limpeza os de sexo feminino.

As duas últimas fases mencionadas apresentaram como característica dominante a situação de clandestinidade para muitos imigrantes (Cunha, 2002). Durante estes períodos identificou-se um processo de fratura social entre os imigrantes de ascendência africana, que entraram no país em 1974, e os que chegaram nos anos oitenta (Marques, *et al.*, 1999). Este facto assumiu importância na análise da situação social das denominadas “segunda” e “terceira” gerações de africanos em Portugal.

Nos pontos seguintes, far-se-á uma análise mais detalhada dos períodos referidos acima.

4.1 Período 1960 – 1973

Durante este período Portugal estava sob o regime político do Estado-Novo. Foi um período de mudanças provocadas pela internacionalização da economia e uma significativa taxa de crescimento económico. O atraso económico e de desenvolvimento do país, relativamente a outros países europeus, teve como causas as duradouras políticas “protecionistas” para o setor da indústria, na competitividade, na inovação, nas tecnologias, e também, no sacrifício do setor agrícola em prol do desenvolvimento industrial (Marques, 1988).

A abertura da economia portuguesa ao comércio europeu favoreceu a entrada de Portugal na EFTA⁶⁴, em 1959, tendo-se tornado num dos países fundadores desta organização.

A EFTA resultou da resposta de alguns países⁶⁵ à criação do Mercado Comum Europeu. Trata-se do primeiro processo de abertura da economia⁶⁶ ao exterior, em

⁶⁴ Associação de comércio livre entre os países que a compunham (Grã-bretanha, Suíça, Portugal, Irlanda, Dinamarca, Áustria e Noruega). Portugal fez um percurso na EFTA, entre 1960 e 1985 e, posteriormente, na Comunidade Europeia, a partir de 1986. Este trajeto influenciou a economia, particularmente através dos fluxos comerciais que foram reforçados. A EFTA quase limitou a sua influência aos valores do comércio, com reduzido apoio financeiro proporcionado pelo Fundo EFTA aos países que a integraram (Porto, 2000).

concreto aos países europeus⁶⁷. Em poucos anos Portugal obteve um crescimento do investimento externo, nunca antes verificado, e uma certa abertura às economias externas. As empresas industriais instalaram-se com o objetivo de produzir para exportar. Foram liberalizadas, com algumas reservas, as trocas comerciais com países terceiros. Durante este período o indicador da produção industrial apresentou índices de crescimento em certas fases que atingiram os 20%. Pela primeira vez surgiu uma alternativa industrial aos empregos no setor agrícola. Este facto implicou uma nova organização do mercado de trabalho, com salários mais elevados e maior durabilidade no emprego (Barreto, 2002).

Entre os anos de 1960 a 1973, o país apresentou um crescimento médio do rendimento nacional, por habitante, superior a 6,5 %, ao ano. Foi o período de maior crescimento económico em Portugal coincidente com o “desenvolvimento do comércio externo, o fomento da exportação, a adesão à EFTA e o esbatimento do protecionismo” (Barreto, 2002: 70).

Perante a consciência de que os movimentos migratórios para as colónias produziam um acentuado êxodo rural, nas zonas onde prevalecia o setor primário essencial para a modernização do país, o Estado-Novo viu-se obrigado a adotar uma linha progressiva de liberalização da emigração. O Estado-Novo, além de controlar os movimentos das emigrações, retirou daí benefícios (Baganha, 2003). A emigração interessava ao Estado-Novo porquanto “aliviava as tensões de grandes áreas do país, nomeadamente o Norte e o interior e as remessas financeiras dos

⁶⁵ Grã-Bretanha, Suíça, Noruega, Dinamarca e Portugal. A Finlândia e Islândia vieram a aderir mais tarde. Em 1973 a Grã-bretanha e a Dinamarca, acompanhadas da Irlanda, abandonaram a EFTA e passaram a pertencer ao Mercado Comum (Comunidade Económica Europeia).

⁶⁶ Especialmente nos setores do comércio e indústria.

⁶⁷ O produto industrial português cresceu significativamente, no período compreendido entre 1960 e 1965, em face dos efeitos produzidos pelo enquadramento internacional. Assim, cerca de 80% das exportações para países da EFTA aumentaram mais de 140% nesse período. As exportações totais portuguesas foram de 76% (EFTA, 1969 e Pintado, 1967).

emigrantes, após estes se fixarem, constituíam um substancial apoio à balança de pagamentos“ (Barreto, 2002: 8).

Nesta década a emigração portuguesa, que tradicionalmente apresentava como países de destino dos emigrantes portugueses o Brasil, EUA, Canadá, África do Sul e as colónias portuguesas (Angola e Moçambique), direcionou-se preferencialmente para a Europa, designadamente para França⁶⁸. O saldo migratório anual⁶⁹ foi superior ao Crescimento Natural⁷⁰. Em termos absolutos esta diferença entre estes indicadores demográficos representou um decréscimo da população. Como fatores explicativos para este fenómeno de emigração massiva encontramos a crise do setor agrícola⁷¹, a total incapacidade dos outros setores económicos em absorver a população rural que abandona os campos, a falta de mão de obra em muitos países da Europa, a fuga à Guerra Colonial e à repressão política do regime, os desequilíbrios da estrutura económica do país (Nunes, 1964; Almeida e Barreto, 1976; Serrão, 1977 e Godinho, 1978) e o desnível salarial entre Portugal e os países de acolhimento (Baganha, 2003).

No Quadro 4.1.1 podem-se observar-se os registos das migrações portuguesas para os países de destino mais relevantes, nos anos de 1960 a 1973. Durante este período, a emigração portuguesa passou por um processo complexo que englobou o final do ciclo emigratório para o Brasil (1959/1960) e o nascimento do ciclo de emigração para França. Apesar dos registos emigratórios apresentarem

⁶⁸ País que no pós-guerra conheceu uma fase de prosperidade económica. Atraíu milhares de cidadãos Portugueses que procuraram condições salariais vantajosas e melhoria da sua qualidade de vida.

⁶⁹ Diferença entre o número de entradas e saídas por migração (internacional ou interna), para um determinado país ou região, num dado período de tempo. Indicador que pode também ser calculado pela diferença entre o acréscimo populacional e o saldo natural ou excedente vidas.

⁷⁰ O Crescimento Total resulta da diferença entre o número de nascimentos e o número de óbitos na unidade de tempo considerada (SF=N-O).

⁷¹ A agricultura continuou a ser um setor tecnicamente atrasado. Sofreu os efeitos de uma deficiente distribuição da propriedade e do êxodo da população rural para os centros urbanos, mas não foi absorvida pelos outros setores económicos. Esta população oriunda dos campos viu-se obrigada a procurar novas oportunidades no exterior.

alguma segmentação, foi notória a preferência pela França como país de destino, tendo-se verificado em, 1961, mais de 10 mil saídas para este país, representando este valor 10,5% do total de imigrantes em França⁷².

Quadro 4.1.1 - A Emigração Portuguesa, por países de destino, 1960-1973

ANO	BRASIL	USA	CANADA	TOTAL AMERICA	FRANÇA	ALEMANHA	OUTROS EUROPA	TOTAL EUROPA	TOTAL
1960	12451	5679	4895	28513	6434	54	158	6646	35159
1961	16073	3370	2635	27499	10492	277	304	11073	38572
1962	13555	2425	2739	24376	16798	1393	435	18626	43002
1963	11281	2922	3424	22420	29843	2118	837	32798	55218
1964	4929	1601	4770	17232	51668	4771	1905	58344	75576
1965	3051	1852	5197	17557	60267	12197	1467	73931	91488
1966	2607	13357	6795	33266	63611	11250	3868	78729	111995
1967	3271	11516	6615	28584	59597	4070	2461	66128	94712
1968	3512	10841	6833	27014	58741	8435	2037	69213	96227
1969	2537	13111	6502	27383	110614	15406	2269	128289	115672
1970	1669	9726	6529	22659	135667	22915	1964	160546	183205
1971	1200	8839	6983	21962	110820	24273	1418	136511	158473
1972	1158	7574	6845	20122	68692	24946	1785	95423	115545
1973	890	8160	7403	22091	63942	38444	5255	107641	129732

Adaptado de Baganha (2003)

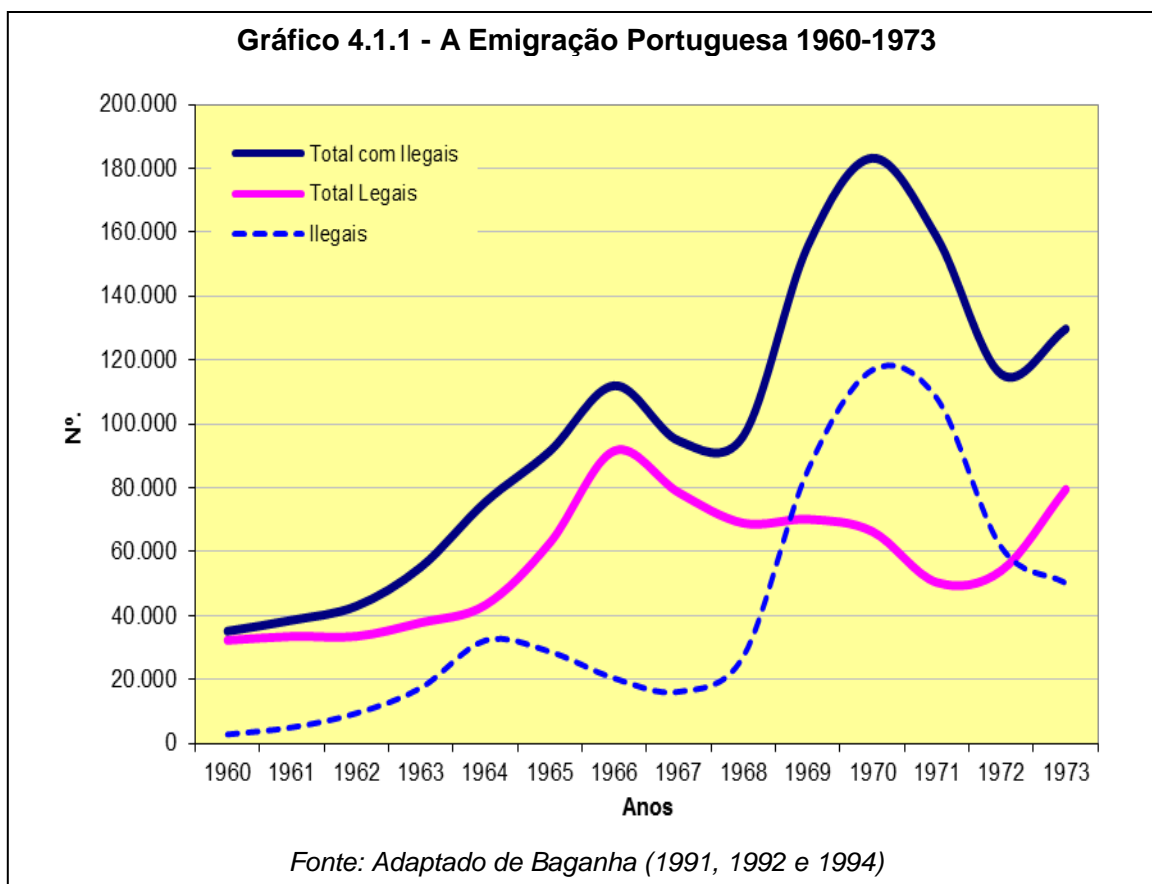
Inicialmente, os fluxos migratórios para França foram compostos por italianos e espanhóis. A partir de 1962, Portugal integrou esse grupo. A emigração portuguesa para França atingiu o apogeu nos anos entre 1969 a 1971⁷³, tendo-se registado 53% e 51%, respetivamente, do total de emigrantes em França (Antunes, 1981: 79 e 109). Em França, os emigrantes portugueses substituíram os italianos e espanhóis, nos setores públicos, na construção, nos serviços domésticos e na agricultura (Seruya, 1982; Kritz, *et al.*, 1983; Böhning, 1984 e Branco, 1986).

O Gráfico 4.1.1 apresenta os valores absolutos da emigração portuguesa, no período de 1960 a 1973. Com base nos valores apresentados confrontam-se três

⁷² Em 1961, a França registou um fluxo total de 160.000 acolhimentos, dos quais 10.492 foram emigrantes portugueses.

⁷³ Cf. Quadro 4.1.1., 110.614, 135.667 e 110.820 emigrantes, nos anos referidos.

linhas de orientação: a evolução da emigração total legal, da emigração total com ilegais e o valor da emigração ilegal que na série é estimada pela diferença entre esses indicadores (emigração total com ilegais e a emigração total legal) (Ver Anexo A1). Entre 1960 e 1965 verificou-se uma evolução semelhante do crescimento de ambos os registos. De 1966 a 1968 houve uma inversão da tendência, com os registos da emigração legal e ilegal a apresentarem uma subida acentuada no período de 1968 a 1970⁷⁴.



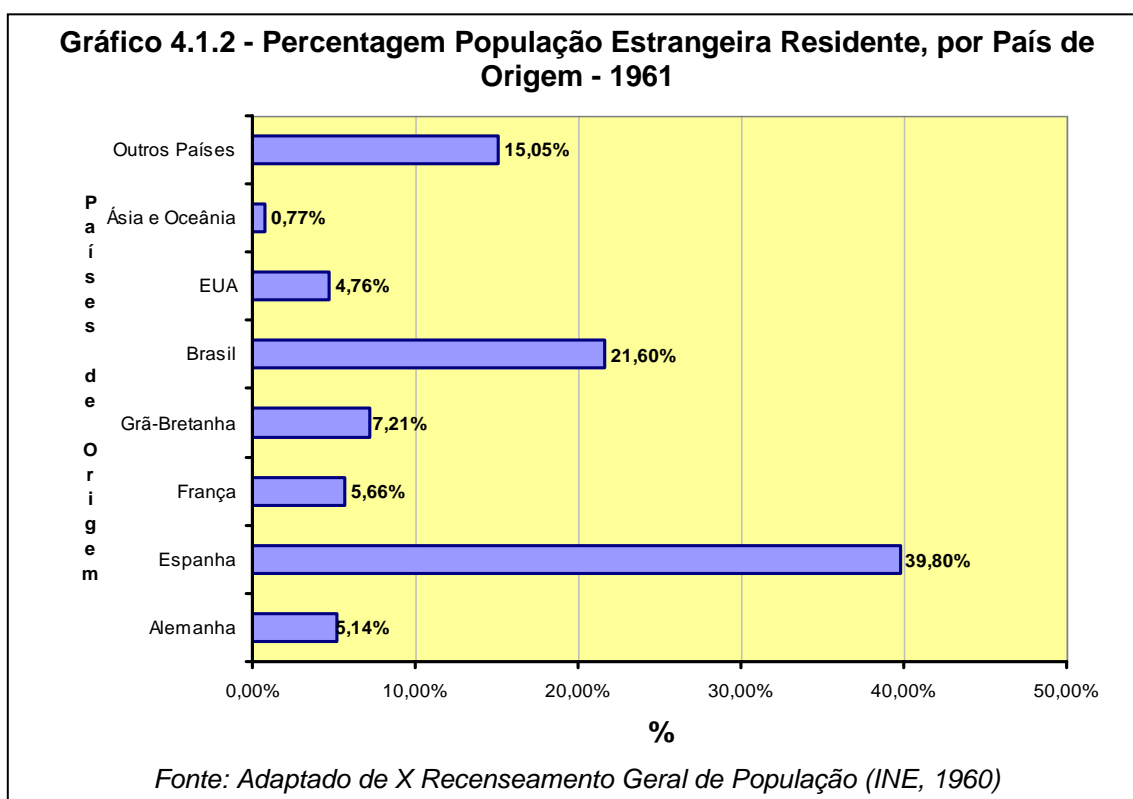
De 1970 e 1972 registou-se uma inflexão de ambos os registos, com acentuada tendência de descida⁷⁵. Em 1973 assistiu-se a uma ligeira subida dos registos que estabilizaram perto dos 130.000 emigrantes. Entre 1966 e 1971 os registos dos

⁷⁴ Superior a registo de 180.000 emigrantes (legais e ilegais). A evolução absoluta foi: 1968 – 96.227 emigrantes, em 1969 – 155.672 emigrantes e, em 1970 – 183.225 emigrantes (Registo mais elevado da série apresentada).

⁷⁵ De 183.225 emigrantes (1970) para 115.545 emigrantes (1972).

emigrantes legais mantiveram uma tendência de descida, embora relativa para, em 1972, terem nova subida para muito próximo do registo dos 80.000 emigrantes nos anos seguintes. A diferença entre os registos em análise identificou os registos da emigração ilegal que, no período entre 1968 e 1972⁷⁶, obteve maiores registos, com o valor mais elevado da imigração ilegal⁷⁷ a ocorrer em 1970.

A integração da comunidade portuguesa nos países de acolhimento promoveu o “desenvolvimento de práticas pós-migratórias de natureza transnacional que transformaram a lógica e o conteúdo da rede(s) migratória(s)” (Malheiros, 2005: 255).



O Gráfico 4.1.2 mostra a percentagem de população estrangeira, por país de origem, residente em Portugal, em 1961⁷⁸. Desde logo, destaca-se a elevada per-

⁷⁶ Numa aritmética simples, resultante do diferencial apurado entre o registo dos emigrantes legais e ilegais e os registos dos emigrantes legais.

⁷⁷ 116.845 Emigrantes ilegais. Valor superior em 50.486 emigrantes relativamente ao valor da emigração legal (66.360 emigrantes).

⁷⁸ Dados Anexo A2.

centagem de emigrantes espanhóis e brasileiros⁷⁹ residentes no país, comparativamente com os restantes emigrantes. Esses valores são explicados pela proximidade geográfica e pelo regime político espanhol da época, para os emigrantes espanhóis. No que respeita aos emigrantes brasileiros, apesar da distância, fatores como a língua, a história e a procura de melhores condições de vida em Portugal, explicaram a sua presença, neste período, em Portugal. Os emigrantes dos restantes países apresentam valores abaixo dos 10% da população emigrante no país.

A par dos movimentos emigratórios observados na década de sessenta iniciou-se em Portugal o turismo de massas, de origem europeia o qual teve como principal destino a região do Algarve. Os números atingiram os milhões de turistas em poucos anos. As receitas neste setor conjuntamente com as remessas dos emigrantes contribuíram para equilibrar a balança comercial. Os impactos económicos produzidos pelo turismo fizeram-se sentir ao nível da balança de pagamentos e nos setores da Hotelaria, no Comércio, na Construção e Imobiliário em especial nas regiões do litoral. O turismo representou uma forte alternativa ao trabalho agrícola e industrial sem expressão nas regiões do litoral do país.

Em termos políticos, o ano de 1961, representou um “momento excepcional da história moderna do país” (Barreto, 2002: 3). Com a ação do MPLA surgiu a luta armada e as operações militares em Angola. A este facto, Portugal respondeu com o envio de contingentes de forças armadas, iniciando-se a guerra colonial que alastrou para a Guiné e para Moçambique. O conflito colonial durou quase treze anos e representou um facto político, social e economicamente relevante, consumindo qua-

⁷⁹ Com 11.713 imigrantes espanhóis e 6.357 imigrantes brasileiros.

se 50% da despesa pública desse período e mobilizando cerca de 200.000 cidadãos nacionais⁸⁰.

A guerra colonial produziu impactos diretos e indiretos a vários níveis: condicionou a ação política, consumiu receitas nacionais durante a sua duração e marcou a ação ditatorial do regime. Em 1968 Marcelo Caetano substituiu Oliveira Salazar, contudo a guerra colonial continuou a condicionar a rumo político do país, até à Revolução de 1974.

Na década de 1960, a emigração portuguesa esteve “associada ao domínio de setores de baixa produtividade (agricultura) apesar da tímida e relativa abertura da economia e da instalação de atividades de elevada produtividade” (Malheiros, 2005: 253). As alterações na estrutura produtiva do país, a ação da guerra colonial, da emigração e das perseguições políticas foram fatores que contribuíram para o aumento da taxa de desemprego.

Durante o período que vai de 1960 e 1973, Portugal transitou, de forma gradual, de um país de emigração para um país de imigração. Durante este período, cerca de 500.000 portugueses abandonaram o país para procurar trabalho no exterior. Os principais países de destino deste surto, durante o qual o número de emigrantes ilegais foi superior ao dos emigrantes legais, foram a França, a Alemanha, a Bélgica, o Luxemburgo e a Suíça.

A emigração atravessou transversalmente o território nacional com forte incidência nos Arquipélagos dos Açores e da Madeira, pois foi precisamente nas regiões menos desenvolvidas que as taxas de emigração tiveram maior aumento (Rocha-Trindade *et al.*, 1995 e Serrão, 1977).

⁸⁰ Este contingente anual médio de cidadãos mobilizados representou cerca de 2% da população total do país. Uma percentagem mais elevada do que a se verificou noutras guerras coloniais.

No início dos anos setenta, o surto emigratório português estagnou como consequência da situação económica e social internacional. A crise petrolífera de 1973 debilitou ainda mais a frágil economia nacional. O forte impacto e o nível do crescimento económico desencadeado nos anos cinquenta não foram suficientes para aguentar este choque económico.

Durante este período, em Portugal, deu-se a troca do fator trabalho pelo fator capital, essencialmente por ação das remessas de emigrantes. Porém, a questão que se pode legitimamente colocar é a de se esta substituição terá sido benéfica ou prejudicial para a economia portuguesa⁸¹? Outra questão que está subjacente é ao facto da emigração ter representado uma exportação do fator trabalho, importando apurar a composição das emigrações e qual o seu impacto no produto marginal da economia portuguesa (Baganha, 2003). O que se verificou foi o afastamento de Portugal dos países europeus que lhe estavam mais próximos, com acentuação das assimetrias regionais e o facto de o setor agrícola não ter conseguido acompanhar o ritmo de crescimento dos outros setores económicos.

⁸¹ "In the Portuguese case, more often than not, the positive effects, the share of the remittances channelled to productive investment and the benefits derived from some new skills of the returning migrants were judge inadequate to compensate for the loss of man-power, first because when compared to the share of the remittances used for private consumption the impact of emigration on domestic capital formation is considered to be small; second because even this small effect was considered to be off-set by the inflationist tendencies that the higher power of purchase of a growing segment of the population receiving extraincome from abroad produced; and thirdly because at the level it reached after 1960 it endangered the country labour supply".(Baganha, 2003: 14).

4.2 Período 1974 - 1986

Este período iniciou-se com a Revolução de 1974, o acontecimento político que produziu maiores implicações políticas, sociais, económicas e culturais no Portugal contemporâneo. Este processo político condicionou o processo de descolonização que originou cerca de 650.000 expatriados de África⁸² para Portugal. Com a Revolução de 1974 ficou concluído o ciclo colonial de Portugal, cortando-se as ligações ultramarinas do País com a conseqüente redução das relações económicas⁸³. Outra consequência direta e imediata da revolução foi a nacionalização de vários setores da atividade produtiva que provocou a desagregação de vários grupos económicos. O setor agrícola, que representava uma determinante parcela do território do país, foi também objeto de ocupação e nacionalização, num complexo processo de “reforma agrária, de cariz coletivista” (Barreto, 2002: 4). Nesse processo, cerca de 1 milhão e duzentos mil hectares, o correspondente a 14% da superfície do país e um quarto da área agrícola útil, foram ocupados e transitaram para a “propriedade” de unidades coletivas de produção (Barreto, 1986 e 2002).

Um processo eleitoral rápido e pacífico permitiu a aprovação da Constituição que repôs a autoridade administrativa e a legalidade democrática, aspetos fundadores do regime democrático e parlamentar (Barreto, 2002). A transição para o regime democrático concluiu-se com as garantias dos direitos fundamentais e as regras de funcionamento do mercado.

Em 1977, a candidatura que Portugal apresentou à CEE foi aceite embora o processo de adesão só se tenha efetivado em 1986. O “primeiro impulso europeu”

⁸² Concretamente de Angola e Moçambique.

⁸³ As exportações para as colónias, embora sob regime protecionista, representaram quase um quarto do comércio externo de Portugal. Matérias-primas como o petróleo, o café, os diamantes, o açúcar, as oleaginosas, o sisal, o algodão e alguns minerais tinham um papel importante na balança comercial da metrópole (Barreto, 2002).

tinha sido dado, como vimos, com a entrada de Portugal na EFTA e com o fenómeno emigratório para este continente. No período entre 1974 e 1986, Portugal iniciou o “segundo impulso europeu” em termos económicos e sociais.

O Quadro 4.2.1 mostra os fluxos emigratórios portugueses, por países de destino, no período compreendido entre 1974 a 1986. O primeiro facto que se observa é a diminuição do número de emigrantes, comparativamente ao período de 1960 a 1973. A França deixou de ter a prevalência como país de destino da emigração portuguesa, que tinha tido no período anterior. A distribuição nas opções dos países de acolhimento, para os emigrantes portugueses apresentou-se uniforme. Circunstâncias como a pobreza e as dificuldades de emprego nas zonas rurais conduziram, ainda assim, muitos portugueses a procurarem melhores condições de vida no exterior (Rosa *et al.*, 2004).

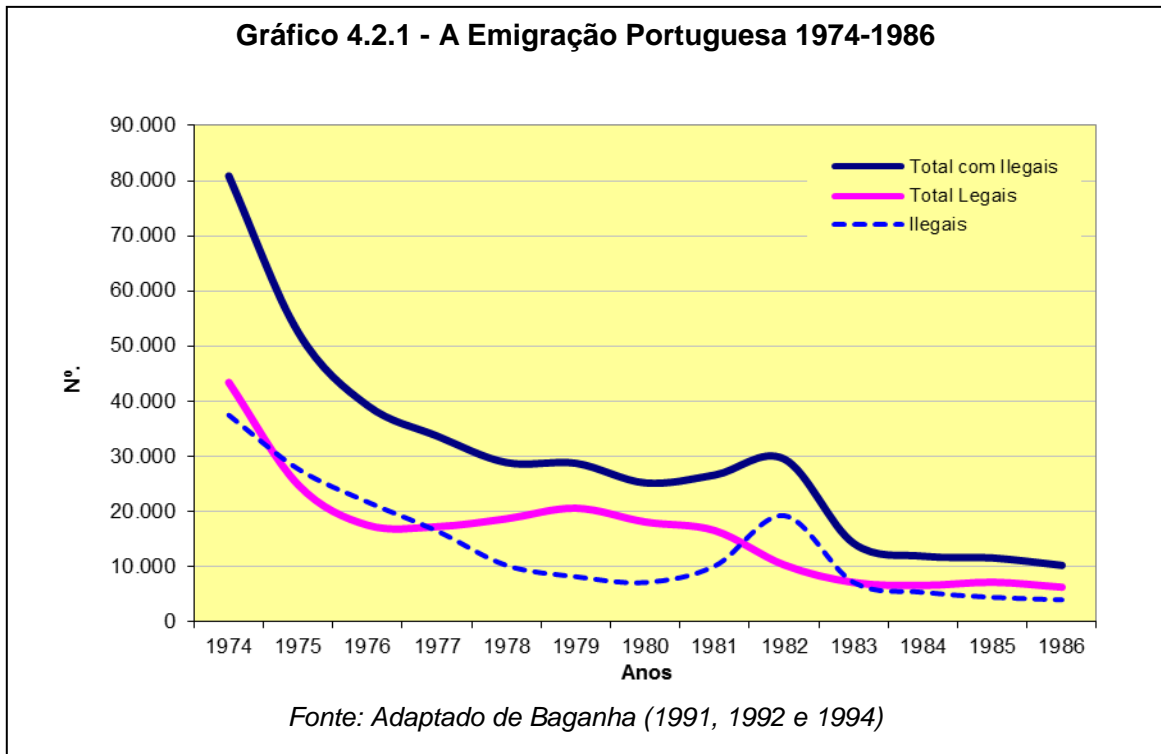
Quadro 4.2.1 - A Emigração Portuguesa, por países de destino, 1974-1986

ANO	BRASIL	USA	CANADA	TOTAL AMERICA	FRANÇA	ALEMANH A	OUTROS EUROPE	TOTAL EUROPA	TOTAL
1974	729	9540	11650	25822	37727	13352	3958	55037	80859
1975	1553	8957	5857	19304	23436	8177	1569	33182	52486
1976	837	7499	3585	14762	17919	5913	598	24430	39192
1977	557	6748	2280	14826	13265	4835	750	18850	33676
1978	323	8171	1871	16307	7406	4509	636	12551	28858
1979	215	8181	2805	17532	5987	4400	807	11194	28726
1980	230	4999	2334	15281	5200	4000	692	9892	25173
1981	228	4295	2196	14498	8600	3100	409	12109	26607
1982	187	1889	1484	9420	17900	1900	285	20085	29505
1983	197	2437	823	6242	6300	1500	166	7966	14208
1984	121	2651	764	5747	4600	1400	116	6116	11863
1985	136	2783	791	5842	4000	1600	109	5709	11551
1986	91	2704	983	5024	1800	3100	280	5180	10204

Adaptado de Baganha (2003)

No Gráfico 4.2.1 podem observar-se os movimentos emigratórios portugueses, durante o período de 1974 a 1986, em valores totais absolutos, sob três linhas de orientação: a evolução da emigração total legal, da emigração total com ilegais e o valor da emigração ilegal que na série é estimada pela diferença entre esses indicadores (emigração total com ilegais e a emigração total legal) (Ver Anexo A1).

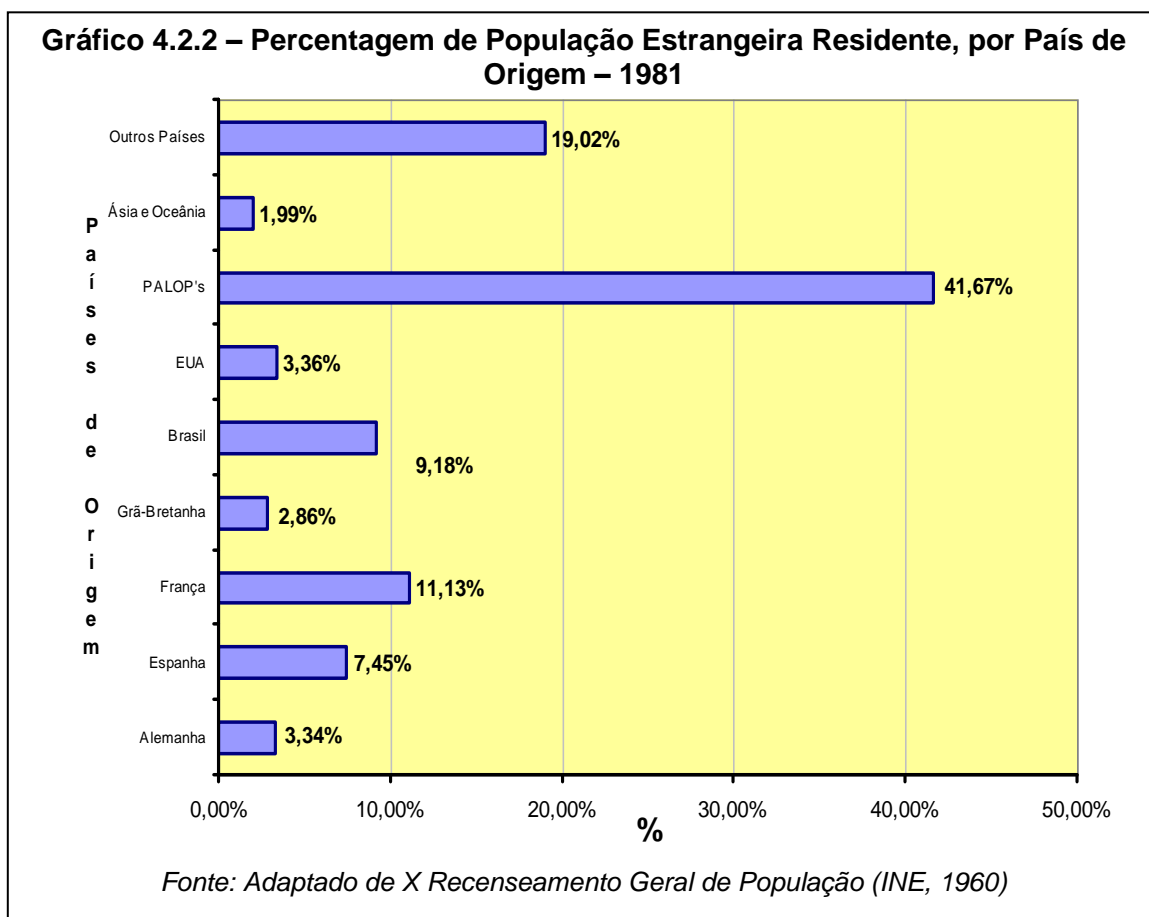
Através da sua análise, verifica-se uma tendência decrescente em ambas as situações, em praticamente todo o período considerado. De 1974 a 1978 assistiu-se a uma forte redução das saídas, a qual é consequência do impacto da Revolução de 1974. Entre 1974 a 1978, em termos globais, deu-se uma quebra de mais de 50.000 emigrantes (legais e ilegais).



De 1978 a 1981 a evolução da emigração estabilizou a sua tendência de descida para, em 1982, em contraciclo, se situar próximo dos 30.000 emigrantes. Até 1986, ambos os registos em análise, estabilizaram, embora com uma ligeira tendência decrescente, nos 10.204 e 6.253 emigrantes ilegais e legais, respetivamente. Dado o contexto sociopolítico observado nesse período número de emigrantes “ilegais” é naturalmente residual.

Depois de 1974, com o processo de descolonização, a imigração para Portugal engloba o “regresso” de 650.000 pessoas residentes nas colónias. O processo de integração na sociedade e na economia foi rápido e não se verificaram incidentes ou conflitos assinaláveis. As correntes de emigração mantiveram-se, com menor

expressão, fundamentalmente da Madeira e dos Açores para os EUA, Canadá, Venezuela e África do Sul. Movimento migratório sazonal essencialmente para trabalho agrícola para Espanha, França e Suíça. Também emigração regular para alguns países não membros da UE (Ex: a Suíça) (Barreto, 2002). A análise conjunta do Quadro 4.2.1 e do Gráfico 4.2.2., que apresenta as percentagens da população estrangeira residente no território nacional em 1981, por país de origem, confirma essa tendência da corrente emigratória no país.



Durante a década de oitenta verificou-se uma inversão do movimento populacional, com uma consolidação progressiva da corrente imigratória nos países de origem (Brasil e as ex-colónias). Alguns cidadãos europeus optaram por fixar residência ou local de trabalho em Portugal.

Durante a década de oitenta a imigração para Portugal aumentou e diversificou-se, a presença de alguns imigrantes do Brasil, China, Índia e de alguns PALOP, nomeadamente de Angola e da Guiné-Bissau. O impulso para esta primeira vaga imigratória resultou das necessidades do mercado de trabalho português, concretamente, de trabalhadores não qualificados para alguns segmentos dos setores dos serviços e da construção.

No período de 1974-1986 Portugal transformou-se gradualmente num país de acolhimento de trabalhadores estrangeiros. O período de 1975 a 1977 ficou assinalado pelo forte fluxo de retornados dos antigos territórios ultramarinos, consequência direta do processo de descolonização. Este facto representou o mais acentuado movimentos de “regresso” na sociedade portuguesa.

4.3 Período 1987 – 1999

Em 1986, Portugal concluiu o processo de adesão à CEE tendo o protecionismo económico sido suprimido, o que possibilitou às empresas portuguesas interligarem-se com as grandes empresas e grupos económicos que operavam na Europa.

Esta realidade provocou dois impactos assinaláveis nos setores da construção civil e obras públicas. O primeiro foi o facto de ter permitido às empresas nacionais subcontratar mão de obra em todo espaço da Comunidade Europeia em condições de perfeita concorrência com as outras empresas europeias. As empresas portuguesas aproveitaram essa oportunidade e adaptaram as suas estratégias de contratação ao novo contexto do mercado de trabalho. O segundo impacto foi provocado pela entrada dos fundos estruturais e do seu investimento em obras públicas o que produziu um aumento da procura de mão de obra no exterior para o setor da construção civil.

A integração na então Comunidade Europeia canalizou para o país um volume substancial de fundos que foram aplicados em “infraestruturas viárias e de comunicação, na construção de edifícios públicos aumentando temporariamente as necessidades nacionais de mão de obra neste setor” (Baganha, 2007: 8) que, segundo os valores do comércio externo relativo ao produto nacional, permitiu a Portugal posicionar-se como uma das economias mais abertas da Europa.

Durante a década de noventa observou-se uma “redução progressiva dos fluxos estimados e, especialmente, [...] a afirmação de uma lógica de migração temporária pendular de longa distância e de larga amplitude com alguns países da UE, designadamente a Alemanha, o Reino Unido e França, fora da UE a Suíça” (Malheiros, 2005: 254).

Apesar da importância que os movimentos migratórios foram assumindo durante este período, incluindo a vaga migratória que se estabeleceu a partir de 1998 proveniente dos países da Europa de Leste, tal não significou que Portugal deixasse de ser um país de emigrantes para passar a um país de imigrantes. Em todo o caso, a livre circulação de pessoas no espaço Schengen da UE limitou a manutenção de uma estatística exaustiva e rigorosa dos movimentos das populações no interior das fronteiras respetivas.

Durante os anos noventa, a população estrangeira residente em Portugal representou 2% do total da população portuguesa, mas esse movimento imigratório não anulou a existência da corrente emigratória que apresentava uma média anual que não chegava aos 10.000 emigrantes definitivos e 15.000 emigrantes temporários. No biénio de 1995-1996, o número de imigrantes foi superior ao número de emigrantes, ou seja, o saldo migratório passou para valores positivos. A partir de 1998 surgiu uma nova corrente de imigração significativa e repentina, composta por imigrantes oriundos dos países da Europa Central e de Leste, sobretudo da Ucrânia, Rússia, Roménia, Ex-Jugoslávia e Moldávia, e que, na sua maior parte, entraram em Portugal indocumentados (Malheiros, 2005). O aumento do número de imigrantes da Ucrânia, no período de cinco anos acentuou esse facto. Em 2001, só para cidadãos Ucrânianos foram emitidos 45.233 registos de Autorizações de permanência (legalização de pessoas que entraram irregularmente no país, mas obtiveram, em 2001, autorização extraordinária para trabalhar no país durante um ano) (INE, 2001 e ACIME, SEF e IGT, 2002).

Esta vaga de imigrantes colocou Portugal no sistema das migrações internacionais. Este movimento imigratório consolidou-se e, em cerca de 10 anos (1995-2005), a população residente estrangeira chegou a representar 4% da população total.

Com os movimentos de chegada de milhares de cidadãos dos países da Europa de Leste acentuou-se a sobreposição da imigração sobre a emigração (Malheiros, 2005). O desmembramento da antiga União Soviética e a precariedade das condições de vida dos seus habitantes foram as principais causas para esse movimento imigratório. Uma tendência que se consolidou através da possibilidade de mobilidade no interior do espaço Schengen. De facto, a estrutura legal das migrações na UE promoveu movimentos migratórios internos dos países europeus mais pobres para os mais ricos.

Com as restrições impostas na UE à entrada de trabalhadores de países terceiros, as necessidades temporárias dos segmentos mais baixos do mercado de trabalho não puderam ser formalmente preenchidos por nacionais de países terceiros, tendo sido ocupadas por cidadãos dos países menos desenvolvidos da UE. Uma situação particularmente favorável a alguns empresários e empresas vocacionadas para a angariação e colocação de mão de obra⁸⁴ e prestação de serviços.

A estrutura institucional da UE promoveu a transferência de responsabilidades dos agentes económicos e dos Estados providência mais desenvolvidos para os menos desenvolvidos. Com a liberdade de circulação de capitais, serviços, bens e pessoas, sem harmonização dos sistemas fiscais nacionais, dos custos sociais do trabalho e sistemas de segurança social, operou-se uma redistribuição significativa de mão de obra no espaço da UE. Ainda assim, o modelo social europeu ficou debilitado (Baganha, 2007).

No espaço europeu enraizou-se a ideia segundo a qual a imigração produzia efeitos negativos no desemprego e no crescimento dos salários reais dos trabalha-

⁸⁴ Subcontratação de mão de obra nas regiões da UE onde os custos do trabalho fossem mais reduzidos para as áreas da UE com custo de trabalho mais elevado. Dessa forma, uns países reduziam os seus custos de trabalho e outros diminuían os seus custos sociais. A prestação para a Segurança Social é paga pelo subcontratador no país de origem (Baganha, 2007).

dores nacionais (Thalhammer *et al.*, 2001; Lages e Policarpo, 2003). Ideia contrariada, por exemplo, por um relatório recente da Comissão Europeia, que demonstrou não existir qualquer relação significativa entre desemprego e a imigração, em consequência da segmentação dos mercados de trabalho regionais. (Fonseca *et al.*, 2003).

No caso português a oscilação dos movimentos imigratórios teve os seus efeitos. O país atraiu pessoas de outros países o que em parte se explica pelo processo de modernização e abertura ao exterior da economia portuguesa. Foi a partir da década de oitenta que a imigração para Portugal chamou pela primeira vez a atenção (Esteves, 1991). A importância e a diversidade na inserção económica dos imigrantes em Portugal foram fomentadas pela imigração de profissionais qualificados e também por trabalhadores indiferenciados de origens diversas (Marques *et al.*, 2002). A inserção destes imigrantes no mercado de trabalho permitiu suprir as carências existentes nalguns setores de atividade como a construção civil ou os serviços domésticos com impacto positivo e complementar no mercado de trabalho português (Malheiros, 1996).

4.4 Período 2000 à atualidade

Apesar das migrações apresentarem oscilações cíclicas de médio e longo prazo, a partir de 2000 manteve-se a tendência do período anterior, designadamente o fluxo imigratório dos países de Leste.

Tendo em conta a imigração proveniente do Leste da Europa, o ACIME, o SEF e o IGT, no Relatório sobre a evolução do fenómeno migratório centraram a análise nas pessoas, nas necessidades do mercado de trabalho português e nas características globalizantes das migrações (2002). Foram identificadas as práticas de chegada a Portugal dos imigrantes de Leste, os seus trajetos desde os países de origem dos imigrantes até à chegada aos países de acolhimento (Portugal). Este estudo permitiu verificar, por exemplo, que nalguns casos, esses trajetos eram efetuados sob controlo coercivo por parte de organizações criminosas que continuam a exercer a sua influência sobre os migrantes mesmo depois da sua chegada ao país de destino.

A imigração do leste europeu para Portugal é um movimento recente que requer precaução na utilização do conceito de “sistema migratório”, o qual, segundo Kritz e Zlotnik consiste na “existência de um stock e de um fluxo de pessoas relevantes a ligarem países, com uma duração de alguns anos (cinco a dez anos)” (1992: 20). Os sistemas migratórios podiam ser determinados a partir da perspectiva dos países de origem ou dos países de acolhimento.

Se for verificado que a presença dos imigrantes de Leste em Portugal é apenas temporária não haverá consolidação das ligações transnacionais. Estaríamos então na presença de uma vaga migratória com um “momento” de curto prazo. Com efeito, estes imigrantes não possuem algumas características típicas dos movimentos migratórios transnacionais, designadamente uma “cultura emigratória

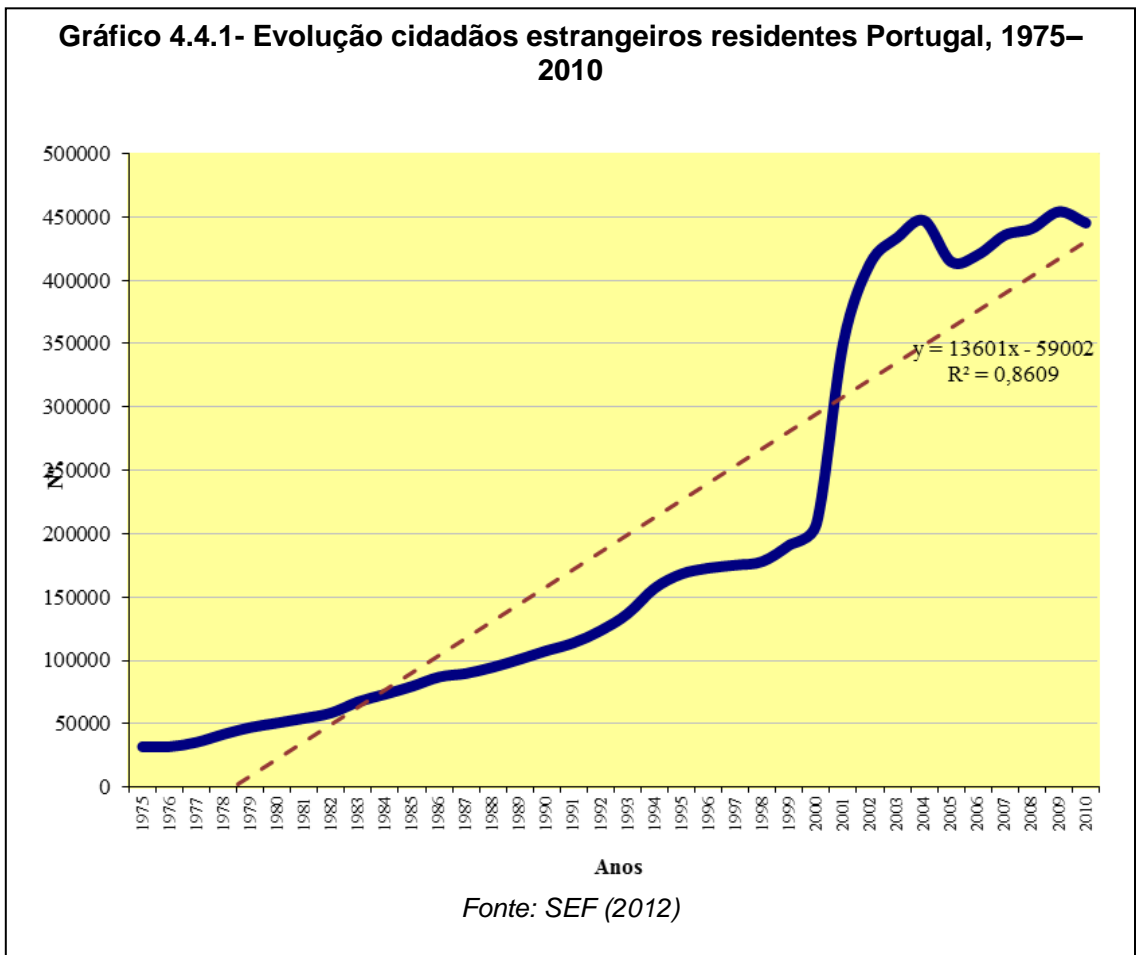
consolidada, consciência de diáspora⁸⁵, aprendizagem de circulação internacional autónoma do tráfico profissional” (Malheiros, 2005: 260), pelo que é admissível que ser trate efetivamente de um “momento” de curto prazo.

Segundo os dados constantes do International Migration Outlook, entre 2003 e 2006, verificou-se, em Portugal, uma inversão da tendência migratória, com uma diminuição do número de entradas de imigrantes e um aumento das saídas de portugueses para países europeus (OCDE, 2006).

Na participação dos trabalhadores estrangeiros na economia portuguesa observa-se um número significativo de migrantes altamente qualificados que se encontram a desempenhar tarefas de baixa qualificação como as da construção ou das limpezas. Nesse contexto, a “nova” Lei da Imigração previu um regime especial de entrada em Portugal para migrantes altamente qualificados, regularizando e incentivando este segmento. Esta ação legislativa produziu um regime mais simplificado no processo de admissão de cientistas, docentes universitários e estrangeiros altamente qualificados, que pretendam exercer atividade profissional em Portugal, seja de forma temporária ou mediante fixação de residência. A publicação da Lei nº. 23/2007, de 04 de julho que teve como objeto “definir as condições e procedimentos de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território português, bem como o estatuto de residente de longa duração” (Artº. 1). A filosofia da lei assenta numa forma realista e equilibrada para favorecer a imigração legal, desincentivar e contrariar a imigração ilegal, combater a burocracia, tirar partido das novas tecnologias no intuito de simplificar e acelerar procedimentos e de inovar soluções.

⁸⁵ Grupo de indivíduos distribuídos por diferentes locais no mundo que partilhem a mesma memória étnico-cultural e a mesma origem geográfica, mantendo os mesmos laços com este último local (Safran, 1988; Bruneau, 1994 e Cohen, 1997 e 2006). Em termos históricos podemos referir, a dispersão dos judeus que, no decorrer dos séculos, originou a formação de comunidades judaicas fora do território da Palestina;

O gráfico 4.4.1 mostra a evolução global do número de cidadãos estrangeiros residentes em Portugal no período de 1975 a 2010. Durante este período, verifica-se um crescimento médio de 0,06% ao ano, com um valor médio anual próximo dos 150.000 indivíduos. A partir de 1993, a evolução anual passou a ser superior ao valor médio apurado. Esta série apresentou uma tendência crescente apenas interrompida de 2004 para 2005, retomando em 2006 essa tendência. Em 2009 verificou-se um decréscimo de cerca de 9.000 indivíduos, provavelmente originado pela crise económica que se começou a sentir no país. A reta linear da evolução do número de estrangeiros a residir em Portugal apresentou um coeficiente de determinação de cerca de 86%, valor da medida de dimensão do efeito da variável independente (número de indivíduos) sobre a variável dependente (anos) (Pestana e Gageiro, 2008, Maroco, 2010).



Nas últimas décadas, Portugal transformou-se simultaneamente num país de origem e país de destino de movimentos migratórios. Porém, esta dupla condição não se manifestou “com grande clareza na perceção da opinião pública portuguesa que tende a privilegiar o impacto da imigração e a subavaliar a dimensão continuada da emigração” (Vitorino, 2006: 19). A tendência dominante na opinião pública portuguesa, apurada a partir de sondagens de opinião, considerou excessivo o volume da imigração para a Europa. Apesar disso, grande parte da opinião pública portuguesa reconheceu os benefícios da imigração para o desenvolvimento económico dos países de origem.

Na análise da imigração para Portugal, sobressaem fatores como o fim da guerra colonial, a adesão de Portugal à CEE e a reestruturação da economia portuguesa. Estes fatores colocaram Portugal no circuito da imigração internacional e o país assumiu um novo papel quer relativamente aos seus parceiros europeus, quer aos países terceiros (Baganha, 2007). Apesar de Portugal ter desempenhado uma posição intermédia no sistema global das migrações, o país pode ser entendido como

“uma placa giratória que importa e exporta mão de obra consoante a estrutura institucional em que opera. Esta adaptação surge como a mais adequada permitindo explicar conceptualmente a simultaneidade dos fluxos migratórios de entrada e de saída que caracterizam as atuais correntes migratórias em Portugal.” (Baganha, 2007: 6).

Registou-se um aumento substancial do número de estrangeiros no país. Por outro lado, as nacionalidades e os perfis sociodemográficos dos imigrantes apresentaram alterações muito significativas, indiciando uma “complexificação progressiva na composição da população estrangeira em Portugal” (Baganha, 2007: 2). A emigração portuguesa não tenderá a diminuir sendo provável que se venha a acentuar

no curto prazo. Esta evolução da emigração ocorre num quadro de livre circulação comunitária com alguns Estados onde já existam redes lusas, bem como outros países com os quais se mantiveram ou aceleraram ligações socioculturais (Casos de Angola, Brasil), e outros países emergentes (p. ex. China e Canadá) (Malheiro, 2010). As expectativas para os valores anuais dos fluxos emigratórios são elevadas, estimando-se “em termos absolutos entre 75.000 e 100.000, que correspondem a cerca de 1,3% - 1,8% dos ativos portugueses” (Malheiros, 2010: 141).

A temática da bipolarização dos movimentos migratórios para Portugal não representa nenhuma singularidade específica do caso português. Os autores Sassen (1991a, 1994, 1996), Findlay *et al.*, (1996) e Li *et al.*, (1998), estudaram os movimentos migratórios nas cidades de Nova Iorque, Tóquio, Londres, Singapura e Hong-Kong tendo demonstrado que as migrações foram marcadas por correntes migratórias bipolares (Baganha, 2007) para essas cidades. A primeira corrente, composta por mão de obra altamente qualificada, associada à gestão, às novas tecnologias e ao conhecimento, foi atraída para o centro do sistema económico, fundamentalmente por razões de estratégia económica e de investigação científica e tecnológica. A segunda corrente, formada por mão de obra, independentemente da sua qualificação foi atraída para aqueles centros urbanos em virtude das oportunidades económicas, em parte geradas pela primeira corrente. Essas atividades não requerem qualquer tipo de qualificação específica.

Durante o intervalo temporal considerado verificou-se, com maior ou menor dinâmica, a oscilação dos movimentos migratórios, consoante a prevalência do ciclo imigratório ou emigratório no país. Assumir-se um só “lado” dos movimentos migratórios para o caso português é uma limitação da realidade.

A emigração portuguesa, juntamente com a espanhola, marcou fortemente a feição da sociedade portuguesa. O seu peso e as suas implicações, a todos os

níveis, são ainda questões essenciais da vida nacional que remontam em todos os programas governativos e em muitos estudos.

5. Portugal: País de Emigrantes ou Imigrantes?

Como ficou demonstrado, em Portugal, têm sido observadas alterações ao «regime migratório» com “transições suaves de estádios onde a emigração imperou, para outros dominados pela imigração [...] na sequência de processos de desenvolvimento económico e de transição demográfica” (Peixoto, 2004a: 3 e 2010: 30). Em termos teóricos, o trabalho desenvolvido por Zelinsky (1971), na transição da mobilidade, admitiu-se uma correlação das transições lógicas entre os estádios emigratórios e imigratórios. A teoria da Zelinsky (1971) tentou “através de um modelo de evolução explicar de que modo as diferentes sociedades humanas passam de estádios mais primitivos para formas mais avançadas de mobilidade, incluindo os tipos recentes de circulação e mobilidade virtual” (Peixoto, 2007: 446).

Os movimentos emigratórios e imigratórios estão dependentes de diversos fatores aleatórios, designadamente as variáveis demográficas (a descida generalizada das taxas de mortalidade e natalidade com associação ao envelhecimento das estruturas etárias), económicas, sociais ou políticas. Na reflexão entre as variáveis demográficas e as migratórias a análise deverá situar-se a inter-relação que possa existir entre ambas. Questionando, por exemplo, “se existe ou não relação entre a transição demográfica clássica e a evolução das migrações” (Peixoto, 2007: 447). Estes fatores encontram-se diretamente relacionados com a natureza intensiva do modelo de crescimento económico e a fraca dinâmica demográfica (Reis, *et al.*, 2010).

A observação do mercado de trabalho permitiu identificar o crescimento económico do país como uma variável dependente. Nesse pressuposto, consoante a taxa de crescimento económico obtida, existiu maior taxa de emigração ou de imigração. Em períodos de crescimento económico elevado, baseado num regime de mão de obra intensiva, prevaleceu uma lógica imigratória com menos emigração. Ao invés, nos períodos de cresci-

mento económico reduzido, verificou-se um aumento de desemprego, gerando movimentos emigratórios.

Como decorreu da análise aos movimentos migratórios nos períodos estudados, durante a década de sessenta Portugal revelou-se um país de emigração. A imigração tomou visibilidade a partir de meados dos anos setenta, especialmente com o processo de descolonização. Entre 1974 e 1980 os movimentos migratórios resultaram menos da pressão interna de alguns setores do mercado português, afetados por elevadas taxas de desemprego e mais pelo súbito e desorganizado controlo da transferência administrativa das ex-colónias (Baganha *et al.*, 1998).

A partir de 1980 surgiu uma segunda fase de movimentos imigratórios. A taxa de imigração continuou a crescer complexificando-se e segmentando-se, de forma a incluir a imigrantes asiáticos - maioritariamente, indianos, paquistaneses e chineses e da América do Sul – maioritariamente, brasileiros. Esta diversificação dos países de origem alterou a posição de Portugal no contexto das migrações internacionais e no papel do recrutamento de trabalhadores imigrantes por parte do mercado de trabalho nacional. As oportunidades geradas nalguns segmentos do mercado de trabalho, nomeadamente nos setores da construção e da restauração, forneceram as bases para a ocorrência de migrações em rede e para a integração de maior parte dos imigrantes africanos e asiáticos na economia portuguesa (Baganha *et al.*, 1998).

O desempenho da economia portuguesa, de 1985 até ao início dos anos noventa, foi bastante razoável. Este período caracterizou-se pela abertura do país ao exterior, acompanhada por uma liberalização económica, registando-se um crescimento do PIB e uma tendência de decréscimo da taxa de desemprego comparativamente com a média da União Europeia (Fonseca, 1997).

Portugal, como outros países da zona do Sul da UE, embora tardiamente, transformou-se em zona de imigração, assumindo a figura de “plataforma giratória” ou de “trampolim” para outros destinos, concretamente o Centro e o Norte da Europa por força do “magnetismo da UE em relação a outras zonas do planeta, em especial mais pobres, que tendeu a intensificar-se” (Rosa *et al.*, 2000: 27). As novas modalidades de comunicações e transportes, mais baratas e mais rápidas, permitem aos migrantes, não apenas manterem a identificação com o seu espaço de origem, como constroem identidades transnacionais, baseadas nos seus diversos relacionamentos e interesses (Vertovec, 2002).

Em 2010, a população estrangeira residente em Portugal era de 445.262 indivíduos (SEF, 2010). A sua distribuição territorial é fortemente concentrada nos distritos de Lisboa (189.220), Faro (71.818) e Setúbal (47.935), valores que representam cerca de 70%⁸⁶ do total nacional. Nos últimos anos acentuou-se a forte incidência na região do Algarve, facto que tem sido explicado pela carência de mão de obra nos setores do turismo e da construção civil (Ferreira, *et al.*, 2004). Estes dados indicam que a região do Algarve é uma região potencialmente atrativa para acolher imigrantes, tratando-se, no momento, do segundo distrito nacional a observar essa tendência. O modelo proposto por Marthen, *et al.*, (1998 e 2000) permite a análise de fatores económicos, socioculturais e características pessoais, que estão na base da decisão de fixação numa região para criação de emprego (Entrepreneurial Migration). A sua nomenclatura é apresentada na expressão

$$Y_i = \alpha + \sum_{K=1}^j \beta_k X_{ik} + \varepsilon_i$$

seguinte: , onde Y = representa a propensão para ficar na região, explicada por K fatores X, na circunstância X1= Weak competition; X2 = Local Tolerance; X3 =Market Accessibility; X4 = Niche Concentration; X5 = Capital Accessibility;

⁸⁶ Valor Percentual que correspondeu a 308.973 dos 445.262 estrangeiros legais no país (SEF, 2010).

X6 =Supporting Network; X7 = Duration of Residence; X8 = Age; X9 = Education; X10; Migration Experience; X11 = Business Experience; X12 = Place of Origin; e = Error Term.

Existem razões estruturais para que Portugal seja simultaneamente um país de emigração e de imigração, designadamente: o tipo de crescimento económico, que é intensivo em mão de obra e suportado pelos setores da construção civil, o ritmo de reestruturação económica que gerou aumento da taxa de desemprego dos trabalhadores nacionais, a dualização dos mercados de trabalho, com o mercado trabalho primário para os nacionais e mercado de trabalho secundário para os migrantes, o tipo de regulação dos setores de atividade, com baixos rendimentos e fortes níveis de precariedade nalguns setores (Peixoto, 2007). Trata-se de "um país de onde continuam a sair nacionais para irem residir e trabalhar no estrangeiro e continuam a afluir pessoas oriundas de outros países com o objetivo de residir e trabalhar em Portugal" (Vitorino, 2006: 19).

6. Complexidade, Fatores e Causas dos Movimentos Migratórios

Desde 1960 até à atualidade a sociedade portuguesa sofreu profundas alterações a vários níveis. Ao nível social e demográfico, a emigração e o turismo são fenómenos que marcaram esse período. A emigração, crónica e estrutural desde há dois séculos deixou de ter como destino preferencial as Américas e África passando a direcionar-se para a Europa. Em simultâneo com a alteração dos países de destino aumentou o volume nalguns anos. O turismo, por seu turno, consolidou-se no território nacional: os turistas europeus começaram, nesta década, a deslocar-se aos milhares para o país para passarem os seus períodos de férias.

A adesão à EFTA, por outro lado, introduziu alterações económicas no “comércio externo, na produção industrial, no acesso a produtos estrangeiros, nos fluxos externos e na renovação da estrutura produtiva nacional” (Barreto, 2000: 38). De forma gradual, desde o final da década de setenta, com forte acentuação nas décadas de oitenta e noventa, a emigração foi substituída pela imigração. Os principais países de origem desse movimento imigratório foram o Brasil e os PALOP's. Estes imigrantes começaram a trabalhar, a residir e a constituir família em Portugal. Estas duas décadas foram apontadas como um novo período imigratório sociedade portuguesa, apesar dos movimentos emigratórios não terem estagnado totalmente, como o demonstram a emigração dos Açores e Madeira para a América e os emigrantes sazonais para a Suíça e outros países da UE. As comunidades de emigrantes portugueses nos países de acolhimento apresentam uma relativa estabilidade e têm vindo a marcar a sociedade a economia e a política desses países.

Nas décadas de oitenta e noventa, o saldo migratório apresentou um novo ciclo, com os empresários portugueses a induzirem um aumento da procura de mão de obra

estrangeira para alguns projetos públicos justificada pela indisponibilidade dos trabalhadores portugueses para executarem certos tipos de trabalho.

Foram variados e complexos os problemas que podiam ter surgido em Portugal, enquanto país de acolhimento. Neste contexto, os cidadãos nacionais viveram, em suas casas e no seu país, uma realidade que os emigrantes viveram noutros países, durante décadas. Pela primeira vez em vários séculos constituiu-se uma pluralidade étnica e religiosa. No interior do país criaram-se fenómenos de aculturação aos quais os portugueses apenas estavam habituados no estrangeiro. Estão em causa os traços da identidade nacional. As pessoas e os grupos, em contacto com outros grupos, perdem, renovam ou alteram as suas referências e valores (Barreto, 2000).

As migrações internacionais das últimas duas décadas não representam um fenómeno novo, o que surgiu diferente foi a sua magnitude e complexidade. Os novos padrões dos movimentos migratórios chegaram a países que não apresentavam taxas de imigração e emigração significantes. Alguns países de emigrantes confrontaram-se com a nova realidade de movimentos de imigrantes. De um ponto de vista científico, esta complexidade não se resumiu exclusivamente à análise quantitativa dos fluxos, introduziu novas temáticas empíricas e desafios nas discussões teóricas.

Os fatores económicos surgiram com insistência na literatura como os principais determinantes dos movimentos migratórios (Rioux, 1982; Raison, 1986 e Bairoch, 1986). Esta perspetiva remonta ao período Pós-Revolução Industrial e baseia-se nas “Leis da Imigração” propostas no século XIX por Ravenstein (1885 e 1889), nas quais o autor reconheceu a atuação das motivações económicas como a principal causa potenciadora de movimentos migratórios. Para este autor clássico, a mobilização dos migrantes está associada às lógicas de funcionamento dos mercados de trabalho e do consumo.

Existem, porém, outros fatores como as causas naturais, ambientais, religiosas, étnicas, económicas, políticas ou a redução dos obstáculos às migrações que ajudam a conferir inteligibilidade aos movimentos migratórios. Não sendo fáceis de identificar, estes fatores atuam isoladamente ou associados, consoante o movimento migratório em análise.

Em Portugal, uma das preocupações da opinião pública acerca dos movimentos migratórios foi a substituição da mão de obra nacional por mão de obra imigrante. Desde a década de oitenta o desajustamento entre a emigração e a imigração foi-se acentuando; a natureza temporária das saídas dos emigrantes contrastava com a natureza permanente de entradas de imigrantes no país. Os custos sociais, de médio e longo prazo, que possam vir a decorrer deste cenário poderão revelar-se elevados para os migrantes envolvidos e, essencialmente, para a sociedade portuguesa. Os custos económicos dependerão, ainda que parcialmente, da evolução que os fluxos emigratórios venham a registar (Baganha, *et al.*, 1998).

Segundo a mesma autora as atuais dinâmicas migratórias em Portugal foram determinadas por quatro fatores: a) Os novos parâmetros institucionais que regularam a circulação de pessoas, bens e serviços no espaço da UE; b) a rede de informação e contactos que os imigrantes recém-chegados dos PALOP's detinham em setores económicos específicos que se caracterizaram por índices elevados de informalidade, flexibilização laboral e relações de trabalho precárias; c) a transferência para outros países europeus de uma parte substancial da força de trabalho doméstica e as vagas proporcionadas por essa transferência; d) facto de a atual situação ter apresentado claros benefícios económicos a curto prazo e custos diferidos e difusos, quer financeira, quer socialmente, não sendo, por esse mesmo facto, suscetível de desencadear pressões suficientes da sociedade civil para forçar o Governo a alterar a situação existente (Baganha, 2007: 9-10).

CAPÍTULO III – METODOLOGIAS

O método que ensina a seguir a verdadeira ordem e a enumerar exatamente todas as circunstâncias do que se procura contém tudo o que dá certeza às regras de aritmética. O que, porém, deste método mais me satisfaria era o facto de, por ele, estar seguro de usar em tudo a minha razão, se não perfeitamente, ao menos o melhor que eu podia.

(Descartes, 1977: 37-38)

Na perspetiva das ciências sociais, os procedimentos para a realização de uma investigação derivam da conjugação estreita de, pelo menos, três fatores:

1) o *corpus* teórico e conceptual a partir do qual se constrói o modelo de análise que sustentará todo o trabalho de investigação empírica;

2) a existência de informação, em quantidade e com qualidade suficiente, em concreto, outros estudos empíricos, acerca do objeto de estudo;

3) a adoção de um conjunto de procedimentos metodológicos, de técnicas de recolha de informação e de técnicas de análise, capazes de garantir a obtenção de resultados que conduzam à construção de conhecimento (Gilbert, 1996 e Maia, 2003).

A presente investigação tem como objetivo identificar os principais impactos dos fluxos migratórios nas atividades económicas do Algarve. O interesse deste trabalho de investigação consiste, desde logo, no seu contributo pioneiro para o estudo das migrações nesta região, uma vez que o Algarve tem sido das regiões mais atrativas do país no que diz respeito aos fluxos migratórios recentes. No período de 1991 a 2001, esta região apresentou uma taxa de crescimento demográfico de 16% a qual foi fortemente impulsionada pela imigração (Fonseca, 2007). Em 2009, a população estrangeira residente no Algarve, representava 17% da população total na região (INE, SEF e MTSS/ISS, IP CDist FARO, 2000-2009). O Algarve tem conseguido inserir os imigrantes laborais nalguns seto-

res de atividade, fundamentalmente nos setores da hotelaria e da construção civil, dada a expansão do turismo e da economia residencial. Estes fatores tornam o Algarve num observatório privilegiado para análise dos impactos dos diferentes tipos de migrações no nosso país, o que, na nossa opinião justifica plenamente que a análise empírica se realize nesta região.

O estudo sobre o impacto da imigração em Portugal nas contas do Estado procurou “concluir se a presença de estrangeiros em Portugal tem um efeito positivo ou negativo nas contas do Estado Português, ou, dito de outra forma, se os estrangeiros são ou não contribuintes líquidos do Estado” (D’Almeida, 2003: 7). João César das Neves, num comentário que consta desse estudo, admitiu a existência de uma falta de compreensão do impacto económico da imigração em Portugal (do qual o aspeto orçamental é uma pequena parte). Na sua opinião, a maior parte das pessoas acha que sabe qual o impacto, sem realmente saber qual é. Essa apreciação económica da imigração é originada por quatro grandes erros, são eles: 1- «a imigração como uma invasão», os imigrantes beneficiam também com a prosperidade económica do país, que lhes assegura, entre outros fatores, a colocação no mercado de trabalho; 2 - «desvalorização e minimização do potencial dos imigrantes», com implicações na sua inserção quando é sabido que são as pessoas mais qualificadas e com mais iniciativa a emigrarem; 3 – acusações de «parasitismo», segundo as quais os imigrantes se aproveitam das condições existentes no país. Mais uma vez as evidências empíricas demonstram o contrário, porquanto os imigrantes ocupam as profissões que as populações locais já não querem, para além de demonstrarem um carácter empreendedor benéfico para a economia; 4 – «mercantilismo», ou seja, a identificação da riqueza de um país apenas com o saldo da balança externa, que acompanha frequentemente a crítica das remessas dos imigrantes para os seus

países de origem, na medida em que aquelas constituem uma saída de divisas do nosso país.

Para alcançarmos os objetivos propostos neste trabalho, formulámos inicialmente o seguinte conjunto de questões de investigação:

Qual(ais) o(s) impacto(s) económico(s) mais significativo(s) dos fluxos migratórios na região do Algarve? Qual o seu “peso” na população total regional, na população ativa e no PIB Regional? Em que setores da economia regional se sentiu maior impacto económico dos fluxos migratórios? Que países de origem dos imigrantes com maior representatividade? A sua distribuição na região? Qual a principal motivação para migrar para a região do Algarve? Qual o rendimento no médio mensal atual? Que evolução se verificou quando comparado com o rendimento médio mensal do país de origem? Se existe correspondência entre o nível de escolaridade dos inquiridos e o rendimento médio mensal atual? Como os imigrantes classificam o mercado de trabalho da região? e qual a maior dificuldade? Qual a relação de dependência estatística entre as variáveis testadas: razão de abandono do país de origem e a faixa etária dos inquiridos; entre a razão de abandono do país de origem com o rendimento médio mensal obtido no país de origem e entre esse rendimento médio mensal e o rendimento médio mensal atual?

A partir das questões de investigação formuladas, efetuou-se uma caracterização das migrações na região do Algarve com base na informação recolhida a partir de fontes primárias – inquérito e bases de dados - e de fontes secundárias⁸⁷ (Cf. Capítulo IV). Foram particularmente utilizadas na análise as informações constantes nas bases de dados do

⁸⁷ A classificação das fontes estatísticas foi determinada segundo os conceitos seguintes: Fonte primária - documento com informação original sobre um assunto (p. ex. livros, publicações em série, relatórios científicos e técnicos, atas de congressos, programas de investigação, teses, etc.) cujo conteúdo é a primeira consequência da atividade do intelecto. Fonte original - documento original sobre determinado tema (Ex. Inquérito/Questionário). A Fonte secundária - dados e informações sobre fontes primárias (revistas de títulos e de resumos, bibliografias, catálogos de bibliotecas, guias bibliográficos, repertórios, anuários, diretórios, etc.) Interpretação ou comentário de material impresso (Faria e Pericão, 2008).

INE, do SEF, do MTSS/ISS, IP CDist. FARO (fontes primárias), e os dados disponíveis no estudo de Reis *et al.* (2010) (fonte secundária).

A economia da região do Algarve foi caracterizada com base nos dados compilados em Reis *et al.*, (2010). Nessa caracterização, analisamos o índice de atração regional do setor terciário, a formação de emprego nas atividades das infraestruturas básicas de forte concentração de trabalhadores no setor da construção e a reduzida capacidade empregadora do setor industrial relativa a atividades associadas com a exploração turística.

A consulta aos dados estatísticos do INE e do SEF, referentes aos anos entre 1999 e 2009, permitiu identificar a evolução da população total na região do Algarve e da população estrangeira, com estatuto legal de residente no Algarve; o crescimento médio anual da população total no Algarve e dessa população estrangeira e o que ela representou percentualmente na população total residente e na população ativa da região. Ainda com base nesses dados estatísticos, com a introdução de um filtro nos registos da população estrangeira residente na região, o qual considerou apenas os registos superiores a 500, obtivemos os países de origem com maior representatividade.

A análise das bases dados estatísticas das remunerações declaradas na Segurança Social da população estrangeira residente no Algarve, para o período de 2000 a 2009, revelaram-se de enorme importância para apurar o impacto produzido por estes trabalhadores nas atividades económicas regionais. Esses registos permitiram analisar a evolução do rácio entre a população estrangeira residente e a população ativa, bem como a sua distribuição por concelhos. Considerados apenas os registos superiores a 1.000, para o mesmo período, foi possível identificar os quatro setores de atividade mais representativos, das atividades profissionais da população estrangeira. Para o período de 2000 a 2009, apurou-se o contributo médio da população estrangeira com remunerações decla-

radas à Segurança Social para o PIB Regional. Estes dados são designados por PIB Regional estimado⁸⁸.

Os procedimentos metodológicos desta investigação incluíram também a realização de um inquérito por questionário cuja implementação no terreno decorreu entre janeiro de 2008 e dezembro de 2009. O universo era constituído pela população estrangeira com mais de dezoito anos que detinha o estatuto legal de residente na região do Algarve durante esse período e que exercesse ou tivesse exercido uma atividade remunerada na região.

O processo de amostragem utilizado foi do tipo “amostra de propagação geométrica”, também conhecido por *snowball*, o qual gera uma amostra não-probabilística desenvolvida a partir dos novos contactos que vão sendo fornecidos pelos inquiridos no momento da realização dos questionários iniciais (Maroco, 2010). A dimensão da amostra foi de duzentos e sessenta e seis inquéritos validados baseada em dezasseis pontos de amostragem, correspondendo aos dezasseis concelhos do Algarve.

O questionário foi estruturado através das cinco dimensões de análise seguintes: identificação, caracterização socioeconómica, agregado familiar, hábitos culturais e apreciação global da permanência no Algarve. No tratamento estatístico das respostas caracterizou-se a amostra evidenciando os resultados estatísticos mais significativos e analisou-se a relação de dependência ou independência estatística entre algumas variáveis da amostra considerando duas hipóteses em cada teste e uma análise de *clusters* às variáveis que compõem as cinco dimensões de análise do inquérito. Este processo permitiu identificar as variáveis que se encontram mais próximas (fortemente correlacionadas), as de maiores distâncias (dissemelhantes) bem como a composição dos respetivos *clusters*.

⁸⁸ Coeficiente dos registos população estrangeira residente com remunerações declaradas à Segurança Social pela população ativa, da região do Algarve. Produto desse coeficiente com o PIB REGIONAL da Região do Algarve, no período de 2000-2009. Dados 2008 e 2009 são provisórios.

No que respeita à opção pelo método amostral utilizado (não-probabilístico, do tipo propagação geométrica ou *snowball*), este decorreu do facto deste género de estudos, designadamente sobre a imigração, apresentar uma escassez de dados concelhios e a possibilidade de não poder contemplar a totalidade dos estratos de uma amostra probabilística estratificada. Com base em contactos privilegiados com alguns imigrantes representantes dos diversos setores e organizações, de cada um dos dezasseis concelhos, foram convidados a participarem no Inquérito, sendo-lhes solicitado que indicassem outras pessoas com características similares.

Todavia, este tipo de tratamento estatístico apresenta algumas dificuldades e limitações. Esta técnica encontra-se mais adaptada a estudos intensivos, prestando-se mal a estudos extensivos (Lages *et al.*, 2006). Existem autores que apontam alguns problemas de enviesamento que não se encontram inteiramente resolvidos (Van Meter, 1990: 32-39). Heckathorn (1997 e 2002) propôs alguns melhoramentos na aplicação desta técnica, porquanto reconheceu a existência de vários problemas decorrentes da amostra inicial não ser aleatória, tendendo para inquirir mais indivíduos cooperantes do que outros.

CAPÍTULO IV – CARATERIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES NA REGIÃO DO ALGARVE

Os indicadores compósitos pretendem sintetizar num único indicador a informação contida num conjunto de variáveis económicas. Este conjunto pode compreender, por exemplo, informação de natureza qualitativa proveniente de inquéritos de opinião realizados em diversos setores económicos, indicadores da atividade real interna e externa, bem como variáveis monetárias e financeiras. A seleção das variáveis a incluir no indicador é feita com base em critérios de natureza estatística e económica, procurando tanto quanto possível que o indicador compósito obtido seja representativo de toda a economia. Em geral, após a referida seleção, as variáveis são normalizadas (de forma a evitar que as séries com maior amplitude cíclica dominem o indicador) e posteriormente agregadas. Desta forma, é obtida uma medida sintética da evolução da atividade económica.

(Ruas, 2002: 97)

Na década de noventa o Algarve foi regiões mais atrativas do país. A região, no período de 1991 a 2001, obteve uma taxa de crescimento demográfico de 16%, fortemente impulsionada pela imigração. A economia regional apresentou um crescimento superior à média nacional. O produto interno bruto regional baseou-se no modelo extensivo de mão de obra de qualificações baixas e uma produtividade reduzida. O Algarve conseguiu absorver imigrantes fundamentalmente nos setores da hotelaria e da construção civil, perante a expansão do turístico e da economia residencial que atraíram mão de obra imigrante (Fonseca, 2007). Em 2009, a população estrangeira residente no Algarve, representava 17% da população total na região (INE, SEF e MTSS/ISS, IP CDist FARO, 2000-

2009). Estes fatores identificam o Algarve como um observatório de excelência dos diferentes tipos de migrações, motivo pelo qual a análise empírica se realizasse no Algarve.

Este capítulo apresenta uma caracterização dos movimentos migratórios na região do Algarve. Para o efeito, em primeiro lugar é caracterizada a economia da região com base nos dados compilados no estudo de Reis *et al.* (2010). Em segundo lugar, com recurso aos dados estatísticos do INE, SEF e MTSS/ISS, IP CDist FARO (2000-2009), identificamos, por um lado, a evolução da população total na região do Algarve e da população estrangeira com estatuto legal de residente e, por outro, o crescimento médio anual da população total e da população estrangeira e o que esta representou percentualmente na população ativa da região. Através da introdução de um filtro nos dados da população estrangeira residente, que considerou apenas os registos superiores a 500, foi possível obter os países de origem com maior representatividade na região.

As estatísticas das remunerações declaradas à Segurança Social da população estrangeira residente no Algarve, para o período de 2000 a 2009, permitiram analisar a evolução dessa população e a da população ativa na região do Algarve, bem como a respetiva distribuição por concelhos. Considerados apenas os registos superiores a 1.000, para o mesmo período, foi possível identificar os quatros setores de atividade nos quais a população estrangeira residente se encontra mais representada. Foi apurado o contributo médio para o PIB Regional dessa população e os respetivos, dados surgem na série em estudo com designação de “PIB Regional estimado” (Cf. Anexo A3 e Gráficos 1 a 7).

Estruturalmente a região do Algarve tem apresentado uma economia fortemente centrada na exploração turística, de potencialidade natural, sem uma base industrial significativa (Reis *et al.*, 2010). Ainda segundo o mesmo estudo, a análise ao setor terciário⁸⁹

⁸⁹ Designadamente nos serviços de baixa intensidade informacional (1,6) e nas atividades de infraestrutura básica (1,5). Abaixo da unidade encontramos os serviços de alta intensidade informacional (0,8).

que permitiu construir um Índice de Atração Regional (1,4), verificou a importância que o turismo tem assumido na atividade económica. A expressiva concentração de trabalhadores no comércio, alojamento e restauração, que representam mais de metade do emprego no setor terciário da região, surgiu da capacidade de se constituírem empregos de baixa intensidade informacional⁹⁰.

Na análise à formação de emprego nas atividades ligadas às infraestruturas básicas observou-se uma forte concentração de trabalhadores no setor construção⁹¹. A maior parte da atividade da construção está diretamente associada com a exploração turística decorrente da exploração das potencialidades da região. Como referem os próprios autores, “a estrutura económica regional tende a apresentar elevada convergência, direta ou indireta, com esse setor” (Reis *et al.*, 2010: 64). O setor industrial da região apresenta uma reduzida capacidade empregadora relativamente às atividades associadas à exploração turística.

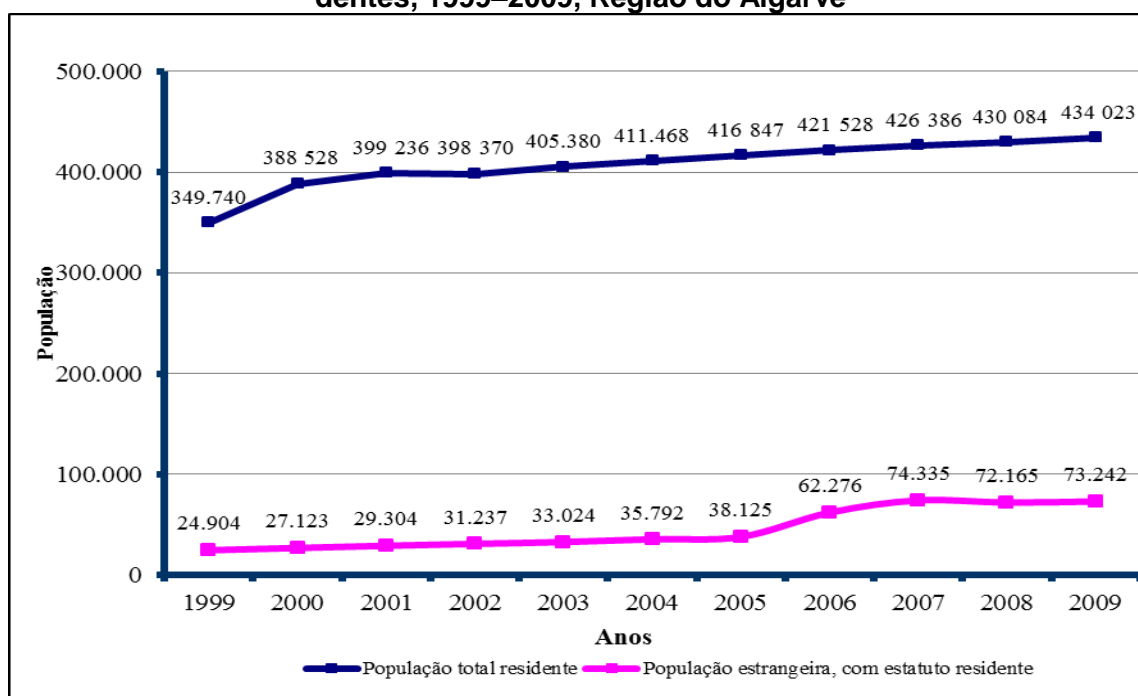
Tendo como fonte os dados estatísticos do INE, SEF e MTSS/ISS, IP CDist FARO (2000-2009) observamos, no gráfico 1, a evolução da população total na região para o período de 1999 a 2009, durante o qual se verificou um crescimento de cerca de 85.000 pessoas (349.740 para 434.023, representando um crescimento médio de 2%). No mesmo período, a população estrangeira com estatuto legal de residente no Algarve passou de 24.904 para 73.277 (crescimento médio anual de 9 %). Neste período ocorreram dois momentos legislativos determinantes para a compreensão deste aumento: em 2001, com as prorrogações de autorização de permanência e, em 2005, na prorrogação dos vistos de longa duração. O impacto direto desta alteração nos registos oficiais do SEF em 2001 representou, a nível nacional, um crescimento de 69,02% dos (223.937 residentes estran-

⁹⁰ Sofisticação e incorporação de conhecimento (INPI, 2011).

⁹¹ Índice de Atração Regional 1,5.

geiros em Portugal, com 126.901 autorizações/prorrogações de residência (SEF, 1999-2009). A alteração legislativa de 2005 produziu maior impacto nos registos da população estrangeira, com estatuto legal de residente na região (38.125 para 62.276). Em 2009 essa população representava cerca de 17% da população total residente na região do Algarve e, considerando a população estrangeira residente com remunerações declaradas na Segurança Social, 27% da população ativa (Cf. Anexo A3).

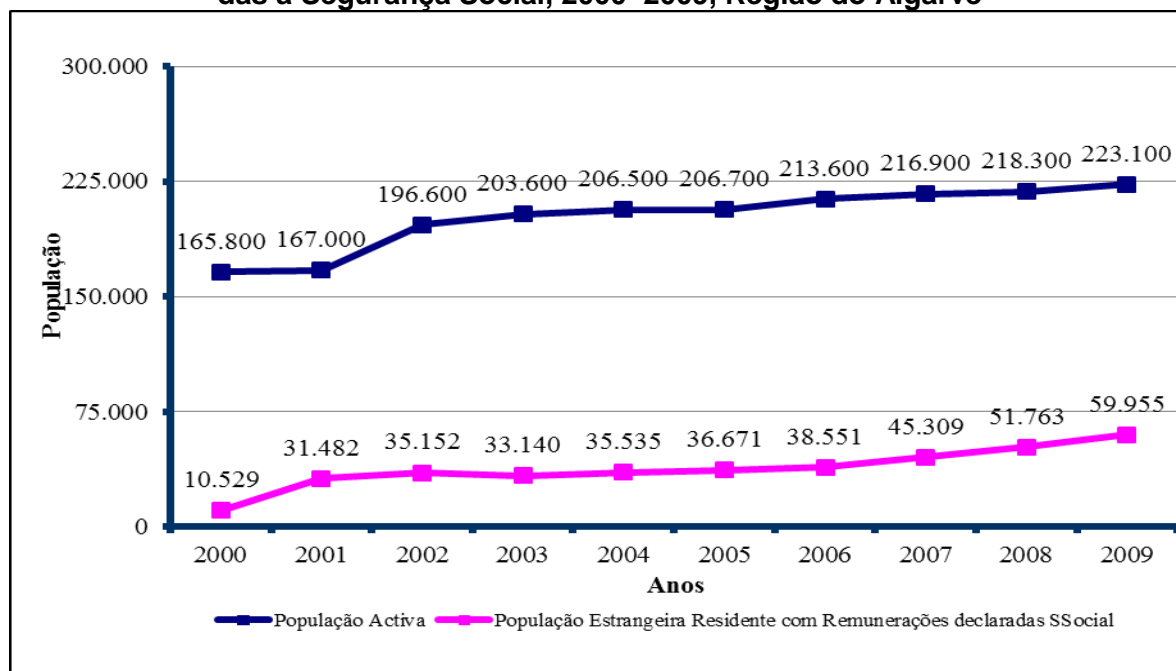
Gráfico 1 - População total Residente vs. População estrangeira com estatuto residentes, 1999–2009, Região do Algarve



Fonte: INE e SEF (1999-2009)

No gráfico 2 comparamos a evolução da população ativa e da população estrangeira com remunerações declaradas à Segurança Social, na região do Algarve para o período de 2000 a 2009. É notório o impacto das alterações legislativas de 2001 e 2005, na evolução dos registos com maior saliência no ano de 2001. Destacamos a tendência crescente da evolução da população em toda a série em geral, em particular no ano de 2000 para 2001 e entre o ano de 2005 e 2009.

Gráfico 2 - População Ativa vs. População estrangeira com remunerações declaradas à Segurança Social, 2000–2009, Região do Algarve



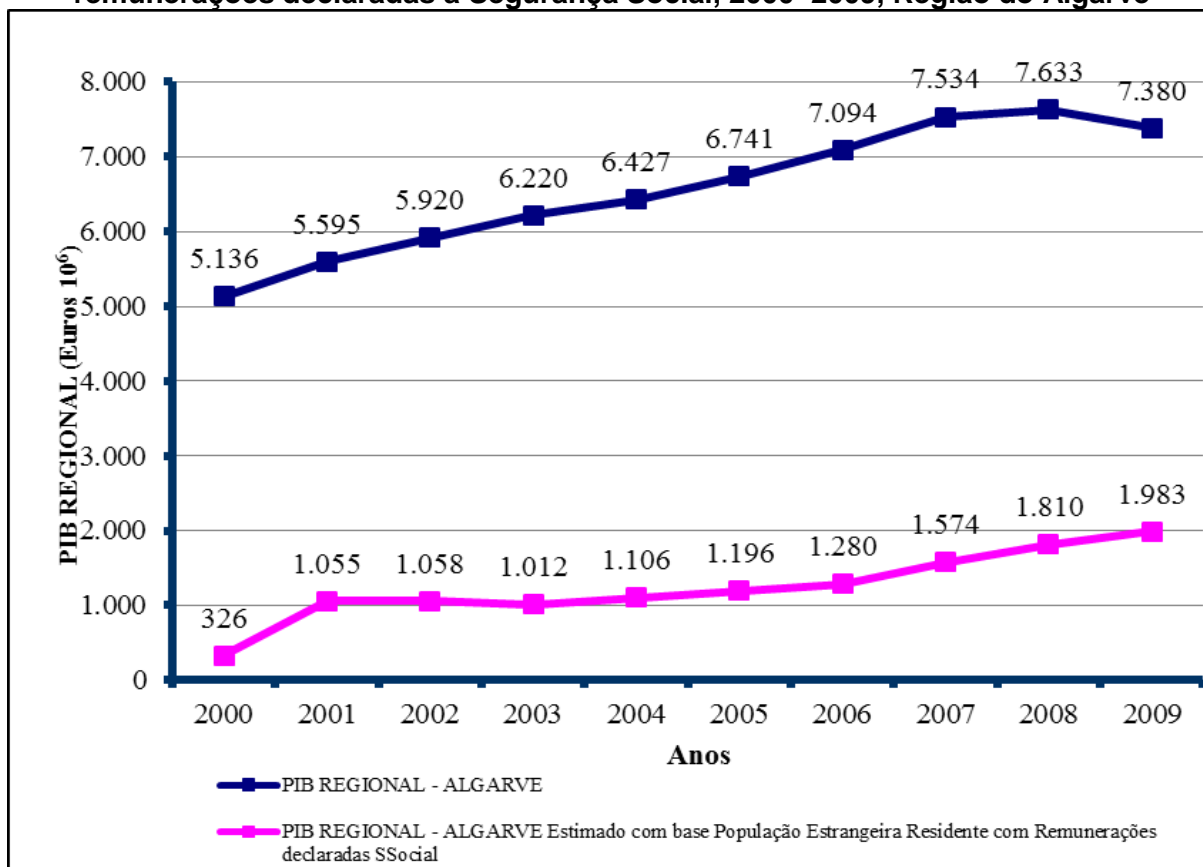
Fonte: INE, SEF e MTSS/ISS, IP CDist FARO (2000-2009)

O gráfico 3 mostra a evolução do PIB Regional e do PIB Regional estimado (Anexo A3), tendo por fonte a população estrangeira, com remunerações declaradas à Segurança Social, na região do Algarve. Verificou-se uma tendência semelhante na evolução dos números, com dois aspetos relevantes. O primeiro foi que o PIB Regional estimado correspondeu, no ano de 2000, a 6% do PIB Regional na região do Algarve e 27% no ano 2009. O segundo aspeto foi a tendência para o aumento do PIB Regional na série só quebrada no ano de 2008 para 2009 (7.633 para 7.380, valores em euros 10^6).

O comportamento da evolução do PIB Regional estimado registou acentuada subida do ano de 2000 para 2001 (326 para 1.055, valores em euros 10^6). De 2002 a 2006 não se registaram grandes oscilações (1.058 para 1.280, valores em euros 10^6). Entre os anos de 2007 a 2009 acentuou-se a tendência de crescimento (1.574 para 1.983, valores em milhões de euros). No período em análise, o PIB Regional estimado representou, em termos médios, 18% do PIB Regional da região do Algarve (Anexo A3). Os processos de

legalização extraordinária de imigrantes, ocorridos em 2001 e 2005, produziram um efeito determinante na participação dos imigrantes na economia, com impacto assinalável no PIB Regional, acima estimado.

Gráfico 3 – PIB-REGIONAL vs. PIB-REGIONAL estimado População estrangeira com remunerações declaradas à Segurança Social, 2000–2009, Região do Algarve

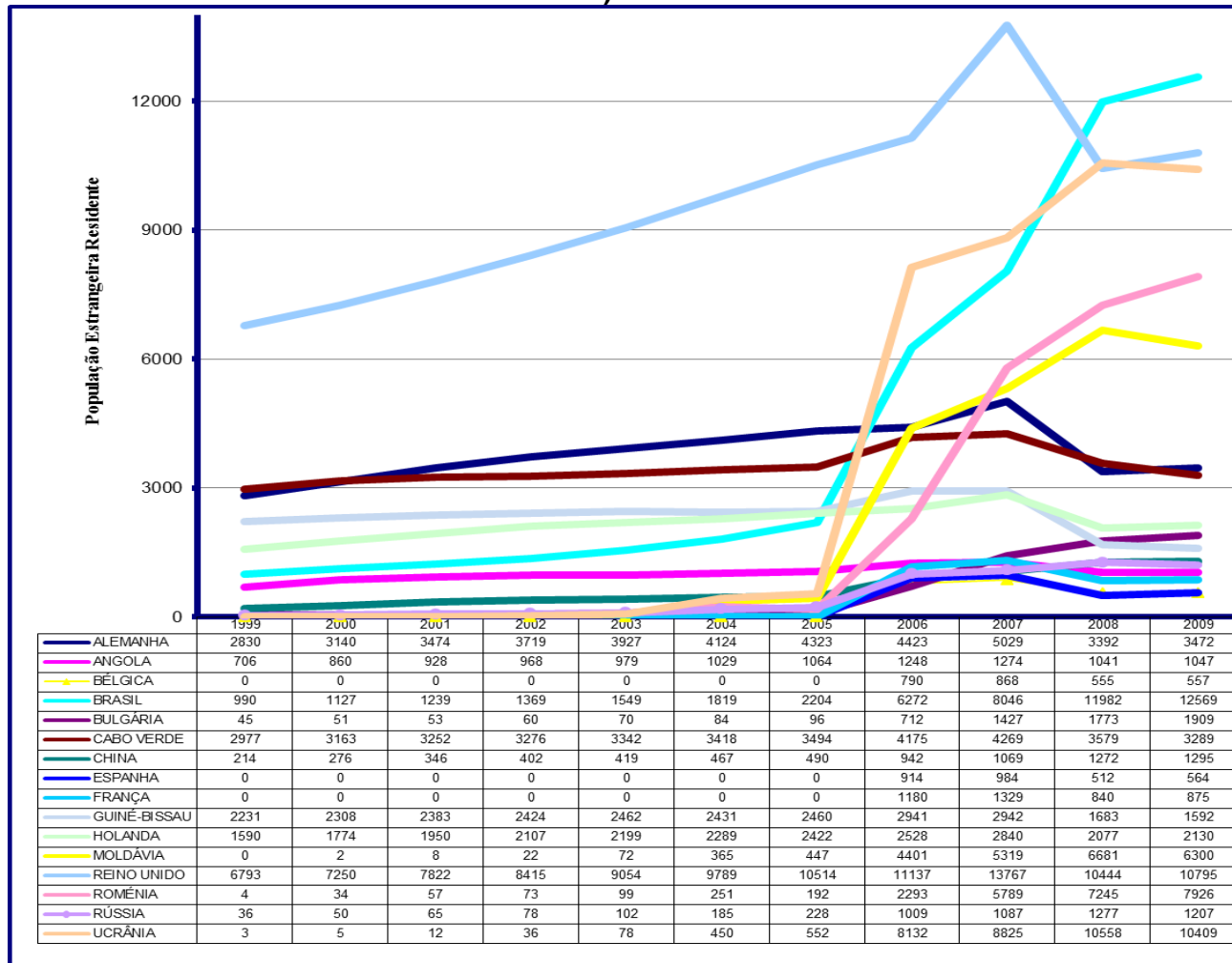


Fonte: INE e MTSS/ISS, IP CDist FARO (2000-2009)

O gráfico 4 mostra os dados do SEF, para os anos 1999 a 2009, considerando-se apenas os registos da população estrangeira residente na região do Algarve superiores a 500, entre 2006 e 2009. Dessa forma, obtemos os países de origem da população estrangeira, com estatuto legal de residente na região do Algarve, mais representados na região. Foram eles: o Brasil, o Reino Unido, a Roménia, a Moldávia e a Ucrânia. Em 2009, os estrangeiros residentes no Algarve oriundos destes países apresentaram valores superiores a 10.000, à exceção da Roménia e da Moldávia que se situaram nos 7.000 indivi-

duos. O número de indivíduos originários do Brasil e da Ucrânia apresentaram, de forma mais acentuada, os efeitos da alteração legal produzida em 2005.

Gráfico 4 - Países de Origem da População Estrangeira Residente Distrito Faro (>500 entre 2006-2009) - 1999/2009

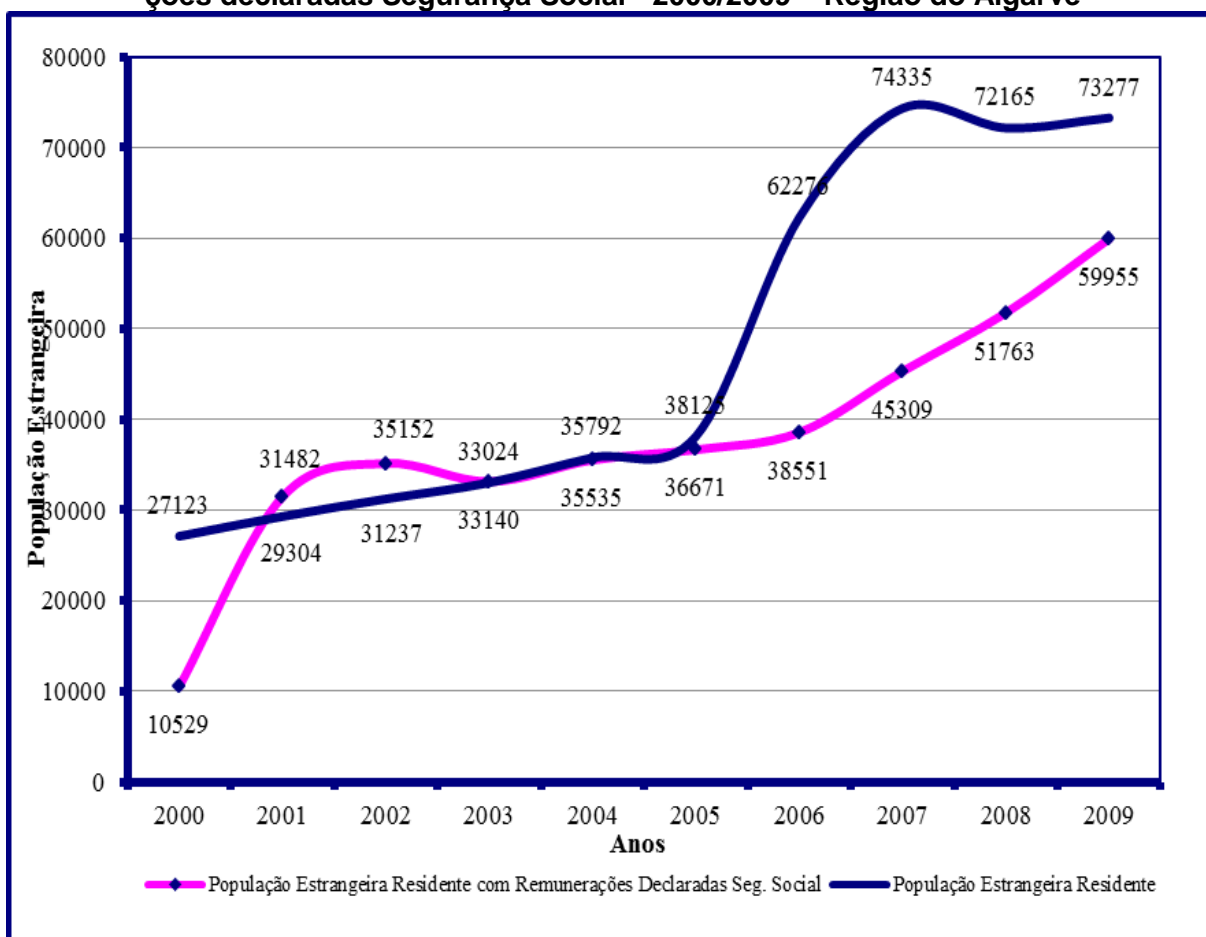


Ano
 Fonte: INE e SEF (1999-2009)

O gráfico 5 permite-nos observar a evolução dos valores das remunerações declaradas à Segurança Social pelos estrangeiros com estatuto legal de residentes na região do Algarve e em paralelo com a evolução da população estrangeira residente, para o período de 2000 a 2009. Comparando a evolução destes dados observamos que a legalização extraordinária de 2001, baseada na existência de um contrato de trabalho, teve um efeito determinante no processo de participação dos imigrantes na economia. Circunstân-

cia que explicou a subida acentuada das remunerações da população estrangeira residente declaradas à Segurança Social (de 10.529 para 31.482). Os anos de 2001 e 2002 apresentaram os valores mais elevados das remunerações declaradas na Segurança Social, da população estrangeira com estatuto legal de residentes, relativamente à população total estrangeira. Em 2002 e 2003, as remunerações declaradas na Segurança Social tiveram um decréscimo ligeiro (de 35.152 para 33.140) para, de 2004 a 2009, registarem uma consolidação crescente (35.535 a 59.955, respetivamente).

Gráfico 5 - População Estrangeira Residente vs. População Estrangeira com Remunerações declaradas Segurança Social - 2000/2009 – Região do Algarve



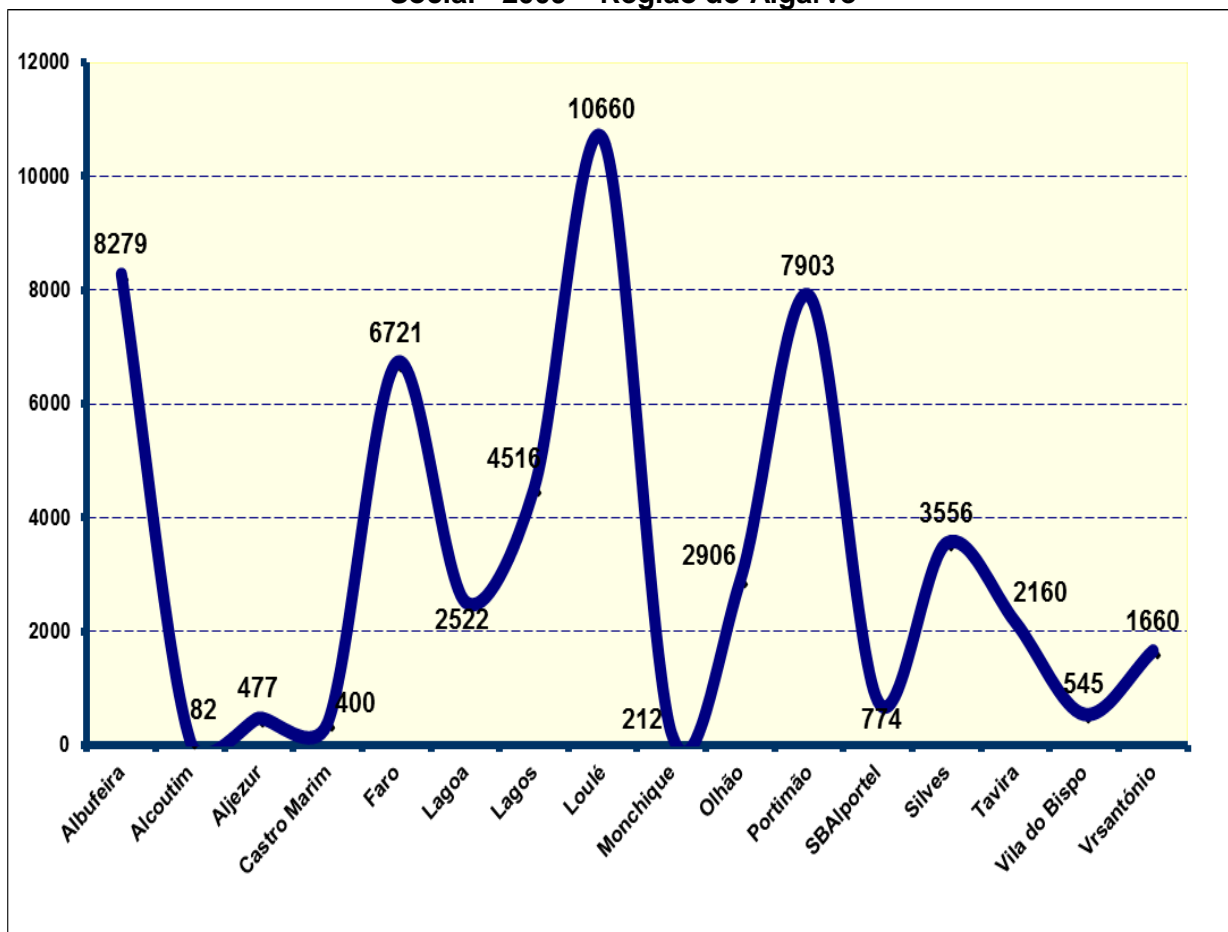
Fonte: INE, SEF e MTSS/ISS, IP CDist FARO (2000-2009)

O gráfico 6 representa a evolução, da população estrangeira com estatuto legal de residente na região do Algarve, com remunerações pagas na Segurança Social por Con-

celho em 2009. Na análise à evolução dessa população por Concelho é notório o impacto produzido pelo processo de legalização de 2005 que dinamiza a tendência de crescimento.

Esta análise permite efetuar a constituição de três grupos de concelhos distintos. Um primeiro grupo, no qual encontra-se destacado, o concelho de Loulé que apresentou o maior número de estrangeiros. No segundo grupo estão os concelhos de Albufeira, Faro, Portimão e Lagos que acompanham de perto a evolução do concelho de Loulé. No terceiro grupo, bastante homogéneo, com menor intensidade no número de estrangeiros, os restantes doze concelhos, com destaque para os concelhos de Lagoa, Silves e Olhão.

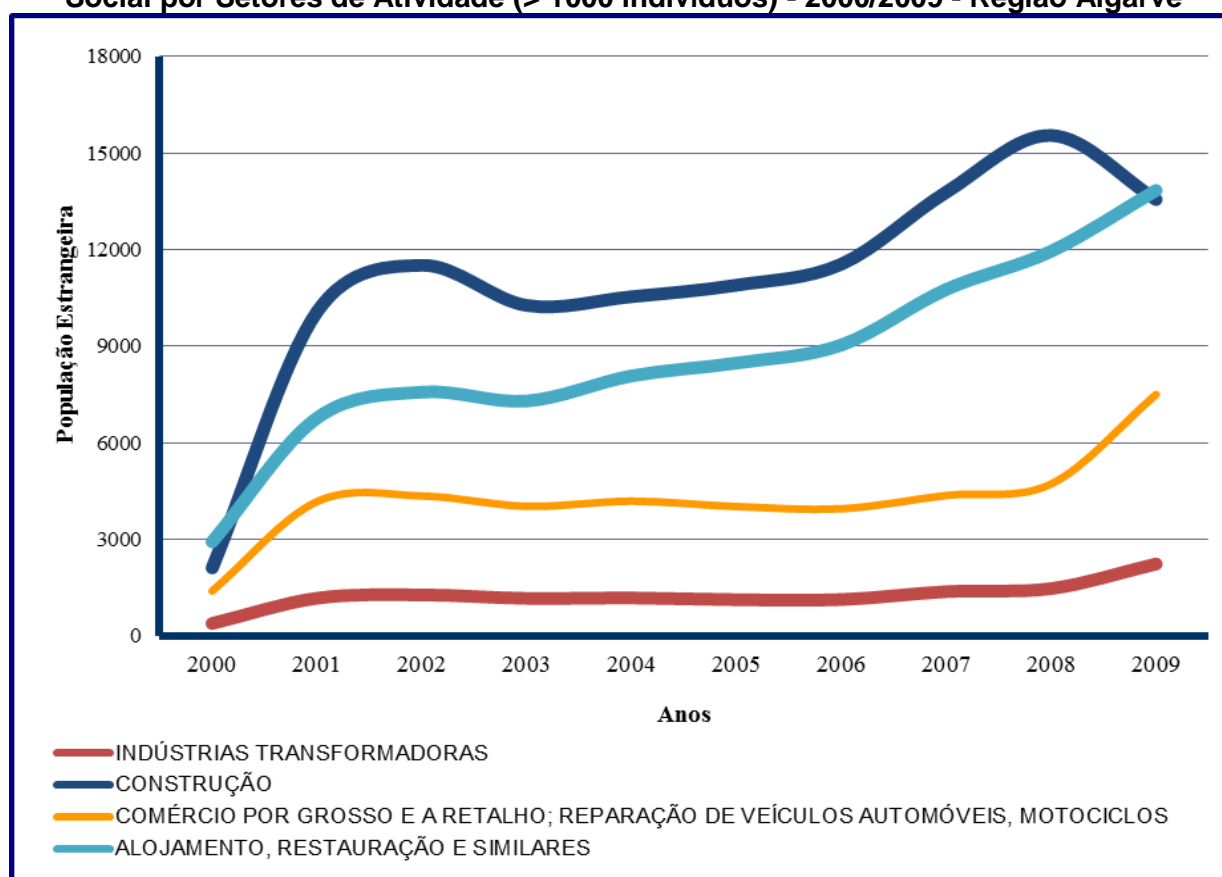
Gráfico 6 - População Estrangeira Residente, Remunerações declaradas Segurança Social - 2009 – Região do Algarve



Fonte: MTSS/ISS, IP CDist FARO (2009)

No gráfico 7, realizado a partir das remunerações declaradas na Segurança Social pela população estrangeira residente, por setor de atividade, (com valores superiores a 1.000 indivíduos), no período de 2000 a 2009, são identificados os quatro setores de atividade com maior representatividade: o setor da construção, o setor do comércio por grosso e a retalho, da reparação de veículos automóveis e motociclos; o setor do alojamento, restauração e similares e o setor das indústrias transformadoras (Anexo A4 e A5).

Gráfico 7 - População Estrangeira Residente com Remunerações declaradas Segurança Social por Setores de Atividade (> 1000 indivíduos) - 2000/2009 - Região Algarve



Fonte: INE, SEF e MTSS/ISS, IP, CDist FARO (2000-2009)

De 2000 para 2001, a evolução do número de trabalhadores estrangeiros no setor da construção (2.177 para 10.077) não acompanhou a tendência dos valores médios nos outros três setores de atividade. Facto que se explica pelos efeitos produzidos pela já referida alteração legislativa de 2001 (Anexos A4 e A5).

O «Relatório das Oportunidades de Trabalho» de 2002 identificou, ao nível nacional, uma necessidade de 27.000 imigrantes para os setores da construção e serviços de hotelaria (citado por Falcão, 2002). Peixoto (2008) também identificou estes dois setores de atividade, conjuntamente com os serviços domésticos, como os setores onde existia uma forte procura de trabalho imigrante. Quer a análise efetuada nesta caracterização quer os dados do inquérito, que serão analisados no capítulo seguinte, apontam no mesmo sentido.

Em síntese, a análise à evolução da população estrangeira no Algarve e à sua participação na economia da região revela, por um lado, uma estrutura económica regional fortemente centrada na exploração turística, de potencialidade natural, sem uma base industrial significativa (Reis *et al.*, 2010). Por outro lado, no período de 1999 a 2009 registou-se um crescimento médio de 2% (349.740 para 434.023) da população total da região. Por sua vez, a população estrangeira com estatuto legal de residente, apresentou um crescimento médio de 9 % (24.904 para 73.277). Em 2009, essa população estrangeira representou 17% da população total residente na região.

No período em análise, o impacto económico PIB Regional estimado, produzido pela população estrangeira residente, com remunerações declaradas à Segurança Social representou, em termos médios, 18% do PIB Regional da região. Em 2009 o valor do PIB Regional estimado foi 27% do PIB Regional do Algarve.

Tomando como fonte os dados população estrangeira residente na região do Algarve com remunerações declaradas à Segurança Social, os países mais representados são: o Brasil, o Reino Unido, a Roménia, Moldávia e a Ucrânia. O Concelho de Loulé é o que apresenta os valores mais elevados de estrangeiros residentes, seguidos dos Concelhos de Albufeira, Faro, Portimão e Lagos. Os quatro setores de atividade onde se concentra a população estrangeira são: o setor da construção, o setor do comércio por grosso e a

retalho, da reparação de veículos automóveis, motociclos, o setor do alojamento, restauração e similares e o setor das indústrias transformadoras.

CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO INQUÉRITO

Statistics is not really about numbers; it is about understanding our world.

(Howell, 1999)

Neste capítulo efetuamos uma análise estatística aos dados obtidos através do inquérito por questionário realizado com o objetivo de compreender os impactos produzidos pela imigração nas atividades económicas da região do Algarve. O capítulo encontra-se dividido em três momentos que correspondem a três tipos de análises estatísticas aos dados obtidos.

Numa primeira abordagem, procedeu-se à análise dos dados com recurso à estatística descritiva geral, nomeadamente a uma análise das frequências absolutas e relativas das cento e onze variáveis que compõem as cinco dimensões de análise do inquérito (Identificação, caracterização socioeconómica, o agregado familiar, os hábitos culturais e uma apreciação global sobre a permanência dos inquiridos no Algarve). Nessa análise procurou-se caracterizar a amostra, evidenciando os resultados estatísticos mais significativos.

Num segundo tratamento estatístico, analisa-se a relações de dependência/independência entre algumas das variáveis em estudo, designadamente: a razão de abandono do país de origem e a faixa etária dos inquiridos; a razão de abandono do país de origem e o rendimento médio mensal obtido no país de origem e o rendimento médio mensal atual. Ainda, com base nessas relações de dependência/independência que foram testadas entre as variáveis rendimento médio mensal obtido no país de origem e o atual, introduzimos as variáveis *layers*: o país de origem, a escolaridade e os setores de atividade. Com esse cruzamento estatístico foram identificados os países de origem, os níveis de escolaridade e os setores de atividade onde ocorreram os maiores impactos no rendimento médio mensal obtido no país de origem, comparativamente com o rendimento médio mensal atual obtido na região do

Algarve. A ferramenta estatística utilizada foi teste do Qui-Quadrado de Independência, implementado no *software* estatístico SPSS⁹², considerando uma probabilidade de erro tipo I (α) de 0,05 em todas as análises inferenciais realizadas. Quando não se observaram as condições de aproximação da distribuição do teste à distribuição do Qui-Quadrado, recorreremos aos resultados do teste exato, com base nas técnicas por simulação de Monte Carlo, para um nível de confiança de 99% ($\alpha=0.01$) e 10000 *number of samples*. Em cada análise efetuada foram sempre consideradas duas hipóteses: a hipótese nula, na qual se admitiu uma relação de independência entre as variáveis e uma hipótese alternativa, que considerou uma relação de dependência entre as variáveis analisadas.

Num terceiro tratamento estatístico, efetuamos a análise de *clusters* (grupos) às variáveis que compõem as cinco dimensões de análise do questionário. Os resultados obtidos permitiram identificar as variáveis que se encontram mais próximas (fortemente correlacionadas), as mais distantes (dissemelhantes) e a composição dos respetivos *clusters*. Estes resultados foram apresentados em Quadros de Aglomeração e Dendogramas. A técnica estatística utilizada foi a análise de *clusters* hierárquica, com o método do vizinho mais próximo⁹³, baseado no intervalo de correlação de *Pearson*⁹⁴, para valores absolutos das variáveis.

⁹² Software de análise estatística SPSS (V. 17; SPSS Inc, Chicago), como o descrito em Maroco (2010).

⁹³ Um dos métodos frequentemente utilizados no qual, após formado o primeiro *cluster* a distância dele para os restantes é a menos das distâncias de cada um dos elementos que constituem esse *cluster* (Anderberg, 1973).

⁹⁴ Medida de correlação ou associação mais apropriada (Johnson & Wichern, 2002).

1. Estatísticas descritivas gerais das Variáveis do Inquérito

Dentro do grupo de variáveis da dimensão “identificação” (Quadros 1.1 a 1.8 do Apêndice B1), relativamente à variável “país de origem”, surgiu com maior representação um primeiro grupo constituído pelo Brasil (15,04%), o Reino Unido (12,41%) e a Ucrânia (10,53%) e um segundo grupo constituído pela Alemanha, Roménia, China e Cabo Verde (Entre 7,5% e 4,5%). 57,1% dos inquiridos não residiram noutra região portuguesa antes de vir para a região do Algarve. Cerca de 30% dos inquiridos residiram na região de Lisboa e Vale do Tejo antes de vir para a região do Algarve. 74,4% dos inquiridos já conheciam a região do Algarve (39,8% através de visitas amigos/familiares, 18,4% em trabalho e 16,2% em férias). Cerca de 36% dos inquiridos residem na região do Algarve desde entre 7 a 10 anos e apresentaram idades compreendidas entre as seguintes faixas etárias: dos 18 aos 29 anos (18,80%), dos 30 aos 39 anos (39,50%), dos 40 aos 49 anos (29,30%) e com idade superior a 50 anos (12,40%). Relativamente ao sexo, 77,40% dos inquiridos são do sexo masculino e 22,60% do sexo feminino. Cerca 80% dos inquiridos tem o estado civil de casado e 14% de solteiros. As habilitações literárias dos inquiridos estão distribuídas da seguinte forma: 31,20% no 3 Ciclo (9 anos), 40,60% no Ensino Secundário (12 anos), com formação superior surgem 6,40% com Bacharelato, 17,70% com Licenciatura, 0,8% com pós-graduação e 0,4% com o Mestrado.

No grupo de variáveis “caracterização socioeconómica” (Quadros 2.1 a 2.31 do Apêndice B1), observou-se que 70% dos inquiridos estavam empregados no seu país de origem, que 25% desempregados e que 5% se encontravam inativos. A principal razão apontada para o abandono do país de origem e a vinda para o Algarve foi a motivação económica (52%), seguido dos motivos profissionais (26%). Para 85% dos inquiridos a decisão de sair do país de origem foi planeada com antecedência.

As principais ocupações profissionais dos inquiridos nos seus países de origem eram as seguintes: operários (27%), funcionários administrativos (18%) e comercian-

tes (10%). Atualmente, no Algarve, 96% estão empregados⁹⁵ e apenas 4% estão desempregados⁹⁶; Entre esses 96% que se encontravam empregados, as funções profissionais que desempenhavam eram: operários (17%), gerente (15%), técnico especializado (8%), administrativo (9%) e empregado/funcionário (9%); quanto ao número de trabalhadores no local onde os inquiridos desenvolvem atividade profissional teve a seguinte distribuição: entre 5 a 9 trabalhadores (32%), entre 10 a 19 trabalhadores (27%) e entre 20 a 49 trabalhadores (14%).

57,9% dos inquiridos possuíam um rendimento médio mensal no seu país de origem até 499 €, 13,2% entre 500 e 999 €, 10,2% entre 1.000 a 1.499 € e 79,3% já tinham trabalhado noutro país antes de virem para o Algarve.

Dos inquiridos que se encontram atualmente empregados (96%), a maioria são trabalhadores por conta de outrem (80%), sendo que 35,7% trabalham em locais que são propriedade de estrangeiros e 27,1% em locais propriedade de portugueses.

As funções profissionais desempenhadas pelos inquiridos que obtiveram maior expressão no inquérito foram as de operário (17,7%) e de gerente (15,4%). Os vínculos contratuais encontrados foram os seguintes: contratos sem termo (permanente): 47%, contrato com termo certo: 30% e 11% eram proprietários dos locais de trabalho. Questionados os sobre os benefícios da contratação de imigrantes, 28,7% dos inquiridos indicaram dificuldades em recrutar trabalhadores portugueses e 27,4% apontaram com vantagem a disponibilidade imediata dos imigrantes. Para 60,5% dos inquiridos não existe correspondência entre a ocupação profissional que tinham no país de origem e a atual. Ainda assim, 78,6% sentem-se satisfeitos com a ocupação atual e 58,3% consideram mesmo que o salário auferido está de acordo com a sua função. Já 59,3% consideraram que o seu salário se encontrava ao mesmo nível dos trabalhadores não imigrantes.

⁹⁵ Distribuídos da seguinte forma: 67% encontram-se nas seguintes atividades: alojamento, restauração e similares (30%), na construção (25%) e comércio/loja por grosso/retalho (12%).

⁹⁶ 11 inquiridos desempregados (8 operários e 3 vendedores ambulantes).

O rendimento médio mensal atual apresentou a seguinte distribuição: entre 500 e 999 € (51,9%), entre 1.000 a 1.499 € (18,4%), entre 1.500 a 1.999 € (12,4%) e 2.000 a 2.499 € (12,8%). Quando comparado com o rendimento médio mensal obtido no país de origem verificou-se uma evolução positiva. A totalidade dos inquiridos empregados (96%) efetuaram os descontos obrigatórios para a Segurança Social e Imposto Sobre o Rendimento.⁹⁷ Apenas 25% desses inquiridos enviaram uma parte do seu rendimento para o seu país, sendo que 7,1% o fizeram com periodicidade semestral e 16,9% com periodicidade anual

Quando questionados sobre as maiores dificuldades que sentiram no mercado de trabalho da região, os inquiridos indicaram o desemprego (47%), acompanhado pela falta de oportunidades de negócio (16%), a segurança/garantia do posto de trabalho (12%) e a legislação/regulação em vigor (11%). Maioritariamente os inquiridos identificaram as questões segundo as quais “os empregos dos migrantes são compatíveis com as suas qualificações” e que esses postos de trabalhos eram “sujos e mal pagos” (41,7% e 43,6%, respetivamente).

Cerca de 31% dos inquiridos mostraram-se indecisos quando questionados sobre se os empregos para imigrantes apenas existiam por falta de mão de obra no país de acolhimento, mas 34,2% concordaram que os empregos para imigrantes existiam porque os trabalhadores nacionais não os ocupavam. Questionados sobre se os empregos para os imigrantes eram iguais aos dos trabalhadores nacionais 36,5% discordaram e 32,7% revelaram-se indecisos. Quando confrontados com a afirmação “os empregos para imigrantes são iguais para todos os imigrantes” 42,2% concordaram.

Cerca de 60% dos respondentes indicaram que não ficaram a ganhar nem a perder com a vinda para o Algarve para resolver os seus problemas, enquanto 40% das respostas consideraram que ficaram a ganhar com a vinda para esta região.

⁹⁷ Os restantes 4,1% não efetuam descontos por se encontrarem desempregados.

Os inquiridos atribuíram ao mercado de trabalho regional a seguinte classificação: bom (44,7%), de razoável (39,1%) e de muito bom (15,8%). Os planos a longo prazo dos inquiridos são os seguintes: 56,4% pretendem ficar em Portugal durante um certo período de tempo após o qual pretendem regressar aos seus países de origem e 19,5% dos inquiridos, consideram ficar definitivamente na região do Algarve.

No grupo de variáveis “agregado familiar” (Quadros 3.1 a 3.19 do Apêndice B1) 65,8% dos inquiridos vivem na região do Algarve com o cônjuge e o(s) filho(s); num apartamento arrendado (50,4%) e, para 51,5% consideram esta a residência principal, enquanto 48,5% não a consideraram como tal. A maior parte dos inquiridos (72,2%) tem seus familiares (pais) no país de origem. Comunicam frequentemente com eles (73,3%), por telefone da rede fixa (41,1%), telemóvel (32,7%) e internet (21,1%). Cerca de 44,4% têm filhos em idade escolar na faixa etária [11 - 16 anos]. A escolaridade dos filhos apresentou a seguinte distribuição: 12º. Ano de escolaridade (30,8%), seguido do 3º. Ciclo (19,2%) e a Licenciatura (16,5%).

As atividades escolares frequentadas pelos filhos dos inquiridos foram: o desporto (25,9%), línguas (19,2%) e informática (16,5%). A vizinhança constituiu-se por portugueses (55,3%), os portugueses e estrangeiros (26,7%) e apenas 6% são da mesma nacionalidade dos inquiridos. Questionados se costumam conviver com os seus vizinhos, 35% responderam às vezes, 33,1% frequentemente e 28,9% raramente. Habitualmente recebem nas suas residências os amigos (40,6%), os familiares (35,7%), os vizinhos (13,2%) e os colegas (8,3%). A língua de comunicação preferencial é a língua portuguesa e a língua de origem (57,9%). Relativamente à utilização da língua portuguesa 41,4% responderam que aprenderam no contacto com a população portuguesa.

Habitualmente os inquiridos efetuam as compras em Supermercados (43,6%), nas grandes superfícies (38%) e no comércio local (18%). Apenas 0,4% dos inquiridos efetuaram as suas compras nos supermercados de produtos estrangeiros. Questionados sobre o consumo de produtos tradicionais portugueses 87,2% responderam que consumiam e 12,8% que não consumiam. Dos produtos tradicionais portugueses con-

sumidos pelos inquiridos as preferências recaíram nos produtos hortícolas (15,8%), na aguardente (15,8%) e nos vinhos (13,5%). Os resultados obtidos pelos produtos regionais portugueses, segundo as características e escala considerada, foram: a qualidade (classificação de muito bom 31,2%), preço (classificação de bom 44,4%), a oferta dos produtos e a sua acessibilidade (classificação de bom 36,5%). Questionados a identificar a maior dificuldade que encontraram nos espaços que comercializam os produtos tradicionais portugueses, as respostas obtidas identificaram: a localização e acessos (16,2%), a distribuição dos artigos nos estabelecimentos (13,9%) e a oferta dos produtos (13,53%). De referir que 12,8% das respostas obtidas não identificaram nenhuma dificuldade nesses espaços.

No grupo de variáveis “hábitos culturais” (Quadros 4.1 a 4.16 do Apêndice B1) os inquiridos leem jornais, diariamente (39,8%) e semanalmente (32,7%), preferencialmente do tipo generalista (68%), de gestão, finanças economia (14,7%) e regionais (11,3%). Os temas escolhidos foram a atualidade, a sociedade e o interesse geral (38,7%), a gestão, finanças economia (18 %) e os programas de televisão (17,7%). Costumam ler livros em língua do país de origem (24,8%) e língua portuguesa e do país de origem (12,4%). Em média anualmente leem dois livros (29,7%) em contraste com 54,5% que não leem livros.

Segundo a escala apresentada, os inquiridos raramente assistem às atividades de cinema, concertos, teatro, exposições e dança. Quando assistem vão acompanhados por familiares (53,8%), cônjuge/namorada (28,6%) e por amigos (11,7%). Os locais mais frequentados nos tempos livres foram a casa de amigos (32,0%), na casa de familiares (20,3%) e no Jardim/Parque/Passeio ao ar livre (18,4%), e frequentaram esses locais essencialmente durante o fim de semana (70,3%) e durante a semana (20,7%). Estes locais são frequentados por portugueses e estrangeiros (43,2%). A principal área de ocupação dos tempos livres dos inquiridos foi a televisão (26,7%), acompanhado pelas viagens (18%), a jardinagem e a culinária (15,8%).

A prática do desporto foi executada por 50,0% dos Inquiridos, sendo as modalidades desportivas mais praticadas regularmente o ténis (9,4%), o ciclismo (8,6%), o futebol/râguebi/basquetebol/andebol (7,1%) e a corrida/jogging (6,8%). Apenas 14,7% dos inquiridos pertenceram a uma Associação/Clube, do tipo recreativo (4,9%), desportivo (3,8%) e cultural (3,0%). Questionados, segundo a escala apresentada, em que medida alteraram os seus hábitos⁹⁸ desde que estão na região do Algarve, as respostas obtidas indicaram, em termos médios, que os inquiridos não alteraram muito os seus hábitos desde que residem na região do Algarve.

No grupo de variáveis “apreciação global da permanência no Algarve” (Quadros 5.1 a 5.6 do Apêndice B1) os inquiridos foram questionados a classificarem o seu grau de satisfação da sua permanência na região do Algarve, em face das expectativas iniciais, nas seguintes variáveis: trabalho, relações profissionais, serviços administrativos, sistema educativo, serviços de saúde, serviços de apoio à terceira idade, a qualidade ambiental, a segurança pública, o acesso a bens culturais, acesso bens consumo, qualidade e acesso meios comunicação, o avanço tecnológico, as relações com a comunidade portuguesa. As variáveis apresentadas, que excederam as expectativas iniciais dos inquiridos, foram: a qualidade ambiental (44,4%), o acesso a bens de consumo (44,4%) e as relações com a comunidade portuguesa em geral (43,2%). As situações que mais corresponderam foram: o trabalho (56,8%), as relações profissionais (53,0%), o sistema educativo (47,4%), os serviços de saúde (42,5%), os serviços de apoio à terceira idade (56,4%), a segurança pública (50,8%), o acesso a bens culturais (60,2%), a qualidade e acesso aos meios de comunicação (47,4%) e o avanço tecnológico (46,2%). Apenas os serviços públicos administrativos (47,4%) não corresponderam às expectativas iniciais dos inquiridos.

Os inquiridos, se tivessem de optar por uma região europeia, voltariam a escolher a região do Algarve para residir (95,9%) e apenas 4,1% não o fariam. Ainda

⁹⁸ Foram considerados os hábitos os religiosos, gastronómicos, desportivos, convívio social, ocupação dos tempos livres, consumo e forma de vestir.

assim, 68,4% dos inquiridos tencionam regressar definitivamente ao seu país de origem, enquanto 30,1% pretendem permanecer na região do Algarve e 1,1% estão indecisos.

O resultado da avaliação dos inquiridos sobre os fatores positivos da região do Algarve foi o seguinte: o mercado de trabalho (38,0%), a qualidade de vida (20,7%) e as políticas migratórias (17,3%). Estes factos reforçam a atratividade da região do Algarve como destino migratório. Como fatores menos positivos surgiram, com especial evidência, o desemprego (49,6%), a burocracia (25,9%) e a desorganização dos serviços (17,3%). Se, por um lado, os inquiridos salientaram o mercado de trabalho da região do Algarve como o fator mais positivo (38,0%), identificaram o desemprego (49,6%) como o seu maior receio. De assinalar que os inquéritos foram realizados entre 2008 e 2009 e na região do Algarve, altura em que a taxa de desemprego atingiu 7% e os 10,3%, respetivamente (INE, 2008 e 2009), revelando uma tendência de subida.

Questionados sobre a medida em que os inquiridos se identificaram com a maneira de ser dos portugueses (população residente da região do Algarve), para 37,2% identificaram-se razoavelmente, 36,5% bastante e 19,2% muito. Apenas 7,1% dos inquiridos considerou sentirem pouca identificação com a maneira de ser da população residente na região.

2. Estatística descritiva – Tabelas de Contingência e Clusters

Com a finalidade de analisarmos a relação estatística de algumas variáveis da amostra em estudo, designadamente a razão de abandono do país de origem e a faixa etária dos inquiridos; a razão de abandono do país de origem e o rendimento médio mensal obtido no país de origem e o rendimento médio mensal atual, submetemos as referidas variáveis ao teste estatístico do Qui-Quadrado⁹⁹ de Independência, implementado no *software* estatístico SPSS, considerando-se uma probabilidade de erro tipo I (α) de 0,05 em todas as análises inferenciais. Quando não foram observadas as condições¹⁰⁰ de aproximação da distribuição do teste estatístico do Qui-Quadrado, utilizaram-se os resultados do teste exato, baseado nas técnicas por simulação de Monte Carlo¹⁰¹, para um nível de confiança de 99% ($\alpha=0.01$) e 10000 *number of samples*.

Em cada teste estatístico efetuado foram sempre consideradas duas hipóteses: a hipótese nula, na qual se admitiu uma relação de independência entre as variáveis e uma hipótese alternativa, que considerou uma relação de dependência entre as variáveis analisadas.

Verificada estatisticamente a relação de dependência entre as variáveis rendimento médio mensal obtido no país de origem e a rendimento médio mensal atual dos inquiridos, introduz-se uma terceira variável *layers*, composta pelo país de origem, a escolaridade e os setores de atividade dos inquiridos na região do Algarve, com intuito de avaliar os impactos produzidos no rendimento médio mensal atual. O subponto 2.3.1. apresenta os resultados obtidos.

⁹⁹ Inclui o coeficiente de Phi, o coeficiente de contingência (ou C de Pearson) e o coeficiente de incerteza.

¹⁰⁰ Não se verificam as três condições para aplicação do X^2 com rigor: (1) $N > 20$; (2) Todos os $E_{ij} > 1$ e pelo menos 80% dos E_{ij} sejam superiores ou iguais a 5 (Maroco, 2010).

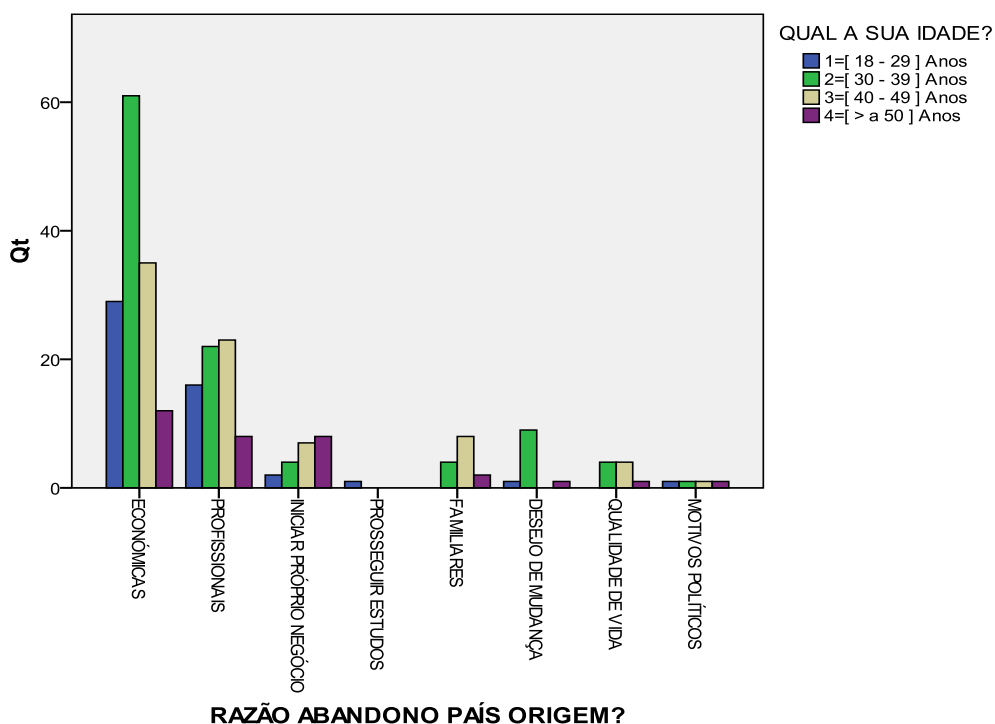
¹⁰¹ Método estatístico para determinar a probabilidade de ocorrência de uma determinada situação experimental, através de um conjunto elevado de simulações. É baseado na geração aleatória de amostras a partir do conhecimento empírico da população sob estudo (Maroco, 2010).

No subponto 2.4 procedemos à análise de Clusters (Grupos) para cada um dos cinco grupos de variáveis que compõem o Inquérito (Identificação, caracterização socioeconómica, o agregado familiar, os hábitos culturais e uma apreciação global sobre a permanência dos inquiridos no Algarve), com propósito de apurar as semelhanças ou dissemelhanças (distâncias) entre as variáveis desses grupos, que permitiram definir o número adequado de Clusters, numa perspetiva de perceber o agrupamento dessas variáveis no Inquérito, fundamentando as escolhas das variáveis testadas no ensaio de hipóteses.

2.1 Variáveis Razão de abandono do país de origem e a faixa etária

Das 266 respostas obtidas, 18,8% encontram-se na faixa etária dos 18-29 anos, 39,5% na faixa etária dos 30-39 anos, 29,3% na faixa etária dos 40-49 anos e 12,4% com idade superior a 50 anos. As razões económicas foram o principal motivo de saída do país de origem, com 137 respostas (51,5%) (Gráfico 2.1.1). Com base nos dados apresentados no quadro 2.1.2 (Apêndice B2) analisamos cada faixa etária considerada que indicou esse motivo. Dos 18-29 anos foram obtidas 29 respostas (21,2%) (Esperadas 25,8), com um resíduo ajustado de 1,0. Dos 30-39 anos foram obtidas 61 respostas (44,5%) (Esperadas 54,1), valor com um resíduo ajustado de 1,7. Dos 40-49 anos foram obtidas 35 respostas (25,5%) (Esperadas 40,2), valor com um resíduo ajustado de -1,4. Com idade superior a 50 anos foram obtidas 12 respostas (8,8%) (Esperadas 17), valor com um resíduo ajustado de -1,9. Nos inquiridos com mais de 40 anos de idade foram obtidos resíduos ajustados negativos em face de se verificaram valores inferiores aos esperados nas respostas obtidas.

Gráfico 2.1.1 - Razões de abandono país de origem e a idade dos inquiridos



Fonte: Inquérito, tratamento próprio

O maior resíduo ajustado (3,7) respeita aos 8 indivíduos (38,1%), com idade superior 50 anos, que escolheram iniciar o próprio negócio como motivo de saída do país de origem. Isto significa que, dos 8 indivíduos que estão nessa faixa etária, era esperado que apenas 2,6 considerassem tal motivo. Ao invés, na faixa etária dos 40 – 49 anos, era esperado que se registassem 3,2 indivíduos que indicassem o desejo de mudança como motivo de saída do país de origem. Todavia, não foi registada qualquer resposta, surgindo o valor do resíduo ajustado negativo (-2,2%).

Para avaliar se a incidência das razões de abandono do país de origem dependem da faixa etária, consideramos duas hipóteses estatísticas (nula (H_0) e alternativa (H_a)):

H_0 : As variáveis razões de abandono do país de origem e a faixa etária são independentes;

H_a : Existe uma relação de dependência entre as variáveis razões de abandono do país de origem e a faixa etária;

A estatística do teste Qui-Quadrado é de 43,299, com uma probabilidade de significância associada (*Asymp. Sig. (2-sided)*) de $p=0,03 < \alpha=0,05$. Este resultado não observou as condições de aproximação da distribuição do referido teste. Nesse pressuposto, utilizamos os resultados do teste exato (colunas *Monte Carlo Sig. 1 e 2 – sided*), com base nas técnicas por simulação de Monte Carlo, para um nível de confiança de 99% ($\alpha=0.01$) e 10000 *number of samples* (Quadro 2.1.1).

Na análise estatística inferencial os resultados observados permitiram afirmar que a incidência da razão de abandono do país de origem não é independente da faixa etária (com base $\chi^2 (2) = 0,03$; $p=0,02$; $N=266$), rejeitando-se a Hipótese nula (H_0).

Quadro 2.1.1 – Teste Qui-Quadrado

				Monte Carlo Sig. (2-sided)			Monte Carlo Sig. (1-sided)		
				99% Confidence Interval			99% Confidence Interval		
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Sig.	Lower Bound	Upper Bound	Sig.	Lower Bound	Upper Bound
Pearson Chi-Square	43,299 ^a	21	,003	,002 ^b	,001	,004			
Likelihood Ratio	44,747	21	,002	,002 ^b	,001	,003			
Fisher's Exact Test	39,105			,001 ^b	,000	,002			
Linear-by-Linear Association	4,514 ^c	1	,034	,030 ^b	,026	,035	,016 ^b	,013	,020
N of Valid Cases	266								

a. 21 cells (65,6%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 0,12.
b. Based on 10000 sampled tables with starting seed 2000000.
c. The standardized statistic is 2,125.

Fonte: Inquérito, tratamento próprio

Nas notas de rodapé do Quadro 2.1.1 é indicado que *21 cells (65,6%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 0,12*. Nesta situação o teste estatístico Qui-Quadrado não pode ser aplicado com rigor¹⁰², porquanto foi violado um dos seus pressupostos¹⁰³, tornando a sua interpretação enganadora. Para avaliarmos o peso dessas 21 células, que obtiveram menos de 5 frequências absolutas cada, comparamos o valor desse teste nessas células¹⁰⁴ com o valor do mesmo teste mas considerando todas as células. O resultado total foi de 43,299 (Quadro 2.1.1) e o obtido pelas 21 células¹⁰⁵, com menos de 5 frequências absolutas cada, é de 31. Estes resultados indicam que as células se afastam da hipótese nula.

Com base nesta análise podemos concluir que existe uma relação de dependência entre a razão de abandono do país de origem e a faixa etária dos inquiridos na amostra em estudo.

¹⁰² Não se verificam as três condições para aplicação do χ^2 com rigor: (1) $N > 20$; (2) Todos os $E_{ij} > 1$ e (3) pelo menos 80% dos E_{ij} sejam superiores ou iguais a 5 (Maroco, 2010).

¹⁰³ Facto de nem todos os $E_{ij} > 1$.

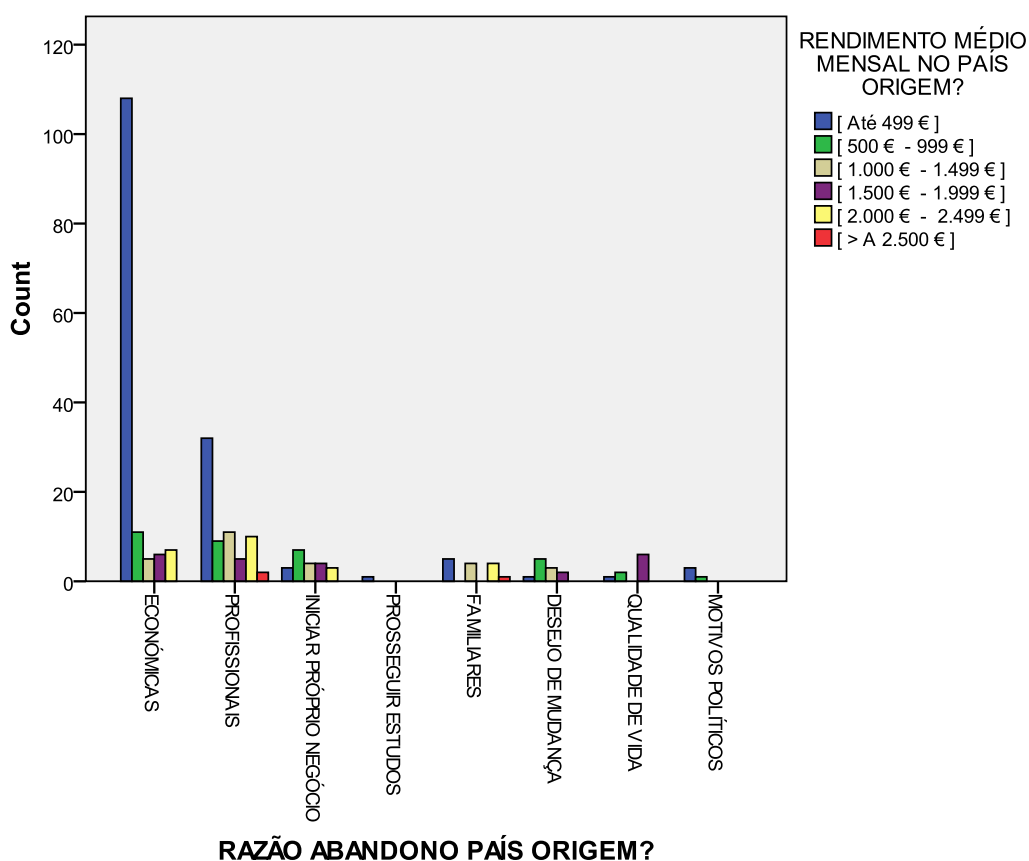
¹⁰⁴ Com base na soma dos quadrados dos resíduos patronizados $[(-1)^2 + (1,5)^2 + (1,9)^2 + (-0,6)^2 + (-0,5)^2 + (-0,4)^2 + (-1,6)^2 + (-0,6)^2 + (0,2)^2 + (-0,7)^2 + (-1,8)^2 + (-0,3)^2 + (-1,3)^2 + (0,2)^2 + (0,8)^2 + (-0,1)^2 + (0,3)^2 + (-0,5)^2 + (-0,2)^2 + (0,7)^2] = 31$

¹⁰⁵ Representam 34 frequências absolutas das 266 observadas.

2.2 Variáveis Razão de abandono do país de origem e o rendimento médio mensal obtido no país de origem

Das 266 respostas obtidas no inquérito pela variável rendimento médio mensal no país de origem, a distribuição das frequências relativas foi a seguinte: 57,9% auferiram menos de 499 €, 13,2% auferiam entre 500 € e 999 €, 10,2% auferiam entre 1000 € e 1.499 €, 8,6% auferiam entre 1.500 € e 1.999 €, 9,0% auferiam entre 2.000 € e 2.499 €, 1,1% auferiam mais de 2.500 €. À semelhança da tabela de contingência anterior foram as razões económicas o principal motivo de saída do país de origem, com 137 respostas (51,5%) (Gráfico 2.2.1).

Gráfico 2.2.1 - Razões de abandono país de origem e o rendimento médio mensal obtido no país de origem



Fonte: Inquérito, tratamento próprio

Analisamos cada grupo do rendimento médio mensal no país de origem que indicou tal motivo, com base nos dados do Quadro 2.2.2 (Apêndice B3). Com menos de 499 € de rendimento médio mensal no país de origem foram obtidas 108 respostas (78,8%) (Esperadas 79,3) e um resíduo ajustado de 7,1.

Entre os 500 € e 999 € registaram-se 11 respostas (8 %) (Esperadas 18,0), valor com um resíduo ajustado de -2,6. Entre os 1.000 € e 1.499 € foi de 5 respostas (3,6 %) (Esperadas 13,9), valor com um resíduo ajustado de -3,6. Entre os 1.500 € e 1.999 € encontram-se 6 respostas (4,4 %) (Esperadas 11,8), valor com um resíduo ajustado de -2,6. Entre os 2.000 € e 2.499 € estão 7 respostas (5,1 %) (Esperadas 12,4), valor com um resíduo ajustado de -2,3. Com rendimento médio mensal no país de origem superior a 2.500 € não foram obtidas respostas (0 %), sendo esperadas 1,5. Facto que produziu um resíduo ajustado de -1,8.

Dos dados em análise foi estatisticamente relevante os inquiridos com rendimento médio mensal no seu país de origem inferior a 499 € (78,8%) que indicaram como principal razão de saída do país de origem os motivos económicos.

O maior resíduo ajustado (7,1) respeita aos 108 indivíduos (78,8%), que auferem menos de 499 € de rendimento médio mensal no país de origem, que indicaram os motivos económicos como motivo de saída do país de origem. Ainda assim, desses 108 inquiridos que indicaram tal motivo, era esperado que apenas 79,3 deles viessem a considerar tal motivo. Com o menor resíduo ajustado (-3,6) surgem 5 indivíduos (3,6%) que auferem entre os 1.000 € e 1.499 €, sendo esperado que se registassem 13,9 indivíduos que indicassem também os mesmos motivos.

Para avaliar se a incidência das razões de abandono do país de origem dependem do rendimento médio mensal no país de origem, consideramos duas hipóteses estatísticas (nula (H_0) e alternativa (H_a)):

H₀: As variáveis razões de abandono do país de origem e o rendimento médio mensal obtido no país de origem são independentes;

H_a: Existe uma relação de dependência entre as variáveis razões de abandono do país de origem e o rendimento médio mensal obtido no país de origem;

A estatística do teste Qui-Quadrado é igual a 133,721, com uma probabilidade de significância associada (*Asymp. Sig. (2-sided)*) de $p=0,00 < \alpha=0.05$. Este resultado não observou as condições de aproximação da distribuição do referido teste. Dessa forma, utilizamos os resultados do teste exato (colunas *Monte Carlo Sig. 1 e 2 – sided*), com base nas técnicas por simulação de Monte Carlo, com nível de confiança de 99% ($\alpha=0.01$) e 10000 *number of samples* (Quadro 2.2.1).

Quadro 2.2.1 – Teste Qui-Quadrado

				Monte Carlo Sig. (2-sided)			Monte Carlo Sig. (1-sided)		
				99% Confidence Interval			99% Confidence Interval		
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Sig.	Lower Bound	Upper Bound	Sig.	Lower Bound	Upper Bound
Pearson Chi-Square	133,721 ^a	35	,000	,000 ^b	,000	,001			
Likelihood Ratio	116,447	35	,000	,000 ^b	,000	,000			
Fisher's Exact Test	116,845			,000 ^b	,000	,000			
Linear-by-Linear Association	21,901 ^c	1	,000	,000 ^b	,000	,000	,000 ^b	,000	,000
N of Valid Cases	266								

a. 34 cells (70,8%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 0,01.
b. Based on 10000 sampled tables with starting seed 957002199.
c. The standardized statistic is 4,680.

Fonte: Inquérito, tratamento próprio

Na análise estatística inferencial os resultados observados permitem afirmar que a incidência da razão de abandono do país de origem não é independente do rendimento médio mensal obtido no país de origem (com base $\chi^2 (2) = 0,00$; $p=0,00$; $N=266$), rejeitando-se a Hipótese nula (H_0).

Nas notas de rodapé do Quadro 2.2.1 é indicado que *34 cells (70,8%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 0,01*. Nesta situação o teste estatístico do Qui-Quadrado não pode ser aplicado com rigor, porque foi violado um dos seus pressupostos¹⁰⁶, facto que torna a sua interpretação enga-

¹⁰⁶ Facto de nem todos os $E_{ij} > 1$.

nadora. Para avaliarmos o peso dessas 34 células, com menos de 5 frequências absolutas cada, comparamos o valor desse teste nessas células¹⁰⁷ com o valor do mesmo teste considerando todas as células. O resultado total do teste estatístico do Qui-Quadrado foi de 133,721 (Quadro 2.2.1) e o obtido pelas 34 células¹⁰⁸, com menos de 5 frequências absolutas cada, é de 69,8. Estes resultados indicam que as células se afastam da hipótese nula.

Com base nesta análise podemos concluir que existe uma relação de dependência entre a razão de abandono do país de origem e a rendimento médio mensal obtido no país de origem dos inquiridos.

¹⁰⁷ Com base na soma dos quadrados dos resíduos patronizados $[((-1,2)^2+(1,4)^2+(-2,6)^2+(1,3)^2+(1,6)^2+(0,8)^2+(-0,5)^2+(0,6)^2+(-0,4)^2+(-0,3)^2+(-0,3)^2+(-0,3)^2+(-0,1)^2+(-1,4)^2+(2,2)^2+(-1,1)^2+(2,4)^2+(2,1)^2+(-2,1)^2+(1,8)^2+(1,1)^2+(-1)^2+(-0,4)^2+(-1,8)^2+(0,7)^2+(-1)^2+(0,9)^2+(-0,3)^2+(0,4)^2+(0,7)^2+(-0,6)^2+(-0,6)^2+(-0,6)^2+(-0,2)^2] = 69,8$.

¹⁰⁸ Representam 39 frequências absolutas das 266 observadas.

2.3 Variáveis Rendimento médio mensal no país de origem e o Rendimento médio mensal atual

Das 266 respostas obtidas no inquérito analisamos os totais das frequências relativas observadas nos grupos definidos de rendimento médio mensal no país de origem e do rendimento médio mensal atual¹⁰⁹. Verificou-se que, 154 inquiridos (57,9%) tinham um rendimento médio mensal no país de origem até de 499 € e apenas 7 desses inquiridos (4,5%) mantêm esse rendimento médio mensal atualmente. Significa que, os restantes 147 inquiridos que tinham até de 499 € de rendimento médio mensal nos seus países de origem, passaram a ter atualmente os seguintes rendimentos médios mensais: 131 inquiridos entre 500 € a 999 €; 12 inquiridos entre 1.000 € a 1.499 € e 4 inquiridos entre 1.500 € a 1.999 €.

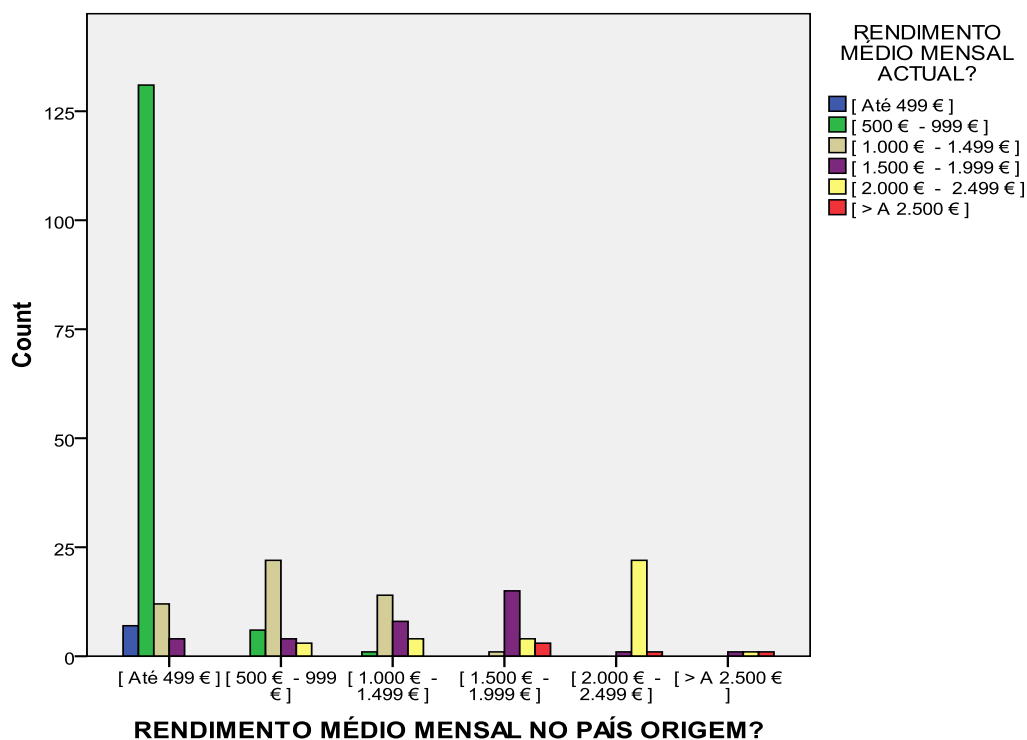
Registou-se que, 35 inquiridos (13,2%) que auferiram um rendimento médio mensal no país de origem entre 500 € a 999 €, só 6 desses inquiridos (4,5%) mantiveram esse rendimento atualmente. Os restantes 29 inquiridos redistribuíram pelos seguintes grupos de rendimento médio mensal atualmente: 22 inquiridos entre 1.000 € a 1.499 €; 4 inquiridos entre 1.500 € a 1.999 € e 3 inquiridos entre 1.500 € a 1.999 €. Da análise efetuada, a quase totalidade dos inquiridos posicionou-se num grupo de rendimento médio mensal superior ao que tinham no seu país de origem. A maior alteração ocorreu nos inquiridos que tinham até de 499 € de rendimento médio mensal nos seus países de origem. Foi este grupo de inquiridos, com rendimento médio mensal no seu país de origem inferior a 499 € (78,8%) que indicaram como principal razão de saída do país de origem os motivos económicos (Ver Gráfico 2.3.1).

O maior resíduo ajustado verificado (12,7) respeitou aos 131 indivíduos (85,1%), esperados 79,9, que tinham até 499 € de rendimento médio mensal nos seus países de origem e passaram a auferir atualmente um rendimento médio

¹⁰⁹ Rendimento correspondente a atividade desenvolvida na região do Algarve.

mensal entre 500 € a 999 €. Também, de registo elevado (12,1) surgiram 22 indivíduos, de 24, que mantiveram na região do Algarve um rendimento médio mensal que tinham nos seus países de origem (entre 2.000 € a 2.499 €). O menor registo ajustado (-5,3) situou-se no resultado nulo que obtiveram os indivíduos que auferiam um rendimento médio mensal nos seus países de origem entre 2.000 € a 2.499 € e que passaram a ter atualmente um rendimento médio mensal entre 500 € a 999 €. Eram esperados 11,9 indivíduos e não se registou nenhum valor (Ver Quadro 2.3.2 do Apêndice B4).

Gráfico 2.3.1 - Rendimento médio mensal obtido no país de origem e o Rendimento médio mensal atual



Fonte: Inquérito, tratamento próprio

Para avaliar se a incidência do rendimento médio mensal atual depende do rendimento médio mensal obtido nos países de origem, são consideradas as hipóteses estatísticas seguintes:

H₀: As variáveis rendimento médio mensal obtido nos países de origem e o rendimento médio mensal atual são independentes;

H_a: Existe uma relação de dependência entre as variáveis rendimento médio mensal obtido nos países de origem e o rendimento médio mensal atual;

A estatística do teste Qui-Quadrado foi igual a 401,474 e a probabilidade de significância associada (*Asymp. Sig. (2-sided)*) com um resultado de $p=0,00 = \alpha=0.00$ que não observou as condições de aproximação da distribuição do teste à distribuição do Qui-Quadrado. Assim, utilizamos os resultados do teste exato, com base nas técnicas por simulação de Monte Carlo, com nível de confiança de 99% ($\alpha=0.01$) e 10000 *number of samples* (Quadro 2.3.1).

Quadro 2.3.1 – Teste Qui-Quadrado

				Monte Carlo Sig. (2-sided)			Monte Carlo Sig. (1-sided)		
				99% Confidence Interval			99% Confidence Interval		
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Sig.	Lower Bound	Upper Bound	Sig.	Lower Bound	Upper Bound
Pearson Chi-Square	401,474 ^a	25	,000	,000 ^b	,000	,001			
Likelihood Ratio	337,245	25	,000	,000 ^b	,000	,000			
Fisher's Exact Test	314.169			,000 ^b	,000	,000			
Linear-by-Linear Association	198,468 ^c	1	,000	,000 ^b	,000	,000	,000 ^b	,000	,000
N of Valid Cases	266								

a. 27 cells (75,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 0,06.
b. Based on 10000 sampled tables with starting seed 624387341.
c. The standardized statistic is 14,088.

Fonte: Inquérito, tratamento próprio

Na análise estatística inferencial os resultados observados permitiram afirmar que a incidência do rendimento médio mensal obtido nos países de origem não é independente do rendimento médio mensal atual (com base $\chi^2 (2) = 0,00; p=0,00; N=266$), rejeitando-se a Hipótese nula (*H₀*).

A nota de rodapé do quadro 2.3.1 indica que 27 *cells (70,8%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 0,01*. Nesta situação o teste estatístico do Qui-Quadrado não pode ser aplicado com rigor, porquanto foi violado um dos seus pressupostos¹¹⁰, tornando a sua interpretação enganadora.

¹¹⁰ Facto de $E_{ij} < 1$.

Para avaliarmos o peso dessas 27 células, com menos de 5 frequências absolutas cada, comparamos o valor do referido teste nessas células¹¹¹ com o valor do mesmo teste considerando todas as células. O resultado total do teste foi de 401,474 (Quadro 2.3.1) e o obtido pelas 27 células¹¹², com menos de 5 frequências absolutas cada, é de 83. Estes resultados indicaram que as células se afastam da hipótese nula.

Com base nesta análise podemos concluir que existe uma relação de dependência entre o rendimento médio mensal obtido no país de origem e a rendimento médio mensal atual dos inquiridos.

Verificada estatisticamente a relação de dependência entre as estas duas variáveis, introduz-se uma terceira variável *layers*, composta pelo país de origem, a escolaridade e os setores de atividade dos inquiridos na região do Algarve, com intuito de avaliar os impactos produzidos no rendimento médio mensal atual. O subponto 2.3.1. apresenta os resultados obtidos.

¹¹¹ Com base na soma dos quadrados dos resíduos patronizados $([(-3,5)^2+(-4,4)^2+(-1,7)^2+(-1,0)^2+(-0,2)^2+(-0,7)^2+(-0,8)^2+(-0,8)^2+(-3,5)^2+(-0,3)^2+(-0,7)^2+(-0,8)^2+(-3,5)^2+(-1,6)^2+(0,6)^2+(3,9)^2+(-0,8)^2+(-3,5)^2+(-2,1)^2+(-1,1)^2+(0,8)^2+(-0,3)^2+(-1,2)^2+(-0,7)^2+(1)^2+(1)^2+(4,0)^2] = 83$.

¹¹² Representam 29 frequências absolutas das 266 observadas.

2.3.1 Evolução das variáveis Rendimento médio mensal atual e no país de origem, por *País de Origem – Escolaridade e Setores de Atividade*

Nesta análise procuramos identificar os países de origem, os níveis de escolaridade e os setores de atividade onde ocorreram os maiores impactos dos rendimentos médios mensais do país de origem para o atual. A partir da relação de dependência estatística observada entre as variáveis rendimento médio mensal obtido no país de origem e o atual e as frequências absolutas obtidas nessas variáveis introduziram-se as variáveis *layer* referidas. Os obtidos encontram-se no Quadro 2.3.1.1 (Apêndice B5).

A distribuição apresentada no Quadro 2.3.1.2. contém as frequências absolutas do rendimento médio mensal no país de origem e o atual, cruzada com a variável *layer* país de origem. Verificou-se que, 196 dos inquiridos (73,68%) ficaram com um rendimento médio mensal atual superior ao rendimento médio mensal que auferiram nos países de origem. Que, 65 dos inquiridos (24,44%) apresentam atualmente o mesmo nível de rendimento médio mensal que tinham no país de origem, e apenas 5 dos inquiridos¹¹³ (1,88%) possuem atualmente um nível de rendimento médio mensal inferior ao que obtinham no seu país de origem.

Foi estatisticamente relevante a evolução positiva registada no rendimento médio mensal no país de origem para o atual, dos 196 inquiridos (73,68%) que se distribuíram da seguinte forma: 12 de nacionalidade Cabo-verdiana, 10 de nacionalidade Guiné-Bissau, dos 16 de nacionalidade Romena, 06 de nacionalidade Russa, 07 de nacionalidade Polaca, 06 de nacionalidade Indiana, 02 de nacionalidade Bangladesh, 03 de nacionalidade Marroquina e 04 de nacionalidade Moçambicana. Ainda, para 16 (dos 20) de nacionalidade Alemã, para 09 (de 10) de nacionalidade Ango-

¹¹³ Os cinco inquiridos são três belgas, um sérvio e um dos países baixos.

lana, para 01 (de 08) e 03 (de 08) das nacionalidades Belga e Francesa, respetivamente, para 09 (de 10) de nacionalidade Moldava, para 19 (de 28) de nacionalidade Ucraniana, para 08 (de 10) de nacionalidade Sérvia, para 05 (de 10) de nacionalidade Países Baixos, para 12 (de 14) de nacionalidade Chinesa, para 02 (de 07) de nacionalidade Espanhola.

Quadro 2.3.1.2 – Evolução do Rendimento médio mensal atual e no país de origem por País de Origem

PAÍSES ORIGEM	FREQUÊNCIAS	INFERIOR	IDÊNTICO	SUPERIOR	%	TOTAL
ALEMANHA	20	0	4	16	20,00%	20
ANGOLA	10	0	1	9	10,00%	10
BÉLGICA	8	3	4	1	87,50%	8
FRANÇA	8	0	5	3	62,50%	8
CABO VERDE	12	0	0	12	0,00%	12
GUINÉ-BISSAU	10	0	0	10	0,00%	10
MOLDÁVIA	10	0	1	9	10,00%	10
ROMÉNIA	16	0	0	16	0,00%	16
RÚSSIA	6	0	0	6	0,00%	6
UCRÂNIA	28	0	9	19	32,14%	28
BRASIL	40	0	1	39	2,50%	40
SÉRVIA	10	1	1	8	20,00%	10
REINO UNIDO	33	0	26	7	78,79%	33
POLÓNIA	7	0	0	7	0,00%	7
PAÍSES BAIXOS	10	1	4	5	50,00%	10
CHINA	14	0	2	12	14,29%	14
ÍNDIA	6	0	0	6	0,00%	6
ESPAÑA	7	0	5	2	71,43%	7
BANGLADESH	2	0	0	2	0,00%	2
SUÉCIA	2	0	2	0	100,00%	2
MARROCOS	3	0	0	3	0,00%	3
MOÇAMBIQUE	4	0	0	4	0,00%	4
TOTAL	266	5	65	196	100,00%	266
Relação RENDIMENTO MÉDIO MENSAL ACTUAL (INFERIOR, IDÊNTICO, SUPERIOR COM TOTAL AMOSTRA)		1,88%	24,44%	73,68%		

Fonte: Inquérito, tratamento próprio

A maior evolução ocorreu nos 40 inquiridos de nacionalidade Brasileira, dos quais 39 (97,50%) apresentaram atualmente um nível de rendimento médio mensal superior ao que tinham no país de origem. Apenas um desses inquiridos (2,50%) ficou atualmente o mesmo nível de rendimento médio mensal que tinha no país de origem.

Ao invés, dos 33 inquiridos, de nacionalidade Britânica, apenas 07 desses registaram uma evolução positiva do rendimento médio mensal no país de origem para o atual. Os restantes 26 inquiridos (78,79%) mantiveram atualmente o rendimento médio mensal no país de origem. Também se assinalou, para 02 (de 02) inquiridos de nacionalidade Sueca, o facto de manterem atualmente o rendimento médio mensal no país de origem.

A apreciação global permitiu concluir que, para 73,68% dos inquiridos, existiu um impacto positivo do rendimento médio mensal obtido país de origem para o atual. A distribuição deste impacto abrangeu 19 países de origem, dos 22 que compõem a amostra. A exceção registou-se nos 05 inquiridos (1,88%) (03 Belgas, 01 dos Países Baixos e 01 Sérvio), que apresentaram um rendimento atual inferior ao obtido no país de origem. Estes 03 inquiridos Belgas possuem formação superior (Bacharelato e Licenciatura) e desenvolvem atividade profissional na região nos setores da Energia, Gás, Combustível e Água e no Alojamento, Restauração e Similares. O inquirido dos Países Baixos tem o ensino secundário e desenvolve atividade profissional na região no setor do Alojamento, Restauração e Similares. O inquirido da Sérvia é Licenciado e desenvolve atividade profissional na região no setor do Alojamento, Restauração e Similares (Cf. Quadro 2.3.1.1 do Apêndice B5, e Quadro 2.3.1.2).

A distribuição apresentada no Quadro 2.3.1.3 contém as frequências absolutas dos níveis de Escolaridade com o rendimento médio mensal no país de origem para o atual. Na análise aos dados, verificou-se que foram os inquiridos com o 3 ciclo (09 Anos) (cerca de 90%) e com o ensino secundário (12 anos) (Cerca de 80%), que maior repercussão positiva na evolução os rendimentos médios mensais do país de origem para o atual.

Quadro 2.3.1.3 – Evolução do Rendimento médio mensal atual e no país de origem com a *Escolaridade*

ESCOLARIDADE	FREQUÊNCIAS	INFERIOR	IDÊNTICO	SUPERIOR	%	TOTAL
1 CICLO (4 ANOS)	3	0	1	2	33,33%	3
2 CICLO (6 ANOS)	5	0	0	5	0,00%	5
3 CICLO (9 ANOS)	83	0	9	74	10,84%	83
ENSINO SECUNDÁRIO (12 ANOS)	108	1	21	86	20,37%	108
BACHARELATO	17	1	7	9	47,08%	17
LICENCIATURA	47	3	25	19	59,57%	47
PÓS-GRADUAÇÃO	2	0	1	1	50,00%	2
MESTRADO	1	0	1	0	100,00%	1
DOCTORAMENTO	0	0	0	0	0,00%	0
TOTAL	266	5	65	196	100,00%	266
Relação RENDIMENTO MÉDIO MENSAL ACTUAL (INFERIOR, IDÊNTICO, SUPERIOR COM TOTAL AMOSTRA)		1,88%	24,44%	73,68%		

Fonte: Inquérito, tratamento próprio

Dos 67 inquiridos¹¹⁴ com formação superior, apenas 29 deles (19 Licenciados, 9 Bacharéis e 1 Pós-graduado) tiveram uma evolução positiva do rendimento médio mensal obtido no país de origem para o atual. Para 34 desses inquiridos mantiveram atualmente o rendimento médio mensal que obtinham no país de origem e 4 deles ficou atualmente com rendimento médio mensal inferior ao obtido no país de origem.

Os dados analisados permitem concluir que quanto mais elevado é o nível de escolaridade dos inquiridos menores foram os impactos ocorridos no rendimento médio mensal atual.

No Quadro 2.3.1.4. estão as frequências absolutas dos Setores de Atividade e a evolução do rendimento médio mensal no país de origem para o atual. Analisamos os setores de atividade que proporcionaram aos inquiridos maior impacto positivo no rendimento médio mensal atual. Foram eles: os setores do Alojamento, restauração e similares (61 inquiridos, dos 78 que desempenham atividade neste setor), a construção (53

¹¹⁴ 17 Bacharéis, 47 Licenciados, 2 Pós-graduados e 1 Mestre.

inquiridos, dos 65 que estão neste setor), o comércio por grosso/retalho/loja (23 inquiridos, dos 32 que estão neste setor) e o setor dos serviços prestados às empresas (11 inquiridos dos 12 que estão neste setor). Tudo num total de 187 frequências absolutas¹¹⁵.

Quadro 2.3.1.4 – Evolução do Rendimento médio mensal atual e no país de origem por Setores de Atividade

SETORES ATIVIDADE	FREQÜÊNCIAS	INFERIOR	IDÊNTICO	SUPERIOR	%	TOTAL
NENHUM(A)	11	0	7	4	63,64%	11
AGRICULTURA, PROD. ANIMAL, CAÇA e SILVICULTURA	1	0	1	0	100,00%	1
PESCA	0	0	0	0	0,00%	0
INDÚSTRIA EXTRACTIVA	0	0	0	0	0,00%	0
INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	1	0	0	1	0,00%	1
ENERGIA, GÁS, COMBUSTÍVEIS e ÁGUA	11	1	2	8	27,27%	11
CONSTRUÇÃO	65	0	12	53	18,46%	65
COMÉRCIO POR GROSSO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA	32	0	9	23	28,13%	32
REPARAÇÃO VEÍCULOS AUTOMÓVEIS/MOTORIZADOS	8	0	1	7	12,50%	8
ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	78	4	13	61	21,79%	78
ORGANISMOS INTERNACIONAIS	0					
OUTRAS ORGANIZAÇÕES	0	0	0	0	0,00%	0
TRANSPORTES e COMUNICAÇÕES	3	0	0	3	0,00%	3
COMUNICAÇÕES	3	0	0	3	0,00%	3
BANCOS, SEGURADORAS e FINANCEIRAS	9	0	6	3	66,67%	9
ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS	9	0	4	5	44,44%	9
SERVIÇOS PRESTADOS EMPRESAS	12	0	1	11	8,33%	12
ACTIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS SERVIÇOS APOIO	8	0	0	8	0,00%	8
DEFESA e SEGURANÇA	0	0	0	0	0,00%	0
EDUCAÇÃO	2	0	2	0	100,00%	2
SAÚDE e ACÇÃO SOCIAL	9	0	7	2	77,78%	9
TRADUÇÕES	2	0	0	2	0,00%	2
LOJA	0	0	0	0	0,00%	0
TOTAL	266	5	65	196	100%	266

Fonte: Inquérito, tratamento próprio

Assinala-se o facto de apenas 11 inquiridos (Cerca de 04%), dos 266 da amostra em estudo, não desenvolverem atualmente atividade profissional, porquanto se encontram desempregados. Desses, 07 são de nacional-

¹¹⁵ Respetivamente, 78, 65, 32 e 12.

lidade Ucraniana e apresentaram um rendimento médio mensal atual até 499 €. Os restantes 4 inquiridos, 03 são de nacionalidade Marroquina e um de nacionalidade Russa, apresentaram rendimento médio mensal atual entre 500 € a 999 €. Este rendimento médio mensal atual é obtido via subsídios de desemprego do agregado familiar do inquirido.

2.4 Análise de *Clusters* às Variáveis do Inquérito

Neste ponto vamos proceder à análise de *Clusters* (Grupos) em cada um dos cinco grupos de variáveis que compõem o Inquérito (Identificação, caracterização socioeconómica, o agregado familiar, os hábitos culturais e uma apreciação global sobre a permanência dos inquiridos no Algarve). Esta análise consistiu em apurar as semelhanças ou dissemelhanças (distâncias) entre as variáveis desses grupos, que permitiram definir o número adequado de *Clusters*, numa perspetiva de perceber o agrupamento dessas variáveis no Inquérito.

Genericamente, essa análise compreendeu cinco etapas (Pestana e Gageiro, 2008), foram elas: a seleção das variáveis a serem agrupadas, no caso em análise, por grupo de variáveis; a definição de um conjunto de variáveis para, a partir dessas, se obter a informação necessária ao agrupamento dos casos; seleção da medida de semelhança ou distância entre cada par de variáveis; escolha de um critério de agregação ou desagregação e a validação dos resultados obtidos.

A técnica estatística utilizada foi a análise hierárquica de *Clusters*, com o método de aglomeração do vizinho mais próximo, baseado nos coeficientes de correlação de *Pearson*, para os valores absolutos das variáveis, ferramentas disponíveis no *software* estatístico SPSS utilizado.

Os resultados obtidos são apresentados em Quadros de Aglomeração¹¹⁶ e Dendogramas¹¹⁷. As variáveis que constituem cada grupo do Inquérito (Ver Apêndice A) foram identificadas por seu número no Inquérito. Estes *outputs* permitiram identificar, para cada um dos cinco grupos de variáveis do Inquérito, as variáveis que se encontram mais próximas (fortemente correlacionadas), as de maior distâncias (dissemelhantes) e a composição dos respetivos *Clusters*, por grupo de variáveis.

¹¹⁶ Identificam-se as variáveis que são combinados em cada etapa.

¹¹⁷ Apresentam a aglomeração feita numa escala de 0 a 25, diferentes das escalas das distâncias, servindo como um dos processos de escolha do número adequado (validação) de *Clusters*.

Nas limitações apresentadas pelas ferramentas estatísticas utilizadas identificaram-se, no Dendograma, a circunstância de não serem impressas as distâncias entre as variáveis. Este facto é relevante porquanto seria fornecida informação sobre a homogeneidade dos *Clusters* associados. Nos quadros de aglomeração os coeficientes de valor elevado (forte correlação) indicam-nos que se construíram *Clusters* razoavelmente homogéneos, enquanto coeficientes com valor reduzido (fraca correlação) indicam-nos o contrário. Foi importante a análise das diferenças nos coeficientes correlação de *Pearson* entre duas etapas adjacentes. Quando se verificou uma diferença acentuada nos valores desses coeficientes considerou-se que foram obtidos o número adequado de *Clusters* na análise.

2.4.1. Grupo de variáveis Identificação

A análise de *Clusters* ao grupo de variáveis Identificação, constituído por sete variáveis¹¹⁸, permitiu obter os resultados apresentados nos Quadros de Aglomeração e Dendogramas seguintes. No Quadro de Aglomeração 2.4.1.1 estão identificadas as variáveis ou *Clusters* combinados em cada etapa. As primeiras variáveis combinadas, que apresentaram maior coeficiente de correlação de *Pearson* (0,412), foram as variáveis 1.5 e 1.7¹¹⁹. A correlação seguinte (0,391) surgiu entre as variáveis 1.4¹²⁰ e 1.5. As colunas *Stage Cluster First Appears* e *Next Stage* indicam respetivamente em que etapa cada variável foi associada e quando volta a sê-lo novamente.

Stage	Cluster Combined		Coefficients	Stage Cluster First Appears		Next Stage
	Cluster 1	Cluster 2		Cluster 1	Cluster 2	
1	4	6	0,412	0	0	2
2	3	4	0,391	0	1	3
3	3	5	0,289	2	0	4
4	2	3	0,221	0	3	5
5	2	7	0,203	4	0	6
6	1	2	0,141	0	5	0

Segundo o Dendograma 2.4.1.1, as variáveis 1.5, 1.7 e 1.4 foram as que apresentaram maior correlação entre si e menor dissemelhança, associando-se com a variável 1.6¹²¹, com maior dissemelhança. Ao invés, a variável 1.2¹²² apresentou maior dissemelhança e menor correlação com as outras variáveis.

¹¹⁸ 1.2 a 1.8. Consultar Apêndice A – Inquérito. A variável País de Origem (1.1) foi excluída por questão estrutural.

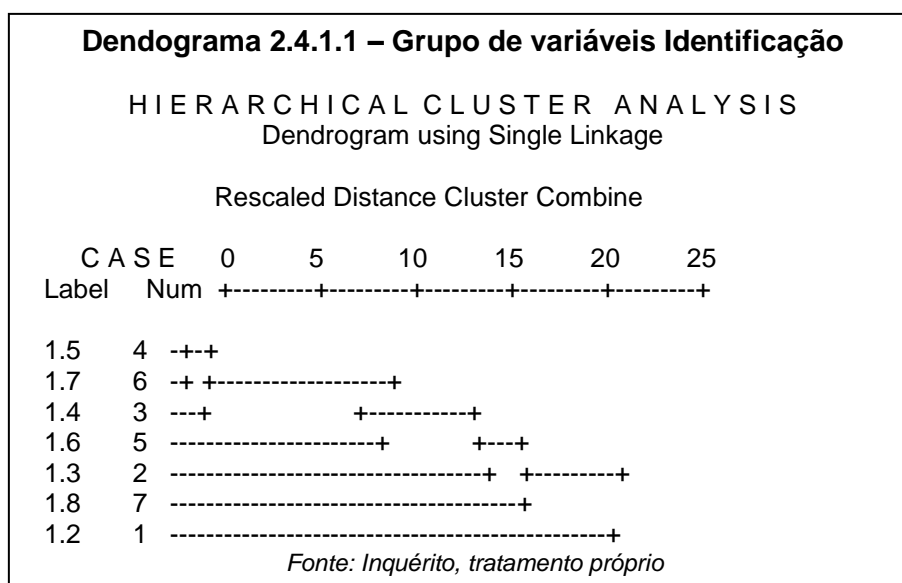
¹¹⁹ 1.5 – Idade, 1.7 – Estado civil.

¹²⁰ 1.4 – Há quantos anos reside na região do Algarve;

¹²¹ 1.6 – Sexo.

¹²² 1.2 – Antes de vir para a região do Algarve se residiu noutra região do País.

O Dendograma 2.4.1.1 sugeriu a existência de dois *Clusters* para as sete variáveis analisadas. Um *Cluster*, constituído por uma única variável (1.2), que apresentou a maior dissemelhança relativamente às restantes variáveis, e outro *Cluster* que agrupou as restantes variáveis. As linhas com as cruzes perto de zero indicam as variáveis que foram associadas em primeiro lugar.



No caso em análise verificou-se não existirem diferenças acentuadas nos valores da coluna dos coeficientes de correlação de *Pearson*¹²³. Existiu apenas uma redução gradual, em cada etapa de associação de variáveis, com aumento das dissemelhanças entre as variáveis. Dessa forma, foi aceitável a existência de dois *Clusters*, sugerido no Dendograma. Caso se traçasse uma linha vertical na escala considerada no Dendograma (entre o valor 0 a 10, 10 a 15, 15 a 20 e 20 a 25), continuariam a existir dois *Clusters*. Isto porque, em cada uma das seis etapas de associação, foi sendo correlacionada a variável seguinte que apresentou um coeficiente de correlação de *Pearson* decrescente, à exceção da variável 1.2.

¹²³ Consultar Quadro de Aglomeração 2.4.1.1

2.4.2. Grupo de variáveis Caracterização Socioeconómica

Os resultados da análise de *Clusters* ao grupo de variáveis da Caracterização Socioeconómica¹²⁴ constam dos Quadros de Aglomeração e Dendogramas seguintes. No Quadro de Aglomeração 2.4.2.1 identificam-se as variáveis combinadas em cada etapa, segundo o respetivo coeficiente de correlação de *Pearson*. Verificamos que as primeiras variáveis combinadas (2.23 e 2.24, seguidas das variáveis 2.7 e 2.23, abaixo identificadas) apresentaram um coeficiente de correlação *Pearson* perfeito (1,000).

Com base no Dendograma 2.4.2.1 foram sugeridos vários *Clusters*. Todavia não foi conclusivo o número de *Clusters* razoavelmente admitidos. Estamos na presença de um grupo de 36 variáveis, com intuito de tornar conclusivo o número de *Clusters* para este grupo de variáveis, foram redefinidos os critérios de seleção das variáveis. Submetemos aos testes estatísticos utilizados apenas as variáveis que, no Quadros de Aglomeração 2.4.2.1, apresentem valores superiores a 0,7 na coluna dos coeficientes de correlação de *Pearson* e, na escala do Dendograma 2.4.2.1, se encontram entre 0 e 5. Com base nestes pressupostos foram selecionadas as oito variáveis seguintes: 2.5 – Rendimento médio mensal no país de origem, 2.7 - Qual a situação atual relativamente ao trabalho, 2.8 – Se está a exercer atividade profissional na região do Algarve, 2.22 - Rendimento médio mensal atual, 2.23 - Se efetua descontos para a Segurança Social, 2.24 - Se efetua descontos para o Imposto Sobre o Rendimento, 2.25 – Periodicidade de remessa para país de origem de parte rendimento mensal e 2.26 – Se faz remessa para país de origem de parte rendimento mensal.

¹²⁴ Constituído por 36 variáveis (2.1 a 2.31, com a 2.28 a desdobrar-se de 2.28.1 a 2.28.6). Consultar o Dendograma 2.4.2.1 e o Apêndice A – Inquérito.

Quadro de Aglomeração 2.4.2.1 – Grupo de variáveis Caraterização Socioeconómica

Agglomeration Schedule

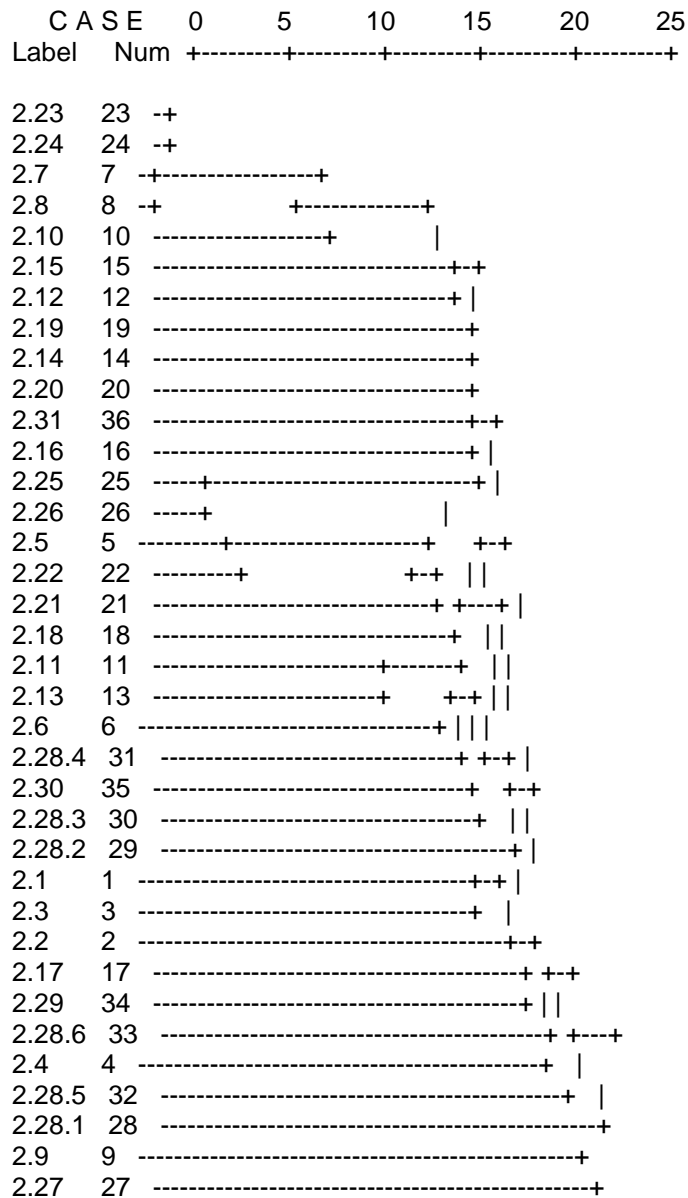
Stage	Cluster Combined		Coefficients	Stage Cluster First Appears		Next Stage
	Cluster 1	Cluster 2		Cluster 1	Cluster 2	
1	23	24	1,000	0	0	2
2	7	23	1,000	0	1	3
3	7	8	0,999	2	0	6
4	25	26	0,919	0	0	21
5	5	22	0,865	0	0	8
6	7	10	0,692	3	0	11
7	11	13	0,580	0	0	12
8	5	21	0,476	5	0	9
9	5	18	0,461	8	0	22
10	6	31	0,455	0	0	12
11	7	15	0,455	6	0	13
12	6	11	0,436	10	7	14
13	7	12	0,435	11	0	15
14	6	35	0,420	12	0	19
15	7	19	0,419	13	0	17
16	14	20	0,419	0	0	17
17	7	14	0,418	15	16	18
18	7	36	0,410	17	0	20
19	6	30	0,409	14	0	22
20	7	16	0,409	18	0	21
21	7	25	0,401	20	4	23
22	5	6	0,396	9	19	23
23	5	7	0,394	22	21	25
24	1	3	0,389	0	0	26
25	5	29	0,363	23	0	26
26	1	5	0,335	24	25	27
27	1	2	0,326	26	0	28
28	1	17	0,322	27	0	29
29	1	34	0,322	28	0	30
30	1	33	0,294	29	0	31
31	1	4	0,259	30	0	32
32	1	32	0,256	31	0	33
33	1	28	0,193	32	0	34
34	1	9	0,183	33	0	35
35	1	27	0,165	34	0	0

Fonte: Inquérito, tratamento próprio

Dendograma 2.4.2.1 – Grupo de variáveis Caraterização Socioeconómica

HIERARCHICAL CLUSTER ANALYSIS
Dendrogram using Single Linkage

Rescaled Distance Cluster Combine



Fonte: Inquérito, tratamento próprio

Após definida a nova seleção das variáveis deste grupo foram submetidas aos testes estatísticos já utilizados. Os resultados dessa análise apresentam-se no Quadro de Aglomeração 2.4.2.2 e no Dendograma 2.4.2.2. Os dados do Quadro de Aglomeração 2.4.2.2 confirmaram as primeiras variáveis combinadas (2.23 e 2.24, seguidas das variáveis 2.7 com

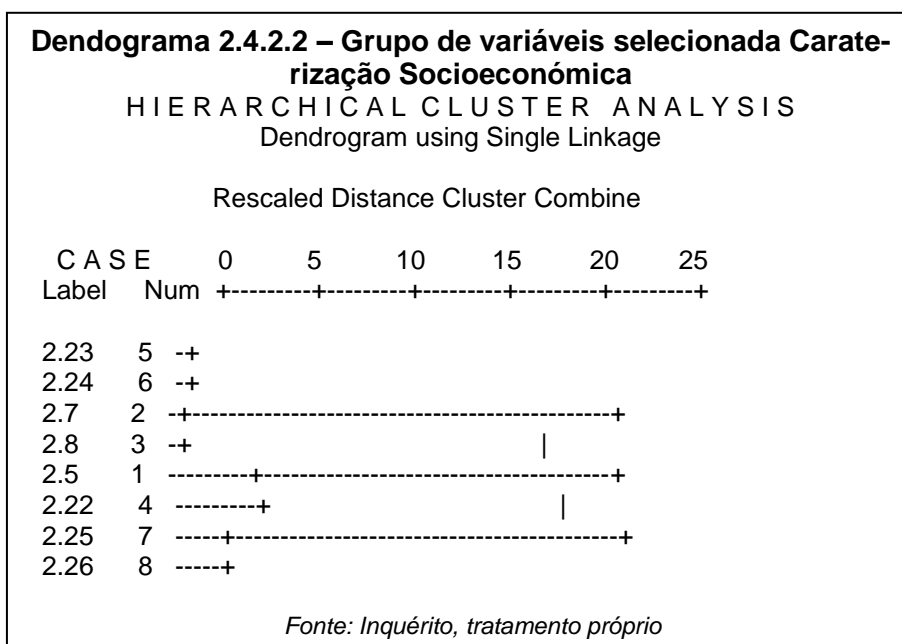
a 2.23), que apresentaram um coeficiente de correlação de *Pearson* perfeito (1,000). Assinalou-se a proximidade dos valores da coluna coeficientes de correlação de *Pearson* até à sequência 5, interrompida na sequência 6 (0,865 para 0,263).

Quadro de Aglomeração 2.4.2.2 – Grupo de variáveis selecionada Caracterização Socioeconómica

Agglomeration Schedule

Stage	Cluster Combined		Coefficients	Stage Cluster First Appears		Next Stage
	Cluster 1	Cluster 2		Cluster 1	Cluster 2	
1	23	24	1,000	0	0	2
2	7	23	1,000	0	1	3
3	7	8	0,999	2	0	6
4	25	26	0,919	0	0	7
5	5	22	0,865	0	0	6
6	5	7	0,263	5	3	7
7	5	26	0,243	6	4	0

Fonte: Inquérito, tratamento próprio



Da análise ao Dendograma 2.4.2.2, na escala apresentada entre 0 e 5, sugerem-se dois *Clusters*. O primeiro, constituído pelas variáveis (2.7, 2.8, 2.23 e 2.24), apresentou uma forte intensidade correlacional e reduzida dissemelhança. Estas variáveis identificam os inquiridos relativamente à sua situação profissional (se está empregado e se exerce alguma atividade

profissional na região do Algarve) e às questões de natureza fiscal (se efetuam descontos para a Segurança Social e Imposto Sobre o Rendimento).

O segundo, constituído pelas variáveis 2.5, 2.22, 2.25 e 2.26, com menor intensidade correlacional e maior dissemelhança, identificam os inquiridos relativamente ao seu rendimento médio no país de origem e atualmente, e se estes efetuam ou não remessa de parte desse rendimento médio atual para o país de origem, com que periodicidade.

2.4.3. Grupo de variáveis Agregado Familiar

Os resultados da análise de *Clusters* ao grupo de variáveis do Agregado Familiar¹²⁵ apresentam-se nos Quadros de Aglomeração e Dendogramas seguintes. No Quadro de Aglomeração 2.4.3.1 identificam-se as variáveis combinadas em cada etapa, segundo o respetivo coeficiente de correlação de *Pearson*. Verificamos que as primeiras variáveis combinadas, que apresentam maior coeficiente de correlação, foram as variáveis 3.18.2 e 3.22.4 (0,773), seguido da correlação entre as variáveis 3.18.3 e 3.18.1 (0,749), identificadas em rodapé.

Na análise ao Dendograma 2.4.3.1, segundo a escala apresentada, são sugeridos vários *Clusters*. Ainda assim, não foi conclusivo apurar o número de *Clusters* razoavelmente admitidos, porquanto estamos na presença de um grupo com 23 variáveis. Nessa perspetiva foram redefinidos os critérios de seleção das variáveis, sendo submetidos aos testes estatísticos utilizados as variáveis que, no Quadros de Aglomeração 2.4.3.1, apresentaram valores superiores a 0,5 e inferiores a 0,8 na coluna dos coeficientes de correlação de *Pearson* e, no Dendograma 2.4.3.1, se encontram na escala de valores apresentada. Foram selecionadas treze variáveis¹²⁶ e os resultados apurados estão no Quadro de Aglomeração 2.4.3.2 e no Dendograma 2.4.3.2.

¹²⁵ Constituído por 23 variáveis (3.1 a 3.19, com a 3.1 a desdobrar-se em 3.1.1 e 3.1.2. A variável 3.18 está desdobrada de 3.18.1 a 3.18.4). Consultar o Dendograma 2.4.3.1 e o Apêndice A – Inquérito.

¹²⁶ 3.1.1 – Quantas pessoas vivem com o inquirido na região do Algarve, 3.1.2 – Quem vive com o inquirido na região do Algarve, 3.2 – Se a residência da Região do Algarve é a principal residência do inquirido e 3.3 – Se essa residência é arrendada, própria ou outra forma de posse. 3.4 – Tipo residência do Inquirido, 3.9 – Nível escolar dos filhos do inquirido, 3.10 – Atividades que filhos frequentam, 3.17 – Se consome produtos tradicionais portugueses, 3.18 – Classificação dos produtos regionais (3.18.1 – Qualidade, 3.18.2 – Preço, 3.18.3 – Oferta de produtos e 3.18.4 – Acessibilidade), 3.19 – Identificar maior dificuldade espaços comerciais de produtos tradicionais portugueses.

Quadro de Aglomeração 2.4.3.1 – Grupo de variáveis Agregado Familiar

Agglomeration Schedule

Stage	Cluster Combined		Coefficients	Stage Cluster First Appears		Next Stage
	Cluster 1	Cluster 2		Cluster 1	Cluster 2	
1	20	22	0,773	0	0	2
2	20	21	0,749	1	0	4
3	3	4	0,677	0	0	7
4	19	20	0,654	0	2	5
5	18	19	0,553	0	4	6
6	18	23	0,547	5	0	14
7	3	5	0,520	3	0	13
8	1	2	0,513	0	0	11
9	10	11	0,505	0	0	10
10	9	10	0,479	0	9	11
11	1	9	0,479	8	10	13
12	6	7	0,473	0	0	20
13	1	3	0,363	11	7	16
14	13	18	0,320	0	6	18
15	15	16	0,313	0	0	16
16	1	15	0,307	13	15	17
17	1	8	0,288	16	0	18
18	1	13	0,275	17	14	19
19	1	12	0,257	18	0	20
20	1	6	0,244	19	12	21
21	1	17	0,213	20	0	22
22	1	14	0,164	21	0	0

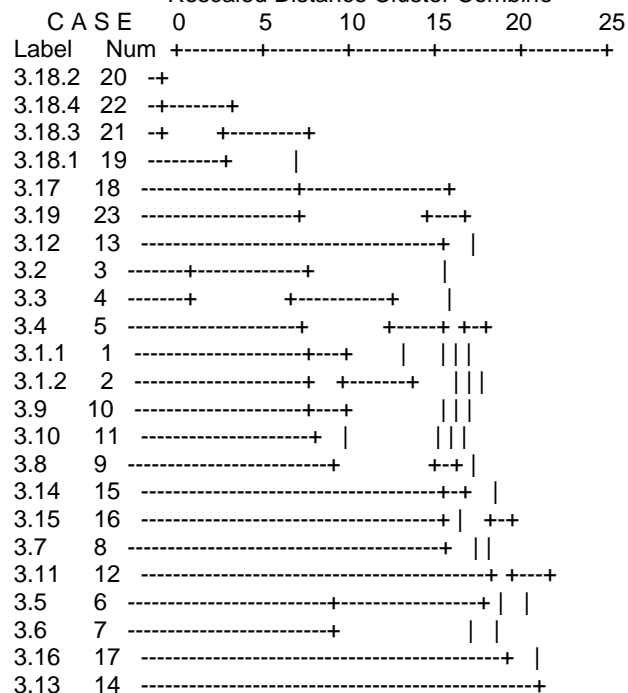
Fonte: Inquérito, tratamento próprio

Dendrograma 2.4.3.1 – Grupo de variáveis Agregado Familiar

HIERARCHICAL CLUSTER ANALYSIS

Dendrogram using Single Linkage

Rescaled Distance Cluster Combine



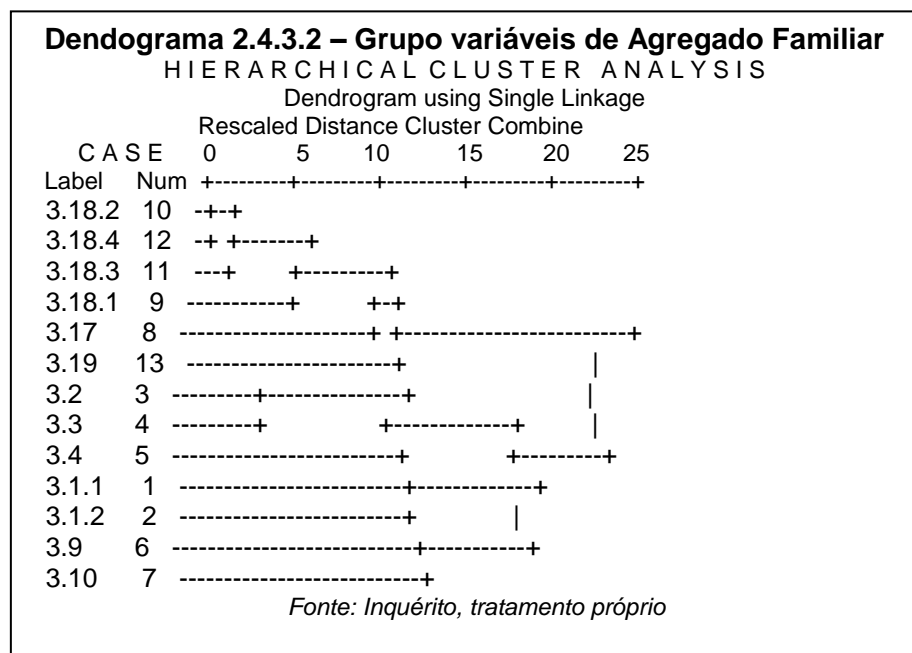
Fonte: Inquérito, tratamento próprio

No Quadro de Aglomeração 2.4.3.2 as primeiras variáveis combinadas, com maior coeficiente de correlação de *Pearson* (0,773), foram as variáveis 3.18.2 e 3.18.4, seguidas das variáveis 3.18.2 e 3.18.3¹²⁷ (0,749). Verificou-se uma proximidade decrescente dos valores dos referidos coeficientes até à sequência 9, interrompida na sequência 10 (0,505 para 0,371).

Quadro de Aglomeração 2.4.3.2 – Grupo de variáveis Agregado Familiar
Agglomeration Schedule

Stage	Cluster Combined		Coefficients	Stage Cluster First Appears		Next Stage
	Cluster 1	Cluster 2		Cluster 1	Cluster 2	
1	10	12	0,773	0	0	2
2	10	11	0,749	1	0	4
3	3	4	0,677	0	0	7
4	9	10	0,654	0	2	5
5	8	9	0,553	0	4	6
6	8	13	0,547	5	0	12
7	3	5	0,520	3	0	11
8	1	2	0,513	0	0	10
9	6	7	0,505	0	0	10
10	1	6	0,371	8	9	11
11	1	3	0,363	10	7	12
12	1	8	0,260	11	6	0

Fonte: Inquérito, tratamento próprio



¹²⁷ As opções da variável 3.18 – Classificação dos produtos tradicionais, segundo a escala considerada.

Da análise ao Dendograma 2.4.3.2 sugerem-se dois *Clusters*. O primeiro, constituído pelas variáveis 3.17, 3.18.1, 3.18.2, 3.18.3, 3.18.4 e 3.19, apresentou forte intensidade correlacional e reduzida dissemelhança. Estas variáveis identificam os inquiridos relativamente ao consumo de produtos tradicionais portugueses, a classificação dos produtos tradicionais, segundo a escala considerada e a identificação das dificuldades mais salientes encontradas nos espaços comerciais desses produtos tradicionais.

O segundo, constituído pelas variáveis 3.1.1, 3.1.2, 3.2, 3.3, 3.4, 3.9 e 3.10, com menor intensidade correlacional e maior dissemelhança, identificam o número de pessoas do agregado familiar, quem faz parte desse agregado familiar, se a residência na região do Algarve é a residência principal, se é arrendada ou própria, que tipo de residência, o nível escolar dos filhos e que atividades frequentam os filhos dos inquiridos.

2.4.4. Grupo de variáveis Hábitos Culturais

Os resultados da análise de *Clusters* ao grupo de variáveis dos Hábitos Culturais¹²⁸ constam nos Quadros de Aglomeração e Dendogramas seguintes. No Quadro de Aglomeração 2.4.4.1, verificamos que os valores dos coeficientes de correlação de *Pearson* se apresentam bastante ajustados, em registo decrescentemente, designadamente entre a etapa um (0,818) e a etapa dez (0,511), dos pares de variáveis combinadas. As variáveis combinadas entre estas etapas foram: 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 4.6.1, 4.6.2, 4.6.3, 4.6.4, 4.6.5, 4.12, 4.13, 4.14 e 4.15, identificadas em rodapé.

Na análise ao Dendograma 2.4.4.1 são sugeridos vários *Clusters*, contudo não foi conclusivo o número de *Clusters* razoavelmente admitidos, neste grupo de 26 variáveis. Redefinidos os critérios de seleção das variáveis, foram submetidas aos testes estatísticos utilizados as variáveis que, no Quadros de Aglomeração 2.4.4.1, apresentaram valores superiores a 0,5 e inferiores a 0,9, na coluna dos coeficientes de correlação de *Pearson* e, no Dendograma 2.4.3.1, se posicionaram entre 0 e 10, na escala de valores apresentada. Foram selecionadas treze variáveis¹²⁹, e os resultados obtidos constam no Quadro de Aglomeração 2.4.4.2 e no Dendograma 2.4.4.2. No Quadro de Aglomeração 2.4.4.2 encontram-se identificadas as variáveis combinadas em cada uma das doze etapas, segundo os valores dos coeficientes de correlação de *Pearson*.

¹²⁸ Constituído por 26 variáveis (4.1 a 4.16, com 4.6 a desdobrar-se em 4.6.1 a 4.6.5. A variável 4.16 está desdobrada de 4.16.1 a V4.16.7). Consultar o Dendograma 2.4.4.1 e o Apêndice A – Inquérito.

¹²⁹ 4.2 – Tipos de jornais lê; 4.3 – Na leitura dos jornais que temas prefere; 4.4 – Se costuma ler livros; 4.5 – Quantos livros lê em média, Frequência que assiste 4.6.1 - Cinema, 4.6.2 - Concertos, 4.6.3 - Teatro, 4.6.4 - Exposições, 4.6.5 - Dança, 4.12 – Se pratica desporto, 4.13 – Modalidade desportiva que pratica regularmente, 4.14 – Se pertence alguma Associação/Clube e 4.15 – Que tipo de Associação/Clube.

Quadro de Aglomeração 2.4.4.1 – Grupo de variáveis Hábitos Culturais

Agglomeration Schedule

Stage	Cluster Combined		Coefficients	Stage Cluster First Appears		Next Stage
	Cluster 1	Cluster 2		Cluster 1	Cluster 2	
1	18	19	0,818	0	0	21
2	4	5	0,778	0	0	5
3	16	17	0,745	0	0	11
4	2	3	0,697	0	0	6
5	4	6	0,651	2	0	6
6	2	4	0,568	4	5	8
7	8	9	0,550	0	0	8
8	2	8	0,522	6	7	9
9	2	7	0,517	8	0	10
10	2	10	0,511	9	0	11
11	2	16	0,421	10	3	14
12	1	13	0,410	0	0	13
13	1	12	0,401	12	0	14
14	1	2	0,398	13	11	16
15	14	15	0,331	0	0	18
16	1	23	0,330	14	0	18
17	20	25	0,300	0	0	19
18	1	14	0,299	16	15	19
19	1	20	0,298	18	17	20
20	1	24	0,286	19	0	21
21	1	18	0,277	20	1	22
22	1	11	0,266	21	0	23
23	1	22	0,237	22	0	24
24	1	21	0,230	23	0	25
25	1	26	0,199	24	0	0

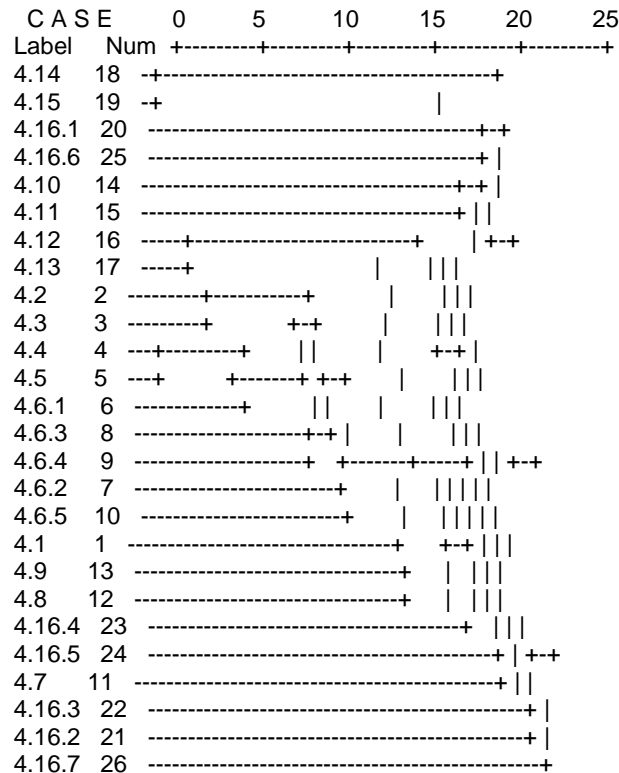
Fonte: Inquérito, tratamento próprio

Dendograma 2.4.4.1 – Grupo de variáveis Hábitos Culturais

HIERARCHICAL CLUSTER ANALYSIS

Dendrogram using Single Linkage

Rescaled Distance Cluster Combine



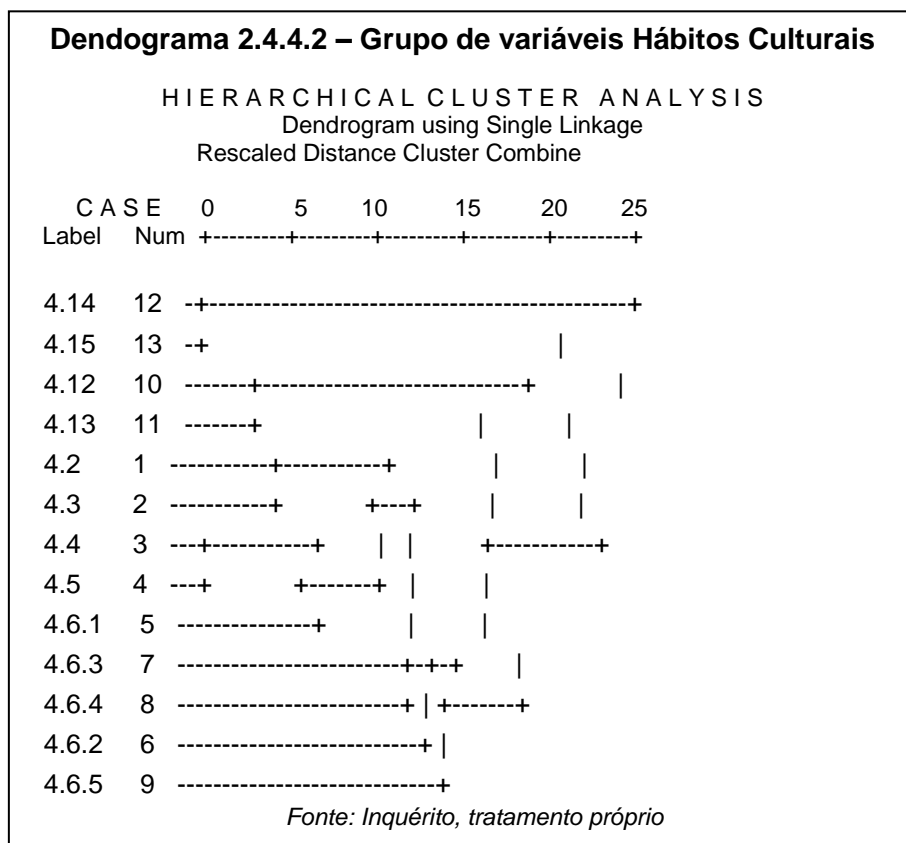
Fonte: Inquérito, tratamento próprio

Verificou-se uma proximidade decrescente dos coeficientes até à sequência 10, quebrada na sequência 11 (0,421 para 0,277). Da análise conjugada ao Quadro de Aglomeração 2.4.4.2 e Dendograma 2.4.4.2, sugerem-se dois *Clusters*, agrupados segundo os testes estatísticos e critérios utilizados, que apresentamos.

Quadro de Aglomeração 2.4.4.2 – Grupo de variáveis Hábitos Culturais
Agglomeration Schedule

Stage	Cluster Combined		Coefficients	Stage Cluster First Appears		Next Stage
	Cluster 1	Cluster 2		Cluster 1	Cluster 2	
1	12	13	0,818	0	0	12
2	3	4	0,778	0	0	5
3	10	11	0,745	0	0	11
4	1	2	0,697	0	0	6
5	3	5	0,651	2	0	6
6	1	3	0,568	4	5	8
7	7	8	0,550	0	0	8
8	1	7	0,522	6	7	9
9	1	6	0,517	8	0	10
10	1	9	0,511	9	0	11
11	1	10	0,421	10	3	12
12	1	12	0,277	11	1	0

Fonte: Inquérito, tratamento próprio



O primeiro, constituído pelas variáveis 4.12, 4.13, 4.14 e 4.15, com forte intensidade correlacional e reduzida dissemelhança. Estas variáveis situam os inquiridos relativamente à prática desportiva, que tipo de modalidade pratica, se pertencem a alguma Associação/Clube e que tipo de Associação/Clube.

O segundo, constituído pelas variáveis 4.2, 4.3, 4.4, 4.5 e 4.6.1, 4.6.2, 4.6.3, 4.6.4 e 4.6.5, com menor intensidade correlacional e maior dissemelhança, identificam os inquiridos relativamente à leitura de jornais; na leitura dos jornais que temas prefere; se costuma ler livros e quantos livros lê em média, a frequência que assiste a Cinema, Concertos, Teatro, Exposições e Dança.

2.4.5. Grupo de variáveis Avaliação Global da Permanência na Região do Algarve

Os resultados da análise de *Clusters* ao grupo de variáveis da Avaliação Global da Permanência na Região do Algarve¹³⁰ apresentam-se nos Quadros de Aglomeração e Dendogramas seguintes. O Quadro de Aglomeração 2.4.5.1 identifica os valores dos coeficientes de correlação de *Pearson*, em registo decrescente, entre 0,382 e 0,153, para cada par das variáveis combinadas. As variáveis combinadas de maior coeficiente de correlação foram a variável 5.1.1 com a variável 5.1.2 (0,382), seguidas das variáveis 5.1.10 com a 5.1.13 (0,322)¹³¹.

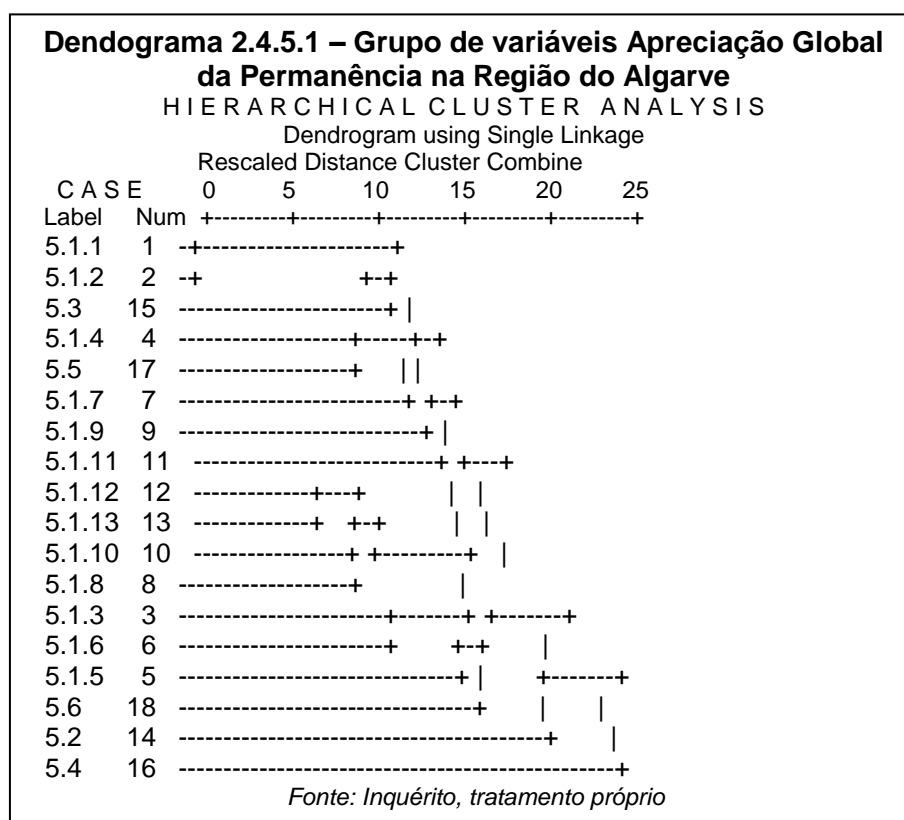
Quadro de Aglomeração 2.4.5.1 – Grupo de variáveis Avaliação Global da Permanência na Região do Algarve						
Agglomeration Schedule						
Stage	Cluster Combined		Coefficients	Stage Cluster First Appears		Next Stage
	Cluster 1	Cluster 2		Cluster 1	Cluster 2	
1	1	2	0,382	0	0	6
2	12	13	0,322	0	0	3
3	10	12	0,307	0	2	4
4	8	10	0,297	0	3	12
5	4	17	0,293	0	0	8
6	1	15	0,279	1	0	8
7	3	6	0,272	0	0	13
8	1	4	0,270	6	5	9
9	1	7	0,268	8	0	10
10	1	9	0,261	9	0	11
11	1	11	0,260	10	0	12
12	1	8	0,248	11	4	14
13	3	5	0,243	7	0	14
14	1	3	0,235	12	13	15
15	1	18	0,231	14	0	16
16	1	14	0,190	15	0	17
17	1	16	0,153	16	0	0

Fonte: Inquérito, tratamento próprio

¹³⁰ Constituído por 18 variáveis (5.1 a 5.6, com 5.1 desdobrada de 5.1.1 a 5.1.13). Consultar o Dendograma 2.4.5.1 e o Apêndice A – Inquérito.

¹³¹ A variável 5.1 – Classificar, segundo escala considerada, o grau de satisfação perante as expectativas iniciais que tinha ao vir para a região do Algarve, relativamente a treze situações (5.1.1 – Seu trabalho 5.1.2 – Relações profissionais; 5.1.10 – Acesso aos bens de consumo e 5.1.13 – Relações com comunidade portuguesa em geral).

A análise efetuada aos dados apresentados no Dendograma 2.4.5.1 não foi conclusiva no que respeita ao número de *Clusters* razoavelmente admitidos, porquanto estamos na presença de um grupo de 18 variáveis. Nessa perspetiva, redefinimos os critérios de seleção das variáveis e submetemos aos testes estatísticos utilizados as variáveis que, no Quadro de Aglomeração 2.4.5.1 apresentaram, na coluna dos coeficientes Correlação de *Pearson*, valores superiores a 0,2 e inferiores a 0,3¹³², e que, no Dendograma 2.4.5.1, estejam entre 0 e 20, na escala de valores apresentada. Foram selecionadas dezasseis variáveis, os resultados obtidos constam no Quadro de Aglomeração 2.4.5.2 e no Dendograma 2.4.5.2.



Da análise conjugada aos dados do Quadro de Aglomeração 2.4.3.2 e Dendograma 2.4.3.2, sugerem-se dois *Clusters*, agrupados segundo os testes estatísticos e critérios utilizados, que a seguir apresentamos.

¹³² Esta opção tem por base a proximidade dos valores dos coeficientes.

Quadro de Aglomeração 2.4.5.2 – Grupo de variáveis Apreciação Global da Permanência na Região do Algarve
Agglomeration Schedule

Stage	Cluster Combined		Coefficients	Stage Cluster First Appears		Next Stage
	Cluster 1	Cluster 2		Cluster 1	Cluster 2	
1	1	2	0,382	0	0	7
2	12	13	0,322	0	0	3
3	10	12	0,307	0	2	4
4	8	10	0,297	0	3	11
5	4	15	0,293	0	0	7
6	3	6	0,272	0	0	12
7	1	4	0,270	1	5	8
8	1	7	0,268	7	0	9
9	1	9	0,261	8	0	10
10	1	11	0,260	9	0	11
11	1	8	0,248	10	4	13
12	3	5	0,243	6	0	13
13	1	3	0,235	11	12	14
14	1	16	0,213	13	0	15
15	1	14	0,153	14	0	0

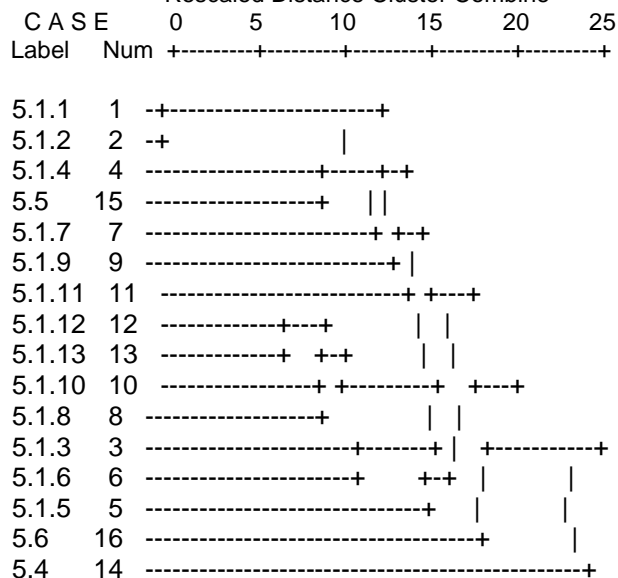
Fonte: Inquérito, tratamento próprio

Dendrograma 2.4.5.2 – Grupo de variáveis Apreciação Global da Permanência na Região do Algarve

HIERARCHICAL CLUSTER ANALYSIS

Dendrogram using Single Linkage

Rescaled Distance Cluster Combine



Fonte: Inquérito, tratamento próprio

O primeiro, com maior intensidade correlacional (Entre 0,382 e 0,272) e reduzida dissemelhança, foi constituído pelas variáveis 5.1.1, 5.1.2, 5.1.3, 5.1.4, 5.1.6, 5.1.8, 5.1.10, 5.1.13 e 5.5. Estas variáveis identificam os inquiridos relativamente à classificação do grau de satisfação perante as expetativas iniciais que tinha ao vir para a região do Algarve,

relativamente ao seu trabalho; as relações profissionais; aos serviços públicos; ao sistema educativo; aos serviços de apoio à terceira idade; à segurança pública; ao acesso aos bens de consumo; ao avanço tecnológico; às relações com a comunidade portuguesa em geral; e qual o fator identificado mais negativo que gostariam de ver solucionado na Região do Algarve.

O segundo, com menor intensidade correlacional (Entre 0,270 e 0,153) e de maior dissemelhança foi constituído pelas restantes variáveis 5.1.5, 5.1.7, 5.1.9, 5.1.11, 5.4 e 5.6. Aqui identificam-se os inquiridos no que concerne ao grau de satisfação perante as expectativas iniciais que tinha ao vir para a região do Algarve, no que diz respeito aos serviços de saúde; à qualidade ambiental; ao acesso a bens culturais; à qualidade e acesso aos meios de comunicação; ao fator mais positivo que atribui à Região do Algarve e em que medida se identifica com os habitantes da Região do Algarve.

2.4.6 Síntese conclusiva

A análise de *Clusters* (Grupos) foi efetuada a cada um dos cinco grupos de variáveis que compõem o Inquérito¹³³, num total de 110 variáveis analisadas. Esta análise baseou-se em critérios estatísticos definidos¹³⁴, que permitiram apurar as semelhanças ou dissemelhanças (distâncias) entre as variáveis de cada um desses grupos e determinar um número adequado de *Clusters*. Foram considerados dois *Clusters* em cada grupo de variáveis analisado num total de 57 variáveis agrupadas¹³⁵. Em termos estatísticos, o primeiro *Cluster* apurado apresentou os maiores coeficientes de correlação de *Pearson* e uma reduzida dissemelhança entre as variáveis que o compõe. No ponto 2.4 apresentamos as limitações das ferramentas estatísticas utilizadas.

Para alguns grupos de variáveis (designadamente na caracterização socioeconómica, no agregado familiar e nos hábitos culturais) o número de *Clusters* razoavelmente admitidos não foi conclusivo, essencialmente porque estávamos na presença de grupo com muitas variáveis. Foram redefinidos os critérios de seleção das variáveis e submetidos aos testes estatísticos variáveis que apresentaram os maiores coeficientes de correlação de *Pearson* e se posicionaram mais próximas na escala de valores do Dendograma.

No primeiro grupo de variáveis (Identificação), foram analisadas sete variáveis e apurados dois *Clusters*. O primeiro agrupou as seguintes variáveis: se já conhecia a região do Algarve antes de vir residir nessa região,

¹³³ Grupo de variáveis da Identificação, da caracterização socioeconómica, do agregado familiar, dos hábitos culturais e da apreciação global sobre a permanência dos inquiridos no Algarve)

¹³⁴ Análise hierárquica de *Clusters*, com o método de aglomeração do vizinho mais próximo, baseado nos coeficientes de correlação de *Pearson*, para os valores absolutos das variáveis, ferramentas disponíveis no software estatístico SPSS utilizado.

¹³⁵ Sete variáveis no primeiro grupo (Identificação), oito variáveis no segundo grupo (Caraterização socioeconómica), treze variáveis no terceiro grupo (Agregado familiar), treze variáveis no quarto grupo (Hábitos culturais) e dezasseis variáveis no quinto grupo (Apreciação global da permanência no Algarve).

há quantos anos reside na região do Algarve, a Idade, o sexo, o estado civil e o nível de escolaridade (1.3, 1.4, 1.5, 1.6, 1.7 e 1.8). O segundo foi constituído com a variável: antes de vir para a região do Algarve se residiu noutra região do País (1.2). Apesar de não se ter considerado a variável país de origem (1), por razões de enquadramento estatístico, os dois *Clusters* considerados agrupam de forma homogénea as variáveis que os compõem.

No segundo grupo de variáveis (Caraterização Socioeconómica), foram analisadas oito variáveis e apurados dois *Clusters*. O primeiro juntou as variáveis relativas à sua situação profissional (se está empregado e se exerce alguma atividade profissional na região do Algarve) e às questões de natureza fiscal (se efetuam descontos para a Segurança Social e Imposto Sobre o Rendimento) (2.7, 2.8, 2.23 e 2.24). Por sua vez o segundo agrupou as variáveis respeitantes ao seu rendimento médio no país de origem e atualmente, e se estes efetuam ou não remessa de parte desse rendimento médio atual para o país de origem, com que periodicidade (2.5, 2.22, 2.25 e 2.26). Essencialmente foram as questões relativas à situação profissional, de natureza fiscal e remessa de parte do rendimento atual para o país de origem que determinaram a composição dos dois *Clusters*.

No terceiro grupo de variáveis (Agregado familiar) foram analisadas treze variáveis e apurados dois *Clusters*. O primeiro agrupou as variáveis relativas ao consumo de produtos tradicionais portugueses, a classificação atribuída a esses produtos tradicionais, segundo a escala considerada e a identificação das dificuldades mais salientes encontradas nos espaços comerciais desses produtos tradicionais (3.17, 3.18.1, 3.18.2, 3.18.3, 3.18.4 e 3.19). O segundo juntou as variáveis referentes ao número de pessoas do agregado familiar, quem faz parte desse agregado familiar, se a residência na região do Algarve é a residência principal, se é arrendada

ou própria, que tipo de residência, o nível escolar dos filhos e que atividades frequentam os filhos dos inquiridos (3.1.1, 3.1.2, 3.2, 3.3, 3.4, 3.9 e 3.10). Nestes *Clusters* estão agrupados duas vertentes distintas. Uma relativa ao consumo de produtos tradicionais, a classificação atribuída a esses produtos e a maior dificuldade nos espaços que comercializam os produtos. A outra vertente respeitou ao agregado familiar.

No quarto grupo de variáveis (Hábitos culturais) foram analisadas treze variáveis e apurados dois *Clusters*. O primeiro agrupou as variáveis relativas à prática desportiva, designadamente: que tipo de modalidade pratica, se pertencem a alguma Associação/Clube e que tipo de Associação/Clube (4.12, 4.13, 4.14 e 4.15). O segundo juntou as variáveis da leitura de jornais; os temas que preferem nessas leituras; se costuma ler livros e quantos livros lê em média, a frequência que assiste a Cinema, Concertos, Teatro, Exposições e Dança (4.2, 4.3, 4.4, 4.5 e 4.6.1, 4.6.2, 4.6.3, 4.6.4 e 4.6.5). Foram agrupadas duas áreas dos hábitos culturais: a prática desportiva e a leitura.

No quinto grupo de variáveis (Apreciação Global da Permanência na Região do Algarve), nas dezoito variáveis analisadas, foram apurados dois *Clusters*. O primeiro juntou as variáveis que classificam o grau de satisfação perante as expectativas iniciais que os inquiridos tinham ao vir para a região do Algarve, nas seguintes áreas: no trabalho; nas relações profissionais; nos serviços públicos; no sistema educativo; nos serviços de apoio à terceira idade; na segurança pública; no acesso aos bens de consumo; no avanço tecnológico; nas relações com a comunidade portuguesa em geral; e também qual o fator identificado mais negativo que gostariam de ver solucionado na Região do Algarve (5.1.1, 5.1.2, 5.1.3, 5.1.4, 5.1.6, 5.1.8, 5.1.10, 5.1.13 e 5.5.). O segundo agrupou as restantes do grau de satisfação perante as expectativas iniciais que os inquiridos tinham ao vir

para a região do Algarve, para as áreas dos serviços de saúde; da qualidade ambiental; do acesso a bens culturais; da qualidade e acesso aos meios de comunicação; qual o fator mais positivo que atribui à Região do Algarve e em que medida se identifica com os habitantes da Região do Algarve (5.1.5, 5.1.7, 5.1.9, 5.1.11, 5.4 e 5.6.). Os *Clusters* apurados dividiram entre si o agrupamento das treze variáveis que classificam o grau de satisfação perante as expectativas iniciais que os inquiridos tinham ao vir para a região do Algarve, qual o fator identificado mais negativo que gostariam de ver solucionado, bem como o fator mais positivo atribuído à região do Algarve e em que medida os inquiridos se identificam com os habitantes da região.

CONCLUSÕES E PROPOSTAS

Os impactos económicos mais significativos dos fluxos migratórios na região do Algarve que foram identificados nesta investigação, para o período de 1999 a 2009, incidiram no PIB Regional, na população ativa nos seguintes setores da atividade económica: o alojamento, restauração e similares, a construção, o comércio por grosso e a retalho, a reparação de veículos automóveis e motociclos e as indústrias transformadores, com maior concentração de população estrangeira. Nesse período, o crescimento médio da população total da região foi de 2%, e o da população estrangeira de 9 %.

Em 2009, a população estrangeira representou 17% da população total da região, 26,88% da população ativa e apresentou um contributo médio estimado para o PIB Regional de 18%. Os países de origem dos imigrantes com maior representatividade foram o Brasil, o Reino Unido, a Roménia, Moldávia e a Ucrânia, situados maioritariamente nos concelhos de Loulé, Albufeira, Faro, Portimão e Lagos.

Este modo de incorporação dos imigrantes nas atividades económicas da região estudada explica-se, em grande parte, pela atratividade do mercado de trabalho, pela elevada procura de trabalho imigrante nestes setores de atividade, a que se aliam as regularizações de 2001 e 2005, já dependentes de um contrato de trabalho.

Com base no inquérito por questionário, na linha há muito defendida por Ravenstein, identificámos a motivação económica como a principal razão para migrar para a região do Algarve. A quase totalidade dos inquiridos está empregada (96%) e desempenham atividade profissional como operários, gerentes, técnicos especializados, administrativos e funcionários. Não se verificou qualquer correspondência entre a ocupação profissional no país de origem e a atual. Esta situação reflete os efeitos da estrutura do emprego dual com os imigrantes a ocupar os lugares nos setores de atividade económica regional para os quais os trabalhadores nacionais revelaram pouca

apetência. Dessa forma, os benefícios da contratação de migrantes que foram identificados consistem fundamentalmente nas dificuldades em recrutar trabalhadores portugueses para determinadas tarefas a par da disponibilidade imediata dos migrantes em ocupar os postos de trabalho que lhes são propostos. Na linha defendida pela Teoria do Mercado Dual, os migrantes inquiridos entram no «mercado primário».

A totalidade dos inquiridos empregados efetuou os descontos obrigatórios para a Segurança Social e liquidou o Imposto Sobre o Rendimento. Contudo, apenas 25% desses inquiridos enviaram parte do seu rendimento para os seus países. A elevada taxa de emprego dos imigrantes inquiridos, a evolução positiva dos seus rendimentos, o cumprimento das obrigações fiscais e o envio de remessas para os países de origem são indicadores que produzem efeitos socioeconómicos na economia regional.

Os inquiridos classificaram o mercado «primário» de trabalho da região da seguinte forma: «bom» (44,7%), «razoável» (39,1%) e «muito bom» (15,8%). A maior dificuldade que identificam no mercado de trabalho da região do Algarve é o desemprego (47%), seguido da falta de oportunidades de negócio (16%), a segurança/garantia do posto de trabalho (12%) e a legislação/regulação em vigor (11%). Estes fatores associados ao local de destino, na ótica do modelo de atração-repulsão, interferem negativamente na decisão de migrar.

Concluimos que existe uma relação de dependência estatística entre as variáveis testadas: razão de abandono do país de origem e a faixa etária dos inquiridos; entre a razão de abandono do país de origem com o rendimento médio mensal obtido no país de origem e entre esse rendimento médio mensal e o rendimento médio mensal atual.

Atendendo à relação de dependência estatística entre o rendimento médio mensal obtido no país de origem e o rendimento médio mensal atual, cruzámos com as variáveis layer país de origem, escolaridade e setores de atividade. Verificou-se um

efeito positivo do rendimento médio mensal obtido país de origem para o atual para 73,68% dos inquiridos. A distribuição deste efeito abrangeu 19 países de origem, dos 22 que compõem a amostra. A exceção registou-se em 1,88% inquiridos (3 Belgas, 1 dos Países Baixos e 1 Sérvio), que apresentaram rendimentos atuais inferiores aos que obtinham no país de origem, uma circunstância explicada pela formação superior, o desejo de mudança e os setores onde desenvolvem atividade profissional na região. Verificámos que maior repercussão positiva na evolução os rendimentos médios mensais do país de origem para o atual ocorreu nos inquiridos com o 3º ciclo (9 Anos) (cerca de 90%) e com o ensino secundário (12 anos) (Cerca de 80%). Concluindo-se que quanto mais elevado é o nível de escolaridade dos inquiridos menores são os efeitos no rendimento médio mensal após a migração. Os Setores de atividade que proporcionaram aos inquiridos maiores efeitos positivos no seu rendimento médio mensal foram o Alojamento, restauração e similares, a construção, o comércio por grosso/retalho/loja e o setor dos serviços prestados às empresas.

No que diz respeito aos setores de atividade nos quais a maioria dos imigrantes se encontra inserida, os resultados do inquérito indicaram o alojamento, a restauração e similares, a construção, o comércio por grosso/retalho/loja, como os setores mais representativos, confirmando assim, de um modo geral, os dados obtidos na caracterização estatística da região. A exceção verificou-se nos setores dos serviços prestados às empresas que foi identificado no inquérito e no das industriais transformadores assinalado nas estatísticas da região. Esta consistência de resultados permite, por outro lado, aferir a representatividade da amostra relativamente à população estrangeira residente com remunerações declaradas à Segurança Social.

Apesar dinamismo migratório da região, as atividades económicas tem conseguido integrar esses migrantes, reforçando-se a posição como uma das regiões mais

atrativas do país. Estes fatores tornam o Algarve como um observatório dos diferentes tipos de migrações.

Face ao exposto, a presente investigação permite concluir que os efeitos identificados da imigração nos setores de atividade regional, no PIB regional, na população total, na população ativa, no rendimento médio mensal atual dos inquiridos, na Segurança Social, na arrecadação de imposto, no consumo, no mercado de trabalho, representam importantes variáveis do desenvolvimento regional descentralizado, devendo ser “observadas” como tal. Variáveis essas que produziram valor acrescentado na economia regional, sendo o fenómeno migratório da região observado como uma oportunidade e um benefício.

A importância atual do tema das migrações na UE tem gerado alguma “hesitação” na execução de políticas migratórias, face à problemática do envelhecimento demográfico e da estabilidade e equilíbrio do Estado-social. Dessa forma, a monitorização dos fluxos migratórios permite à UE ajustar as suas políticas migratórias. O processo de gestão das migrações não deverá ser apenas focalizado nos níveis nacionais e europeus, deverá integrar também a dimensão regional e local que aqui privilegiámos.

Como qualquer outro processo de investigação, esta pesquisa encontrou também algumas dificuldades e limitações. De entre essas dificuldades destacamos, por um lado, a reduzida produção académica de estudos semelhantes que possibilitasse elementos de comparação, por outro lado, salienta-se também a ausência de dados desagregados sobre os fluxos migratórios regionais que viesse a permitir uma análise mais “fina” do fenómeno. Das principais limitações deste estudo não podemos deixar de referir a questão epistemológica da representatividade da amostra no universo considerado no inquérito. Limitação que sabemos estar presente em todos os estudos baseados nos processos de amostragem por “bola de neve”. Apesar das dificuldades

encontradas em “angariar” pessoas nas condições de serem inquiridas, este continua, contudo, a ser um dos procedimentos mais utilizados na inquirição de populações migrantes.

Uma investigação acerca dos impactos da imigração na economia regional permite também que se façam algumas recomendações de carácter mais ou menos institucional. Em concreto, julgamos particularmente pertinente a assinatura de um protocolo entre a Universidade do Algarve e o Centro Regional do Instituto da Segurança Social que permita aos investigadores a consulta, o tratamento e a análise dos dados desagregados da população estrangeira com remunerações declaradas na Segurança Social. Seria importante que as várias instituições envolvidas se empenhassem, em futuros estudos, no acompanhamento da evolução dos impactos dos fluxos migratórios nos diversos setores de atividade da economia regional.

Julgamos que a realização de estudos de caso em profundidade especificamente dirigidos aos setores de atividade regional onde os imigrantes desenvolvem atividade para avaliar os efeitos dos seus impactos diretos seria particularmente interessante no desenvolvimento futuro deste tipo de pesquisas.

BIBLIOGRAFIA

- Abad-Unat, N. (1995), *Turkish migration to Europe*, pp. 274-78 in R. Cohen, ed., *The Cambridge Survey of World Migration*, Cambridge: Cambridge University Press;
- Abella, M. I. (1995), *Asian Migrant and Contract Workers in the Middle East*. Pp. 418-23 in R. Cohen, ed., *The Cambridge Survey of World Migration*. Cambridge: Cambridge University Press;
- Abreu, A. (2004), *Migrações e desenvolvimento: alguns comentários críticos*, SOCIUS Working papers nº. 6/2004, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, disponível online em <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200406.pdf>;
- ACIME, SEF e IGT (2002), *Relatório sobre a evolução do fenómeno migratório*, Lisboa, disponível online www.idict.gov.pt;
- Acma, B. (2002), *Economic Consequences of International Migration: Case Study of Turkey*, Anadolu University, Department of Economics Unit of Southeastern Anatolia Project, Turquia, disponível online em <http://www.wider.unu.edu/conference/conference20023/conference%20papers/acma.pdf>;
- Adepoju, A. (1988), *Links Between Internal and International Migration: the african situation*, in, Charles Stahl (ed.) *International Migration Today*, vol.2: emerging issues, UNESCO, University of Western Australia;
- Alexéev, A. (1987), *Geografia da la Poblacion con fundamentos de Demografia*, Moscovo, Ed. Progresso;
- Almeida, C. e Barreto, A., (1976), *Capitalismo e Emigração em Portugal*, 3rd Edition, Lisbon: Prelo;
- Altman, I. (1995), *Spanish Migration to the Americas.*, Pp. 28-32 in R. Cohen, ed., *The Cambridge Survey of World Migration*. Cambridge: Cambridge University Press;
- Amaral, I. (2005), *Importância do Setor Informal da Economia Urbana em Países da África Subsariana*, Ed. Finis terra – Revista Portuguesa de Geografia, XL(79), pp. 53-72;
- Amaral, I. e Carneiro, L. (1987), *Notas e Recensões: Publicações recentes sobre as Cidades em África*. Garcia da Orta – Séries de Geografia, XII(1-2): 67-82;

- Amin, A. T. e Thrift, N. (1992), *Neo Marshallian Nodes in Global Networks*. International Journal of Urban and Regional Research 16: 571-587;
- Amin, A. T., (1996), *Eds. Regional Development Dialogue*, 17(1);
- Anderberg, M. R. (1973), *Cluster Analysis for Applications*, Academic press, New York;
- Andrade, J. S. (2004), *Macroeconomia – Lição 1, Textos acompanhamento de aulas do Mestrado de Economia*, Faculdade de Economia da Universidade Católica, Lisboa, disponível online <http://www4.fe.uc.pt/jasa/macro.html>;
- Ang, I. (2003) *City versus nation-state? – Valuing local dynamics in Sydney*, conferência apresentada na sessão plenária 4.2 – Multiple dimensions of integration and diversity policies, 8ª Conferência Internacional do Projeto Metropolis International, Viena, 15-19 de setembro de 2003;
- Antunes, M. L. M., (1981), *Migrações, Mobilidade Social e Identidade Cultural: Factos e Hipóteses sobre o Caso Português*, *Análise Social*, XIX (65): 17-37;
- Anwar, M. (1995), *New Commonwealth Migration to the UK*. Pp. 271-73 in R. Cohen, ed., *The Cambridge Survey of World Migration*. Cambridge: Cambridge University Press;
- Ardittis, S. (1990), *Labour migration and the single European market: a synthetic and prospective note*, in *International Sociology*, vol. 5, n.º 4, pp. 461-474;
- Argenti, P. A. (1998), *MBA Intensivo - Guia de Referência*, Ed. abril/Controljornal Editora, Lda., Lisboa.
- Armstrong, H. e Taylor, J. (1993), *Regional Economics & Policy* (2ª ed.), London, Harvester Wheatsheaf;
- Arnaud, L. e Pinson, G. (2002), *Shaping the identity and mobilizing the “ethnic capital”*, in *The Three European cities*, paper prepared for the second Euro conference Urbanism and Globalization, “The European City in Transition”, Weimar, 8 e 9 de novembro;
- Atkinson, J. (1987), *La flexibilité de l'emploi sur les marchés internes et externes du travail*, in R. Dahrendorf, E. Kohler e F. Piore, *Nouvelles Formes de Travail et d'Activités*, Fondation Européenne pour l'Amélioration des Conditions de Vie et de Travail, Dublin;
- Aydalot, P. (1985), *Economie Régionale et Urbaine*; Paris, Economica;

- Ba, M. e Brito, M. C. (2002), *A imigração em Portugal*, in “A imigração em Portugal – os movimentos humanos e culturais em Portugal”, SOS Racismo (eds.), Lisboa pp. 3-4;
- Bach, R. L. e Schraml, L. A. (1982), *Migration, Crisis and Theoretical Conflict*, (Eds) in International Migration Review, Vol. 16, No. 2, Special Issue: Theory and Methods in Migration and Ethnic Research (Summer, 1982), pp. 320-341;
- Baganha, M. I. B. (1991), Recensão crítica a David Higgs (Ed.), *Portuguese Migration in Global Perspective*, *Análise Social*, Vol. 26, Nº 111, pp. 443-449;
- Baganha, M. I. B. (1992), *Portuguese Emigration: Current Characteristics and Trends*, Report to the Program Cost A2- Migration. Louvain, October;
- Baganha, M. I. B. (1994), *As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional*, In *Análise Social*, XXIX (128), pp. 959-980;
- Baganha, M. I. B. (1998), *Immigrant Involvement in the Informal Economy. The Portuguese Case*, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Vol. 24;
- Baganha, M. I. B. (2003), *From Closed to Open Doors: Portuguese Emigration under the Corporatist Regime*, in *E-journal of Portuguese History*, Vol 1 (1), disponível em <http://www.edu/e-jph>;
- Baganha, M. I. B. (2007), *Dinâmicas Migratórias em Portugal, Colóquio Globalização, Pobreza e Migrações*, Ciclo “África começou mal, África está mal: A tragédia africana”, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra;
- Baganha, M. I. B., J. Ferrão e Malheiros, J. M., (1998), *Metropolis Internacional Workshop Proceedings*, Edição da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa;
- Baganha, M. I. e Ribeiro, J. S. (2007), *Imigração qualificada na área da saúde: as oportunidades do mercado laboral português*, *Revista I – Migrações*, Ed. do ACIDI, Disponível online em http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_1/migracoes1_art3.pdf;
- Bairoch, P. (1986), *Indústria*, in *Enciclopédia Einaudi*, 7, Modo de produção, desenvolvimento/subdesenvolvimento, Lisboa, INCM: 326-363;
- Baldwin-Edwards, M. (2004), *Mediterranean migrations: regionalism versus globalisation*, Ed. Finiserra, XXXIX, 77, Lisboa, p. 9-20;

- Barreto, A. (1986), *Anatomia de uma Revolução – A Reforma Agrária no Alentejo, 1974/76*, Publicações Europa-América, Lisboa;
- Barreto, A. (2000), *A Situação Social em Portugal 1960-1999 – Indicadores sociais em Portugal e na UE*, Edição da Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa;
- Barreto, A. (2002), *Mudança Social em Portugal, 1960/2000*, Working paper nº. 06-02, outubro 2002, Versão Preliminar, Instituto das Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, disponível online em www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2002/WP6-2002.pdf;
- Barro, R. J. e Sala-i-Martin, X. (1991), *Convergence across states and regions*, Brookings Papers on Economic Activity 0 (1), 107-158;
- Barro, R. J. e Sala-i-Martin, X. (1992), *Regional growth and migration: A Japan-U.S. comparison*, Journal of Japanese and International Economics, 6, 312-346;
- Barro, R. J. e Sala-i-Martin, X. (1995), *Economic Growth*, Ed. McGraw-Hill, New York;
- Bauer, T., Epstein, G. e Grang, N. I. (2000), *What are Migration Networks?*, IZA Discussion Paper No. 200;
- Beath, A., Ian Goldin e Reinert, K. (2006), *Migration Internacional*, Ed. The Princeton Encyclopedia of the World Economy, April 2006, disponível online em <http://www.gov.harvard.edu/student/abeath/sample.shtml.htm>;
- Beck, U. (1997), *Was is Globalisierung?*, Frankfurt, Suhrkamp;
- Becker, G. S. (1962), *Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis*, The Journal of Political Economy, LXX, pp. 9-49;
- Becker, G. S. (1975), *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education*, Columbia University Press;
- Becker, G. S. e Chiswick, B. R. (1966), *Education and the Distribution of Earnings*, The American Economic Review, vol. 56, 2, May, pp. 358-400;
- Becker, G. S. e Tomes, N. (1986), *Human Capital and the Rise and Fall of Families*, Journal of Labor Economics 4: S 1 -S39;
- Beine, M., Docquier, F. e H. Rapoport (2001), *Brain drain and economic growth: theory and evidence*, Journal of Development Economics, 64, 1: 275-89;
- Beine, M., Docquier, F. e Rapoport, H. (2002), *Brain Drain and LDC's Growth: Winners and Losers*, Center for Research on Economic Development and Policy Reform, Working Paper no. 129;

- Bertola, G. (1992), *Models of economic integration and localized growth*, Discussion paper nº. 651 (CEPR, London);
- Biagioni, D. (2006), *Determinantes da Mobilidade por Classes Sociais: Teoria do Capital Humano e a Teoria da Segmentação do Mercado de Trabalho*, Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, 18 a 22 de setembro de 2006, disponível online em http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docs-pdf/A-BEP20-06_652.pdf;
- Bill, J. A. e Hardgrave, R. L., (1981), *Comparative Politics: The Quest for Theory*, Washington, DC: Bell & Howell, University Press of America;
- Birks, J. S., e A. Sinclair (1980), *International Migration and Development in the Arab Region*. Geneva: International Labour Office;
- Böhning, W. R., (1984), *Studies in International Labour Migration*, London: Macmillan;
- Borjas, G. J. (1989), *Economic Theory and International Migration*, International Migration Review, Vol. 23, No. 3, Special Silver Anniversary Issue: International Migration an Assessment for the 90's (Autumn, 1989), pp. 457-485;
- Borjas, G. J. (1990), *Friends or Strangers*, New York, Basic Books;
- Borjas G. J. (1994), *The Economics of Immigration*, Journal of Economic Literature, 32, pp: 1667-1717;
- Borjas, G. J. (1995), *The Economics Benefits from Immigration*, Journal Of Economic Perspectives 9 (Spring 1995): 3 -22;
- Borjas, G. J. (1996), *Labor mobility*, in Labor Economics, Ed. By McGraw-Hill, Cap. 9, pp. 279-287;
- Borjas, G. J. (2000), *Economics of Migration*, International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences, Section no. 3.4, Article nº. 38;
- Borjas, G. J. (2001), *Heaven's Door*, Princeton University Press;
- Borjas, G. J., Richard B. Freeman e Lawrence F. Katz (1997), *How Much Do Immigration and Trade Affect Labour Market Outcomes?*, Brookings Papers on Economic Activity, 1:1-90;
- Boswell, C. (2005), *Migrant in Europe*, Paper prepared for the Policy Analysis and Research Programme of the Global Commission on International Migration, Migration Research Group Hamburg Institute of International Economics;

- Boudeville, J. R. (1969), *Aménagement du Territoire e Polarisation*, Paris;
- Bowles, S. e Gintis, H. (1975), *The problem with Human Capital Theory - A marxian critique* (mimeo);
- Boyd, M. (1989), *Family and personal networks in international migration: Recent developments and new agendas*, *International Migration Review* 23(3): 638-70
- Branco, J. P., (1986), *A Estrutura da Comunidade Portuguesa em França*, Porto: SECP;
- Breman, J. (1976), *A Dualistic Labour System? A critique of informal setor concept*. *Economic and Politic Weekly*, aa(48): 1870-1875, 11(49): 1905-1908; 11(59): 1939-1944;
- Bretell, C. (1999), *The City as Context: Approaches to immigrants and Cities*, in Proceedings, Metropolis International Workshop, Lisbon, September 28-29, 1998. Luso-American Foundation for the Development, Lisbon, pp. 141-154.
- Brettel, C. e Hollifield, J. (2000), *Migration Theory – Talking across Disciplines: Introduction*, in: C. Brettel e J. Hollifield (ed.), *Migration Theory – Talking across Disciplines*; London: Routledge;
- Bryant, C. G. A. e Jary, D. (1991), *Giddens' Theory of Structuration: A Critical Appreciation*, Ed. Routledge, New fetter lane, London, disponível online em http://books.google.pt/books?id=yzwOAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false;
- Brochmann, C. e Dolvik, J. E. (2006), *Is Immigration an Enemy of the Welfare State?* in Papademetriou, G. D. *Europe and Its Immigrants in 21St. Centuray*, Edição Migration Policy Insitute, patrocinado pela Luso-American Foundation, Lisbon, pp. 155-178;
- Bruneau, M. (1994), *Espaces et territoires de diásporas*, in *L'Espce géographique*, 1994 (1), pp 5-17;
- Bun, C. K. (1995), *The Vietnamese Boat People in Hong Kong*. Pp. 380-5 in R. Cohen, ed., *The Cambridge Survey of World Migration*. Cambridge: Cambridge University Press;
- Burbach, R. e Robinson, W. I. (1999), *The Fin de Siecle Debate: Globalization as Epochal Shift*, Science and Society(Spring);

- Burt, R. S. (2000), *The Network Structure Of Social Capital*, Research in Organizational Behaviour, Volume 22, pages 345-423;
- Butcher, K. e Card, D. (1991), *Immigration and Wages: Evidence from the 1980s*. American Economic Review, 292-96;
- Cadwallader, M. (1993), *Classics in human geography revisited: commentary 1*, Progress in Human Geography 17(2): 213–19.
- Callovi, G. (1992), *Regulation of immigration in 1993: pieces of the European Community jig-saw puzzle*, in International Migration Review, vol. 26, n.º 2, pp. 353-372;
- Cárdenas, M. e Pontón, A., (1995), *Growth and convergence in Colombia: 1950-1990*, Journal of Development Economics 47, 5-37;
- Carrington, W. J. E. Detragiache, e T. Vishwanath (1996), *Migration with Endogenous Moving Costs*, American Economic Review, 86(4), 909-30;
- Carvalho, I. M. (1995), *Circular Livremente na Europa — As Mercadorias, as Pessoas e as Empresas*, Porto, Elcla Editora;
- Castells, M. (1975), *Há uma Sociologia Urbana?*, in Problemas de investigação em Sociologia Urbana, Lisboa: Presença, pp. 23-52;
- Castells, M. (1981), *La Question Urbaine*, Paris, Maspero (1972);
- Castells, M (1989), *The Informational City. Information Technology, Economic Restructuring, and the Urban-Regional Process*, Oxford, Blackwell;
- Castles, S. (2000), *International Migration at the Beginning of the Twenty-First Century: Global Trends and Issues*, International Social Sciences Journal, UNESCO, no. 165, pp. 269-281;
- Castles, S. (2002), *Estudar as transformações*, Sociologia – Problemas e Práticas n.º 40, pp.123-148;
- Castles, S. (2005a), *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratório dos trabalhadores convidados às migrações globais*, Ed. Fim de Século, Lisboa;
- Castles, S. (2005b), *Pobres produzem vida para os ricos*, Artigo ACIME em entrevista, Lisboa;
- Castles, S. e Kosack, G. (1973), *Immigrant Works and Class Struture in Western Europe*, Published for the Institute of Race Relations, London by Oxford University Press, London, New York, and Toronto;

- Castles, S., e Miller, M., (1993), *The Age of Migration*, Guilford, New York. Chicago Area Transportation Study, 1959, Final Report, Vol. 1, Survey Findings, Chicago;
- Castles, S., e Miller, M., (1998), *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*, Macmillan, Londres;
- Castles, S. e Miller, M. (2003), *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*; Third Edition, London: Guildford Press;
- CEGEA (2008), *Economia Informal em Portugal*, Relatório Final, Estudo elaborado para COTEC e IAPMEI, Ed. Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada (CEGEA) da Universidade Católica, Lisboa;
- Cerny, P. G. (1995), *Globalization and the Changing Logic of Collective Action International Organization* 49, 4, p.596;
- Champion, T., S. Fotheringham, P. Rees, P. Boyle, e Stillwell, J. (1998), *The determinants of migration flows in England: a review of existing data and evidence*, Workpaper published by The Department of Geography University of Newcastle upon Tyne, Newcastle pp. 63-65;
- Chandrasekhar, C. P. e Ghosh, Jayati (2004), *Economic migration in Asia*, Ed. Financial Daily from THE HINDU group of publications, Opinion – Economy, disponível online em <http://www.thehindubusinessline.com/2004/10/19/stories/2004101900081100.htm>.
- Chase-Dunn, C. e P. Grimes (1995), *World-Systems Analysis*, Eds. Annual Review of Sociology. Vol. 21 p. 387-417.
- Chiswick, B. R. (2000), *Are Immigrants Favorably Self-Selected?*, in: C. Brettel e J. Hollifield (ed.), *Migration Theory – Talking across Disciplines*; London;
- Chiswick, B. R. e P. W. Miller (1996), *Ethnic Networks and Language Proficiency among Immigrants*, *Journal of Population Economics*, 9(1), 19-35;
- Church, J., e I. King (1983), *Bilingualism and Network Externalities*, *Canadian Journal of Economics*, 26(2), 337-45;
- CIEJD (2006), *Glossário*, disponível online em <http://www.aprendereuropa.pt/default.aspx>;

- Clark, X., Hatton, T. J., e Williamson, J. G. (2002), *Where do U.S. Immigrants Come From, and Why?*, National Bureau of Economic Research Working Paper No. 8998;
- Cohen, R. (1997), *Global Diasporas: an Introduction*, Londres, UCL Press;
- Cohen, R. (2006), *Globalização, migração internacional e cosmopolitismo quotidiano*, in Barreto, A. (org.) *Globalizações e Migrações*, Ed. Imprensa de Ciências Sociais – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa – Estudos e Investigações 38, Lisboa;
- COM (2002), *Integrar as questões ligadas à migração nas relações da União Europeia com Países Terceiros*, Comunicação da Comissão ao Conselho e Parlamento Europeu, Bruxelas, disponível online em http://eurlex.europa.eu/smartapi/cgi/sga_doc?smartapi!celexplus!prod!DocNumber&lg=pt&type_doc=COMfinal&an_doc=2002&nu_doc=703;
- COM (2003), *Imigração, à integração e ao emprego*, Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões (* COM/2003/0336 final *) disponível online em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:52003DC-0336:PT:HTML>;
- COM (2005), *Livro Verde sobre uma abordagem da UE em matéria de gestão da Migração Económica*, Comissão, Bruxelas;
- COM (2006), *Abordagem Global da Migração um ano depois: Rumo a uma Política Europeia Global em matéria de Migração*, Comunicação da Comissão ao Conselho e Parlamento Europeu, Bruxelas, disponível online em http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2006/com2006_0735pt01.doc;
- COM (2007a), *Reformar o Orçamento, mudar a Europa - Documento de consulta pública com vista à reapreciação Orçamental de 2008/2009*, Comunicação da Comissão, Bruxelas, disponível online http://ec.europa.eu/budget/reform/library/issue_paper/consultation_paper_pt.pdf;
- COM (2007b), *On circular migration and mobility partnerships between the European Union and third countries*, Comunicação da Comissão 248 Final, Bruxelas, disponível online <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUri-Serv.do?uri=-COM:2007:0248:FIN:EN:PDF>;

- COM (2007c), *Euro-Mediterranean Partnership/Barcelona Process, Edition by European Commission*, European Union in the World, External Relations, Bruxelas, disponível em http://ec.europa.eu/external_relations-/euromed/;
- Convey, A. e Marek Kupiszewski (1995), *Keeping up with Schengen: migration and policy in the European Union*, in *International Migration Review*, vol. 29, n.º 4, pp. 939--963;
- Corazza, G. (2005), *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo*, Ed. Cadernos e Ideia, Ano 3, n.º. 39, Instituto Humanitas Unísinos, Brasil;
- Corkhill, D. (1996), *Multiple National Identities, Immigration and Racism in Spain and Portugal*, in B. Jenkins and S.A. Sofos, Eds. *Nation and Identity in Contemporary Europe*. London: Routledge. 155-171;
- Covas, A. (1997), *A UE, do Tratado de Amesterdão a um Projeto de Carta Constituinte para o Século XXI*, Ed. Celta Editora, Oeiras;
- Cross, M. e Waldinger, R. (1999), *Economic integration and labour market change*, in: Hjernø, J. (ed.) – *From Metropolis to Cosmopolis*, South Jutland University Press, Esbjerg, p. 27-93 (Papers, migration No. 30);
- Cunha, I. F., (2002), *Imigração e Racismos: 10 anos nos media*, in *A Imigração em Portugal – Os movimentos humanos e culturais em Portugal*, Ed. SOS Racismo, Lisboa;
- D'Almeida, A. C. (2003), *Impacto da imigração em Portugal nas contas do Estado*, Observatório da Imigração, Edição da ACIME, Lisboa;
- Darvish-Lecker, T. (1990), *Externalities in Migration*, *Economics Letters* 33(2), 185-191;
- Degenne, A. e Forsé, M. (1999), *Introducing Social Networks*, Sage Publications, London;
- Deringer, P. B. e Piore, M.J. (1979), *Internal Labor Markets and Manpower Analysis*, 6th Edition, Massachusetts, Health Lexington Books;
- Descartes, R. (1977), *Discurso do Método*, Edição de Gráfica Europam, Lda. Mem Martins, Lisboa;
- Diciopédia (2009), *Kerala*, Porto Editora, Edição DVD-ROM;

- Drakakis-Smith, X. (1990), *Food for thought or thought about food: urban food distribution system in the third world*, In R. Potter e A. Salu (eds.), *Cities in third world*, Mansell, Londres, 100-120;
- Durán, F. E. (2003), *Cidade sem limites*, in Machado, J. S. (org.). *Economia e Tecnologia: Novas Perspetivas para a Sociedade Global*, São Paulo: Tendenz; Bauru: Praxis; disponível online em www.forum-global.de/curso/textos/tecnno.pdf;
- EFTA (1969), *The Effects of EFTA on the Economies of Members States*, Genebra;
- Epstein, G.S. (2002), *Informational Cascades and Decision to Migrate*, IZA Discussion Paper No. 445;
- Epstein, G.S. e A. L. Hillmann, (1998), *Herd Effects and Migration*, CEPR Discussion Paper no. 1811, London: CEPR;
- Esteves, M. C. (Org.) (1991), *Portugal, País de Imigração*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento;
- EUROSTAT (2002), *European Social Statistic, 2002 Edition, Theme 3 – Population and Social Conditions*, European Commission, Bruxelas, disponível online em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-BP02-006/EN/KS-BP02-006-EN.PDF;
- Falcão, L. (2002), *Imigração em Portugal*, Anexo ao relatório apresentado pela Delta-Consultores no quadro do Projeto Sócrates - Immigrant Language Learning, Parte 2 – Anexo, Lisboa, disponível online em [http://www.dlt.pt/ficheiros/Imigr_Portugal\(part2\).pdf](http://www.dlt.pt/ficheiros/Imigr_Portugal(part2).pdf)
- Faini, R. (1996), *Increasing returns, migration and Convergence*, *Journal of Development Economics*, 48, 121-136;
- Faini, R. (2003), *Migration and Convergence in the Regions of Europe: A Bit of Theory and some evidence*, in *EU Enlargement: The Impact of East-West Migration on Growth and Employment (FLOWENLA)*, Ed. FLOWENLA Discussion Paper 9, Setember, University of Brescia, Itália, disponível online <http://www.eastwestmigration.org>;
- Fakiolas, R. (1995), *Italy and Greece: From Emigrants to Immigrants*. Pp. 313-15 in R. Cohen, ed., *The Cambridge Survey of World Migration*. Cambridge: Cambridge University Press;

- Faria, M. I. e Pericão, M. G. (2008), *Dicionário do livro*, Ed. Almedina, Coimbra (ISBN 978-972-40-3499-7);
- Fawcett, J. (1989), *Networks, Linkages and Migration Systems*, in *International Migration Review*, 23 (3): 671-680;
- Fazito, D. (2002), *A análise das Redes Sociais e as Migrações: mito e realidade*, Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Minas Gerais, Brasil, UFMG/Cedeplar;
- Fee, L. K. (1995), *Migration and the Formation of Malaysia and Singapore*. Pp. 392-6 in R. Cohen, ed., *The Cambridge Survey of World Migration*. Cambridge: Cambridge University Press, Cambridge;
- Fernandes, N. G. (2003), *O Modelo de Capital Humano na Explicação das Diferenças Salariais - Uma Aplicação ao Mercado de Trabalho em Portugal*, Workpaper 2/2003, Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, ISGE – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, disponível online em <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp003.pdf>;
- Ferrão, J., Henriques, E. B. e Neves, A. O. (1994), *Repensar as cidades de média dimensão*, *Análise Social*, Vol. 29, Nº 129, pp. 1123-1147;
- Ferreira, E. S., Rato, H. e Mortágua, M. J., (2004), *Viagens de Ulisses: Efeitos da imigração na economia portuguesa*, Edição da ACIME, Lisboa;
- Fielding, A. J. (1982), *Counterurbanization in Western Europe*, *Progress in Planning*, Nº 17;
- Fielding, A. J. (1993), *Migration, institutions and politics: the evolution of European migration policies*, in R. King (ed.), *Mass Migrations in Europe: the Legacy and the Future*, Londres, Belhaven Press, pp. 40-62.;
- Fielding, A. J. (1994), *Industrial change and regional development in Western Europe*, *Urban Studies*, Vol. 31, Nºs 4/5, pp. 679-704;
- Figueiredo, J. M. (2005), *Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento - Realidades compatíveis no contexto Europeu?*, Edição da ACIME, Lisboa;
- Findlay, A. M. e Stewart, E. (2002), *Skilled labour migration from developing countries: annotated bibliography*, *International Migration Papers*, no. 55, Geneva, International Migration Programme, International Labour Office;

- Findlay, A. M., et al. (1996), *Skilled international migration and the global city: a study of expatriates in Hong Kong*, Transactions of the Institute of British Geographers, 21 (1), 49-61;
- Fisher, I. (1906), *Nature of Capital and Income*, Macmillan, New York; Reviews Author(s) of Review: C. P. Sanger The Economic Journal, Vol. 17, No. 65 (Mar., 1907), pp. 82-85 doi:10.2307/2220781 (This article consists of 4 page(s)9, disponível online em <http://links.jstor.org/sici?sici=0013-0133%28190703%2917%3A65%3C82%3ATNOCAI%3E2.0.CO%3B2-0&size=LARGE&origin=JSTOR-enlargePage>;
- Fonseca, M. L. (1997), *The geography of recent immigration to Portugal*, Paper presented at the Conference on Non military aspects of Security in Southern Europe: Migration, employment and labour market, 19-21 September, Santorini, Greece (unpublished);
- Fonseca, M. L. (2002), *Immigration and spatial change: the Lisbon experience*, Studi Emigrazione, XXXIX, 145, Marzo, pp. 49-76;
- Fonseca, M. L. (2007), *Territorial Insertion – Urban planning, Regional Development and local attraction policies*, in: Vitorino, A. (Coord.) – Immigration: opportunity or threat?, FCG; Gulbenkian Immigration Forum, Lisbon, Principia, pp. 97-140;
- Fonseca, M. L. e Malheiros, J. (2003), *“Nouvelle” immigration, marché du travail et compétitivité des régions portugaises*, Géographie, Économie, Société, 5 (2), pp. 161-181;
- Fonseca, M. L. e Malheiros, J. (2004), *Immigration and globalisation from below: the case of ethnic restaurants in Lisbon*, Ed. Finisterra, XXXIX, 77, Lisboa, p. 129-156;
- Fonseca, M. L.; Caldeira, M. J. e Esteves, A. (2003), *New forms of migration into the European South: challenges for citizenship and governance: the Portuguese case*, International Journal of Population Geography, vol. 8 (2), pp. 135-152;
- Fontes, V. (1996), *Capitalismo, Exclusões e Inclusão Forçada*, Ed. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º. 3, 1996, p. 34-58;
- Frank, R. H., (1999), *Microeconomia e Comportamento*, 3ª. Edição, McGraw-Hill, Lisboa;

- Frattini, F. (2006), *Grandes orientações para a política de migrações da UE nos próximos anos*, Comunicação na Fundação Calouste Gulbenkian, encontro promovido pela Associação Empresarial Portuguesa, disponível online em <http://eic.aeportugal.pt/Inicio.asp?Pagina=/Aplicacoes/Noticias/Noticia&Menu=Menu&Codigo=8860>;
- Freeman, R. B. (2006), *People Flows in Globalization*, National Bureau of Economic Research, NBER Working Papers Series, Work Paper no. 12315, disponível online em www.nber.org/papers/w12315;
- Freitas, M. L. (2006), *Princípios de Macroeconomia*, Módulo para a Pós-Graduação em Gestão e Direito de Empresas, Edição de 2005, Nova Fórum, Universidade Nova de Lisboa;
- Gartner, M. (2003), *Macro Economics*, Financial Times, Prentice Hall, England;
- Gaubert, P. (2004), *Documento de Trabalho sobre o estudo da ligação existente entre imigração legal e imigração clandestina Imigração legal e políticas de integração*, in Comissão de Liberdade Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, Parlamento Europeu da UE, Bruxelas;
- GCIM (2005), *As Migrações num Mundo Interligado: novas Linhas de Ação*, Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa; disponível online em www.gcim.org;
- Gedik, A. (2005), *Mobility Transition (Test Of Zelinsky's Theory) And Economic And Demographic Factors: Japan And Turkey, 1955-2000*, Department Of City and Regional Planning, Faculty of Architecture, Middle East Technical University (ODTU), Ankara, Turkey, disponível online em <http://iussp20-05.princeton.edu>;
- Giddens, A. (1984), *The Constitution of Society*, Berkley: University of Califórnia Press;
- Giddens, A. (1991), *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*, Stanford University Press, Stanford – California;
- Gilbert, A. e Gugler, J (1982), *City Poverty and Development: urbanization in Third World*, Oxford, Londres;
- Gilbert, N. (1996), *Reserch, theory and method*, in *Researching social life* (edited by Nigel Gilbert). London: Sage Publications: 18-31;

- Globalization101 (2007), *What is Globalization*, disponível online em <http://www.globalization101.org/index.html>;
- Glover, S., Gott, C., Loizillon, A., Portes, J., Price Richard, Spencer, Sarah, Srinivasan, Vasanthi e Willis, Carole (2001), *Migration: A Economic and Social Analysis*, Ed. Research Development and Statistics (RDS) Occasional Paper nº. 67, Londres;
- Godinho, V. M., (1978), *L'Emigration Portugaise (XVe-XXe siècles). Une constante structurale et les Réponses aux Changements du Monde*, Revista de História Económica e Social. 1, 1978:5-32;
- Góis, P. e Marques, J. C. (2007), *Estudo prospetivo sobre os Imigrantes Qualificados em Portugal*, Edição do Alto-Comissariado Para A Imigração E Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), Observatório da Imigração, Lisboa;
- Goldfrank, W. L. (2000), *Paradigm Regained? The Rules of Wallerstein's World-System Method*, Journal of World-Systems Research. Vol. 6. N. 2 pp. 150-195;
- Goss, J e B. Lindquist (1995), *Conceptualizing International Labor Migration: A Structuralist Perspective*, International Migration Review. 29(2): 317-351;
- Gottlieb, P. (1987), *Making Their Own Way: Shorthorn Blacks, Migration to Pittsburgh, 1916-30*, Urbana: University of Illinois Press;
- Granovetter, M. (1973), *The Strength of Weak Ties*, in American Journal of Sociology, 78: 1360-80;
- Greenwood, D. J. (1989), *Cultural by the pound: an anthropological perspective on tourism as cultural commoditization*, in Smith, V. L., Host and Guest: The Anthropology of Tourism, Filadélfia, PA, University of Pennsylvania Press;
- Gregory, D. (1994), *Geographical Imaginations*, Cambridge, MA: Blackwell;
- Gregory, D. e Urry, J.(1985), *Social Relations and Spatial Structures*, Londres, Macmillan;
- Grossman, J. R. (1989), *Land and Hope: Chicago, Black Southerners, and the Great Migration*, Chicago, University of Chicago Press;
- Guibentif, P. (1996), *Le Portugal face à l'immigration*, Ed. Revue européenne des migrations internationales, disponível online, em www.sciencespo-toulouse.fr/IMG/pdf/MEMOIRE_version_finale.pdf;

- Gurak, D. e Caces, F. (1992), *Migration Networks and The Shaping of Migration Systems*, in Mary Kritz *et. Alli* (edx.) *International Migration Systems, A Global Approach*, Clarendon Press, Oxford;
- Hammar, T. (1995), *Labour Migration to Sweden: The Finnish case*. Pp. 297-301 in R. Cohen, ed., *The Cambridge Survey of World Migration*. Cambridge: Cambridge University Press;
- Hammond, P. (1992), *Harsanyi's Utilitarian Theorem: A Simpler Proof and Some Ethical Connotations*, in R. Selten (ed.) *Rational Interaction: Essays in Honor of John Harsanyi*, Berlin: Springer-Verlag,, pp. 305–319, in R. Selten (ed.) *Rational Interaction: Essays in Honor of John Harsanyi* (Berlin: Springer-Verlag, 1992), pp. 305–319. <http://www.stanford.edu/~hammond/Harsanyi-Fest.pdf>;
- Harris, J. R. e M. Todaro (1970), *Migration, unemployment and development: two-setor analysis*, Ed. By *American Economic Review*, 15, 60 (1), pp. 126-142;
- Harvey, D. (1990), *The Condition of Postmodernity*, Massachusetts, Blackwell Publishers;
- Hatton, T. J. e Williamson, J. G. (1998) *The Age of Mass Migration: Causes and Economic Impact*. New York and Oxford: Oxford University Press, IX, 301, Londres;
- Hatton, T. J. e Williamson, J. G. (2002), *What Fundamentals Drive World Migration*, National Bureau of Economic Research, NBER Working Papers Series, Work Paper no. 9159;
- Hazans, M., (2003), *Determinants of Inter-Regional Migration in the Baltic Countries*, European Regional Science Association (ERSA) Conference Papers, University of Latvia and BICEPS, disponível online em <http://ideas.repec.org/p/wiw/wiw-rsa/ersa03p3-54.html>;
- Heckathorn, D. D., (1997), *Response-Driven Sampling, A New Approach to the the Study of Hidden Populations*, *Social Problems*, 44 (2) pp. 174-199;
- Heckathorn, D. D., 2002, *Response-Driven Sampling, II, A New Approach to the the Study of Hidden Populations*, *Social Problems*, 49 (1) pp. 11-34;

- Hefferman, M. (1995), *French colonial migration*, in R. Cohen, (ed.), *The Cambridge Survey of World Migration*. Cambridge University Press, Cambridge, pp. 33-8;
- Heitmueller, A. (2003), *Coordination Failure in Network Migration*, IZA Discussion Paper No. 770;
- Held, D., A. McGrew, D. Goldblatt, e J. Perraton (1999), *Global Transformations: Politics, Economics and Culture*, Cambridge, Polity;
- Helliwell, J. F. (1997), *National borders, trade and migration*, National Bureau of Economic Research Working Paper No. 6027;
- Helliwell, J. F. (1998), *How Much Do National Borders Matter?*, Chapter 5, pp. 79—91, Brookings Institution Press;
- Hillmann, F. e Rudolph, H. (1996), *Jenseits des brain drain. Zur mobilität westlicher Fach-und Führungskräfte nach Polen*, Discussion Paper, FS I 96-103, Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung, Berlin;
- Hirst, P. e Thompson, G. (1996), *Globalization in Question: The international Economies and Possibilities of Governance*, Cambridge: Polity Press;
- Hix, S. e Noury, A. (2005), *Politics not Economic Interests: Determinants of Migration Policies in the European Union*, The Research for this paper was funded by Migration Policy Group, Work paper disponível online em http://personal.lse.ac.uk/hix/Working_Papers/Hix-Noury-Migration_Votes_in_EP-27July05.pdf;
- Hodgson, G. M. (1994), *The return of institutional economics*, In *The Handbook of Economic Sociology*, 58-76, Neil J. Smelser and Richard Swedberg, ed. Princeton and New York: Princeton University Press and Russell Sage Foundation;
- Hoffmann-Nowotny, H. J. (1995). *Switzerland: A Non-Immigration Immigration Country*. Pp. 302-7 in R. Cohen, ed., *The Cambridge Survey of World Migration*. Cambridge: Cambridge University Press;
- Holland, S. (1976), *Capital versus the Regions*, Londres, Macmillan;
- Hollander, D. (2000), *Large Immigration Flows Could Help Offset Declines in Developed Populations*, *Family Planning Perspectives*, Vol. 32, No. 3 (May - Jun., 2000), pp. 147-148;

- Holmes, C. (1995), *Jewish Economic and Refugee Migrations, 1880-1950*. Pp. 148-52 in R. Cohen, ed., *The Cambridge Survey of World Migration*. Cambridge: Cambridge University Press;
- Howell, D. C. (1999), *Fundamental Statistics for the Behavioural Science*, 4th ed., Belmont, ca: Duxbury Press;
- Hudson, R. e Lewis, J. (1985), *Introduction: Recent Economic, Social and Political Changes in Southern Europe*, in R. Hudson e J. Lewis (Ed.), *Uneven Development in Southern Europe*, Londres, Methuen, pp. 1-53;
- Hugo, G. (1995), *Illegal Migration in Asia*. Pp. 397-402 in R. Cohen, ed., *The Cambridge Survey of World Migration*. Cambridge: Cambridge University Press;
- Ibarra, G. L e I. Soloada (2005), *Determinants of Migration in México: A spatial Econometrics Approach*, Work Paper Ed. By Kiel Institute, disponível em http://www.uni-kiel.de/ifw/konfer/spatial/lara_ibarra_soloaga.pdf;
- Icduygu, A., Sirkeci, I. e Muradoglu, G. (2001), *Socioeconomic Development and International Migration: A Turkish Study*, *International Migration* 39 (4), 39–61;
- FMI (2002), *Globalization: Threat or Opportunity?*, By IMF Staff, April 12, (Corrected January 2002), disponível online em <http://www.imf.org/external/np/exr/ib/2000/041200.htm>;
- INE (1960), *X Recenseamento Geral da População*, disponível online em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1960;
- INE (1999-2009), *Recenseamento Geral da População*, Lisboa, disponível online www.ine.pt;
- INE (2001), *XIV Recenseamento Geral da População*, Lisboa, disponível online www.ine.pt.
- INE (2008), *Recenseamento Geral da População*, Lisboa, disponível online www.ine.pt.
- INE (2009), *Recenseamento Geral da População*, Lisboa, disponível online www.ine.pt.
- INPI (2011), *Estudo para o contributo das marcas para o crescimento economico e para a competitividade internacional*, Coleção Leituras da Propriedade Industrial, INPI, Lisboa, disponível online em http://www.marcaspatentes.pt/files/collections/pt_PT/1/8/65/Vol.%20VII%20%20Estudo%20sobre%20

0o%20contributo%20das%20marcas%20para%20o%20crescimento%20econ%C3%B3mico.pdf;

- Jackson, J. A. (1991), *Migrações*, Lisboa, Ed. Escher;
- Jansen, C. J. (1969), *Some Sociological Aspects of Migration*, in J.A. Jackson (Ed.), *Migration*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 60-73;
- Jennissen, R. P. W. (2004), *Macro-economic determinants of international migration in Europe*, Dissertations in University of Groningen, Noruega, disponível online <http://irs.ub.rug.nl/ppn/267541740>;
- Jessop, B. (2000), *The Crisis of the National Spatio-Temporal Fix and the Tendential Ecological Dominance of Globalizing Capitalism*, *International Journal of Urban and Regional Research* 24(2): 323-360;
- Johnson, R. A. & Wichern, D. W. (2002), *Applied Multivariate Statistical Analysis*, 4th Ed., Prentice-Hall, New Jersey;
- Karemera, D., Oguledo, V. I., e Davis, B. (2000), *A gravity model analysis of international migration to North America*, *Applied Economics*, 32(13):1745—1755;
- Kay, D. (1995) *The Resettlement of Displaced Persons in Europe, 1946-1951*. Pp. 154-8 in R. Cohen, ed., *The Cambridge Survey of World Migration*. Cambridge: Cambridge University Press;
- Keely, C. (2000), *Demography and International Migration*, in: C. Brettel e J. Hollifield (ed.), *Migration Theory – Talking across Disciplines*; London: Routledge;
- Keynes, J. M. (1936), *The General Theory of Employment, Interest and Money*, Ed. By Macmillan Cambridge University Press, for Royal Economic Society, Londres (First Published);
- King, R. e Ribas-Mateos, N. (2006), *Migração internacional e globalização no Mediterrâneo: o “modelo Sul da Europa”*, in Barreto, A. (org.) *Globalizações e Migrações*, Ed. Imprensa de Ciências Sociais – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa – Estudos e Investigações 38, Lisboa;
- King, R., Lazaridis, G., e Tsardanidis, C. (eds.) (2000), *Eldorado or Fortress?*, *Migration in Southern Europe*, Londres, Macmillan;
- Koff, H. (2003), *A Comparative evaluation*, in Koff, Harlan (ed.), *Migrant Integration in European Cities; Ethno barometer, Second Report*, Rome, pp. 9-37;

- Kovács, I. (1993), *Novo paradigma produtivo e requisitos de ensino-formação*, in Vários, *Estruturas Sociais e Desenvolvimento - Atas do 2º Congresso Português de Sociologia*, Vol. I, Lisboa, Edit. Fragmentos / APS, pp. 229-247;
- Kritz, M. M. e H. Zlotnik (1992), *Global interactions: migration systems, processes, and policies*, in M.M. Kritz *et al.* (Ed.), *International Migration Systems. A Global Approach*, Oxford, Clarendon Press, pp 1-16;
- Kritz, M. M. *et al.* (1983) (ed.), *Global Trends in Migration: Theory and Research on International Population Movement*, 3rd printing, New York: C.M.S.;
- Kubursi, A. (2006), *The Economics of Migration and Remittances Under Globalization*, Work Paper Present in United Nations, Economic & Social Council Meeting, New York, disponível online em www.un.org/docs/ecosoc/meetings/2006/hls2006/Preparatory/Statements/Kubursi_RT6.pdf;
- Kunz, J. e M. Leinonen (2004), *Europe Without borders – Rhetoric, Reality or Utopia?* University of Tampere, Finland;
- Lages, M. e Policarpo, V. (2003), *Atitudes e valores perante a imigração*, Edição da ACIME, Lisboa;
- Lages, M., Policarpo, V., Marques, J. C., Matos, P. L. e J. H. C. António, (2006), *Os Imigrantes e a População Portuguesa. Imagens Recíprocas - Análise de duas sondagens*, Observatório da Imigração, 21, ACIME, 431 pp. | ISBN 989-8000-20-1;
- LaLonde, R. e R. Topel (1991), *Labor Market Adjustments to Increased Immigration*, "In *Immigration, Trade, and the Labor Market*. Ed. John Abowd and Richard Freeman. Chicago, IL: University of Chicago Press;
- Larramona, G. e Sanso, M. (2006), *Internal Migrations and Regional Convergence: The Spanish Case*, Paper Ed. by University of Zaragoza, Espanha, disponível online em <http://www.eale.nl/conference2006/Papers%20Friday%2014.30%20-%201-6.30/add11781.pdf>;
- Lee, E. S. (1969), *A theory of migration*, in J.A. Jackson (Ed.), *Migration*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 282-297 (originalmente publicado em *Demography*, Vol. 3, 1966).

- Levy, M. B. e W. J. Wadycki (1973), *The influence of Family and Friends on Geographical Labour Mobility: An international Comparision*. The Review of Economics and Statistics 55:198-203;
- Lewis, W. A. (1954), *Economic development with unlimited supplies of labor*, The Manchester School Of Economic and Social Studies; 22, pp.139-191;
- Li, F. L. N. et al. (1998), *The cultural economy perspetive on service setor migration in the global city: the case of Hong Kong*. International Migration 36,131-157;
- Lipietz, A. (1987), *Mirages and Miracles: the Crises of Global Fordism*. London, Verso Press;
- Loiskandl, H. (1995), *Illegal Migrant Workers in Japan*. Pp. 371-5 in R. Cohen, ed., The Cambridge Survey of World Migration, Cambridge: Cambridge University Press;
- Lomnitz, L. (1978), *Mechanisms of Articulation Between Shantytowns Settlers and Urban System*, Urban Anthropol. 7, nº. 2:185-205;
- Lopes, M. C. (1989), *Da Mobilidade Sócio-Ocupacional às Carreiras Profissionais*, Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;
- Lowell, L. B. (2002), *Skilled labour migration from developing countries: annotated bibliography*, International Migration Papers, no. 56, Geneva, International Migration Programme, International Labour Office;
- Lowell, L. B. e Gerova, S. G. (2004), *Immigrants and the healthcare workforce – profiles and shortages*, Work and Occupations, vol. 31, n.º 4, London: Sage Publications, pp. 474-498;
- Lucassen, J. (1995), *Emigration to the Dutch Colonies and the USA*. Pp. 21-7 in R. Cohen, ed., The Cambridge Survey of World Migration. Cambridge: Cambridge University Press;
- Ludlow, T. (2003), *The Dynamics of Development and Internacional Migration*, Ed. Missouri Valley Journal of Social Science, Vol. VII, Issue 1, Spring 2003, USA, disponível online em http://puffin.creighton.edu/pls/Missouri_Valley_Journal-/2003_articles/ludlow.pdf;
- Lutz, W. e Scherbov, S (2006), *Future Demographic Change in Europe: The Contribution of Migration*, in Papademetriou, G. D. (eds), (2006), Europe and Its Im-

- migrants in 21st Century, Edição Migration Policy Institute, patrocinado pela Luso-American Foundation, Lisbon, pp. 179-222;
- Mabogunje, A. L. (1970), *Systems approach to a theory of ruralurban migration*, *Geographical Analysis*, 2(1): 118;
- Machado, F. L. (1999), *Imigrantes e Estrutura Social*, *Revista Sociologia - Problemas e práticas*, Ed. março, nº. 29, p. 51, disponível online em <http://sociologia-pp.iscte.pt/fichaartigo.jsp?pkid=120>;
- Mafra, F., e Silva, J. A. (2004), *Planeamento e Gestão do Território*, Sociedade Portuguesa de Inovação, Ed. Principia, Lisboa;
- MAI (2007), *Comunicado da Reunião Ministerial EuroMed sobre Migrações -Albufeira*, 18 e 19 de novembro, Ministério da Administração Interna, Lisboa, disponível online http://www.mai.gov.pt/comunicados_d.asp?id=720;
- Maia, R. L. A. C. (2003), *O Sentido das diferenças. Migrante e naturais: Observação de percursos de vida no Bonfim*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Fundação para a Ciência e a Tecnologia;
- Malheiros, J. M. (1996), *Imigrantes na região de Lisboa – Os anos de mudança*, Edições Colibri, Lisboa, novembro;
- Malheiros, J. M. (2001), *Arquipélagos Migratórios – Transnacionalismo e Inovação*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana, Universidade de Lisboa;
- Malheiros, J. M. (2005), *Jogos de Relações Internacionais: repensar a posição de Portugal no Arquipélago Migratório Global*, in Barreto, António (eds), *Globalização e migrações*, Estudos e Investigações, Edição da Imprensa de Ciências Sociais – Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, pp. 251-272;
- Malheiros, J. M. (2010), *Portugal 2010: O Regresso do País de Emigração? Notas e Reflexões*, *JANUSNET e-journal of International Relations*, Vol. 2, N.º 1, primavera 2011. Consultado [online] em data da última consulta, observar re.ual.pt/janus.net/pt_vol2_n1_not3;
- Malheiros, J. M. (2011), *Diagnóstico da População Imigrante no Concelho de Castelo Branco – Desafios e Potencialidades para o Desenvolvimento Local*, Edição do ACIDI, I.P., Lisboa;

- Malmberg G. (2001), *Time and space in International Migration*, in: Hammar T., Brochmann G., Tamas K. and T. Faist (eds.) *International Migration, Im-mobility and Development. Multidisciplinary Perspectives*. Oxford / New York: Berg;
- Malthus, T. R. (1983), *Ensaio Sobre a População*, São Paulo, abril Cultural;
- Manning, P. (2005), *Migration in World History*, London, Routledge;
- Maroco, J. (2010), *Análise Estatística – Com Utilização do SPSS*, 3ª. Edição Revista e Aumentada, Lisboa, Edições Silabo;
- Marques, A. (1988), *Política Económica e Desenvolvimento em Portugal (1926-1959)*, Lisboa, Livros Horizonte;
- Marques, J. F. (2005), *Portugal Imigrante*, In Observatório do Algarve, disponível online, http://www.observatoriodoalgarve.com/cna/opinioes_ver.asp?opi-niao=-158;
- Marques, J. M., C. Oliveira e N. Dias (2002), *Empresários de origem imigrante em Portugal*, in *Imigração e mercado de trabalho, Cadernos sociedade e trabalho II*, MSST/DEEP, Lisboa, pp. 131-147;
- Marques, M. M., Ralha, T., Oliveira, C. e David Justino (1999), *Between the “Luso-phone community” and European integration where do immigrants fit in? Immigration and Citizenship in Portugal*, Ed. SociNova, Working Papers nº. 10;
- Martes, A. C. (1999), *Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre os imigrantes em Massachussetts*, Paz e Terra, São Paulo;
- Marthen, N., Gorter, C., Nikkamp, P. e Rietveld, P. (1998), *Ethnic Entrepreneurship and Migration: A Survey from Developing Countries*, Ed. by Tinbergen Institute Discussion Paper, nº. 98081, disponível online em <http://www.tinbergen.nl/scripts/papers.pl?paper=98081.rdf>;
- Marthen, N., Gorter, C., Nikkamp, P. e Rietveld, P. (2000), *Entrepreneurial Migration and Regional Opportunities in Developing Countries*, a Tinbergen Institute Discussion Paper, nº. 00086, disponível online em <http://www.tinbergen.nl/scripts/papers.pl?paper=00086.rdf>;

- Martin, H. P. e H. Shummann (1997), *The Global Trap: Globalization and the Assault on Prosperity and Democracy*, Londres, Nova Iorque, Sidnei, Zed Book and Pluto Press Austrália;
- Martin, P. L., e M. J. Miller (1980), *Guestworkers: Lessons from Western Europe*, *Industrial and Labor Relations Review* 33: 315-30;
- Marx, K. (1867), *O Capital*, Livro I. Trad. port., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira;
- Marx, K. (1885), *O Capital*, Livro II. Trad. port., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira;
- Marx, K. (1894), *O Capital*, Livro III. Trad. port., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira;
- Martínez-Vela, C. A. (2001), *The World Systems Theory*, disponível [online] in www.web.mit.edu/esd.83/www/notebook/WorldSystem.pdf;
- Massey, D. S. (1984), *Spatial Divisions of Labour - Social Structures and the Geography of Production*, Londres, Macmillan Education;
- Massey, D. S. (1988), *Economic Development and International Migration in Comparative Perspective*, in *Population and Development Review*, Vol. 14, No. 3, September, pp. 383-413;
- Massey, D. S. (1995), *The New Immigration and the Meaning of Ethnicity in the United States*. *Population and Development Review* 21:631-52;
- Massey, D. S. (2003), *Patterns and Processes of International Migration in the 21st Century*, Comunicação apresentada na Conference on African Migration in Comparative Perspective, junho 2003; Joanesburgo, disponível online em <http://pum.princeton.edu/pumconference/papers/1Massey.pdf>;
- Massey, D. S. et al. (1987), *Return To Aztlan, The Social Process of International Migration From Western Mexico*, University of California Press, Berkeley;
- Massey, D. S., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A. and Taylor, J. E., (1993), *Theories of International Migration: A Review and Appraisal*, *Population and Development Review*, no. 19, pp. 431-466;
- Massey, D. S., et al., (1997), *Migration, ethnic mobilization and globalization – causes of migration*, in Guibernau, Montserrat & Rex, John (Eds.), *The Ethnicity reader – nationalism, multiculturalism and migration*, UK, Polity Press, pp. 257-269;

- Massey, D. S., Arango, J., Koucouci, A., Pelligrino, A. e J. Edward Taylor. (1998), *Worlds in Motion: Understanding International Migration at the End of the Millennium*. Oxford: Oxford University Press;
- Mattila-Wiro, P. (1999), *Economic Theories of the Household: A Critical Review*, Working Paper nº. 159, The UN University, World Institute for Development and Economic Research (WIDER), USA, disponível online em http://www.wider.unu.edu/publications/working-papers/previous-series/1999/en_GB/wp-159/_files/81612047794438586/default/wp159.pdf;
- Mayda, A. M. (2005), *International Migration: A Panel Data Analysis of Economic and Non-Economic Determinants*, The Institute for the Study of Labor (IZA), Paper No. 1590, May 2005, Bona, Alemanha;
- McGee, T. G. (1996), *On The Utility of Dualism: The Informal Setor and Megaurbanization in Developing Countries*, *Regional Development Dialogue*, 17(1): 1 - 15;
- McGrew, A. (1990), *A Global Society*, in Stuart Hall, David Held, and Anthony McGrew, *Modernity and Its Futures*, Cambridge: Polity Press;
- Meleiro, M. B. D. E., (2004), *Imigrantes: Uma Nova Face da Sociedade Portuguesa. Um estudo de caso no concelho de Barcelos*, Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Estudos Europeus, Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão, Braga;
- Mesquita, B., (2002), *Asilo e Imigração económica ou a fronteira indefinida*, in “A Imigração em Portugal – Os movimentos humanos e culturais em Portugal”, Ed. SOS Racismo, Lisboa;
- Meyer, J-B. (2001), *Network approach versus brain drain: Lessons from the diaspora*, *International Migration* 39: 91-108;
- Mincer, J. (1958), *Investment in Human Capital and Personal Income Distribution*, *Journal of Political Economy*, vol. 66, 4, August, pp. 281-302;
- Mincer, J. (1962), *On-the-Job Training: Costs, Returns and Some Implications*, *Journal of Political Economy*, vol. 70, 5, Part II, pp. 50-79;
- Mincer, J. (1974), *Schooling, Experience and Earnings*, New York: Columbia University Press;

- Mincer, J. (1978), *Family migrations decisions*, Ed, by Journal of Polity Economy 86, pp.749-773;
- Minkenbergh, M. (2004), *Religious effects on the shaping of immigration policy in western democracies*, Workshop 16. ECPR Joint-Sessions of Workshops. Uppsala, 13-18 April;
- Moreira, M. F. C., (2008), *O Envelhecimento da População e o seu Impacto na Habitação – prospetiva até 2050*, Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estatística e Gestão da Informação, Instituto de Estatística e Gestão da Informação, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa;
- Mountford, A. (1997), *Can a brain drain be good for growth in the source economy?*, Journal of Development Economics, 53, 2: 287-303;
- MTSS/ISS, IP CDIST FARO (2008), *Estatísticas - População estrangeira residente com remunerações declaradas na Segurança Social*, Ed. CDist FARO;
- MTSS/ISS, IP CDIST FARO (2009), *Estatísticas - População estrangeira residente com remunerações declaradas na Segurança Social*, Ed. CDist FARO;
- MTSS/ISS, IP CDIST FARO (2000-2009), *Estatísticas - População estrangeira residente com remunerações declaradas na Segurança Social*, Ed. CDist FARO;
- Munshi, K. (2001), *Identification of Network Effects: Mexican Migrants in the U.S. Labor Market*, Paper presented at NEUDC conference, Boston, MA.;
- Münz, R. (2004), *The Demography of International Migration: Facts, Assumptions, Gaps*. In: M. Jandl and I. Stacher, eds., *Towards a Multilateral Migration Regime*, Vienna: International Center for Migration Policy Development, pp.119-24. (Special Anniversary Edition dedicated to J. Widgren;
- Murphy, K. M. e Welch, F. (1992), *The Structure of Wages*, Quarterly Journal of Economics 107: 285 – 326;
- Nerdrum, L. e Erikson, T. (2001), *Intellectual capital: a human capital perspective*. Journal of Capital Intellectual. Bradford, Vol.2, n. 2, p. 127-41;
- Neves, J. C. (2003), *Imigração e desenvolvimento*, I Congresso – Imigração em Portugal promovido pelo ACIME, 18 e 19 de novembro, pp. 86, Edição da ACIME, Lisboa;

- NGS (2005), *Human Migration Guide (6-8)*, Ed. Xpeditions, disponível online <http://www.nationalgeographic.com>;
- Nikolinakos, M. (1975), *Notes Towards a General Theory of Migration in Late Capitalism*, in: R. Cohen (ed.), *Theories of Migration*; Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited;
- Noin, D. (1988), *Géographie da la Population*, Paris, Masson;
- Noiriel, G. (1995), *Italians and Poles in France, 1880-1945*. Pp. 142-5 in R. Cohen, ed., *The Cambridge Survey of World Migration*. Cambridge: Cambridge University Press, Cambridge;
- Nunes, A. S. (1964), *Portugal: Sociedade dualista em evolução*, *Análise Social*. II (7/8), pp. 407-462;
- Nyberg-Sorensen, N., Hear, N. e Engberg-Pedersen, P. (2002), *The Migration-Development Nexus: Evidence and Policy Options - State-of-the-Art Overview*, *Internacional Migration Quarterly Review*, Vol. 40, nº. 5, Special Issue 2/2002, pp. 3-48;
- O'Connor, A. (1983 e 1986), *The African City*, Hutchinson Library for Africa, Londres;
- OCDE (2001), *Employment Outlook*;
- OCDE (2006), *International Migration Outlook. Annual Report 2006 Edition*. Sopemi 2006 Edition;
- Ogden, P. E. (1995), *Labour Migration to France*. Pp. 289-97 in R. Cohen, ed., *The Cambridge Survey of World Migration*. Cambridge: Cambridge University Press;
- OIM (2000), *World Migration Report 2000*, Publicação da OIM, Geneva, Suíça;
- OIM (2001), *Harnessing the Potential of Migration and Return to Promote Development*, IOM Migration Research Series no.5, OIM, Geneva;
- OIM (2002), *The Migration-Development Nexus: Evidence and Policy Options*, IOM Migration Research Series no.8, OIM, Geneva;
- OIM (2003), *World Migration Report 2003*, Publicação da OIM, Geneva, Suíça;
- OIM (2008), *World Migration 2008: Managing Labour Mobility in the Evolving Global Economy*, Publicação da OIM; Volume/Number: 4 ISBN / ISSN: ISSN 1561-5502; ISBN 978-92-9068-405-3, Geneva, Suíça;

- OIT (1972), *Employment, income and equality: a strategy for increasing employment in Kenya*. Genebra, 1972;
- Olesen, H. (2002), *Migration, return and development: an institutional perspective*, International Migration, 40(5), IOM, Geneva: 125-151;
- Ortega, M. M. (2007), *A Europa Face aos Novos Fluxos Migratórios*, Colóquio Globalização, Pobreza e Migrações, Ciclo “África Começou Mal, África Está Mal: A Tragédia Africana”, Faculdade de Economia - Universidade de Coimbra - 9 de março de 2007;
- Öncü, A. (1990), "*International labour migration and class relations*", in A. Martinelli e N.J. Smelser (Ed.), *Economy and Society: Overviews in Economic Sociology*, Londres, Sage, pp. 175-201
- Paiva, A. (Org.) (1985), *Portugal e a Europa: o Fim de um Ciclo Migratório*, Lisboa, IED/CEDEP;
- Papademetriou, D. G. (1988), *International Migration in a Changing World*, in Charles Stahl (ed.) *International Migration Today*, vol.2: emerging issues, UNESCO, University of Western Australia;
- Papademetriou, D. G. (2001), *Reflections on International Migration and its Future*, in J. Douglas Gibson Lecture, School of Policy Studies – Queens University; Ontario, disponível online em http://www.queensu.ca/sps/conferences_events/lectures/j_douglas_gibson/01lecture.pdf;
- Papademetriou, D. G. (2003), *Policy considerations for Immigrant Integration*, Migration Information Source, Fresh Thought, Authoritative Data, Global Reach, Migration Policy Institute; disponível online em www.migrationinformation.org/Feature/print.cfm?ID=171;
- Papastergiadis, N. (2000), *The Turbulence of Migration: Globalization, Deterritorialization and Hybridity*, Cambridge, Polity Press (Barreto, Livro das Globalizações, p. 193;
- Parikh, A. e Leuvensteijn, M. V. (2002) *Internal Migration In Regions Of Germany: A Panel Data Analysis*, ENEPRI, Working paper no. 12 September, Bélgica, disponível online em www.enepri.org;

- Passell, J. S. (2005), *Estimates of the Size and Characteristics of the Undocumented Population*, PEW Hispanic Center Report, March 21, disponível on line em <http://pewhispanic.org/files/reports/44.pdf>;
- Peck, J. e Tickell, A. (1994), *Searching for a New Institutional Fix: The After-Fordist Crisis and the Global-Local Disorder*. Post-Fordism: A Reader, A. Amin. Oxford, Blackwell;
- Pécoud, A. e Guchteneire, P. (2005), *Migration without borders: an investigation into the free movement of people*, Ed. Global Commission on International Migration, Global Migration Perspectives, nº. 27, April, Geneva, Suíça, disponível online www.gci.org;
- Pedersen, J. P., Pytlikova, M. e Nina, S. (2004), *Selection or Network Effects? Migration Flows into 27 OECD Countries, 1990-2000*, Discussion Paper Series, IZA DP No. 1104, April 2004, Institute for the Study of Labor, Bona, Germany;
- Peixoto, J. (1996), *Livre circulação e reconhecimento de diplomas — políticas e realidades na União Europeia*, in SOCIUS Working Papers, Lisboa, ISEG/UTL, 6/96;
- Peixoto, J. (2004a), *País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal*, SOCIUS Working papers nº. 2/2004, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa;
- Peixoto, J. (2004b), *As Teorias explicativas das migrações: Teorias micro e macro – sociológicas*, SOCIUS Working papers nº. 11/2004, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa;
- Peixoto, J. (2007), *Dinâmicas e Regimes Migratórios: O Caso das Migrações Internacionais em Portugal*, *Análise Social*, abril, Vo. XLII (183), pp.445-469;
- Peixoto, J. (2008), *Imigração e mercado de trabalho em Portugal: Investigação e tendências recentes*, *Revista Migrações 2*, abril Observatório das Imigrações, ACIDI, IP. Disponível online em http://www.oi.aci-di.gov.pt/docs/Revista_2/migracoes2_art1.pdf;
- Peixoto, J. (2010), *Emigração Portuguesa: Tendências recentes*, Observatório do Emprego e Formação Profissional, Universidade Técnica de Lisboa, Institu-

to Superior de Economia e Gestão, Lisboa, disponível online em <http://oefp.iefp.pt/admin/upload/Conferencias/Regulares/2fad1a70-9a3e-43e2-9867-4ad4e34103f8.pdf>;

- Pekkala, S. (2005), *Increasing Labour Supply through Economic Migration*, Government Institute for Economic Research, VATT, Irland;
- Penninx, R. (2003), *Integration: the Role of Communities, Institutions, and The State*, Migration Information Source. Fresh Thought, Authoritative Data, Global Reach, Migration Policy Institute, disponível online em www.migrationinformation.org/Feature/print.cfm?ID=168;
- Penninx, R., e P. Muus (1989), *No limits for migration after 1992? The lessons of the past and a reconnaissance of the future*, in *International Migration*, vol. 27, n.º 3, pp. 373—388;
- Pe-Pua, R., Mitchell, C., Iredale, R. e Castles, S. (1996), *Astronaut Families and Parachute Children: The Cycle of Migration between Hong Kong and Australia*, Australian Government Publishing Service, Canberra-Austrália; (<http://www.arts.unsw.edu.au/faculty/staff-directory/roge-lia-pe-pua168.html>)
- Persson, J. (1994), *Convergence in per capita income and migration across the Swedish Counties 1906-1990*, WP 0601, Stockholm University, Institute for International Economic Studies;
- Pestana, M. H. e Gageiro, J. N. (2008), *Análise de dados para Ciências Sociais – A complementaridade do SPSS*, 5ª. Edição Revista e Corrigida, Lisboa, Edições Silabo;
- Petras, E. M. (1981), *The global labor market in the modern world-economy*, in M.M. Kritz *et al.* (Ed.), *Global Trends in Migration - Theory and Research on International Population Movements*, Nova Iorque, Center for Migration Studies, pp. 44-63;
- Petrella, R. (1996), *Globalization and Internationalization: The Dynamics of Emerging World Order*, in Rober Boyer e Daniel Draches (Orgs.), *States against Market: The Limits of Globalization*. Londres/Nova Iorque: Routledge;
- Pintado, X. (1967), *Níveis e estruturas de salários comparados: os salários portugueses e os europeus*, *Análise Social*, V (17), pp.57-89;

- Piore, M. (1977), *Alcune note sul dualismo nel mercato de lavoro*, Rivista di Economia e Politica Industriale, Vol. 3, Nº 2, pp. 185-210;
- Piore, M. (1979), *Birds of Passage - Migrant Labor and Industrial Societies*, London, Cambridge University Press;
- Pires, R. P. (2006), *Fluxos Migratórios – Dinâmicas e modos de gestão*, in Vitorino, A (org.) in, *Imigração: Oportunidade ou Ameaça?*, Fórum Gulbenkian Imigração, Fundação Calouste Gulbenkian, Edição Principia, Lisboa;
- Polèse, M. (1994), *Économie Urbaine et Régionale*, Paris, Economica;
- Poros, M. (2001), *The role of migrant networks in linking local labor markets: The case of Asian Indian migration to New York and London*, Global Networks 1(3): 243-59;
- Portes, A. (1981), *Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration*, in M.M. Kritz *et al.* (Ed.), *Global Trends in Migration - Theory and Research on International Population Movements*, Nova Iorque, Center for Migration Studies, pp. 279-297;
- Portes, A. (1995), *Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview*, in Portes, Alejandro (ed.), *The economic sociology of immigration – essays on networks, ethnicity and entrepreneurship*, NY, Russell Sage Foundation, pp. 1-41;
- Portes, A. (1999), *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Editora;
- Portes, A. e Böröcz, J. (1989), *Contemporary immigration: theoretical perspectives on its determinants and modes of incorporation*, International Migration Review, Vol. 28, Nº 3, pp. 606-630;
- Portes, A. e Manning, R. (1986), *The Immigrant Enclave: Theory and Empirical examples*, in S. Olzak e J. Nagel (eds.), *Competitive Ethnic relations*, Orleo e Londres: Academic Press Inc., pp.47-68;
- Portes, A. e Sassen, S. (1987), *Making it underground: comparative material on the informal setor in Western market economies*, American Journal of Sociology, Vol. 93, Nº 1, pp. 30-91;
- Portes, A. e Zhou, M. (1999), *Entrepreneurship and Economic Progress in the 1990s: A comparative analysis of Immigrants e African Americans*, in F. Bean e S.

- Bell-Rose (eds.), *Immigration and opportunity. Race, Ethnicity, and Employment in the United States*, New York: Russell Sage Foundation, pp.143-171;
- Porto, M. (2000), *Portugal: da EFTA à UE*, Edição Janus 99-00, Work paper nº. 9900_1_44, disponível on-line em http://www.janusonline.pt/1999_2000/19-99_2000_1_44.html#3;
- Poulain, M. e Perrin, N. (2001), *Is the Measurement of International Migration Flows Improving in Europe*, Statistical Commission and Statistical Office of the Economic Commission for Europe, European Communities (EUROSTAT) Conference of European Statisticians, Geneve;
- Prada, V. V. (1986), *História Económica Mundial II*, Livraria Civilizações Editora, Porto;
- Prado, E. F. S. (2001), *A Ortodoxia Neoclássica*, Estudos avançados 15 (41), São Paulo, janeiro/abril;
- Presidência Portuguesa da UE (2007a), *Conferência de Alto Nível sobre Imigração Legal*, site oficial, disponível online em http://www.eu2007.pt/UE/vPT/Reunioes_Eventos/Outros/IMIGRACAOLEGALII.htm;
- Presidência Portuguesa da UE (2007b), *9ª Reunião Ministerial Euro-Mediterrânica de Negócios Estrangeiros*, site oficial, disponível online em http://www.eu2007.pt/UE/vPT/Reunioes_Eventos/Ministeriais/EUROMED_NE.htm;
- Raison, J-P. (1986), *Fixação*, in Enciclopédia Einaudi, 8, Região, Lisboa, INCM; 312-340;
- Rappaport, J. (2005), *How does labor mobility affect income convergence*, Journal of Economics Dynamics and Control, forthcoming;
- Rauch, J. (1993), *Economic development, urban underemployment, and income inequality*, Canadian Journal Of Economics, 26, 901-918;
- Ravenstein, E. G. (1885), *The Laws of Migration*, Journal of the Royal Statistical Society, Vol. 48, Part II, pp. 167-710;
- Ravenstein, E. G. (1889), *The Laws of Migration*, Journal of the Royal Statistical Society, Vol. 52, Part II, pp. 241-301;
- Razin, E. e Langlois, A. (1996), *Metropolitan characteristics and Entrepreneurship among Immigrants and Ethnic Groups in Canada*, in International Migration Review, Volume 30 (3), pp. 703-727;

- Reichlin, P. e Rustichini, A. (1998), *Diverging patterns with endogenous labor migration*, *Journal of Economics Dynamics and Control*, 22, 703-728;
- Reis, J. (2003), *Globalização e inovação: Uma discussão sobre as densidades urbanas*, Texto apresentado na Sessão planetária de Encerramento da Conferência Internacional, "Inovação Tecnológica e Globalização: Implicações para os Países de Desenvolvimento Intermédio, promovido pelo Centro de Estudos Territoriais e Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica, no ISCTE-IUL, em Lisboa;
- Reis, J., Pereira, T. S., Tolda, J., Serra, N. (2010), *Imigrantes Em Portugal – Economia, Pessoas, Qualificações e Territórios*, Coimbra, Edição Almedina, ISBN 978-972-40-4084-4;
- Rekers, A. e Kempen, R. (2000), *Location matters: Ethnic entrepreneurs and the spatial context*, in J. Rath (ed.), *Immigrant businesses. The economic, political and social environment*, Londres: Macmillan Press, Ltd, pp. 54-69;
- Reynolds, R. L. (2002), *Classical School of Economics – An Outline*, *History of Economics thought Economics*, Topic outlines and materials, disponível online em http://www.boisestate.edu/econ/lreynol/web/PDF_HET/CLS-CAL.pdf;
- Ribeiro, J. S. (2001), *Imigração Independente em Portugal: o caso dos profissionais qualificados no setor da saúde*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, na FEUC, Coimbra. Disponível online em www.apdemografia.pt/pdf_congresso/1_Joana_Sousa_Ribeiro.pdf;
- Ricketts, R. (1987), *U.S Investment and Immigration from the Caribbean*, *Social Problems* 34:374-387;
- Rioux, J-P. (1982), *A Revolução Industrial*, Lisboa, Publicações Dom Quixote;
- Rocha, M. M. (1999), *Mobilidade Forçada - A Economia Política dos Deslocamentos Humanos*, *Ata Scientiarum*, Maringá - PR, v. 21, n. 1;
- Rocha-Trindade, M. B. (1990), *Migrações no quadro do mercado único europeu*, in *Análise Social*, vol. 25, n.º 107, pp. 465-477.
- Rocha-Trindade, M. B. (Coord.), (1995), *Sociologia das Migrações*, Lisboa, Universidade Aberta;
- Rodrigues, M. J. (1992), *O Sistema de Emprego em Portugal. Crise e Mutações*, 2ª ed., Lisboa, Dom Quixote;

- Rosa, M. J. V., H. Seabra e Santos, T. (2004), *Contributos dos imigrantes na demografia portuguesa – o papel das populações da nacionalidade estrangeira*, Observatório da imigração, Edição da ACIME, Lisboa;
- Rosa, M. J. V., M. M. Marques, C. Oliveira, F. Araújo, N. Oliveira e Nuno Dias (2000), *Imigrantes internacionais: dos factos ao conceito*, Workpaper in SociNova/Migrações, Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa disponível online http://www.socinovamigration.org/portallizer/upload_ficheiros/Imigrantes%20internacionais%20dos%20factos%20ao%20conceito.pdf.
- Rose, J. (1998), *Evaluating the contribution of structuration theory to the information systems discipline*, Paper presented at the 6th European Conference on Information Systems, Aix-en-Provence, disponível online <http://www.cs.auc.dk/~jeremy/pdf%20files/ECIS1998.pdf>;
- Rose, J. (1999), *Towards a structural theory of IS, theory development and case study illustrations*. In: Pries-Heje et al. (Eds.) Proceedings of the 7th European Conference on Information Systems. Copenhagen: Copenhagen Business School;
- Rosenau, J. (1996), *The Dynamics of Globalisation: Towards an Operational Formulation*, Paper presented at the International Studies Association Convention, San Diego, 18 April, p. 3-4;
- Rothbard, M. N., (2000), *America's Great Depression*, Fifth Edition, Ludwig von Mises Institute, Alabama, EUA;
- Rottilon, G. (1995), *Introdução à Microeconomia*, Publicações Europa-América, Lisboa;
- Rourke, K. e Sinnott, R. (2003), *Migration Flows: Political Economy of Migration and the Empirical Challenges*, Trinity College Dublin Economic Papers, no. 20036, pp.1-37;
- Roy, A. D. (1951), *Some Thoughts on the Distribution of Earnings*, Oxford Econ. Pap., N.S., June 1951, 3, pp. 135–46;
- Ruangsiiri, Y. (2003), *Inequality and Welfare Analyses in the Harris-Todaro Mode*, Paper disponível online em www.nottingham.ac.uk/economics/leverhulme/conferences/postgrad_conf_2003/ruangsiiri_paper.pdf;

- Ruas, A. (2002), *Indicadores Compósitos para atividade económica na área do Euro*, Banco de Portugal, Boletim Económico, setembro de 2002, documento disponível online em http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Publicaes%20de%20Investigao/AB200207_p.pdf;
- Rumbaut, X. (1991), *Passages to America. Perspectives on the New Immigration*. In Alan Wolfe (ed.), *America at Century's End*. Berkeley: University of California Press. PP. 208-244;
- Safran, W. (1988), «Ethnic diasporas in industrial societies: a comparative study of the political implications of the "homeland" myth», in Simon-Barouh e P. J. Simon, *Les étrangers dans la ville*, L'Harmattan, pp. 163-177;
- Sander, C. (2003), *Migrant Remittances to Developing Countries*, Prepared for the UK Department of International Development (DFID), Londres;
- Santokhi, S. (2002), *Neighborhood, Transformation e Economic Activities. Aspects of urban economic activities in segregated areas in The Hague*; Paper presented in the Workshop "Communication Across Cultures in Multicultural Cities", that took place in Institute of Higher European Studies, The Hague, The Netherlands, between 7-8 November;
- Sasaki, E. M. e Assis, G. O. (2000), *Teorias Das Migrações Internacionais*, XII Encontro Nacional da ABEP, Caxambu, GT de Migração, Sessão 3 – A migração internacional no final do século, Brasil;
- Sassen, S. (1991a), *The global City*. New York, London, Tokyo, Princeton: Princeton University Press;
- Sassen, S. (1991b), *The Informal Economy*, in J. H. Mollenkopf e M. Castells, *Dual City, Restructuring New York*, New York: Russell Sage Foundation, pp.79-101;
- Sassen, S. (1994), *Cities in a World Economy*, Thousand Oaks: Pine Forge Press;
- Sassen, S. (1995), *Immigration and Local Labor Markets*, in A. Portes (ed.), *The economic sociology of immigration*, New York: Russell Sage Foundation, pp.87-127;
- Sassen, S. (1996), *Losing Control? Sovereignty in an Age of Globalization*, The 1995 Columbia University Leonard Hastings Schoff Memorial Lectures. New York: Columbia University Press;

- Sassen, S. (2001), *The Global City: New York, London, Tokyo, New Jersey*, Princeton University Press;
- Sattinger, M. (1993), *Assignment Models of the Distribution of Earnings*, J. Econ. Lit., June 1993, 31(2), pp. 831–80;
- Scheve, K. F. e Matthew J. S. (2001), *Labor Market Competition and Individual Preferences over Migration Policy*, The Review of Economics and Statistics, 83:133-145;
- Schierup, C. U. (1995), Former Yugoslavia: Long Waves of International Migration, pp. 285-289 in Robin Cohen, ed., *The Cambridge Survey of World Migration*. Cambridge: Cambridge University Press;
- Schneider, F. (2005), *Shadow Economies around the World: What do we really know?*, European Journal of Political Economy, 21 (3), pp. 598-642;
- Schultz, T. W. (1960), *Capital Formation by Education*, Journal of Political Economy, Vol. 69, 6, December, pp. 571-583;
- Schultz, T. W. (1961), *Investment in Human Capital*, The American Economic Review, Vol. 51, pp. 1-17;
- Schultz, T.W. (1980), *Nobel Lecture: The Economics of Being Poor*, Journal of Political Economy, 88, 4: 639-651;
- Scott, W. R. (2001), *Institutions and Organizations*, Thousand Oaks, CA: Sage, 2nd Ed;
- Scott, W. R. (2004), *Institutional Theory: Contributing to a Theoretical Research Program*, Chapter prepared for Great Minds in Management: The Process of Theory Development, Ken G. Smith and Michael A. Hitt, eds. Oxford UK: Oxford University Press, disponível online em <http://icos.groups.si.umich.edu/Institutional%20Theory%20Oxford04.pdf> WP 148;
- SEF (2007), *População Estrangeira Residente em Portugal*, SEFSTAT – Portal de Estatística, disponível online em www.sef.pt;
- SEF (2008), *População Estrangeira Residente em Portugal*, SEFSTAT – Portal de Estatística, disponível online em www.sef.pt;
- SEF (2009), *População Estrangeira Residente em Portugal*, SEFSTAT – Portal de Estatística, disponível online em www.sef.pt;
- SEF (2010), *População Estrangeira Residente em Portugal*, SEFSTAT – Portal de Estatística, disponível online em www.sef.pt;

- SEF (1999-2010), *População Estrangeira Residente em Portugal*, SEFSTAT – Portal de Estatística, disponível online em www.sef.pt;
- SEF (2012), *Evolução Global da População Estrangeira 1975-2010*, SEFSTAT – Portal de Estatística, disponível online em www.sef.pt;
- Serrão, J. (1977), *A Emigração Portuguesa: sondagem histórica*, 3ª. Edição, Livros Horizonte;
- Seruya, L. M. (1982), *As Determinantes e Características da Emigração Portuguesa, 1960-1979*, In Stahl, H-M. *et al.* Perspetivas da Emigração Portuguesa para a CEE, 1980-1990. Lisbon: Moraes Editores/I.E.D., pp. 37-64;
- Shaffer, H. G. (1961), *Investment in Human Capital: Comment*. The American Economic Review, 51, Parte 2, pp. 126-1035;
- Shah, N.M. e I. Menon (1999), *Chain migration through the social network: Experience of labour migrants in Kuwait*, International Migration 37: 361-80;
- Sharma, S. (2008), *Migrações e Desenvolvimento – Oportunidades e Desafios*, Jornal Oficial da UE, Parecer do Comité Económico e Social Europeu (2008/C 120/18) de 16 de maio de 2008, disponível online <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2008:120:0082:0088:PT:PDF>;
- Shioji, E., (2001), *Composition effects of migration and regional growth in Japan*, Journal of Japanese and International Economics;
- Silva, A. C. (2002), *Globalização e Desenvolvimento*, Comunicação no Congresso Nacional da ACEGE, Centro Cultural de Belém, Lisboa, disponível http://docentes.fe.unl.pt/~amateus/eco_desenvolvimento/Globalizacao.doc;
- Simon, D. (1986), *Regional Inequality, Migration and Development: The Case of Zimbabwe*, Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie, 77 (1986) no.1, pp. 7-17, in Marthen, N., Gorter, C., Nikkamp, P. e Rietveld, P (1998), “Ethnic Entrepreneurship and Migration: A Survey from Developing Countries”, Ed. by Tinbergen Institute Discussion Paper, nº. 98081, disponível online em <http://www.tinbergen.nl/scripts/papers.pl?pa-per=98081.rdf>;
- Sjaastad, L. A. (1962), *The Cost and Returns Of Human Migration*, The Journal of Political Economy, Vol. 70, nº. 5, Part 2 (suplemente), pp. 80-93;
- Skocpol, T. (1977), *Wallerstein's World Capitalist System: A Theoretical and Historical Critique*. American Journal of Sociology, Vol. 82. N. 5. 1075-1090;

- Smith, A. (1776), *Wealth of Nations*, Ed. Original in Oxford University Press, USA.
- Soares, A. G. (1990), *A Livre Circulação de Pessoas na Europa Comunitária: Alargamento Jurisprudencial do Conceito*, Lisboa, Fragmentos;
- Solé, C. (1995), *Portugal and Spain: From Exporters to Importers of Labour*. Pp. 316-20 in R. Cohen, ed., *The Cambridge Survey of World Migration*. Cambridge: Cambridge University Press;
- Solimano, A. (2003), *Development Cycles, Political Regimes and International Migration: Argentina in the Twentieth Century*, Série Macroeconomía del desarrollo, nº. 22, Publicação das Nações Unidas, Santiago do Chile;
- Solimano, A. e Watts, N. (2005), *Internacional Migration, Capital Flows and the Global Economy: A Long Run view*, Série Macroeconomía del desarrollo, nº. 35, Publicação das Nações Unidas, Santiago do Chile;
- Sousa, A. (1990), *Análise Económica*. 3ª. Edição Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Economia, Lisboa;
- Stalker, P. (1994), *The Work of Strangers: A Survey of International Labour Migration*. Geneva: International Labour Office;
- Stalker, P. (2000), *Workers without Frontiers: The Impact of Globalisation on International Migration*; OIT, Geneva, disponível online em <http://books.google.com>;
- Stark, O. (1991), *The Migration of Labor*, Basil Blackwell: Oxford;
- Stark, O. e Blomm, D. E. (1985), *The new economics of labour migration*, in *American Economic Review*, vol. 75, pp.173-8;
- Stark, O., C. Helmenstein e A. Prskawetz (1997), *A brain gain with a brain drain*, *Economics Letters*, 55: 227-34;
- Stark, O., C. Helmenstein e A. Prskawetz (1998), *Human Capital Depletion, Human Capital Formation, and Migration: A Blessing or a "Curse"*, *Economics Letters*, 60, 3: 363-67;
- Stern, C. (1988), *Some Methodological Notes on the Study of Human Migration* in, Charles Stahl (ed.) *International Migration Today*, Vol. 2: emerging issues, UNESCO, University of Western Australia;

- Sword, K. (1995) The Repatriation of Soviet Citizens at the End of the Second World War. Pp. 323-6 in R. Cohen, ed., *The Cambridge Survey of World Migration*. Cambridge: Cambridge University Press, Cambridge;
- Tammaru, T. e O. Sjoberg (1999), *On the Move: Explaining Migration in Estonia During the Transition Period*, *International Journal of Population Geography*. 5: 241-260;
- Teitelbaum, M. S. e Philip L. Martin. (2003), *Is Turkey Ready for Europe?*, *Foreign Affairs* 82(3): 97-111;
- Téllez, M. E. A. (2001), *Migraciones Internacionales*, in Brettel e Hollifield, J. (eds.), (2000) *Migration Theory. Talking Across Disciplines*, New York, Routledge;
- Thalhammer, E.; Zucha, V.; Enzenhofer, E.; Salfinger, B.; Ogris, G. (2001), *Attitudes towards minority groups in the European Union*, A special analysis of the Eurobarometer opinion poll on behalf of the European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia, SORA, Vienna;
- Thomas, W. I. e Znaniecki, F. (1918). *The Polish Peasant in Europe and America: Monograph of an Immigrant Group*, New York;
- Tilly, C. (1990), *Transplanted networks*, in *Immigration Reconsidered*, V. YansMacLoughlin (Ed.), New York: Oxford University Press, pp. 79-95;
- Tinker, H. (1995), *The British Colonies of Settlement*. Pp. 14-20 in R. Cohen, (ed.), *The Cambridge Survey of World Migration*. Cambridge: Cambridge University Press;
- Tinker, H. (1997), *Street foods: urban food and employment in development countries*, Oxford University Press, Nova Iorque;
- UE (2002), *Estónia - adoção do acervo comunitário justiça, liberdade e segurança: alargamento*, in *Atividades da UE, Sínteses e legislação*, Disponível online em <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/e22102.htm>;
- UE (2003), *Livre Circulação de Pessoas, Asilo e Imigração – Integrar as questões ligadas à imigração na Política Externa*, in *Atividades da UE, Sínteses e legislação*, Disponível online em <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l3-3207.htm>
- UE (2004a), *Alargamento de 2004*, in *Atividades da UE, Sínteses e legislação*, disponível online em <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/s40016.htm>;

- UE (2004b), *O Programa da Haia: dez prioridades para os próximos cinco anos*, in Atividades da UE, Sínteses e legislação, Disponível online em <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/116002.htm>;
- UE (2007), *A história da UE - A partir de 2000, uma década de expansão - Ano de 2007*, in A UE num ápice, disponível online em http://europa.eu/abc/history/2000_today/2007/index_pt.htm;
- UN (2002), *What is Good Governance?*, Ed. Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (UNESCAP), disponível online em <http://www.unescap.org/pdd/prs/ProjectActivities/Ongoing/gg/governance.pdf>;
- UNWTO (2006), *Tourism Highlights 2006 Edition*, Editado por UNWTO; (IOM,2008)
- Van Meter, K. M. (1990), *Methodological and Design Issues. Techniques for Assessing the Representatives of Snowball Samples*, Vin LAMBERT, Elizabeth Y. and W. W. WIEBEL, eds., 1990, The Collection and Interpretation of Data from Hidden Populations, Rockville, National Institute on Drug Abuse, pp. 31-43.
- Vertovec, S. (2002), *Transnational Networks and Skilled Labour Migration*, Paper given at the following conference: Ladenburger Diskurs "Migration", Gottlieb Daimler- und Karl Benz-Stiftung, Ladenburg, 14-15 February; disponível online <http://www.transcomm.ox.ac.uk/working%20papers/WPTC-02-02%20Vertovec.pdf>;
- Vidal, J-P. (1998), *The effect of Emigration on Human Capital Formation*, Journal of Population Economics, 11, 4: 589-600;
- Vitorino, A. (2006), *Imigração: Oportunidade ou ameaça?*, Fórum Gulbenkian Imigração, Fundação Calouste Gulbenkian, Edição Princípia, Lisboa;
- Waldinger, R. (1989), *Structural opportunity or ethnic advantage?* Immigrant business development in New York, International Migration Review, XXIII (1), pp. 48-72;
- Waldinger, R., Aldrich, H. e Ward, W. (1990), *Ethnic entrepreneurs*, Sage publishers, Ward, R. e Jenkins, R. (Eds), (1984) "Ethnic communities in business", Cambridge University Press, Cambridge;
- Wallerstein, I. (1974), *The modern World System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press;

- Wallerstein, I. (1979), *The Capitalist World Economy*, Cambridge, Cambridge University Press;
- Wallerstein, I. (1986), *Espaço económico*, in Enciclopédia Einaudi, Vol. 7, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda;
- Waring, M. (1999), *Counting for Nothing: What Men Value and What Women are Worth*, University of Toronto Press, Toronto;
- Wenden, C. W. (2005), *Atlas des Migrations dans le Monde*, Paris, Autrement;
- Werner, H. (1993), *Mouvements migratoires dans la perspective du marché unique européen*, in OCDE, Migrations Internationales: Le Tournant, Paris, OCDE, pp. 87-95;
- White, P. (1999), *Minority residential histories in the city: context, process and outcome*, in Proceedings, Metropolis International Workshop, Lisbon, September 28-29, 1998. Luso-American Foundation for the Development, Lisbon, pp. 155-186;
- White, P. (2002), *Migration and Mediterranean Urban Societies: policy contexts and outcomes*, in: Fonseca, M. L. et al. (ed), *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*; Fundação Luso-Americana, Lisboa, pp. 13-29;
- Wickramasekera, P. (2002), *Asian Labour Migration: Issues and Challenges in an Era of Globalization*. International Labour Office. International Migration Program. Geneva;
- Wiseman, J. (1965), *Cost-Benefit Analysis in Education*. The Southern Economic Journal, 32, Parte 2;
- Wolfel, R. L. (2005), *Migration in the New World Order: Structuration Theory and its Contribution to Explanations of Migration*, In Geography Online, 5:2. disponível online em <http://www.siu.edu/GEOGRAPHY/ONLINE/Wolfel05.pdf>;
- Woods, R. I. (1993), *Classics in human geography revisited: commentary 2*, Progress in Human Geography 17(2): 213–19;
- Zachariah, K.C., Prakash, B.A. e S. I. Rajan (2003), *The Impact of Immigration Policy on Indian Contract Migrants: The Case of the United Arab Emirates*, International Migration 41 (4), 161–172;

Zahnister, S. S. (1999), *Mexican Migration to the United States: the Role of Migration Networks and Human Capital Accumulation*. New York and London: Garland Publishing (Taylor and Francis Group);

Zelinsky, W. (1971), *The hypothesis of the mobility transition*, *The Geographical Review*, Vol. 61, nº. 2, pp. 219-247;

Zelinsky, W. (1993), *Classics in human geography revisited: author's response*. *Progress in Human Geography* 17(2): 213–19;

Zimic, S. Z. (2005), *Increasing Labour Supply through Economic Migration*, University of Primorska, Science and Research Centre of Koper, Eslovénia;

Zlotnick, H., (1998), *International migration 1965-96: An Overview*, *Population and Development Review* 24:429-68;

www.acime.gov.pt

www.imf.org

www.migrationpolicy.org


www.ocde.org

www.oim.com

www.sef.pt

www.unwto.org

APÊNDICE A – INQUÉRITO

	<h2>INQUÉRITO</h2> <p>O presente inquérito é parte integrante da Tese de doutoramento de José Castanho, na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve.</p> <p>É anónimo e tem como objetivo investigar o Impacto produzido pelos fluxos migratórios nas atividades regionais da Região do Algarve</p> <p>Agradecemos a colaboração, atenção e disponibilidade que nos possa dispensar.</p>
---	--

Código: _____ Concelho: _____ Responsável: _____

1. Identificação

<p>1.1 Qual a sua nacionalidade (País de origem)? R: _____</p>	<p>1.2 Antes de vir para o Algarve residiu noutra região de Portugal?</p> <p>Sim <input type="checkbox"/> Qual? 1.2.1 Região Norte <input type="checkbox"/> 1.2.2 Região Centro <input type="checkbox"/> 1.2.3 Região Lisboa Vale Tejo <input type="checkbox"/> 1.2.4 Região do Alentejo <input type="checkbox"/> 1.2.5 Madeira <input type="checkbox"/> 1.2.7 Não <input type="checkbox"/> 1.2.6 Açores <input type="checkbox"/></p>
<p>1.3. Já conhecia a região do Algarve antes de vir residir para essa região?</p> <p>Sim <input type="checkbox"/> De que forma conheceu?</p> <p>1.3.1 Passou férias na região <input type="checkbox"/> 1.3.2 Visita a amigos/familiares <input type="checkbox"/> 1.3.3 Em trabalho <input type="checkbox"/> 1.3.4 Outra. Qual? _____</p> <p>1.3.2 Não <input type="checkbox"/></p>	<p>1.4 Há quantos anos reside no Algarve? R: _____</p> <p>1.5 A sua idade? R: _____</p>

<p>1.6 Sexo?</p> <p>1.6.1 Feminino <input type="checkbox"/> 1.6.6 Masculino <input type="checkbox"/></p>	<p>1.7 Estado civil?</p> <p>1.7.1 Casado <input type="checkbox"/> 1.7.2 Separado <input type="checkbox"/> 1.7.3 Solteiro <input type="checkbox"/> 1.7.4 Divorciado <input type="checkbox"/> 1.7.5 União de facto <input type="checkbox"/> 1.7.6 Viúvo <input type="checkbox"/></p>
---	---

1.8 Qual o seu nível de escolaridade (Assinalar X apenas UMA opção)?

Níveis de escolaridade	
1.8.1 - 1º. Ciclo do ensino básico (4 anos)	<input type="checkbox"/>
1.8.2 - 2º. Ciclo do ensino básico (6 anos)	<input type="checkbox"/>
1.8.3 - 3º. Ciclo do ensino básico (9 anos)	<input type="checkbox"/>
1.8.4 - Ensino secundário (12 anos)	<input type="checkbox"/>
1.8.5 - Curso médio (Bacharelato)	<input type="checkbox"/>
1.8.6 - Curso superior (Licenciatura)	<input type="checkbox"/>
1.8.7 - Pós graduação	<input type="checkbox"/>
1.8.8 - Mestrado	<input type="checkbox"/>
1.8.9 - Doutoramento	<input type="checkbox"/>

2. Caracterização socioeconómica

2.1 Qual a sua última ocupação/profissão que teve no seu País de origem, antes de vir para o Algarve?

- 2.1.1 Desempregado
 2.1.2 Inativo
 2.1.3 Empregado
 2.1.4 Reformado/Aposentado

2.3 A decisão de sair do seu país foi:

- 2.3.1 Improvista
 2.3.2 Planeada com antecedência

2.4 Qual era a sua principal atividade profissional no seu país?

- | | |
|---|--|
| 2.4.1 Agricultor <input type="checkbox"/> | 2.4.8 Professor <input type="checkbox"/> |
| 2.4.2 Comerciante <input type="checkbox"/> | 2.4.9 Profiss. liberal <input type="checkbox"/> |
| 2.4.3 Dirigente (Gestor empresa) <input type="checkbox"/> | 2.4.10 Quadro médio <input type="checkbox"/> |
| 2.4.4 Estudante <input type="checkbox"/> | 2.4.11 Quadro superior <input type="checkbox"/> |
| 2.4.5 Func. (Adm./comércio) <input type="checkbox"/> | 2.4.12 Técnico especia. <input type="checkbox"/> |
| 2.4.6 À procura de emprego <input type="checkbox"/> | 2.4.13 Operário <input type="checkbox"/> |
| 2.4.7 Desempregado <input type="checkbox"/> | 2.4.14 Outra. Qual? _____ |

2.8 Se não está atualmente a exercer uma atividade profissional no Algarve, indique a última?

R. _____

2.9 Tem alguma atividade secundária?

- 2.9.1 Sim Qual? _____
 2.9.2 Não

2.11 A empresa onde exerce a sua atividade é propriedade de?

- 2.11.1 Nenhuma(s)
 2.11.2 Portuguesas
 2.11.3 Estrangeiros
 2.11.4 Estrangeiros (da sua nacionalidade)
 2.11.5 Portuguesas e Estrangeiros
 2.11.6 Sua propriedade

2.2 Porque razão abandonou o seu país e decidiu vir para o ALGARVE (Assinalar X apenas UMA opção)?

- 2.2.1 Razões económicas
 2.2.2 Razões profissionais
 2.2.3 Iniciar próprio negócio
 2.2.4 Prosseguimento dos estudos
 2.2.5 Razões familiares
 2.2.6 Desejo de mudança
 2.2.7 Qualidade de vida
 2.2.8 Motivos políticos
 2.2.9 Outra. Qual? _____

2.5 Qual era o seu rendimento médio mensal no seu país de origem (indicar a moeda)?

2.6 Trabalhou noutro país estrangeiro antes de vir para o Algarve?

- 2.6.1 Sim Qual? _____
 2.6.2 Não

2.7 Qual a sua situação atual?

- 2.7.1 Desempregado
 2.7.2 Inativo
 2.7.3 Empregado (Passo para 2.9)
 2.7.4 Reformado/Aposentado (Passo para 2.9)

2.10 Qual a sua situação perante a atividade profissional? (Assinalar X apenas UMA opção)?

- 2.10.1 Trabalhador por conta de outrem
 2.10.2 Trabalhador familiar não remunerado
 2.10.3 Trabalhador por conta de própria
 2.10.4 Patrão
 2.10.5 Empregado
 2.10.6 Outra situação: Qual? _____
 2.10.7 Nenhuma(s)

2.12 Qual é o ramo de atividade/setor de atividade da empresa onde trabalha? (Assinalar X apenas UMA opção)?

- | | |
|--|---|
| 2.12.1 Agricultura, produção animal, caça, silvicultura <input type="checkbox"/> | 2.12.11 Transportes e armazenagem <input type="checkbox"/> |
| 2.12.2 Pesca <input type="checkbox"/> | 2.12.12 Comunicação <input type="checkbox"/> |
| 2.12.3 Indústrias extrativas <input type="checkbox"/> | 2.12.13 Bancos, Seguros e financeiras <input type="checkbox"/> |
| 2.12.4 Indústrias transformadoras <input type="checkbox"/> | 2.12.14 Atividades imobiliárias, aluguer <input type="checkbox"/> |
| 2.12.5 Eletricidade, gás e água <input type="checkbox"/> | 2.12.15 Serviços prestados às empresas <input type="checkbox"/> |
| 2.12.6 Construção civil e obras públicas <input type="checkbox"/> | 2.12.16 Administração pública <input type="checkbox"/> |
| 2.12.7 Comércio por grosso/retalho <input type="checkbox"/> | 2.12.17 Defesa e Segurança Social <input type="checkbox"/> |
| 2.12.8 Reparação de veículos automóveis/motorizados <input type="checkbox"/> | 2.12.18 Educação <input type="checkbox"/> |
| 2.12.9 Alojamentos, restauração e similares <input type="checkbox"/> | 2.12.19 Saúde e ação social <input type="checkbox"/> |
| 2.12.10 Organismos internacionais e outras organizações <input type="checkbox"/> | 2.12.20 Outro organismo. Qual? _____ |
| | 2.12.21 Nenhuma <input type="checkbox"/> |

<p>2.13 Na empresa onde trabalha os trabalhadores são essencialmente?</p> <p>2.13.1 Nenhum <input type="checkbox"/></p> <p>2.13.2 Portugueses <input type="checkbox"/></p> <p>2.13.3 Estrangeiros <input type="checkbox"/></p> <p>2.13.4 Portugueses e Estrangeiros <input type="checkbox"/></p>	<p>2.14 Na empresa qual a função que desempenha?</p> <p>2.14.1 Direção <input type="checkbox"/> 2.14.6 Administrativo <input type="checkbox"/></p> <p>2.14.2 Chefe <input type="checkbox"/> 2.14.7 Balcão <input type="checkbox"/></p> <p>2.14.3 Técnico <input type="checkbox"/> 2.14.8 Operário <input type="checkbox"/></p> <p>2.14.5 Assessoria <input type="checkbox"/> 2.14.9 Trabalhador <input type="checkbox"/></p> <p>2.14.10 Outra? <input type="checkbox"/> 2.14.11 Nenhum <input type="checkbox"/></p> <p>Qual?</p>
<p>2.15 Qual o número aproximado de trabalhadores da empresa onde trabalha?</p> <p>2.15.1 [Até 4] <input type="checkbox"/> 2.15.6 [50 a 99] <input type="checkbox"/></p> <p>2.15.2 [5 a 9] <input type="checkbox"/> 2.15.7 [100 a 249] <input type="checkbox"/></p> <p>2.15.3 [10 a 19] <input type="checkbox"/> 2.15.8 [250 a 449] <input type="checkbox"/></p> <p>2.15.4 [20 a 49] <input type="checkbox"/> 2.15.9 [≥ a 500] <input type="checkbox"/></p> <p>2.15.10 Nenhum <input type="checkbox"/></p>	<p>2.16 Qual o vínculo contratual que tem com a empresa? (Assinalar <u>X</u> apenas <u>UMA</u> opção)?</p> <p>2.16.1 Contrato sem termo (permanente) <input type="checkbox"/></p> <p>2.16.2 Contrato a termo certo (a prazo) <input type="checkbox"/></p> <p>2.16.3 Contrato de prestação de serviço (recibo verde/semelhante) <input type="checkbox"/></p> <p>2.16.4 Situação de trabalhos pontuais/ocasionais <input type="checkbox"/></p> <p>2.16.5 Proprietário <input type="checkbox"/></p> <p>2.16.6 Empregário (nome individual) <input type="checkbox"/></p> <p>2.16.7 Outro. Qual? _____ <input type="checkbox"/></p> <p>2.16.8 Nenhum <input type="checkbox"/></p>
<p>2.17 Em sua opinião que <u>vantagens e valor acrescentado</u> poderá significar a estratégia de contratação de imigrantes comparativamente com a contratação de trabalhadores portugueses? (Assinalar <u>X</u> apenas <u>UMA</u> opção)?</p> <p>2.17.1 Colmatar as dificuldades de recrutamento trabalhadores portugueses <input type="checkbox"/></p> <p>2.17.2 Os salários mais baixos dos imigrantes <input type="checkbox"/></p> <p>2.17.3 Imigrantes trabalham mais horas/dias que trabalhadores portugueses <input type="checkbox"/></p> <p>2.17.4 Imigrantes trabalham com mais empenho que os trabalhadores portugueses <input type="checkbox"/></p> <p>2.17.5 Disponibilidade profissional imediata dos imigrantes <input type="checkbox"/></p> <p>2.17.6 Outra razão: Qual? _____ <input type="checkbox"/></p> <p>2.17.7 Não sabe/Não responde <input type="checkbox"/></p>	<p>2.18 Considera que existe uma correspondência entre a sua profissão atual e a sua formação inicial?</p> <p>2.18.1 Sim <input type="checkbox"/></p> <p>2.18.2 Não <input type="checkbox"/></p> <p>2.18.3 Não responde <input type="checkbox"/></p>
<p>2.21 Considera que o seu salário está ao mesmo nível do salário dos trabalhadores não-imigrantes?</p> <p>2.21.1 Sim <input type="checkbox"/></p> <p>2.21.2 Não <input type="checkbox"/></p> <p>2.21.3 Não responde <input type="checkbox"/></p>	<p>2.19 Sente-se realizado na sua profissão?</p> <p>2.19.1 Sim <input type="checkbox"/></p> <p>2.19.2 Não <input type="checkbox"/></p> <p>2.19.3 Não responde <input type="checkbox"/></p>
<p>2.23 Efetua desconto para a Segurança Social?</p> <p>2.23.1 Sim <input type="checkbox"/></p> <p>2.23.2 Não <input type="checkbox"/> Porquê?</p> <p>2.23.2.1 A entidade patronal não quer <input type="checkbox"/></p> <p>2.23.2.2 Eu não quero <input type="checkbox"/></p> <p>2.23.2.3 Desempregado <input type="checkbox"/></p>	<p>2.20 Considera o seu salário adequado à função exercida?</p> <p>2.20.1 Sim <input type="checkbox"/></p> <p>2.20.2 Não <input type="checkbox"/></p> <p>2.20.3 Não responde <input type="checkbox"/></p>
<p>2.24 Efetua descontos para o Imposto Sobre o Rendimento (IRS)?</p> <p>2.24.1 Sim <input type="checkbox"/></p> <p>2.24.2 Não <input type="checkbox"/> Porquê?</p> <p>2.24.2.1 A entidade patronal não quer <input type="checkbox"/></p> <p>2.24.2.2 Eu não quero <input type="checkbox"/></p> <p>2.24.2.3 Desempregado <input type="checkbox"/></p>	<p>2.22 Qual o seu rendimento mensal (Em Euros)?</p> <p>2.22.1 [Até 499 €] <input type="checkbox"/></p> <p>2.22.2 [500 – 999 €] <input type="checkbox"/></p> <p>2.22.3 [1000 – 1499 €] <input type="checkbox"/></p> <p>2.22.4 [1500 – 1999 €] <input type="checkbox"/></p> <p>2.22.5 [2000 – 2499 €] <input type="checkbox"/></p> <p>2.22.6 [Superior 2500 €] <input type="checkbox"/></p>
	<p>2.25 Com que periodicidade faz remessa de parte desse rendimento mensal (Em Euros) para o seu país de origem?</p> <p>2.25.1 Mensalmente <input type="checkbox"/></p> <p>2.25.2 Semestralmente <input type="checkbox"/></p> <p>2.25.3 Anualmente <input type="checkbox"/></p> <p>2.25.4 Não faz remessa <input type="checkbox"/></p>
	<p>2.26 Se faz remessa de parte desse rendimento mensal (Em Euros) para o seu país de origem?</p> <p>2.26.1 Sim <input type="checkbox"/> 2.26.1.1 [Até 249 €] <input type="checkbox"/></p> <p>2.26.1.2 [250 – 499 €] <input type="checkbox"/></p> <p>2.26.1.3 [Superior a 500 €] <input type="checkbox"/></p> <p>2.26.2 Não <input type="checkbox"/></p>

2.27 Identifique a maior dificuldade do mercado de trabalho da região do Algarve para os imigrantes? (Assinalar **X apenas UMA opção?)**

- 2.27.1 Língua
- 2.27.2 Legislação/Regulação
- 2.27.3 Integração
- 2.27.4 Oferta de trabalho
- 2.27.5 Oportunidades empresariais
- 2.27.6 Desemprego
- 2.27.7 Segurança/Garantias do posto de trabalho
- 2.27.8 Formação
- 2.27.9 Nível dos Salários
- 2.27.10 Outra. Qual? _____

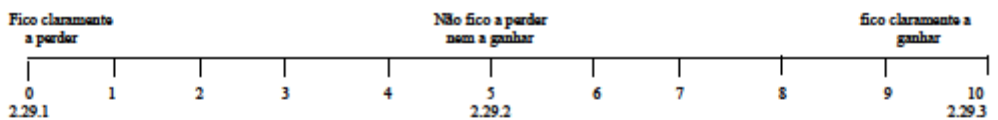
2.28 Segundo a escala apresentada (1 – Concorda totalmente; 2 = Concorda; 3 = Indeciso; 4 = Discorda; 5 = Discorda Totalmente), classifique, para cada afirmação, se os empregos disponíveis para Imigrantes são:

2.28.1 Empregos compatíveis com as suas qualificações profissionais	1	2	3	4	5
2.28.2 Empregos "sujeitos e mal pagos"	1	2	3	4	5
2.28.3 Empregos os quais existe falta de mão de obra	1	2	3	4	5
2.28.4 Empregos que os portugueses já não querem ocupar	1	2	3	4	5
2.28.5 Empregos iguais aos portugueses	1	2	3	4	5
2.28.6 Empregos iguais aos outros imigrantes	1	2	3	4	5

2.29 Considera que ao vir para a região do Algarve, com o desejo de resolver os seus problemas ficou a perder ou a ganhar?

A seguir encontrará uma escala classificada de 0 a 10 em que o "0" corresponde a "fico claramente a perder", o "5" corresponde a "não fico a perder nem a ganhar" e o "10" corresponde a "fico claramente a ganhar".

Colocar um círculo à volta do número que corresponde à sua opinião.



2.30 Classifique, segundo a escala apresentada, o mercado de trabalho da região do Algarve?

- 2.30.1 Ruim
- 2.30.2 Bom
- 2.30.3 Muito Bom
- 2.30.4 Excelente

2.31 Quais são os seus planos a longo prazo? (Assinalar **X apenas UMA opção?)**

- 2.31.1 Tentar ganhar algum dinheiro e regressar ao meu país
- 2.31.2 Tentar obter Autorização de Residência para ficar na Região do Algarve
- 2.31.3 Tentar criar o próprio negócio na Região do Algarve
- 2.31.4 Tentar obter um passaporte português para poder emigrar para um outro país com melhores condições de vida
- 2.31.5 Procurar adquirir a nacionalidade portuguesa e ficar na Região do Algarve
- 2.31.6 Ficar na Região Algarve durante um certo período após o qual regressarei ao país de origem
- 2.31.7 Ficar definitivamente na Região do Algarve

3. Agregado familiar

3.1 Quantas pessoas vivem consigo no Algarve?

- 3.1.1 [Até 2 pessoas]
 3.1.2 [3 a 5 pessoas]
 3.1.3 [Mais de 6 pessoas]

Quem?

- 3.2.1 Cônjuge
 3.2.2 Cônjuge e Filhos
 3.2.3 Pais
 3.2.4 Netos
 3.2.5 Mãe e irmãos
 3.2.6 Companheiro(a) / Namorado(a)
 3.2.7 Ninguém

3.6 Qual a frequência que comunica com os seus familiares?

- 3.6.1 Frequentemente
 3.6.2 Às vezes
 3.6.3 Raramente
 3.6.4 Nunca
 3.6.5 Nenhum(a)

3.2 Considera que a residência no Algarve é a sua principal residência?

- 3.2.1 Sim 3.2.2 Não

3.3 A residência é?

- 3.3.1 Própria
 3.3.2 Arrandada
 3.3.3 Outra. Qual? _____

3.7 Indique os meios de comunicação que mais frequentemente utiliza para comunicar com os seus familiares?

- 3.7.1 Telefone fixo
 3.7.2 Telemóvel
 3.7.3 Fax
 3.7.4 Corvoio
 3.7.5 Internet
 3.7.6 Email
 3.7.7 Outra. Qual? _____
 3.7.8 Nenhum(a)

3.4 Tipo Residência:

- 3.4.1 Apartamento
 3.4.2 Vivenda/moradia
 3.4.3 Outra. Qual? _____

3.5 Tem familiares no seu país de origem

- 3.5.1 Sim
 Quem?
 3.5.1.1 Cônjuge
 3.5.1.2 Cônjuge e Filhos
 3.5.1.3 Pais
 3.5.1.4 Outros familiares
 3.5.2 Não

3.8 Tem filhos em idade escolar?

- 3.8.1 Sim 3.8.1.1 [5 a 10 anos]
 3.8.1.2 [11 a 16 anos]
 3.8.1.3 [Mais de 17 anos]
 3.8.2 Não

3.9 Qual a situação escolar atual dos seus filhos (Assinalar X apenas UMA opção)?

Grau de ensino	
3.9.1 - Nenhum(a)	<input type="checkbox"/>
3.9.2 - 1º. Ciclo do ensino básico (4 anos)	<input type="checkbox"/>
3.9.3 - 2º. Ciclo do ensino básico (6 anos)	<input type="checkbox"/>
3.9.4 - 3º. Ciclo do ensino básico (9 anos)	<input type="checkbox"/>
3.9.5 - Ensino secundário (12 anos)	<input type="checkbox"/>
3.9.6 - Curso médio (Bacharelato)	<input type="checkbox"/>
3.9.7 - Curso superior (Licenciatura)	<input type="checkbox"/>
3.9.8 - Pós graduação	<input type="checkbox"/>
3.9.9 - Mestrado	<input type="checkbox"/>
3.9.10 - Doutoramento	<input type="checkbox"/>

3.10 Os seus filho(s) frequentaram alguma das seguintes atividades (Assinalar X apenas UMA opção)?

Atividades	Na Escola
3.10.1 - Nenhum(a)	<input type="checkbox"/>
3.10.2 - Línguas	<input type="checkbox"/>
3.10.3 - Música	<input type="checkbox"/>
3.10.4 - Dança	<input type="checkbox"/>
3.10.5 - Desporto	<input type="checkbox"/>
3.10.6 - Informática	<input type="checkbox"/>
3.10.7 - ATL	<input type="checkbox"/>
3.10.8 - Outra. Qual? _____	<input type="checkbox"/>

3.11 Os seus vizinhos são maioritariamente?

3.11.1 Da sua nacionalidade

3.11.2 Portugueses

3.11.3 Estrangeiros

3.11.4 Portugueses e Estrangeiros

3.13 Habitualmente recebe pessoas em sua casa?

3.13.1 Sim Quem: (Assinalar **X** apenas UMA opção)

3.13.1.1 Familiares

3.13.1.2 Amigos

3.13.1.3 Vizinhos

3.13.1.4 Colégas

3.13.1.5 Outros _____

3.13.1.2 Não

3.16 Indique qual o local onde habitualmente faz as compras? (Assinalar **X apenas UMA opção)**

3.16.1 Grandes superfícies comerciais (Shopping, Fórum)

3.16.2 Supermercado (Continente, P. Doce, Jumbo, F. Nova)

3.16.3 Comércio Local

3.16.4 Mercado/Feiras

3.16.5 Supermercados produtos estrangeiros

3.16.6 No estrangeiro

3.16.7 Outro local. Qual _____

3.18 Relativamente a esses produtos tradicionais portugueses classifique-os, segundo a escala seguinte? (Assinalar **X na classificação apresentada para cada opção)**

Classificação	Exce-lente	Muito Bom	Bom	Razo-ável	Mau
Qualidade					
Preço					
Oferta dos produ-tos					
Acessibilidade					
Outra. Qual? _____					

3.12 Costuma conviver com eles?

3.12.1 Frequentemente

3.12.2 Às vezes

3.12.3 Raramente

3.12.4 Nunca

3.14 Das pessoas que habitualmente recebe em sua casa que língua fala frequentemente?

3.14.1 Português

3.14.2 Língua do país de origem

3.14.3 Português e Língua do país de origem

3.14.4 Outra: Qual? _____

3.14.5 Nenhum(a)

3.15 Se falam português, como apreendeu?

3.15.1 Contacto com a população

3.15.2 Anús do português

3.15.3 Amigos/Família

3.15.4 Outra forma. Qual _____

3.15.5 Não falam Português

3.17 Costuma consumir produtos tradicionais portu-gueses?

Sim Quais? (Assinalar **X** apenas UMA opção)

3.17.1.1 Produtos hortícolas 3.17.1.6 Aguardentes

3.17.1.2 Mel 3.17.1.7 Doçaria

3.17.1.3 Enchidos 3.17.1.8 Frutos secos

3.17.1.4 Licores 3.17.1.9 Anzito

3.17.1.5 Vinhos 3.17.1.10 Queijos

3.17.1.11 Outro. Qual _____

3.17.2 Não

3.19 Identifique qual a maior dificuldade que encontra nos espaços comerciais de produtos tradicionais? (Assinalar **X apenas UMA opção)**

3.19.1 Língua

3.19.2 Atendimento

3.19.3 Distribuição dos artigos no espaço comercial

3.19.4 Identificação dos artigos

3.19.5 Localização/Acessos

3.19.6 Estacionamento/Parqueamento de Viaturas

3.19.7 Outro. Qual _____

4. Hábitos culturais

4.1 Costuma ler jornais/revistas?

4.1.1 Sim

Com que frequência?

4.1.1.1 Diária

4.1.1.2 Semanal

4.1.1.3 Quinzenal

4.1.1.4 Mensal

4.1.1.5 Esporádica

4.1.2 Não

4.2 Que tipo de Jornais Lê (assinalar X apenas UMA opção)?

Tipo	
4.2.1 Generalistas (Expresso, Sol, Semanário, etc)	
4.2.2 Regionais	
4.2.3 Desportivos	
4.2.4 Economia	

4.4 Costuma ler livros?

4.4.1 Sim

Em que língua?

4.4.1.1 Português

4.4.1.2 Língua de origem

4.4.1.3 Ambas

4.4.1.4 Outra. Qual _____

4.4.2 Não

4.3 Que tema prefere das opções apresentadas? (Assinalar X apenas UMA opção)

Tipo	
4.3.1 Atualidade/Sociedade/Interesse Geral	
4.3.2 Viagens/Lazer/Turismo	
4.3.3 Programas Televisivos	
4.3.4 Culinária/Decoração	
4.3.5 Femininos/Masculinos	
4.3.6 Saúde/Educ./Crianças	
4.3.7 Desporto/Automobilismo	
4.3.8 Culturais/Científicas/Técnicas/Informática	
4.3.9 Economia/Negócios/Finanças	

4.5 Em média, por ano, quantos livros lê?

4.5.1 Nenhum

4.5.2 Até dois

4.5.3 De três a cinco

4.5.4 Mais de seis

4.6 Com que frequência assiste a cada uma das seguintes atividades (Assinalar com X em cada atividade)?

Atividades	Nunca	Raramente	Uma vez por semestre	Uma vez por mês	Uma vez por semana
4.6.1 Cinema					
4.6.2 Concertos					
4.6.3 Teatro					
4.6.4 Exposições					
4.6.5 Dança					
4.6.6 Outra. Qual? _____					

4.7 Com quem vai frequentemente assistir a essas atividades?

4.7.1 Cônjuge/Namorado(a)

4.7.2 Familiares

4.7.3 Amigos

4.7.4 Colegas Trabalho

4.7.5 Sozinho

4.8 Indique 1 (UM) local que mais frequenta nos seus tempos livres?

4.8.1 Sala/estágio desportivo

4.8.2 Health Club

4.8.3 Jardim/Parque/Passoio ar livre

4.8.4 Café

4.8.5 Restaurante

4.8.6 Clube

4.8.7 Museu

4.8.15 NENHUM

4.8.8 Centros Comerciais/Lojas

4.8.9 Casa de amigos

4.8.10 Salão de chá

4.8.11 Bar

4.8.12 Discotecas

4.8.13 Café concerto

4.8.14 Outro. Qual _____

(Passo para P_)

4.9 Quando frequenta esse local? (Assinalar <input checked="" type="checkbox"/> apenas UMA opção)		4.10 Esse local são mais frequentados por?	
4.9.1 Ao fim de semana	<input type="checkbox"/>	4.10.1 Portugueses	<input type="checkbox"/>
4.9.2 Durante a semana	<input type="checkbox"/>	4.10.2 Estrangeiros (do seu país de origem)	<input type="checkbox"/>
4.9.3 Diariamente	<input type="checkbox"/>	4.10.3 Estrangeiros (do outro país)	<input type="checkbox"/>
4.9.4 Época/Dias festivos	<input type="checkbox"/>	4.10.4 Ambos	<input type="checkbox"/>
4.9.5 Outras ocasiões	<input type="checkbox"/>		
Quais? _____			

4.11 Identifique a PRINCIPAL área de ocupação dos seus tempos livres? (Assinalar <input checked="" type="checkbox"/> apenas UMA opção)			
4.11.1 Televisão	<input type="checkbox"/>	4.11.6 Culinária	<input type="checkbox"/>
4.11.2 Música	<input type="checkbox"/>	4.11.7 Bricolage	<input type="checkbox"/>
4.11.3 Leitura	<input type="checkbox"/>	4.11.8 Jogos Sociais (Cartas, Xadrez, Damas...)	<input type="checkbox"/>
4.11.4 Jardinagem	<input type="checkbox"/>	4.11.9 Pesca desportiva	<input type="checkbox"/>
4.11.5 Viajar	<input type="checkbox"/>	4.11.10 Outra. Qual? _____	

4.12 Pratica desporto?

4.12.1 Sim 4.12.2 Não (Passo para 4.14)

4.13 Indique 1 (UMA) modalidade desportiva que pratica regularmente?			
4.13.1 Golfe	<input type="checkbox"/>	4.13.7 Futebol/Rugby/Basquet/Anebol	<input type="checkbox"/>
4.13.2 Desportos aquáticos	<input type="checkbox"/>	4.13.8 Ciclismo	<input type="checkbox"/>
4.13.3 Squash	<input type="checkbox"/>	4.13.9 Alpinismo/Montanhismo	<input type="checkbox"/>
4.13.4 Tênis	<input type="checkbox"/>	4.13.10 Artes marciais (Karaté, Judo, Thai Kick Du...)	<input type="checkbox"/>
4.13.5 Hipismo	<input type="checkbox"/>	4.13.11 Desportos radicais	<input type="checkbox"/>
4.13.6 Ioga/Thai Chi/ChiCong	<input type="checkbox"/>	4.13.11.2 Outra. Qual? _____	

4.14 Pertence alguma Associação/Clube?

4.14.1 Sim 4.14.2 Não (Passo para 4.16)

4.15 Que tipo de Associação/Clube? (Assinalar <input checked="" type="checkbox"/> apenas UMA opção)			
4.15.1 Cultural	<input type="checkbox"/>	4.15.7 Político	<input type="checkbox"/>
4.15.2 Desportivo	<input type="checkbox"/>	4.15.8 Ambiental	<input type="checkbox"/>
4.15.3 Recreativa	<input type="checkbox"/>	4.15.9 Voluntariado	<input type="checkbox"/>
4.15.4 Religiosa	<input type="checkbox"/>	4.15.10 Caridade	<input type="checkbox"/>
4.15.5 Socio profissional ou sindical	<input type="checkbox"/>	4.15.11 Associação de estudantes	<input type="checkbox"/>
4.15.6 Associação de antigos colegas/amigos/profissionais	<input type="checkbox"/>	4.15.12 Outra. Qual? _____	

4.16 Em que medida considera que mudou os seus hábitos desde que está no Algarve? (Assinalar <input checked="" type="checkbox"/> cada hábito apresentado, segundo a classificação proposta)			
HÁBITOS	Mudou muito	Idêntico	Não mudou nada
4.16.1 Religiosos			
4.16.2 Gastronómicos			
4.16.3 Desportivos			
4.16.4 De convívio/Sociais			
4.16.5 De ocupação dos tempos livres			
4.16.6 De consumo			
4.16.7 Na forma de vestir			
4.16.8 Outra. Qual? _____			

5. Apreciação Global da permanência no Algarve

5.1 Classifique, para cada situação, segundo o grau de satisfação apresentado, em face às expectativas iniciais que tinha ao vir para o Algarve?

SITUAÇÕES	Excedeu muito 1	Excedeu 2	Correspondeu 3	Correspondeu pouco 4	Não correspondeu nada 5
5.1.1 No seu trabalho					
5.1.2 Nas relações profissionais					
5.1.3 Nos serviços administrativos (públicos)					
5.1.4 No sistema educativo					
5.1.5 Nos serviços de saúde					
5.1.6 Nos serviços apoio à terceira idade					
5.1.7 Na qualidade ambiental					
5.1.8 Na segurança pública					
5.1.9 No acesso a bens culturais					
5.1.10 No acesso aos bens de consumo					
5.1.11 Na qualidade e acesso aos meios de comunicação					
5.1.12 No avanço tecnológico					
5.1.13 Nas relações com a comunidade portuguesa em geral					

5.2 Se tivesse de que optar por uma região europeia para residir, voltaria a optar pela região do Algarve?

5.2.1 Sim

5.2.2 Não

5.3 Tenciona regressar definitivamente ao seu país de origem?

5.3.1 Sim

5.3.2 Não

5.4 Em sua opinião **QUAL** o fator mais **POSITIVO** que atribui à região do Algarve?

5.5 E **QUAL** o fator mais **NEGATIVO** que gostaria de ver solucionado na região do Algarve?

5.6 Em que medida se identifica com os habitantes a região do Algarve (Assinalar X uma opção)?

MUITO	BASTANTE	RAZOAVELMENTE	POUCO	NADA

APÊNDICE B – OUTPUTS DO INQUÉRITO

B1 - Quadros Frequências Absolutas e Relativas por Variável do Inquérito

1.1 - PAÍS DE ORIGEM?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumula- lada
Valid	ALEMANHA	20	7,5	7,5	7,5
	ANGOLA	10	3,8	3,8	11,3
	BÉLGICA	8	3,0	3,0	14,3
	FRANÇA	8	3,0	3,0	17,3
	CABO VERDE	12	4,5	4,5	21,8
	GUINÉ-BISSAU	10	3,8	3,8	25,6
	MOLDÁVIA	10	3,8	3,8	29,3
	ROMÉLIA	16	6,0	6,0	35,3
	RÚSSIA	6	2,3	2,3	37,6
	UCRÂNIA	28	10,5	10,5	48,1
	BRASIL	40	15,0	15,0	63,2
	SÉRVIA	10	3,8	3,8	66,9
	REINO UNIDO	33	12,4	12,4	79,3
	POLÓNIA	7	2,6	2,6	82,0
	PAÍSES BAIXOS	10	3,8	3,8	85,7
	CHINA	14	5,3	5,3	91,0
	INDIA	6	2,3	2,3	93,2
	ESPANHA	7	2,6	2,6	95,9
	BANGLADESH	2	,8	,8	96,6
	SUÉCIA	2	,8	,8	97,4
	MARROCOS	3	1,1	1,1	98,5
	MOÇAMBIQUE	4	1,5	1,5	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

1.2 - RESIDIU NOUTRA REGIÃO PORTUGUESA ANTES VIR ALGARVE?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumula- lada
Valid	SIM, REGIÃO NORTE	11	4,1	4,1	4,1
	SIM, REGIÃO CENTRO	17	6,4	6,4	10,5
	SIM, REGIÃO LISBOA VALE TEJO	78	29,3	29,3	39,8
	SIM, REGIÃO ALENTEJO	8	3,0	3,0	42,9
	NÃO	152	57,1	57,1	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

1.3 - ANTES VIRES PARA ALGARVE JÁ CONHECIAS A REGIÃO?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumula- lada
Valid	SIM, FÉRIAS	43	16,2	16,2	16,2
	SIM, VISITA AMIGOS/FAMILIARES	106	39,8	39,8	56,0
	SIM, EM TRABALHO	49	18,4	18,4	74,4
	NÃO	68	25,6	25,6	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

1.4 - QUANTO TEMPO RESIDE NO ALGARVE?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	[Até 4] Anos	18	6,8	6,8	6,8
	[4 a 6] Anos	40	15,0	15,0	21,8
	[7 a 10] Anos	97	36,5	36,5	58,3
	[11 a 15] Anos	55	20,7	20,7	78,9
	[16 a 20] Anos	29	10,9	10,9	89,8
	[> a 21] Anos	27	10,2	10,2	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

1.5 - QUAL A SUA IDADE?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	[18 - 29] Anos	50	18,8	18,8	18,8
	[30 - 39] Anos	105	39,5	39,5	58,3
	[40 - 49] Anos	78	29,3	29,3	87,6
	[> a 50] Anos	33	12,4	12,4	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

1.6 -SEXO?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	FEMININO	60	22,6	22,6	22,6
	MASCULINO	206	77,4	77,4	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

1.7 -ESTADO CIVIL?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	CASADO	212	79,7	79,7	79,7
	SEPARADO	1	,4	,4	80,1
	SOLTEIRO	37	13,9	13,9	94,0
	DIVORCIADO	11	4,1	4,1	98,1
	UNIÃO FACTO	5	1,9	1,9	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

1.8 - ESCOLARIDADE?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	1 CICLO (4 anos)	3	1,1	1,1	1,1
	2 CICLO (6 anos)	5	1,9	1,9	3,0
	3 CICLO (9 anos)	83	31,2	31,2	34,2
	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	108	40,6	40,6	74,8
	BACHARELATO	17	6,4	6,4	81,2
	LICENCIATURA	47	17,7	17,7	98,9
	PÓS-GRADUAÇÃO	2	,8	,8	99,6
	MESTRADO	1	,4	,4	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.1 - ÚLTIMA OCUPAÇÃO NO PAÍS ORIGEM?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	DESEMPREGADO	66	24,8	24,8	24,8
	INATIVO	15	5,6	5,6	30,5
	EMPREGADO	185	69,5	69,5	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.2 - RAZÃO ABANDONO PAÍS ORIGEM?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	ECONÓMICAS	137	51,5	51,5	51,5
	PROFISSIONAIS	69	25,9	25,9	77,4
	INICIAR PRÓPRIO NEGÓCIO	21	7,9	7,9	85,3
	PROSEGUIR ESTUDOS	1	,4	,4	85,7
	FAMILIARES	14	5,3	5,3	91,0
	DESEJO DE MUDANÇA	11	4,1	4,1	95,1
	QUALIDADE DE VIDA	9	3,4	3,4	98,5
	MOTIVOS POLÍTICOS	4	1,5	1,5	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.3 - DECISÃO SAIR PAÍS ORIGEM FOI?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	IMPREVISTA	40	15,0	15,0	15,0
	PLANEADA COM ANTECEDÊNCIA	226	85,0	85,0	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.4 - PRINCIPAL ATIVIDADE PROFISSIONAL PAÍS ORIGEM?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	AGRICULTOR	12	4,5	4,5	4,5
	COMERCIANTE	29	10,9	10,9	15,4
	GESTOR DE EMPRESA	12	4,5	4,5	19,9
	FUNCIONÁRIO ADMINISTRATIVO/COMÉRCIO	49	18,4	18,4	38,3
	PROCURA EMPREGO	4	1,5	1,5	39,8
	PROFESSOR	14	5,3	5,3	45,1
	PROFISSIONAL LIBERAL	15	5,6	5,6	50,8
	QUADRO MÉDIO	7	2,6	2,6	53,4
	QUADRO SUPERIOR	3	1,1	1,1	54,5
	TÉCNICO ESPECIALIZADO	15	5,6	5,6	60,2
	JOGADOR DE FUTEBOL	1	,4	,4	60,5
	COSTUREIRA	1	,4	,4	60,9
	OPERÁRIO	71	26,7	26,7	87,6
	MILITAR	9	3,4	3,4	91,0
	MÉDICO	9	3,4	3,4	94,4
	SEM ATIVIDADE PROFISSIONAL (Doméstica, outra)	6	2,3	2,3	96,6
	COZINHEIRO(A)	8	3,0	3,0	99,6
	EMPREGADO BANCÁRIO	1	,4	,4	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.5 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NO PAÍS ORIGEM?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	[Até 499 €]	154	57,9	57,9	57,9
	[500 € - 999 €]	35	13,2	13,2	71,1
	[1.000 € - 1.499 €]	27	10,2	10,2	81,2
	[1.500 € - 1.999 €]	23	8,6	8,6	89,8
	[2.000 € - 2.499 €]	24	9,0	9,0	98,9
	[> A 2.500 €]	3	1,1	1,1	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.6 - TRABALHOU NOUTRO PAÍS ESTRANGEIRO ANTES VIR REGIÃO ALGARVE?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	SIM	55	20,7	20,7	20,7
	NÃO	211	79,3	79,3	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.7 - SITUAÇÃO PROFISSIONAL ATUAL?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	DESEMPREGADO	11	4,1	4,1	4,1
	EMPREGADO	255	95,9	95,9	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.8 - SE ATUALMENTE NÃO EXERCE ACTIV. PROFISSIONAL, QUAL A ÚLTIMA?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	ATUALMENTE EXERCE ACTIV. PROFISSIONAL	255	95,9	95,9	95,9
	OPERÁRIO	8	3,0	3,0	98,9
	VENDEDOR AMBULANTE	3	1,1	1,1	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.9 - TEM ALGUMA ATIVIDADE SECUNDÁRIA

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	SIM	6	2,3	2,3	2,3
	NÃO	260	97,7	97,7	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.10 - SITUAÇÃO PERANTE A ATIVIDADE PROFISSIONAL?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	TRABALHADOR CONTA OUTRÉM	215	80,8	80,8	80,8
	TRABALHADOR CONTA PRÓPRIA	11	4,1	4,1	85,0
	PATRÃO	15	5,6	5,6	90,6
	EMPRESÁRIO	10	3,8	3,8	94,4
	FREELANCER	1	,4	,4	94,7
	DESEMPREGADO	11	4,1	4,1	98,9
	CONSULTOR	1	,4	,4	99,2
	VENDEDOR AMBULANTE	2	,8	,8	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.11 - LOCAL ONDE TRABALHA É PROPRIEDADE?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	NENHUM(A)	14	5,3	5,3	5,3
	PORTUGUESES	72	27,1	27,1	32,3
	ESTRANGEIROS	95	35,7	35,7	68,0
	PORTUGUESES E ESTRANGEIROS	44	16,5	16,5	84,6
	SUA PROPRIEDADE	27	10,2	10,2	94,7
	ESTRANGEIROS (SUA NACIONALIDADE)	14	5,3	5,3	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.12 - QUAL O SETOR ATIVIDADE?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	NENHUM(A)	11	4,1	4,1	4,1
	AGRICULTURA, PROD. ANIMAL, CAÇA e SILVICULTURA	1	,4	,4	4,5
	INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	1	,4	,4	4,9
	ENERGIA, GÁS, COMBUSTÍVEIS e ÁGUA	11	4,1	4,1	9,0
	CONSTRUÇÃO	65	24,4	24,4	33,5
	COMÉRCIO POR GROSSO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA	32	12,0	12,0	45,5
	REPARAÇÃO VEÍCULOS AUTOMÓVEIS/MOTORIZADOS	8	3,0	3,0	48,5
	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	78	29,3	29,3	77,8
	TRANSPORTES e COMUNICAÇÕES	3	1,1	1,1	78,9
	COMUNICAÇÕES	3	1,1	1,1	80,1
	BANCOS, SEGURADORAS e FINANCEIRAS	9	3,4	3,4	83,5
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	9	3,4	3,4	86,8
	SERVIÇOS PRESTADOS EMPRESAS	12	4,5	4,5	91,4
	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS SERVIÇOS APOIO	8	3,0	3,0	94,4
	EDUCAÇÃO	2	,8	,8	95,1
	SAÚDE e AÇÃO SOCIAL	9	3,4	3,4	98,5
	TRADUÇÕES	2	,8	,8	99,2
	VENDA AMBULANTE	2	,8	,8	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.13 - LOCAL ONDE TRABALHA TRABALHADORES SÃO ESSENCIALMENTE?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	NENHUM(A)	11	4,1	4,1	4,1
	PORTUGUESES	91	34,2	34,2	38,3
	ESTRANGEIROS	28	10,5	10,5	48,9
	PORTUGUESES e ESTRANGEIROS	105	39,5	39,5	88,3
	ESTRANGEIROS (SEU PAÍS ORIGEM)	31	11,7	11,7	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.14 - FUNÇÃO QUE DESEMPENHA LOCAL ONDE TRABALHA?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	NENHUM(A)	8	3,0	3,0	3,0
	DIREÇÃO	15	5,6	5,6	8,6
	CHEFIA	17	6,4	6,4	15,0
	TÉCNICO	22	8,3	8,3	23,3
	ASSESSORIA	2	,8	,8	24,1
	ADMINISTRATIVO	23	8,6	8,6	32,7
	BALCÃO	17	6,4	6,4	39,1
	EMPREGADO	23	8,6	8,6	47,7
	GERENTE	41	15,4	15,4	63,2
	OPERÁRIO	47	17,7	17,7	80,8
	TRABALHADOR	12	4,5	4,5	85,3
	MÉDICO	9	3,4	3,4	88,7
	COZINHEIRO	14	5,3	5,3	94,0
	EMPREGADO MESA	11	4,1	4,1	98,1
	CONSULTOR	1	,4	,4	98,5
	PROFESSOR	2	,8	,8	99,2
	VENDEDOR AMBULANTE	2	,8	,8	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.15 - NÚMERO TRABALHADORES LOCAL ONDE TRABALHA?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	NENHUM(A)	14	5,3	5,3	5,3
	[Até 4] Trabalhadores	25	9,4	9,4	14,7
	[5 - 9] Trabalhadores	85	32,0	32,0	46,6
	[10 - 19] Trabalhadores	72	27,1	27,1	73,7
	[20 - 49] Trabalhadores	37	13,9	13,9	87,6
	[50 - 99] Trabalhadores	22	8,3	8,3	95,9
	[100 - 149] Trabalhadores	3	1,1	1,1	97,0
	[> a 200] Trabalhadores	8	3,0	3,0	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.16 - VÍNCULO CONTRATUAL LOCAL TRABALHO?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	NENHUM(A)	8	3,0	3,0	3,0
	CONTRATO SEM TERMO	126	47,4	47,4	50,4
	CONTRATO COM TERMO	78	29,3	29,3	79,7
	CONTRATO PRESTAÇÃO SERVIÇO	18	6,8	6,8	86,5
	TRABALHO PONTUAL	1	,4	,4	86,8
	PROPRIETÁRIO	27	10,2	10,2	97,0
	EMPRESÁRIO EM NOME INDIVIDUAL	8	3,0	3,0	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.17 - VANTAGENS CONTRATAÇÃO TRABALHADORES ESTRANGEIROS?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	COLMATAR DIFICULDADES RECRUTAMENTO TRAB. PORTUGUESES	77	28,9	28,9	28,9
	SALÁRIOS MAIS BAIXOS IMIGRANTES	40	15,0	15,0	44,0
	IMIGRANTES TRAB. MAIS HORAS/DIAS QUE TRAB. PORTUGUESES	27	10,2	10,2	54,1
	IMIGRANTES TRABALHAM COM MAIS EMPENHO QUE TRAB. PORTUGUESES	44	16,5	16,5	70,7
	DISPONIBILIDADE IMEDIATA DOS IMIGRANTES	73	27,4	27,4	98,1
	NÃO SABE / NÃO RESPONDE	5	1,9	1,9	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.18 - CORRESPONDÊNCIA ENTRE PROFISSÃO ATUAL / INICIAL?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	SIM	105	39,5	39,5	39,5
	NÃO	161	60,5	60,5	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.19 - SENTE-SE REALIZADO NA SUA PROFISSÃO?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	NÃO RESPONDE	8	3,0	3,0	3,0
	SIM	209	78,6	78,6	81,6
	NÃO	49	18,4	18,4	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.20 - SALÁRIO ESTÁ ADEQUADO À FUNÇÃO?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	NÃO RESPONDE	8	3,0	3,0	3,0
	SIM	155	58,3	58,3	61,3
	NÃO	103	38,7	38,7	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.21 - SALÁRIO ESTÁ AO MESMO NÍVEL TRABALHADORES NÃO IMIGRANTES?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	NÃO RESPONDE	7	2,6	2,6	2,6
	SIM	159	59,8	59,8	62,4
	NÃO	100	37,6	37,6	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.22 - RENDIMENTO MENSAL?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	[Até 499 €]	7	2,6	2,6	2,6
	[500 € - 999 €]	138	51,9	51,9	54,5
	[1.000 € - 1.499 €]	49	18,4	18,4	72,9
	[1.500 € - 1.999 €]	33	12,4	12,4	85,3
	[2.000 € - 2.499 €]	34	12,8	12,8	98,1
	[> A 2.500 €]	5	1,9	1,9	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.23 - EFETUA DESCONTOS SEGURANÇA SOCIAL?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	SIM	255	95,9	95,9	95,9
	NÃO, DESEMPREGADO	11	4,1	4,1	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.24 - EFETUA DESCONTOS IRS?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	SIM	255	95,9	95,9	95,9
	NÃO, DESEMPREGADO	11	4,1	4,1	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.25 - FAZ REMESSA PARTE SEU RENDIMENTO MENSAL?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	SIM, [Até 249 €]	7	2,6	2,6	2,6
	SIM, [250 - 449 €]	28	10,5	10,5	13,2
	SIM, [> a 500 €]	29	10,9	10,9	24,1
	NÃO	202	75,9	75,9	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.26 - QUAL A PERIODICIDADE DA REMESSA SEU RENDIMENTO PARA PAÍS ORIGEM?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	SEMESTRAL	19	7,1	7,1	7,1
	ANUAL	45	16,9	16,9	24,1
	NÃO EFETUA REMESSA	202	75,9	75,9	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.27 - MAIOR DIFICULDADE NO MERCADO TRABALHO?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	LÍNGUA	7	2,6	2,6	2,6
	LEGISLAÇÃO/REGULAÇÃO	30	11,3	11,3	13,9
	INTEGRAÇÃO	3	1,1	1,1	15,0
	OFERTAS DE TRABALHO	24	9,0	9,0	24,1
	OPORTUNIDADES EMPRESARIAIS	43	16,2	16,2	40,2
	DESEMPREGO	125	47,0	47,0	87,2
	SEGURANÇA/GARANTIAS POSTO TRABALHO	33	12,4	12,4	99,6
	FORMAÇÃO	1	,4	,4	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.28.1 - EMPREGO PARA MIGRANTES SÃO COMPATÍVEIS COM AS SUAS QUALIFICAÇÕES

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	CONCORDA TOTALMENTE	6	2,3	2,3	2,3
	CONCORDA	77	28,9	28,9	31,2
	INDECISO	71	26,7	26,7	57,9
	DISCORDA	111	41,7	41,7	99,6
	DISCORDA TOTALMENTE	1	,4	,4	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.28.2 - EMPREGO PARA MIGRANTES SÃO SUJOS MAL PAGOS

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	CONCORDA TOTALMENTE	6	2,3	2,3	2,3
	CONCORDA	28	10,5	10,5	12,8
	INDECISO	87	32,7	32,7	45,5
	DISCORDA	116	43,6	43,6	89,1
	DISCORDA TOTALMENTE	29	10,9	10,9	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.28.3 - EMPREGO PARA MIGRANTES SÓ EXISTEM POR FALTA MÃO DE OBRA

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	CONCORDA TOTALMENTE	37	13,9	13,9	13,9
	CONCORDA	71	26,7	26,7	40,6
	INDECISO	82	30,8	30,8	71,4
	DISCORDA	70	26,3	26,3	97,7
	DISCORDA TOTALMENTE	6	2,3	2,3	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.28.4 - EMPREGO PARA MIGRANTES PORQUE NACIONAIS NÃO OS OCUPAM

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	CONCORDA TOTALMENTE	24	9,0	9,0	9,0
	CONCORDA	91	34,2	34,2	43,2
	INDECISO	69	25,9	25,9	69,2
	DISCORDA	69	25,9	25,9	95,1
	DISCORDA TOTALMENTE	13	4,9	4,9	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.28.5 - EMPREGO PARA MIGRANTES IGUAL AOS NACIONAIS

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	CONCORDA TOTALMENTE	4	1,5	1,5	1,5
	CONCORDA	74	27,8	27,8	29,3
	INDECISO	87	32,7	32,7	62,0
	DISCORDA	97	36,5	36,5	98,5
	DISCORDA TOTALMENTE	4	1,5	1,5	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.28.6 - EMPREGO PARA MIGRANTES SÃO IGUAL OUTROS MIGRANTES

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	CONCORDA TOTALMENTE	32	12,0	12,0	12,0
	CONCORDA	114	42,9	42,9	54,9
	INDECISO	59	22,2	22,2	77,1
	DISCORDA	50	18,8	18,8	95,9
	DISCORDA TOTALMENTE	11	4,1	4,1	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.29 – PERDEU/GANHOU AO VIR PARA REGIÃO ALGARVE PARA RESOLVER OS SEUS PROBLEMAS?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	FICO CLARAMENTE PERDER	3	1,1	1,1	1,1
	NÃO FICO A PERDER NEM A GANHAR	157	59,0	59,0	60,2
	FICO CLARAMENTE A GANHAR	106	39,8	39,8	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.30 - COMO CLASSIFICA O MERCADO TRABALHO NA REGIÃO ALGARVE?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	RAZOÁVEL	104	39,1	39,1	39,1
	BOM	119	44,7	44,7	83,8
	MUITO BOM	42	15,8	15,8	99,6
	EXCELENTE	1	,4	,4	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

2.31 - QUAIS OS PLANOS DE LONGO PRAZO?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	TENTAR GANHAR ALGUM DINHEIRO E REGRESSAR PAÍS ORIGEM	17	6,4	6,4	6,4
	TENTAR OBTER AUTORIZAÇÃO RESIDÊNCIA PARA FICAR REGIÃO ALGARVE	14	5,3	5,3	11,7
	TENTAR CRIAR NEGÓCIO REGIÃO ALGARVE (EMPREENDEDORISMO)	28	10,5	10,5	22,2
	TENTAR OBTER PASSAPORTE PORTUGUÊS PARA EMIGRAR OUTRO PAÍS C/MELHORES CONDIÇÕES	3	1,1	1,1	23,3
	PROCURAR ADQUIRIR NACIONALIDADE PORTUGUESA	2	,8	,8	24,1
	FICAR PORTUGAL DURANTE CERTO PERÍODO E REGRESSAR PAÍS ORIGEM	150	56,4	56,4	80,5
	FICAR DEFINITIVAMENTE REGIÃO ALGARVE	52	19,5	19,5	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

3.1 - QUANTAS PESSOAS VIVEM CONSIGO REGIÃO ALGARVE?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	[Até 2] pessoas	64	24,1	24,1	24,1
	[3 a 5] pessoas	175	65,8	65,8	89,8
	[> a 6] pessoas	2	,8	,8	90,6
	NENHUMA	25	9,4	9,4	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

3.1.1 - QUEM?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	CONJUGE	36	13,5	13,5	13,5
	FILHO(S)	3	1,1	1,1	14,7
	CONJUGE E FILHO(S)	173	65,0	65,0	79,7
	PAIS	2	,8	,8	80,5
	MÃE e IRMÃO(S)	1	,4	,4	80,8
	COMPANHEIRA(O)/NAMORADA(O)	30	11,3	11,3	92,1
	NINGUÉM	21	7,9	7,9	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

3.2 - CONSIDERA A RESIDÊNCIA NA REGIÃO ALGARVE A PRINCIPAL?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	SIM	137	51,5	51,5	51,5
	NÃO	129	48,5	48,5	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

3.3 - A RESIDÊNCIA NA REGIÃO ALGARVE É?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	PRÓPRIA	132	49,6	49,6	49,6
	ARRENDADA	134	50,4	50,4	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

3.4 - TIPO RESIDÊNCIA NA REGIÃO ALGARVE?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	APARTAMENTO	185	69,5	69,5	69,5
	VIVENDA/MORADIA	81	30,5	30,5	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

3.5 - TEM FAMILIARES NO SEU PAÍS ORIGEM?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	SIM, CONJUGE e FILHOS	7	2,6	2,6	2,6
	SIM, PAIS	192	72,2	72,2	74,8
	SIM, NETOS	4	1,5	1,5	76,3
	SIM, IRMÃOS	35	13,2	13,2	89,5
	SIM, AVÓS	25	9,4	9,4	98,9
	NÃO	3	1,1	1,1	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

3.6 - FREQUÊNCIA COMUNICA COM FAMILIARES PAÍS ORIGEM?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	NENHUM(A)	3	1,1	1,1	1,1
	FREQUENTEMENTE	195	73,3	73,3	74,4
	ÀS VEZES	52	19,5	19,5	94,0
	RARAMENTE	16	6,0	6,0	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

3.7 - MEIOS COMUNICAÇÃO MAIS UTILIZADOS?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	NENHUM	3	1,1	1,1	1,1
	TELEFONE FIXO	111	41,7	41,7	42,9
	TELEMÓVEL	87	32,7	32,7	75,6
	CORREIO	9	3,4	3,4	78,9
	INTERNET	56	21,1	21,1	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

3.8 - FILHOS IDADE ESCOLAR?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	SIM [5 - 10] anos	25	9,4	9,4	9,4
	SIM [11 - 16] anos	118	44,4	44,4	53,8
	SIM [> a 17] anos	69	25,9	25,9	79,7
	NÃO	54	20,3	20,3	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

3.9 - ESCOLARIDADE DOS FILHOS?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	NENHUM(A)	54	20,3	20,3	20,3
	1 CICLO (4 anos)	20	7,5	7,5	27,8
	2 CICLO (6 anos)	13	4,9	4,9	32,7
	3 CICLO (9 anos)	51	19,2	19,2	51,9
	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	82	30,8	30,8	82,7
	BACHARELATO	2	,8	,8	83,5
	LICENCIATURA	44	16,5	16,5	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

3.10 - ESCOLA - ATIVIDADES FREQUENTA FILHO(S)?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	NENHUM(A)	59	22,2	22,2	22,2
	LÍNGUAS	51	19,2	19,2	41,4
	MÚSICA	19	7,1	7,1	48,5
	DANÇA	15	5,6	5,6	54,1
	DESPORTO	69	25,9	25,9	80,1
	INFORMÁTICA	44	16,5	16,5	96,6
	ATL	9	3,4	3,4	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

3.11 - VIZINHOS SÃO MAIORITARIAMENTE?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	DA SUA NACIONALIDADE	16	6,0	6,0	6,0
	PORTUGUESES	147	55,3	55,3	61,3
	ESTRANGEIROS	32	12,0	12,0	73,3
	PORTUGUESES E ESTRANGEIROS	71	26,7	26,7	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

3.12 - COSTUMA CONVIVER COM OS VIZINHOS?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	FREQUENTEMENTE	88	33,1	33,1	33,1
	ÀS VEZES	93	35,0	35,0	68,0
	RARAMENTE	77	28,9	28,9	97,0
	NUNCA	8	3,0	3,0	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

3.13 - HABITUALMENTE RECEBE PESSOAS EM SUA CASA?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	SIM, FAMILIARES	95	35,7	35,7	35,7
	SIM, AMIGOS	108	40,6	40,6	76,3
	SIM, VIZINHOS	35	13,2	13,2	89,5
	SIM, COLEGAS	22	8,3	8,3	97,7
	NÃO	6	2,3	2,3	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

3.14 - PESSOAS HABITUALMENTE RECEBE S/CASA QUE LÍNGUA FALAM?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	NENHUM(A)	6	2,3	2,3	2,3
	PORTUGUÊS	79	29,7	29,7	32,0
	LÍNGUA PAÍS ORIGEM	27	10,2	10,2	42,1
	PORTUGUÊS e LÍNGUA PAÍS ORIGEM	154	57,9	57,9	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

3.15 - SE FALAM PORTUGUÊS COMO APRENDEU?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	CONTACTO POPULAÇÃO PORTUGUESA	110	41,4	41,4	41,4
	AULAS PORTUGUÊS	20	7,5	7,5	48,9
	AMIGOS/FAMÍLIA	59	22,2	22,2	71,1
	SOZINHO(A)	21	7,9	7,9	78,9
	NA ESCOLA	30	11,3	11,3	90,2
	NÃO FALAM PORTUGUÊS	26	9,8	9,8	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

3.16 - LOCAL HABITUAL COMPRAS?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	GRANDES SUPERFÍCIES COMERCIAIS	101	38,0	38,0	38,0
	SUPERMERCADO	116	43,6	43,6	81,6
	COMÉRCIO LOCAL	48	18,0	18,0	99,6
	SUPERMERCADOS PRODUTOS ESTRANGEIROS	1	,4	,4	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

3.17 - COSTUMA CONSUMIR PROD. TRADICIONAIS PORTUGUESES?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	SIM, PRODUTOS HORTÍCOLAS	42	15,8	15,8	15,8
	SIM, AGUARDENTES	42	15,8	15,8	31,6
	SIM, MEL	21	7,9	7,9	39,5
	SIM, DOÇARIA	21	7,9	7,9	47,4
	SIM, ENCHIDOS	10	3,8	3,8	51,1
	SIM, FRUTOS SECOS	8	3,0	3,0	54,1
	SIM, LICORES	21	7,9	7,9	62,0
	SIM, AZEITE	6	2,3	2,3	64,3
	SIM, VINHOS	36	13,5	13,5	77,8
	SIM, QUEIJOS	5	1,9	1,9	79,7
	SIM, TODOS	20	7,5	7,5	87,2
	NÃO	34	12,8	12,8	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

3.18.1 - CLASSIFIQUE PRODUTOS TRADICIONAIS - QUALIDADE

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	NENHUM	34	12,8	12,8	12,8
	EXCELENTE	51	19,2	19,2	32,0
	MUITO BOM	83	31,2	31,2	63,2
	BOM	73	27,4	27,4	90,6
	RAZOÁVEL	25	9,4	9,4	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

3.18.2 - CLASSIFIQUE PRODUTOS TRADICIONAIS - PREÇO

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	NENHUM	34	12,8	12,8	12,8
	EXCELENTE	4	1,5	1,5	14,3
	MUITO BOM	24	9,0	9,0	23,3
	BOM	117	44,0	44,0	67,3
	RAZOÁVEL	83	31,2	31,2	98,5
	MAU	4	1,5	1,5	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

3.18.3 - CLASSIFIQUE PRODUTOS TRADICIONAIS - OFERTA DOS PRODUTOS

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	NENHUM	34	12,8	12,8	12,8
	MUITO BOM	51	19,2	19,2	32,0
	BOM	97	36,5	36,5	68,4
	RAZOÁVEL	82	30,8	30,8	99,2
	MAU	2	,8	,8	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

3.18.4 - CLASSIFIQUE PRODUTOS TRADICIONAIS - ACESSIBILIDADE

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	NENHUM	34	12,8	12,8	12,8
	EXCELENTE	1	,4	,4	13,2
	MUITO BOM	23	8,6	8,6	21,8
	BOM	97	36,5	36,5	58,3
	RAZOÁVEL	110	41,4	41,4	99,6
	MAU	1	,4	,4	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

3.19 - MAIOR DIFICULDADE DOS ESPAÇOS COMERCIAIS PRODUTOS TRADICIONAIS

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	NENHUM	34	12,8	12,8	12,8
	LÍNGUA	30	11,3	11,3	24,1
	ATENDIMENTO	30	11,3	11,3	35,3
	DISTRIBUIÇÃO ARTIGOS ESPAÇO COMERCIAL	37	13,9	13,9	49,2
	IDENTIFICAÇÃO ARTIGOS	26	9,8	9,8	59,0
	LOCALIZAÇÃO/ACESSOS	43	16,2	16,2	75,2
	ESTACIONAMENTOS/PARQUEAMENTO VIATURAS	30	11,3	11,3	86,5
	OFERTA DOS PRODUTOS	36	13,5	13,5	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

4.1 - LEITURA JORNAIS / REVISTAS?

		Frequências	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
Valid	SIM, DIARIAMENTE	106	39,8	39,8	39,8
	SIM, SEMANALMENTE	87	32,7	32,7	72,6
	SIM, QUINZENALMENTE	19	7,1	7,1	79,7
	SIM, ESPORADICAMENTE	47	17,7	17,7	97,4
	NÃO	7	2,6	2,6	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

4.2 - TIPO JORNAIS LÊ?

		Frequências	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
Valid	NENHUM	7	2,6	2,6	2,6
	GENERALISTAS	181	68,0	68,0	70,7
	REGIONAIS	30	11,3	11,3	82,0
	DESPORTIVOS	7	2,6	2,6	84,6
	GESTÃO/FINANÇAS/ECONOMIA	39	14,7	14,7	99,2
	CIENTÍFICOS INTERNACIONAIS	2	,8	,8	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

4.3 - TEMAS QUE PREFERE?

		Frequências	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
Valid	NENHUM	7	2,6	2,6	2,6
	ATUALIDADE/SOCIEDADE/INTERESSE GERAL	103	38,7	38,7	41,4
	VIAGENS//LAZER/TURISMO	16	6,0	6,0	47,4
	PROGRAMAS TELEVISÃO	47	17,7	17,7	65,0
	CULINÁRIA/DECORAÇÃO	13	4,9	4,9	69,9
	DESPORTO/AUTOMOBILISMO	18	6,8	6,8	76,7
	CULTURA/CIENTÍFICO/TÉCNICO/INFORMÁTICA	14	5,3	5,3	82,0
	ECONOMIA/NEGÓCIOS/FINANÇAS	48	18,0	18,0	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

4.4 - COSTUMA LER LIVROS?

		Frequências	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
Valid	SIM, LÍNGUA PORTUGUESA	24	9,0	9,0	9,0
	SIM, LÍNGUA ORIGEM	66	24,8	24,8	33,8
	SIM, EM PORTUGUÊS E LÍNGUA DE ORIGEM	33	12,4	12,4	46,2
	SIM, INGLÊS	1	,4	,4	46,6
	NÃO	142	53,4	53,4	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

4.5 - EM MÉDIA ANUALMENTE QUANTOS LIVROS LÊ?

		Frequências	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
Valid	NENHUM	145	54,5	54,5	54,5
	ATÉ DOIS	79	29,7	29,7	84,2
	TRÊS A CINCO	35	13,2	13,2	97,4
	MAIS DE SEIS	7	2,6	2,6	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

4.6.1 - FREQUÊNCIA ASSISTE ATIVIDADES - CINEMA

		Frequências	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
Valid	NUNCA	18	6,8	6,8	6,8
	RARAMENTE	112	42,1	42,1	48,9
	UMA VEZ POR SEMESTRE	41	15,4	15,4	64,3
	UMA VEZ POR MÊS	77	28,9	28,9	93,2
	UMA VEZ POR SEMANA	18	6,8	6,8	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

4.6.2 - FREQUÊNCIA ASSISTE ATIVIDADES - CONCERTOS

		Frequências	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
Valid	NUNCA	21	7,9	7,9	7,9
	RARAMENTE	136	51,1	51,1	59,0
	UMA VEZ POR SEMESTRE	74	27,8	27,8	86,8
	UMA VEZ POR MÊS	31	11,7	11,7	98,5
	UMA VEZ POR SEMANA	4	1,5	1,5	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

4.6.3 - FREQUÊNCIA ASSISTE ATIVIDADES - TEATRO

		Frequências	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
Valid	NUNCA	64	24,1	24,1	24,1
	RARAMENTE	119	44,7	44,7	68,8
	UMA VEZ POR SEMESTRE	48	18,0	18,0	86,8
	UMA VEZ POR MÊS	22	8,3	8,3	95,1
	UMA VEZ POR SEMANA	13	4,9	4,9	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

4.6.4 - FREQUÊNCIA ASSISTE ATIVIDADES - EXPOSIÇÕES

		Frequências	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
Valid	NUNCA	37	13,9	13,9	13,9
	RARAMENTE	156	58,6	58,6	72,6
	UMA VEZ POR SEMESTRE	42	15,8	15,8	88,3
	UMA VEZ POR MÊS	21	7,9	7,9	96,2
	UMA VEZ POR SEMANA	10	3,8	3,8	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

4.6.5 - FREQUÊNCIA ASSISTE ATIVIDADES - DANÇA

		Frequências	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
Valid	NUNCA	41	15,4	15,4	15,4
	RARAMENTE	157	59,0	59,0	74,4
	UMA VEZ POR SEMESTRE	47	17,7	17,7	92,1
	UMA VEZ POR MÊS	15	5,6	5,6	97,7
	UMA VEZ POR SEMANA	6	2,3	2,3	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

4.7 - QUEM VAI CONSIGO A ESSAS ATIVIDADES?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	CONJUGE/NAMORADA	76	28,6	28,6	28,6
	FAMILIARES	143	53,8	53,8	82,3
	AMIGOS	31	11,7	11,7	94,0
	COLEGAS TRABALHO	16	6,0	6,0	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

4.8 - LOCAL FREQUENTA TEMPOS LIVRES?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	SALA/ESTÁGIO DESPORTIVO	1	,4	,4	,4
	CENTROS COMERCIAIS/LOJAS	17	6,4	6,4	6,8
	HEALTH CLUB	12	4,5	4,5	11,3
	CASA AMIGOS	85	32,0	32,0	43,2
	JARDIM/PARQUE/PASSEIO LIVRE	49	18,4	18,4	61,7
	SALÃO CHÁ	4	1,5	1,5	63,2
	CAFÉ	21	7,9	7,9	71,1
	BAR	6	2,3	2,3	73,3
	RESTAURANTE	8	3,0	3,0	76,3
	DISCOTECAS	3	1,1	1,1	77,4
	CAFÉ CONCERTO	5	1,9	1,9	79,3
	CASA FAMILIARES	54	20,3	20,3	99,6
	NENHUM	1	,4	,4	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

4.9 - QUANDO FREQUENTA LOCAIS TEMPOS LIVRES?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	FIM DE SEMANA	187	70,3	70,3	70,3
	DURANTE A SEMANA	55	20,7	20,7	91,0
	DIARIAMENTE	9	3,4	3,4	94,4
	ÉPOCA/DIAS FESTIVOS	5	1,9	1,9	96,2
	NOUTRAS OCASIÕES	9	3,4	3,4	99,6
	NENHUM	1	,4	,4	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

4.10 - LOCAIS TEMPOS LIVRES SÃO FREQUENTADOS POR?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	PORTUGUESES	48	18,0	18,0	18,0
	ESTRANGEIROS (SEU PAÍS ORIGEM)	93	35,0	35,0	53,0
	ESTRANGEIROS	9	3,4	3,4	56,4
	PORTUGUESES e ESTRANGEIROS	115	43,2	43,2	99,6
	NENHUMA	1	,4	,4	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

4.11 - PRINCIPAL ÁREA OCUPAÇÃO TEMPOS LIVRES?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	TELEVISÃO	71	26,7	26,7	26,7
	MÚSICA	16	6,0	6,0	32,7
	LEITURA	5	1,9	1,9	34,6
	JARDINAGEM	42	15,8	15,8	50,4
	VIAJAR	48	18,0	18,0	68,4
	CULINÁRIA	42	15,8	15,8	84,2
	BRICOLAGE	20	7,5	7,5	91,7
	JOGOS SOCIAIS	11	4,1	4,1	95,9
	PESCA DESPORTIVA	11	4,1	4,1	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

4.12 - PRÁTICA DESPORTO?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	SIM	133	50,0	50,0	50,0
	NÃO	133	50,0	50,0	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

4.13 - SE PRÁTICA DESPORTO QUAL A MODALIDADE?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	NÃO	133	50,0	50,0	50,0
	GOLFE	13	4,9	4,9	54,9
	FUT./RAGUEBI/BASQUETE/ANEBO	19	7,1	7,1	62,0
	DESPORTOS AQUÁTICOS	8	3,0	3,0	65,0
	CICLISMO	23	8,6	8,6	73,7
	SQUACH	3	1,1	1,1	74,8
	ALPINISMO/MONTANHISMO	2	,8	,8	75,6
	TÊNIS	25	9,4	9,4	85,0
	ARTES MARCIAIS	5	1,9	1,9	86,8
	HIPISMO	3	1,1	1,1	88,0
	DESPORTOS RADICAIS	2	,8	,8	88,7
	IOGA/TAI CHI/THAI KEND DO	5	1,9	1,9	90,6
	CORRIDA/JOGGING	18	6,8	6,8	97,4
	CAMINHADA	7	2,6	2,6	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

4.14 - PERTENCE ALGUMA ASSOCIAÇÃO/CLUBE?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	SIM	39	14,7	14,7	14,7
	NÃO	227	85,3	85,3	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

4.15 - SE PERTENCE ALGUMA ASSOCIAÇÃO/CLUBE QUAL O TIPO?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	NÃO	227	85,3	85,3	85,3
	CULTURAL	8	3,0	3,0	88,3
	DESPORTIVO	10	3,8	3,8	92,1
	RECREATIVO	13	4,9	4,9	97,0
	SÓCIO-PROFISSIONAL/SINDICAL	4	1,5	1,5	98,5
	ASSOCIAÇÃO ANTIGOS COLEGAS/AMIGOS/PROFISSIONAIS	2	,8	,8	99,2
	VOLUNTARIADO	2	,8	,8	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

4.16.1 - ALTERAÇÃO HÁBITOS DESDE QUE ESTÁ REGIÃO ALGARVE - RELIGIOSOS

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	MUDOU MUITO	35	13,2	13,2	13,2
	IDÊNTICO	115	43,2	43,2	56,4
	NÃO MUDOU NADA	116	43,6	43,6	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

4.16.2 - ALTERAÇÃO HÁBITOS DESDE QUE ESTÁ REGIÃO ALGARVE - GASTRONÓMICOS

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	MUDOU MUITO	62	23,3	23,3	23,3
	IDÊNTICO	109	41,0	41,0	64,3
	NÃO MUDOU NADA	95	35,7	35,7	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

4.16.3 - ALTERAÇÃO HÁBITOS DESDE QUE ESTÁ REGIÃO ALGARVE - DESPORTIVOS

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	MUDOU MUITO	40	15,0	15,0	15,0
	IDÊNTICO	149	56,0	56,0	71,1
	NÃO MUDOU NADA	77	28,9	28,9	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

4.16.4 - ALTERAÇÃO HÁBITOS DESDE QUE ESTÁ REGIÃO ALGARVE - CONVÍVIO SOCIAL

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	MUDOU MUITO	70	26,3	26,3	26,3
	IDÊNTICO	116	43,6	43,6	69,9
	NÃO MUDOU NADA	80	30,1	30,1	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

4.16.5 - ALTERAÇÃO HÁBITOS DESDE QUE ESTÁ REGIÃO ALGARVE - OCUPAÇÃO TEMPOS LIVRES

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	MUDOU MUITO	64	24,1	24,1	24,1
	IDÊNTICO	121	45,5	45,5	69,5
	NÃO MUDOU NADA	81	30,5	30,5	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

4.16.6 - ALTERAÇÃO HÁBITOS DESDE QUE ESTÁ REGIÃO ALGARVE - CONSUMO

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	MUDOU MUITO	40	15,0	15,0	15,0
	IDÊNTICO	139	52,3	52,3	67,3
	NÃO MUDOU NADA	87	32,7	32,7	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

4.16.7 - ALTERAÇÃO HÁBITOS DESDE QUE ESTÁ REGIÃO ALGARVE - FORMA VESTIR

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	MUDOU MUITO	27	10,2	10,2	10,2
	IDÊNTICO	134	50,4	50,4	60,5
	NÃO MUDOU NADA	105	39,5	39,5	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

5.1.1 - GRAU SATISFAÇÃO FACE EXPECTATIVAS INICIAIS - NO SEU TRABALHO

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	EXCEDEU MUITO	3	1,1	1,1	1,1
	EXCEDEU	59	22,2	22,2	23,3
	CORRESPONDEU	151	56,8	56,8	80,1
	CORRESPONDEU POUCO	53	19,9	19,9	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

5.1.2 - GRAU SATISFAÇÃO FACE EXPECTATIVAS INICIAIS - RELAÇÕES PROFISSIONAIS

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	EXCEDEU MUITO	4	1,5	1,5	1,5
	EXCEDEU	69	25,9	25,9	27,4
	CORRESPONDEU	141	53,0	53,0	80,5
	CORRESPONDEU POUCO	47	17,7	17,7	98,1
	NÃO CORRESPONDEU NADA	5	1,9	1,9	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

5.1.3 - GRAU SATISFAÇÃO FACE EXPECTATIVAS INICIAIS - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	EXCEDEU MUITO	1	,4	,4	,4
	EXCEDEU	16	6,0	6,0	6,4
	CORRESPONDEU	96	36,1	36,1	42,5
	CORRESPONDEU POUCO	126	47,4	47,4	89,8
	NÃO CORRESPONDEU NADA	27	10,2	10,2	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

5.1.4 - GRAU SATISFAÇÃO FACE EXPECTATIVAS INICIAIS - SISTEMA EDUCATIVO

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	EXCEDEU MUITO	1	,4	,4	,4
	EXCEDEU	58	21,8	21,8	22,2
	CORRESPONDEU	126	47,4	47,4	69,5
	CORRESPONDEU POUCO	74	27,8	27,8	97,4
	NÃO CORRESPONDEU NADA	7	2,6	2,6	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

5.1.5 - GRAU SATISFAÇÃO FACE EXPECTATIVAS INICIAIS - SERVIÇO SAÚDE

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	EXCEDEU MUITO	4	1,5	1,5	1,5
	EXCEDEU	44	16,5	16,5	18,0
	CORRESPONDEU	113	42,5	42,5	60,5
	CORRESPONDEU POUCO	87	32,7	32,7	93,2
	NÃO CORRESPONDEU NADA	18	6,8	6,8	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

5.1.6 - GRAU SATISFAÇÃO FACE EXPECTATIVAS INICIAIS - SERVIÇOS APOIO TERCEIRA IDADE

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	EXCEDEU MUITO	1	,4	,4	,4
	EXCEDEU	14	5,3	5,3	5,6
	CORRESPONDEU	150	56,4	56,4	62,0
	CORRESPONDEU POUCO	85	32,0	32,0	94,0
	NÃO CORRESPONDEU NADA	16	6,0	6,0	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

5.1.7 - GRAU SATISFAÇÃO FACE EXPECTATIVAS INICIAIS - QUALIDADE AMBIENTAL

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	EXCEDEU MUITO	32	12,0	12,0	12,0
	EXCEDEU	118	44,4	44,4	56,4
	CORRESPONDEU	108	40,6	40,6	97,0
	CORRESPONDEU POUCO	8	3,0	3,0	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

5.1.8 - GRAU SATISFAÇÃO FACE EXPECTATIVAS INICIAIS - SEGURANÇA PÚBLICA

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	EXCEDEU MUITO	16	6,0	6,0	6,0
	EXCEDEU	92	34,6	34,6	40,6
	CORRESPONDEU	135	50,8	50,8	91,4
	CORRESPONDEU POUCO	21	7,9	7,9	99,2
	NÃO CORRESPONDEU NADA	2	,8	,8	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

5.1.9 - GRAU SATISFAÇÃO FACE EXPECTATIVAS INICIAIS - ACESSO BENS CULTURAIS

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	EXCEDEU MUITO	2	,8	,8	,8
	EXCEDEU	55	20,7	20,7	21,4
	CORRESPONDEU	160	60,2	60,2	81,6
	CORRESPONDEU POUCO	49	18,4	18,4	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

5.1.10 - GRAU SATISFAÇÃO FACE EXPECTATIVAS INICIAIS - ACESSO BENS CONSUMO

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	EXCEDEU MUITO	20	7,5	7,5	7,5
	EXCEDEU	118	44,4	44,4	51,9
	CORRESPONDEU	115	43,2	43,2	95,1
	CORRESPONDEU POUCO	13	4,9	4,9	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

5.1.11 - GRAU SATISFAÇÃO FACE EXPECTATIVAS INICIAIS - QUALIDADE E ACESSO MEIOS COMUNICAÇÃO

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	EXCEDEU MUITO	23	8,6	8,6	8,6
	EXCEDEU	105	39,5	39,5	48,1
	CORRESPONDEU	126	47,4	47,4	95,5
	CORRESPONDEU POUCO	12	4,5	4,5	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

5.1.12 - GRAU SATISFAÇÃO FACE EXPECTATIVAS INICIAIS - AVANÇO TECNOLÓGICO

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	EXCEDEU MUITO	20	7,5	7,5	7,5
	EXCEDEU	111	41,7	41,7	49,2
	CORRESPONDEU	123	46,2	46,2	95,5
	CORRESPONDEU POUCO	12	4,5	4,5	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

5.1.13 - GRAU SATISFAÇÃO FACE EXPECTATIVAS INICIAIS - RELAÇÕES COM COMUNIDADE PORTUGUESA

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	EXCEDEU MUITO	30	11,3	11,3	11,3
	EXCEDEU	115	43,2	43,2	54,5
	CORRESPONDEU	105	39,5	39,5	94,0
	CORRESPONDEU POUCO	16	6,0	6,0	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

5.2 - SE TIVESSE OPTAR REGIÃO EUROPEIA VOLTARIA OPTAR REGIÃO ALGARVE?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	SIM	255	95,9	95,9	95,9
	NÃO	11	4,1	4,1	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

5.3 - TENCIONA REGRESSAR DEFINITIVAMENTE AO PAÍS DE ORIGEM?

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	SIM	182	68,4	68,4	68,4
	NÃO	81	30,5	30,5	98,9
	AINDA NÃO SABE	3	1,1	1,1	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

5.4 - FATOR MAIS POSITIVO REGIÃO ALGARVE

		Frequências	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Valid	CLIMA	21	7,9	7,9	7,9
	SEGURANÇA	19	7,1	7,1	15,0
	AS PESSOAS	1	,4	,4	15,4
	MERCADO TRABALHO	101	38,0	38,0	53,4
	RELAÇÃO COM PESSOAS REGIÃO	12	4,5	4,5	57,9
	QUALIDADE DE VIDA	55	20,7	20,7	78,6
	HOSPITALIDADE	1	,4	,4	78,9
	TURISMO	10	3,8	3,8	82,7
	POLÍTICAS MIGRATÓRIAS	46	17,3	17,3	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

5.5 - FATOR MENOS POSITIVO REGIÃO ALGARVE

		Frequências	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
Valid	DESEMPREGO	132	49,6	49,6	49,6
	URBANISMO	2	,8	,8	50,4
	SERVIÇOS SAÚDE	13	4,9	4,9	55,3
	SISTEMA EDUCAÇÃO	1	,4	,4	55,6
	BUROCRACIA	69	25,9	25,9	81,6
	DESORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	46	17,3	17,3	98,9
	FALTA RESPEITO PELAS PESSOAS	2	,8	,8	99,6
	ELEVADO NÍVEL VIDA	1	,4	,4	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

5.6 - EM MEDIDA SE IDENTIFICA COM OS HABITANTES REGIÃO ALGARVE

		Frequências	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
Valid	MUITO	51	19,2	19,2	19,2
	BASTANTE	97	36,5	36,5	55,6
	RAZOAVELMENTE	99	37,2	37,2	92,9
	POUCO	19	7,1	7,1	100,0
	Total	266	100,0	100,0	

B2 - Quadro 2.1.2 – Tabela de Contingência - RAZÃO ABANDONO PAÍS ORIGEM? Vs. QUAL A SUA IDADE?

			QUAL A SUA IDADE?				Total
			1=[18 - 29] Anos	2=[30 - 39] Anos	3=[40 - 49] Anos	4=[> a 50] Anos	
RAZÃO ABANDONO PAÍS ORIGEM?	ECONÓMICAS	Count	29	61	35	12	137
		Expected Count	25,8	54,1	40,2	17,0	137,0
		% within RAZAO ABANDONO PAIS ORIGEM?	21,2%	44,5%	25,5%	8,8%	100,0%
		% within QUAL A SUA IDADE?	58,0%	58,1%	44,9%	36,4%	51,5%
	PROFISSIONAIS	Count	16	22	23	8	69
		Expected Count	13,0	27,2	20,2	8,6	69,0
		% within RAZAO ABANDONO PAIS ORIGEM?	23,2%	31,9%	33,3%	11,6%	100,0%
		% within QUAL A SUA IDADE?	32,0%	21,0%	29,5%	24,2%	25,9%
	INICIAR PRÓPRIO NEGÓCIO	Count	2	4	7	8	21
		Expected Count	3,9	8,3	6,2	2,6	21,0
		% within RAZAO ABANDONO PAIS ORIGEM?	9,5%	19,0%	33,3%	38,1%	100,0%
		% within QUAL A SUA IDADE?	4,0%	3,8%	9,0%	24,2%	7,9%
PROSSEGUIR ESTUDOS	Count	1	0	0	0	1	
	Expected Count	,2	,4	,3	,1	1,0	
	% within RAZAO ABANDONO PAIS ORIGEM?	100,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	
	% within QUAL A SUA IDADE?	2,0%	,0%	,0%	,0%	,4%	
FAMILIARES	Count	0	4	8	2	14	
	Expected Count	2,6	5,5	4,1	1,7	14,0	
	% within RAZAO ABANDONO PAIS ORIGEM?	,0%	28,6%	57,1%	14,3%	100,0%	
	% within QUAL A SUA IDADE?	,0%	3,8%	10,3%	6,1%	5,3%	
DESEJO DE MUDANÇA	Count	1	9	0	1	11	
	Expected Count	2,1	4,3	3,2	1,4	11,0	
	% within RAZAO ABANDONO PAIS ORIGEM?	9,1%	81,8%	,0%	9,1%	100,0%	
	% within QUAL A SUA IDADE?	2,0%	8,6%	,0%	3,0%	4,1%	
QUALIDADE DE VIDA	Count	0	4	4	1	9	
	Expected Count	1,7	3,6	2,6	1,1	9,0	
	% within RAZAO ABANDONO PAIS ORIGEM?	,0%	44,4%	44,4%	11,1%	100,0%	
	% within QUAL A SUA IDADE?	,0%	3,8%	5,1%	3,0%	3,4%	
MOTIVOS POLÍTICOS	Count	1	1	1	1	4	
	Expected Count	,8	1,6	1,2	,5	4,0	
	% within RAZAO ABANDONO PAIS ORIGEM?	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%	100,0%	
	% within QUAL A SUA IDADE?	2,0%	1,0%	1,3%	3,0%	1,5%	
Total	Count	50	105	78	33	266	
	Expected Count	50,0	105,0	78,0	33,0	266,0	
	% within RAZAO ABANDONO PAIS ORIGEM?	18,8%	39,5%	29,3%	12,4%	100,0%	
	% within QUAL A SUA IDADE?	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Inquérito, tratamento próprio

B2 - Quadro 2.1.2 – Tabela de Contingência - RAZÃO ABANDONO PAÍS ORIGEM? Vs. QUAL A SUA IDADE?(Continuação)

			QUAL A SUA IDADE?				Total
			1=[18 - 29] Anos	2=[30 - 39] Anos	3=[40 - 49] Anos	4=[> a 50] Anos	
RAZÃO ABAN- DONO PAÍS ORI- GEM?	ECONÓMICAS	Count	29	61	35	12	137
		Resíduo Padronizado	,6	,9	-,8	-,1,2	
		Resíduo Ajustado	1,0	1,7	-,1,4	-,1,9	
	PROFISSIONAIS	Count	16	22	23	8	69
		Resíduo Padronizado	,8	-,1,0	,6	-,2	
		Resíduo Ajustado	1,1	-,1,5	,9	-,2	
	INICIAR PRÓPRIO NEGÓCIO	Count	2	4	7	8	21
		Resíduo Padronizado	-,1,0	-,1,5	,3	3,3	
		Resíduo Ajustado	-,1,1	-,2,0	,4	3,7	
	PROSSEGUIR ESTUDOS	Count	1	0	0	0	1
		Resíduo Padronizado	1,9	-,6	-,5	-,5	
		Resíduo Ajustado	2,1	-,8	-,6	-,4	
	FAMILIARES	Count	0	4	8	2	14
		Resíduo Padronizado	-,1,6	-,6	1,9	,2	
		Resíduo Ajustado	-,1,8	-,9	2,3	,2	
	DESEJO DE MUDANÇA	Count	1	9	0	1	11
		Resíduo Padronizado	-,7	2,2	-,1,8	-,3	
		Resíduo Ajustado	-,8	2,9	-,2,2	-,3	
	QUALIDADE DE VIDA	Count	0	4	4	1	9
		Resíduo Padronizado	-,1,3	,2	,8	-,1	
		Resíduo Ajustado	-,1,6	,3	1,0	-,1	
	MOTIVOS POLÍTICOS	Count	1	1	1	1	4
		Resíduo Padronizado	,3	-,5	-,2	,7	
		Resíduo Ajustado	,3	-,6	-,2	,8	

Fonte: Inquérito, tratamento próprio

B3 - Quadro V.2.2.2 – Tabela de Contingência - RAZÃO ABANDONO PAÍS ORIGEM? Vs. RENDIMENTO MÉDIO MENSAL PAÍS ORIGEM?

			RENDIMENTO MEDIO MENSAL PAIS ORIGEM?						Total
			[Até 499 €]	[500 € - 999 €]	[1.000 € - 1.499 €]	[1.500 € - 1.999 €]	[2.000 € - 2.499 €]	[> A 2.500 €]	
RAZÃO ABANDONO PAÍS ORIGEM?	ECONÓMICAS	Count	108	11	5	6	7	0	137
		Expected Count	79,3	18,0	13,9	11,8	12,4	1,5	137,0
		% within RAZAO ABANDONO PAIS ORIGEM?	78,8%	8,0%	3,6%	4,4%	5,1%	,0%	100,0%
		% within RENDIMENTO MEDIO MENSAL PAIS ORIGEM?	70,1%	31,4%	18,5%	26,1%	29,2%	,0%	51,5%
	PROFISSIONAIS	Count	32	9	11	5	10	2	69
		Expected Count	39,9	9,1	7,0	6,0	6,2	,8	69,0
		% within RAZAO ABANDONO PAIS ORIGEM?	46,4%	13,0%	15,9%	7,2%	14,5%	2,9%	100,0%
		% within RENDIMENTO MEDIO MENSAL PAIS ORIGEM?	20,8%	25,7%	40,7%	21,7%	41,7%	66,7%	25,9%
	INICIAR PRÓPRIO NEGÓCIO	Count	3	7	4	4	3	0	21
		Expected Count	12,2	2,8	2,1	1,8	1,9	,2	21,0
		% within RAZAO ABANDONO PAIS ORIGEM?	14,3%	33,3%	19,0%	19,0%	14,3%	,0%	100,0%
		% within RENDIMENTO MEDIO MENSAL PAIS ORIGEM?	1,9%	20,0%	14,8%	17,4%	12,5%	,0%	7,9%
	PROSSEGUIR ESTUDOS	Count	1	0	0	0	0	0	1
		Expected Count	,6	,1	,1	,1	,1	,0	1,0
		% within RAZAO ABANDONO PAIS ORIGEM?	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		% within RENDIMENTO MEDIO MENSAL PAIS ORIGEM?	,6%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,4%
	FAMILIARES	Count	5	0	4	0	4	1	14
		Expected Count	8,1	1,8	1,4	1,2	1,3	,2	14,0
		% within RAZAO ABANDONO PAIS ORIGEM?	35,7%	,0%	28,6%	,0%	28,6%	7,1%	100,0%
		% within RENDIMENTO MEDIO MENSAL PAIS ORIGEM?	3,2%	,0%	14,8%	,0%	16,7%	33,3%	5,3%
	DESEJO DE MUDANÇA	Count	1	5	3	2	0	0	11
		Expected Count	6,4	1,4	1,1	1,0	1,0	,1	11,0
		% within RAZAO ABANDONO PAIS ORIGEM?	9,1%	45,5%	27,3%	18,2%	,0%	,0%	100,0%
		% within RENDIMENTO MEDIO MENSAL PAIS ORIGEM?	,6%	14,3%	11,1%	8,7%	,0%	,0%	4,1%
QUALIDADE DE VIDA	Count	1	2	0	6	0	0	9	
	Expected Count	5,2	1,2	,9	,8	,8	,1	9,0	
	% within RAZAO ABANDONO PAIS ORIGEM?	11,1%	22,2%	,0%	66,7%	,0%	,0%	100,0%	
	% within RENDIMENTO MEDIO MENSAL PAIS ORIGEM?	,6%	5,7%	,0%	26,1%	,0%	,0%	3,4%	
MOTIVOS POLÍTICOS	Count	3	1	0	0	0	0	4	
	Expected Count	2,3	,5	,4	,3	,4	,0	4,0	
	% within RAZAO ABANDONO PAIS ORIGEM?	75,0%	25,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	
	% within RENDIMENTO MEDIO MENSAL PAIS ORIGEM?	1,9%	2,9%	,0%	,0%	,0%	,0%	1,5%	
Total	Count	154	35	27	23	24	3	266	
	Expected Count	154,0	35,0	27,0	23,0	24,0	3,0	266,0	
	% within RAZAO ABANDONO PAIS ORIGEM?	57,9%	13,2%	10,2%	8,6%	9,0%	1,1%	100,0%	
	% within RENDIMENTO MEDIO MENSAL PAIS ORIGEM?	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Inquérito, tratamento próprio

B3 - Quadro V.2.2.2 – Tabela de Contingência - RAZÃO ABANDONO PAÍS ORIGEM? Vs. RENDIMENTO MÉDIO MENSAL PAÍS ORIGEM? (Continuação)

			RENDIMENTO MEDIO MENSAL PAIS ORIGEM?						Total
			[Até 499 €]	[500 € - 999 €]	[1.000 € - 1.499 €]	[1.500 € - 1.999 €]	[2.000 € - 2.499 €]	[> A 2.500 €]	
RAZÃO ABANDONO PAÍS ORIGEM?	ECONÓMICAS	Count	108	11	5	6	7	0	137
		Resíduo Padronizado	3,2	-1,7	-2,4	-1,7	-1,5	-1,2	
		Resíduo Ajustado	7,1	-2,6	-3,6	-2,6	-2,3	-1,8	
	PROFISSIONAIS	Count	32	9	11	5	10	2	69
		Resíduo Padronizado	-1,3	,0	1,5	-4	1,5	1,4	
		Resíduo Ajustado	-2,3	,0	1,9	-5	1,8	1,6	
	INICIAR PRÓPRIO NEGÓCIO	Count	3	7	4	4	3	0	21
		Resíduo Padronizado	-2,6	2,5	1,3	1,6	,8	-5	
		Resíduo Ajustado	-4,2	2,8	1,4	1,8	,9	-5	
	PROSSEGUIR ESTUDOS	Count	1	0	0	0	0	0	1
		Resíduo Padronizado	,6	-4	-3	-3	-3	-1	
		Resíduo Ajustado	,9	-4	-3	-3	-3	-1	
	FAMILIARES	Count	5	0	4	0	4	1	14
		Resíduo Padronizado	-1,1	-1,4	2,2	-1,1	2,4	2,1	
		Resíduo Ajustado	-1,7	-1,5	2,3	-1,2	2,6	2,2	
	DESEJO DE MUDANÇA	Count	1	5	3	2	0	0	11
		Resíduo Padronizado	-2,1	3,0	1,8	1,1	-1,0	-4	
		Resíduo Ajustado	-3,3	3,2	1,9	1,1	-1,1	-4	
	QUALIDADE DE VIDA	Count	1	2	0	6	0	0	9
		Resíduo Padronizado	-1,8	,7	-1,0	5,9	-9	-3	
		Resíduo Ajustado	-2,9	,8	-1,0	6,3	-1,0	-3	
	MOTIVOS POLÍTICOS	Count	3	1	0	0	0	0	4
		Resíduo Padronizado	,4	,7	-6	-6	-6	-2	
		Resíduo Ajustado	,7	,7	-7	-6	-6	-2	

Fonte: Inquérito, tratamento próprio

B4 - Quadro V.2.3.2 – Tabela de Contingência - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL PAÍS ORIGEM? Vs. RENDIMENTO MÉDIO MENSAL ATUAL?

		RENDIMENTO MEDIO MENSAL ATUAL?						Total		
		[Até 499 €]	[500 € - 999 €]	[1.000 € - 1.499 €]	[1.500 € - 1.999 €]	[2.000 € - 2.499 €]	[> A 2.500 €]			
RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NO PAÍS ORIGEM?	[Até 499 €]	Count	7	131	12	4	0	0	154	
		Expected Count	4,1	79,9	28,4	19,1	19,7	2,9	154,0	
		% within RENDIMENTO MEDIO MENSAL NO PAIS ORIGEM?	4,5%	85,1%	7,8%	2,6%	,0%	,0%	100,0%	
		% within RENDIMENTO MEDIO MENSAL ATUAL?	100,0%	94,9%	24,5%	12,1%	,0%	,0%	57,9%	
		Std. Residual	1,5	5,7	-3,1	-3,5	-4,4	-1,7		
		Adjusted Residual	2,3	12,7	-5,2	-5,7	-7,3	-2,6		
		[500 € - 999 €]	Count	0	6	22	4	3	0	35
		Expected Count	,9	18,2	6,4	4,3	4,5	,7	35,0	
		% within RENDIMENTO MEDIO MENSAL NO PAIS ORIGEM?	,0%	17,1%	62,9%	11,4%	8,6%	,0%	100,0%	
		% within RENDIMENTO MEDIO MENSAL ATUAL?	,0%	4,3%	44,9%	12,1%	8,8%	,0%	13,2%	
		Std. Residual	-1,0	-2,9	6,1	-,2	-,7	-,8		
		Adjusted Residual	-1,0	-4,4	7,3	-,2	-,8	-,9		
		[1.000 € - 1.499 €]	Count	0	1	14	8	4	0	27
		Expected Count	,7	14,0	5,0	3,3	3,5	,5	27,0	
		% within RENDIMENTO MEDIO MENSAL NO PAIS ORIGEM?	,0%	3,7%	51,9%	29,6%	14,8%	,0%	100,0%	
		% within RENDIMENTO MEDIO MENSAL ATUAL?	,0%	0,7%	28,6%	24,2%	11,8%	,0%	10,2%	
		Std. Residual	-,8	-3,5	4,0	2,5	,3	-,7		
		Adjusted Residual	-,9	-5,3	4,7	2,9	,3	-,8		
		[1.500 € - 1.999 €]	Count	0	0	1	15	4	3	23
		Expected Count	,6	11,9	4,2	2,9	2,9	,4	23,0	
	% within RENDIMENTO MEDIO MENSAL NO PAIS ORIGEM?	,0%	0,0%	4,3%	65,2%	17,4%	13,0%	100,0%		
	% within RENDIMENTO MEDIO MENSAL ATUAL?	,0%	0,0%	2,0%	45,5%	11,8%	60,0%	8,6%		
	Std. Residual	-,8	-3,5	-1,6	7,2	,6	3,9			
	Adjusted Residual	-,8	-5,2	-1,8	8,0	,7	4,1			
	[2.000 € - 2.499 €]	Count	0	0	0	1	22	1	24	
	Expected Count	,6	11,9	4,4	3,0	3,1	,5	24,0		
	% within RENDIMENTO MEDIO MENSAL NO PAIS ORIGEM?	,0%	0,0%	0,0%	4,2%	91,7%	4,2%	100,0%		
	% within RENDIMENTO MEDIO MENSAL ATUAL?	,0%	0,0%	0,0%	3,0%	64,7%	20,0%	9,0%		
	Std. Residual	-,8	-3,5	-2,1	-1,1	10,8	,8			
	Adjusted Residual	-,8	-5,3	-2,4	-1,3	12,1	,9			
	[> A 2.500 €]	Count	0	0	0	1	1	1	3	
	Expected Count	,1	1,6	0,6	,4	,4	,1	3,0		
	% within RENDIMENTO MEDIO MENSAL NO PAIS ORIGEM?	,0%	0,0%	0,0%	33,3%	33,3%	33,3%	100,0%		
	% within RENDIMENTO MEDIO MENSAL ATUAL?	,0%	0,0%	0,0%	3,0%	2,9%	20,0%	1,1%		
	Std. Residual	-,3	-1,2	-0,7	1,0	1,0	4,0			
	Adjusted Residual	-,3	-1,8	-0,8	1,1	1,1	4,0			
	Total	Count	7	138	49	33	34	5	266	
	Expected Count	7,0	138,0	49,0	33,0	34,0	5,0	266,0		
	% within RENDIMENTO MEDIO MENSAL NO PAIS ORIGEM?	2,6%	51,9%	18,4%	12,4%	12,8%	1,9%	100,0%		
	% within RENDIMENTO MEDIO MENSAL ATUAL?	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		

Fonte: Inquérito, tratamento próprio

B5 - Quadro V.2.3.1.1 - Rendimento médio mensal no país origem? * Rendimento médio mensal atual? por País origem - Escolaridade – Setor atividade?

RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NO PAÍS ORIGEM?	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL ATUAL?		PAÍS DE ORIGEM?	ESCOLARIDADE?	QUAL O SETOR ATIVIDADE (ATUAL)?
[1.000 € - 1.499 €]		1	ANGOLA	3 CICLO (9 anos)	CONSTRUÇÃO
		2	ANGOLA	3 CICLO (9 anos)	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS SERVIÇOS APOIO
		3	CABO VERDE	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO
		4	CABO VERDE	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO
		5	BRASIL	3 CICLO (9 anos)	CONSTRUÇÃO
		6	BRASIL	3 CICLO (9 anos)	CONSTRUÇÃO
		7	CHINA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
		8	ANGOLA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS SERVIÇOS APOIO
		9	GUINÉ-BISSAU	LICENCIATURA	COMÉRCIO POR SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA GROS-
		10	UCRÂNIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	COMÉRCIO POR SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA GROS-
		11	UCRÂNIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	COMÉRCIO POR SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA GROS-
		12	CABO VERDE	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO
		Total N	12	12	12
[Até 499 €]	[500 € - 999 €]	1	ANGOLA	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
		2	ANGOLA	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
		3	ANGOLA	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
		4	CABO VERDE	3 CICLO (9 anos)	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS SERVIÇOS APOIO
		5	CABO VERDE	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
		6	CABO VERDE	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
		7	GUINÉ-BISSAU	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	REPARAÇÃO VEÍCULOS AUTOMÓVEIS/MOTORIZADOS
		8	GUINÉ-BISSAU	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
		9	GUINÉ-BISSAU	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
		10	GUINÉ-BISSAU	3 CICLO (9 anos)	CONSTRUÇÃO
		11	GUINÉ-BISSAU	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
		12	MOÇAMBIQUE	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
		13	MOÇAMBIQUE	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
		14	MOÇAMBIQUE	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
		15	MOLDÁVIA	3 CICLO (9 anos)	CONSTRUÇÃO
		16	MOLDÁVIA	3 CICLO (9 anos)	REPARAÇÃO VEÍCULOS AUTOMÓVEIS/MOTORIZADOS
		17	MOLDÁVIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO
		18	MOLDÁVIA	3 CICLO (9 anos)	REPARAÇÃO VEÍCULOS AUTOMÓVEIS/MOTORIZADOS
		19	MOLDÁVIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	SERVIÇOS PRESTADOS EMPRESAS
		20	MOLDÁVIA	3 CICLO (9 anos)	CONSTRUÇÃO
		21	ROMÉLIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO
		22	ROMÉLIA	2 CICLO (6 anos)	REPARAÇÃO VEÍCULOS AUTOMÓVEIS/MOTORIZADOS
		23	ROMÉLIA	3 CICLO (9 anos)	TRANSPORTES e COMUNICAÇÕES
		24	ROMÉLIA	3 CICLO (9 anos)	CONSTRUÇÃO
		25	ROMÉLIA	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES

26	ROMÊNIA	3 CICLO (9 anos)	CONSTRUÇÃO
27	ROMÊNIA	2 CICLO (6 anos)	REPARAÇÃO VEÍCULOS AUTOMÓ- VEIS/MOTORIZADOS
28	ROMÊNIA	3 CICLO (9 anos)	CONSTRUÇÃO
29	UCRÂNIA	3 CICLO (9 anos)	SERVIÇOS PRESTADOS EMPRESAS
30	UCRÂNIA	3 CICLO (9 anos)	SERVIÇOS PRESTADOS EMPRESAS
31	UCRÂNIA	3 CICLO (9 anos)	CONSTRUÇÃO
32	UCRÂNIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	SERVIÇOS PRESTADOS EMPRESAS
33	UCRÂNIA	3 CICLO (9 anos)	CONSTRUÇÃO
34	UCRÂNIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO
35	UCRÂNIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO
36	UCRÂNIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO
37	UCRÂNIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO
38	UCRÂNIA	3 CICLO (9 anos)	CONSTRUÇÃO
39	UCRÂNIA	3 CICLO (9 anos)	CONSTRUÇÃO
40	UCRÂNIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	SERVIÇOS PRESTADOS EMPRESAS
41	UCRÂNIA	3 CICLO (9 anos)	CONSTRUÇÃO
42	UCRÂNIA	3 CICLO (9 anos)	SERVIÇOS PRESTADOS EMPRESAS
43	BRASIL	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
44	BRASIL	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
45	BRASIL	3 CICLO (9 anos)	REPARAÇÃO VEÍCULOS AUTOMÓ- VEIS/MOTORIZADOS
46	BRASIL	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
47	BRASIL	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
48	BRASIL	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
49	BRASIL	3 CICLO (9 anos)	CONSTRUÇÃO
50	BRASIL	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
51	BRASIL	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
52	BRASIL	3 CICLO (9 anos)	CONSTRUÇÃO
53	BRASIL	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
54	BRASIL	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ENERGIA, GÁS, COMBUSTÍVEIS e ÁGUA
55	BRASIL	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
56	BRASIL	3 CICLO (9 anos)	ENERGIA, GÁS, COMBUSTÍVEIS e ÁGUA
57	BRASIL	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
58	BRASIL	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
59	BRASIL	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO
60	BRASIL	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO
61	BRASIL	3 CICLO (9 anos)	ENERGIA, GÁS, COMBUSTÍVEIS e ÁGUA
62	BRASIL	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ENERGIA, GÁS, COMBUSTÍVEIS e ÁGUA
63	SÉRVIA	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
64	SÉRVIA	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
65	SÉRVIA	3 CICLO (9 anos)	CONSTRUÇÃO
66	SÉRVIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
67	SÉRVIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	REPARAÇÃO VEÍCULOS AUTOMÓ- VEIS/MOTORIZADOS
68	SÉRVIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO
69	SÉRVIA	3 CICLO (9 anos)	CONSTRUÇÃO
70	POLÓNIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
71	POLÓNIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
72	POLÓNIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
73	POLÓNIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	SERVIÇOS PRESTADOS EMPRESAS
74	POLÓNIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	SERVIÇOS PRESTADOS EMPRESAS

75	CHINA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	COMÉRCIO POR SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA	GROS-
76	CHINA	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
77	CHINA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	COMÉRCIO POR SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA	GROS-
78	CHINA	3 CICLO (9 anos)	COMÉRCIO POR SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA	GROS-
79	CHINA	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
80	CHINA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	COMÉRCIO POR SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA	GROS-
81	CHINA	3 CICLO (9 anos)	COMÉRCIO POR SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA	GROS-
82	INDIA	3 CICLO (9 anos)	COMUNICAÇÕES	
83	INDIA	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
84	INDIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
85	INDIA	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
86	BANGLADESH	2 CICLO (6 anos)	VENDA AMBULANTE	
87	BANGLADESH	3 CICLO (9 anos)	VENDA AMBULANTE	
88	MARROCOS	1 CICLO (4 anos)	NENHUM(A)	
89	MARROCOS	1 CICLO (4 anos)	NENHUM(A)	
90	MARROCOS	1 CICLO (4 anos)	NENHUM(A)	
91	RÚSSIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO	
92	RÚSSIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO	
93	RÚSSIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	NENHUM(A)	
94	RÚSSIA	3 CICLO (9 anos)	CONSTRUÇÃO	
95	CABO VERDE	3 CICLO (9 anos)	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS SERVIÇOS APOIO	
96	CABO VERDE	3 CICLO (9 anos)	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS SERVIÇOS APOIO	
97	CABO VERDE	3 CICLO (9 anos)	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS SERVIÇOS APOIO	
98	CABO VERDE	3 CICLO (9 anos)	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS SERVIÇOS APOIO	
99	GUINÉ-BISSAU	3 CICLO (9 anos)	CONSTRUÇÃO	
100	MOLDÁVIA	3 CICLO (9 anos)	SERVIÇOS PRESTADOS EMPRESAS	
101	MOLDÁVIA	3 CICLO (9 anos)	CONSTRUÇÃO	
102	ROMÊNIA	3 CICLO (9 anos)	CONSTRUÇÃO	
103	ROMÊNIA	2 CICLO (6 anos)	CONSTRUÇÃO	
104	ROMÊNIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
105	ROMÊNIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
106	ROMÊNIA	2 CICLO (6 anos)	CONSTRUÇÃO	
107	BRASIL	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
108	BRASIL	3 CICLO (9 anos)	CONSTRUÇÃO	
109	BRASIL	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
110	BRASIL	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
111	BRASIL	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
112	BRASIL	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
113	BRASIL	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
114	BRASIL	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
115	BRASIL	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
116	BRASIL	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO	
117	BRASIL	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
118	BRASIL	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
119	BRASIL	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
120	BRASIL	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	

		121	SÉRVIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO	
		122	CHINA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	COMÉRCIO POR GROS- SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA	
		123	CABO VERDE	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
		124	GUINÉ-BISSAU	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
		125	GUINÉ-BISSAU	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
		126	CHINA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	COMÉRCIO POR GROS- SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA	
		127	CHINA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	COMÉRCIO POR GROS- SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA	
		128	CABO VERDE	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
		129	PAÍSES BAIXOS	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
		130	ANGOLA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO	
		131	GUINÉ-BISSAU	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO	
		Total	N	131	131	131
			[Até 499 €]	1	UCRÂNIA	3 CICLO (9 anos)
2	UCRÂNIA			3 CICLO (9 anos)	NENHUM(A)	
3	UCRÂNIA			3 CICLO (9 anos)	NENHUM(A)	
4	UCRÂNIA			3 CICLO (9 anos)	NENHUM(A)	
5	UCRÂNIA			3 CICLO (9 anos)	NENHUM(A)	
6	UCRÂNIA			3 CICLO (9 anos)	NENHUM(A)	
7	UCRÂNIA			3 CICLO (9 anos)	NENHUM(A)	
Total	N	7	7	7		
	[1.500 € - 1.999 €]	1	PAÍSES BAIXOS	LICENCIATURA	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	
		2	PAÍSES BAIXOS	LICENCIATURA	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	
		3	RÚSSIA	LICENCIATURA	COMÉRCIO POR GROS- SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA	
		4	RÚSSIA	BACHARELATO	COMÉRCIO POR GROS- SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA	
Total	N	4	4	4		
Total		154	154	154		
	[500 € - 999 €]	1	ANGOLA	3 CICLO (9 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
		2	MOLDÁVIA	BACHARELATO	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
		3	BRASIL	BACHARELATO	SERVIÇOS PRESTADOS EMPRESAS	
		4	SÉRVIA	LICENCIATURA	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
		5	PAÍSES BAIXOS	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
		6	PAÍSES BAIXOS	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
Total	N	6	6	6		
	[1.000 € - 1.499 €]	1	ALEMANHA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO	
		2	ALEMANHA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO	
		3	ALEMANHA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO	
		4	ANGOLA	3 CICLO (9 anos)	COMÉRCIO POR GROS- SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA	
		5	MOÇAMBIQUE	3 CICLO (9 anos)	COMÉRCIO POR GROS- SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA	
		6	MOLDÁVIA	LICENCIATURA	TRADUÇÕES	
		7	ROMÉLIA	LICENCIATURA	TRANSPORTES e COMUNICAÇÕES	
		8	BRASIL	BACHARELATO	TRANSPORTES e COMUNICAÇÕES	
		9	ALEMANHA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO	
		10	ALEMANHA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO	
		11	ALEMANHA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO	
		12	ALEMANHA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO	
		13	POLÓNIA	LICENCIATURA	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	
		14	INDIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	COMUNICAÇÕES	
		15	UCRÂNIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	COMÉRCIO POR GROS- SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA	
		16	UCRÂNIA	LICENCIATURA	COMÉRCIO POR GROS- SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA	

[2.000 € - 2.499 €]	[1.500 € - 1.999 €]	17	UCRÂNIA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	COMÉRCIO POR SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA	GROS-	
		18	BRASIL	LICENCIATURA	SERVIÇOS PRESTADOS EMPRESAS		
		19	BRASIL	LICENCIATURA	SERVIÇOS PRESTADOS EMPRESAS		
		20	FRANÇA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO		
		21	FRANÇA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO		
		22	POLÓNIA	LICENCIATURA	TRADUÇÕES		
		Total	N	22	22	22	
		1	ROMÉNIA	BACHARELATO	COMUNICAÇÕES		
		2	ANGOLA	LICENCIATURA	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS SERVIÇOS APOIO		
		3	ROMÉNIA	BACHARELATO	BANCOS, SEGURADORAS e FINANCEIRAS		
4	INDIA	LICENCIATURA	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES				
Total	N	4	4	4			
[2.000 € - 2.499 €]	[2.000 € - 2.499 €]	1	ALEMANHA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES		
		2	ALEMANHA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES		
		3	ALEMANHA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES		
		Total	N	3	3	3	
Total		35	35	35			
[1.000 € - 1.499 €]	[1.000 € - 1.499 €]	1	FRANÇA	BACHARELATO	AGRICULTURA, PROD. ANIMAL, CAÇA e SILVICULTURA		
		2	REINO UNIDO	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO		
		3	REINO UNIDO	BACHARELATO	CONSTRUÇÃO		
		4	REINO UNIDO	BACHARELATO	CONSTRUÇÃO		
		5	REINO UNIDO	BACHARELATO	CONSTRUÇÃO		
		6	PAÍSES BAIXOS	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES		
		7	PAÍSES BAIXOS	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES		
		8	UCRÂNIA	LICENCIATURA	COMÉRCIO POR SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA	GROS-	
		9	UCRÂNIA	LICENCIATURA	COMÉRCIO POR SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA	GROS-	
		10	CHINA	LICENCIATURA	COMÉRCIO POR SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA	GROS-	
		11	FRANÇA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ENERGIA, GÁS, COMBUSTÍVEIS e ÁGUA		
		12	FRANÇA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	REPARAÇÃO VEÍCULOS AUTOMÓVEIS/MOTORIZADOS		
		13	FRANÇA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ENERGIA, GÁS, COMBUSTÍVEIS e ÁGUA		
		14	REINO UNIDO	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO		
Total	N	14	14	14			
[1.500 € - 1.999 €]	[1.500 € - 1.999 €]	1	REINO UNIDO	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	COMÉRCIO POR SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA	GROS-	
		2	REINO UNIDO	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	COMÉRCIO POR SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA	GROS-	
		3	REINO UNIDO	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	COMÉRCIO POR SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA	GROS-	
		4	ALEMANHA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	INDÚSTRIA TRANSFORMADORA		
		5	CHINA	LICENCIATURA	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES		
		6	ALEMANHA	BACHARELATO	CONSTRUÇÃO		
		7	BÉLGICA	BACHARELATO	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES		
		8	FRANÇA	LICENCIATURA	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES		
Total	N	8	8	8			
[2.000 € - 2.499 €]	[2.000 € - 2.499 €]	1	ALEMANHA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ENERGIA, GÁS, COMBUSTÍVEIS e ÁGUA		
		2	ALEMANHA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ENERGIA, GÁS, COMBUSTÍVEIS e ÁGUA		
		3	ALEMANHA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ENERGIA, GÁS, COMBUSTÍVEIS e ÁGUA		
		4	ALEMANHA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ENERGIA, GÁS, COMBUSTÍVEIS e ÁGUA		

	[1.500 € - 1.999 €]	Total N	4	4	4
			1	PAÍSES BAIXOS	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)
	[500 € - 999 €]	Total N	1	1	1
	[2.000 € - 2.499 €]	Total	27	27	27
	[1.500 € - 1.999 €]	1	ESPANHA	PÓS-GRADUAÇÃO	SAÚDE e AÇÃO SOCIAL
		2	ESPANHA	LICENCIATURA	SAÚDE e AÇÃO SOCIAL
		3	PAÍSES BAIXOS	LICENCIATURA	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS
		4	PAÍSES BAIXOS	LICENCIATURA	BANCOS, SEGURADORAS e FINANCEIRAS
		Total N	4	4	4
		1	ESPANHA	LICENCIATURA	SAÚDE e AÇÃO SOCIAL
		2	ESPANHA	LICENCIATURA	SAÚDE e AÇÃO SOCIAL
		3	ESPANHA	LICENCIATURA	SAÚDE e AÇÃO SOCIAL
		4	ESPANHA	LICENCIATURA	SAÚDE e AÇÃO SOCIAL
		5	REINO UNIDO	BACHARELATO	BANCOS, SEGURADORAS e FINANCEIRAS
		6	REINO UNIDO	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS
		7	REINO UNIDO	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	BANCOS, SEGURADORAS e FINANCEIRAS
		8	REINO UNIDO	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	BANCOS, SEGURADORAS e FINANCEIRAS
		9	CHINA	LICENCIATURA	COMÉRCIO POR GROS- SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA
		10	BÉLGICA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
	11	BÉLGICA	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
	12	ALEMANHA	LICENCIATURA	COMÉRCIO POR GROS- SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA	
	13	ALEMANHA	LICENCIATURA	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
	14	ALEMANHA	LICENCIATURA	COMÉRCIO POR GROS- SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA	
	15	ALEMANHA	LICENCIATURA	COMÉRCIO POR GROS- SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA	
	Total N	15	15	15	
	[> A 2.500 €]	1	REINO UNIDO	BACHARELATO	BANCOS, SEGURADORAS e FINANCEIRAS
		2	REINO UNIDO	BACHARELATO	COMÉRCIO POR GROS- SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA
		3	REINO UNIDO	BACHARELATO	COMÉRCIO POR GROS- SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA
	Total N	3	3	3	
	[1.000 € - 1.499 €]	1	SÉRVIA	LICENCIATURA	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
	Total N	1	1	1	
	Total	23	23	23	
	[2.000 € - 2.499 €]	1	REINO UNIDO	LICENCIATURA	CONSTRUÇÃO
		2	REINO UNIDO	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO
		3	REINO UNIDO	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO
		4	REINO UNIDO	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO
		5	REINO UNIDO	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO
		6	REINO UNIDO	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO
	[2.000 € - 2.499 €]				

		7	REINO UNIDO	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	CONSTRUÇÃO
		8	BÉLGICA	LICENCIATURA	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
		9	BÉLGICA	LICENCIATURA	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
		10	FRANÇA	LICENCIATURA	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
		11	REINO UNIDO	LICENCIATURA	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS
		12	REINO UNIDO	LICENCIATURA	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS
		13	REINO UNIDO	3 CICLO (9 anos)	BANCOS, SEGURADORAS e FINANCEIRAS
		14	REINO UNIDO	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	BANCOS, SEGURADORAS e FINANCEIRAS
		15	ESPAÑA	PÓS-GRADUAÇÃO	SAÚDE e AÇÃO SOCIAL
		16	SUÉCIA	LICENCIATURA	SAÚDE e AÇÃO SOCIAL
		17	REINO UNIDO	LICENCIATURA	COMÉRCIO POR GROS- SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA
		18	REINO UNIDO	LICENCIATURA	COMÉRCIO POR GROS- SO/RETALHO/COMÉRCIO/LOJA
		19	REINO UNIDO	LICENCIATURA	EDUCAÇÃO
		20	REINO UNIDO	LICENCIATURA	EDUCAÇÃO
		21	REINO UNIDO	LICENCIATURA	BANCOS, SEGURADORAS e FINANCEIRAS
		22	REINO UNIDO	ENSINO SECUNDÁRIO (12 anos)	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS
		Total	N	22	22
	[> A 2.500 €]	1	BÉLGICA	LICENCIATURA	ENERGIA, GÁS, COMBUSTÍVEIS e ÁGUA
		Total	N	1	1
	[> A 2.500 €]	1	REINO UNIDO	LICENCIATURA	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS
		Total	N	1	1
		Total		24	24
	[2.000 € - 2.499 €]	1	BÉLGICA	BACHARELATO	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
		Total	N	1	1
	[> A 2.500 €]	1	BÉLGICA	LICENCIATURA	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
		Total	N	1	1
	[> A 2.500 €]	1	SUÉCIA	MESTRADO	SAÚDE e AÇÃO SOCIAL
		Total	N	1	1
		Total		3	3
		Total		266	266

ANEXOS

A1 - Quadro - Emigração Portuguesa - 1960-1981

ANO	TOTAL LEGAIS	TOTAL COM ILE- GAIS	POPULAÇÃO ATUAL CENSOS	(Total com ilegais - Total Legais) ILEGAIS (Estimati- va)
1960	32.318	35.159	8.851.289	2.841
1961	33.526	38.572		5.046
1962	33.539	43.002		9.463
1963	37.829	55.218		17.389
1964	43.320	75.576		32.256
1965	62.752	91.488		28.736
1966	91.607	111.995		20.388
1967	78.515	94.712		16.197
1968	68.981	96.227		27.246
1969	70.165	155.672		85.507
1970	66.360	183.205	8.568.703	116.845
1971	50.400	158.473		108.073
1972	54.084	115.545		61.461
1973	79.517	129.732		50.215
1974	43.397	80.859		37.462
1975	24.811	52.486		27.675
1976	17.493	39.192		21.699
1977	17.226	33.676		16.450
1978	18.659	28.858		10.199
1979	20.574	28.726		8.152
1980	18.071	25.173		7.102
1981	16.513	26.607	9.852.841	10.094
1982	10.276	29.505		19.229
1983	7.096	14.208		7.112
1984	6.556	11.863		5.307
1985	7.149	11.551		4.402
1986	6.253	10.204		3.951
1987	8.108	11.415		3.307
1988	8.540	13.332		4.792

Fonte: Baganha (1990, 1991, 1993 e 1994)

A2 - Quadro População Estrangeira Residente - por país de origem - 1960 e 1981

País de Nacionalidade	1960		País de Nacionalidade	1981	
	nº.	%		nº.	%
Alemanha	1514	5,14%	Alemanha	3628	3,34%
Espanha	11713	39,80%	Espanha	8081	7,45%
França	1666	5,66%	França	12079	11,13%
Grã-Bretanha	2122	7,21%	Grã-Bretanha	3105	2,86%
Brasil	6357	21,60%	Brasil	9962	9,18%
EUA	1400	4,76%	EUA	3643	3,36%
Ásia e Oceânia	227	0,77%	PALOP's	45222	41,67%
Outros Países	4429	15,05%	Ásia e Oceânia	2163	1,99%
Totais	29428	100,00%	Outros Países	20643	19,02%
			Totais	108526	100,00%

Fonte: X Recenseamento Geral de População (INE, 1960)

Fonte: XII Recenseamento Geral de População (INE, 1981)

País de Nacionalidade	Antes 1974		Pós 1974		TOTAL
	nº.	%	nº.	%	
Angola	2436	20,11%	14748	51,24%	17184
Cabo Verde	8055	66,50%	9354	32,50%	17409
Guiné-Bissau	325	2,68%	664	2,31%	989
Moçambique	696	5,75%	3187	11,07%	3883
São Tomé e Príncipe	600	4,95%	832	2,89%	1432
Totais	12112	100,00%	28785	100,00%	40897

A3 - Quadros Total População Portuguesa, da Região do Algarve, da População Estrangeira na Região do Algarve, da População Ativa Algarve, População Estrangeira com remunerações declaradas Segurança Social - Algarve, PIB-Regional

Total da População Portuguesa e da Região do Algarve

CONCELHOS	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Portugal	9.997.590	10 262 877	10 335 559	10 407 465	10.474.685	10.529.255	10 569 592	10 599 095	10 617 575	10 627 250	10 637 713
Algarve	349.740	388 528	399 236	398 370	405.380	411.468	416 847	421 528	426 386	430 084	434 023
Taxa Crescimento Anual (%)	-	9,98%	2,68%	-0,22%	1,73%	1,48%	1,29%	1,11%	1,14%	0,86%	0,91%
Albufeira	23.310	30.476	32.339	33.019	34.221	35.281	36.334	37.244	38.175	38.966	11.266
Alcoutim	4.050	3.788	3.703	3.556	3.482	3.411	3.347	3.272	3.186	3.104	70
Aljezur	4.710	5.213	5.299	5.234	5.282	5.322	5.336	5.349	5.336	5.323	1.213
Castro Marim	6.520	6.571	6.583	6.463	6.496	6.495	6.482	6.493	6.497	6.472	629
Faro	51.980	57.226	58.620	57.679	58.060	58.305	58.554	58.664	58.739	58.698	7.314
Lagoa	18.620	20.223	20.970	21.314	22.005	22.658	23.265	23.835	24.390	24.875	4.239
Lagos	22.560	24.958	25.687	25.847	26.495	27.041	27.545	28.025	28.502	28.890	7.130
Loulé	48.820	57.715	60.137	60.044	61.246	62.295	63.138	63.905	64.798	65.444	13.780
Monchique	5.770	6.926	6.958	6.666	6.560	6.441	6.343	6.246	6.141	6.024	537
Olhão	36.980	40.301	41.098	40.953	41.580	42.272	42.817	43.341	43.828	44.319	3.373
Portimão	40.660	44.155	45.268	45.389	46.350	47.189	47.925	48.611	49.330	49.881	10.656
São Brás de Alportel	7.570	9.704	10.224	10.450	10.846	11.205	11.552	11.876	12.232	12.569	1.157
Silves	33.810	33.559	33.874	33.837	34.402	34.909	35.323	35.625	35.931	36.165	5.536
Tavira	24.300	24.836	24.960	24.729	24.971	25.105	25.248	25.278	25.410	25.394	3.583
Vila do Bispo	6.290	5.348	5.299	5.268	5.339	5.381	5.402	5.423	5.447	5.421	749
Vila Real de Santo António	13.790	17.529	18.217	17.922	18.045	18.158	18.236	18.341	18.444	18.539	2.010

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Região do Algarve, 2000-2009

MÉDIA	Pop. Reg. Algarve	407.417
	Tx. Cresc.	2%

Estimativas da População Estrangeira Residente - Região do Algarve

CONCELHOS	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Portugal (Estrangeiros Resid.)	191.143	207.587	223.997	238.929	249.995	263.322	274.631	420.189	435.736	440.277	454.191
Algarve (Estrangeiros Resid.)	24.904	27.123	29.304	31.237	33.024	35.792	38.125	62.276	74.335	72.165	73.242
Taxa Crescimento Anual (%)	-	8,18%	7,44%	6,19%	5,41%	7,73%	6,12%	38,78%	16,22%	-3,01%	1,47%

Fonte: www.sef.pt

MÉDIA	Pop. Estr.	45.593
	Tx. Cresc.	9%
2009	PTotal/PEstr.	17%

Pop. Ativa Algarve, Tx. Desemprego, População Estrangeira com remunerações declaradas Ssocial - Algarve, PIB-Regional

ANOS	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Pop. Ativa - Algarve	0	165.800	167.000	196.600	203.600	206.500	206.700	213.600	216.900	218.300	223.100
Tx. Desemprego (%)	0	3,60%	3,90%	0,00%	5,20%	5,50%	0,00%	0,00%	6,70%	7,00%	10,30%
Estrangeiros Ssocial decla.	0	10.529	31.482	35.152	33.140	35.535	36.671	38.551	45.309	51.763	59.955
PIB REGIONAL (Euros 10⁶)	0	5.136	5.595	5.920	6.220	6.427	6.741	7.094	7.534	7.633	7.380
PIB REGIONAL - Estr. Rem.	0	326	1.055	1.058	1.012	1.106	1.196	1.280	1.574	1.810	1.983
PIB REGIONAL - Estr. Rem (%)	0	6%	19%	18%	16%	17%	18%	18%	21%	24%	27%
PIB REGIONAL (Média)							18%				

Fonte: CSSFARO e INE, 2000-2009

%	Pop. Ativa	26,87%
---	------------	--------

**A4. PESSOAS SINGULARES, DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, RESIDENTES NO DISTRITO DE FARO,
COM REMUNERAÇÃO DECLARADA SEGURANÇA SOCIAL DE 2000 a 2009
- por ano e CAE da entidade empregadora**

CONCELHO / Setores de Atividade (CAE...)																					
Vazio/Desconhecido																					
AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA E SILVICULTURA																					
AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA, FLORESTA E PESCA																					
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS																					
PESCA																					
INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS																					
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS COM EXCEÇÃO DA EXTRAÇÃO DE PRODUTOS ENERGÉTICOS																					
ELETRICIDADE, GÁS, VAPOR, ÁGUA QUENTE E FRIA E AR FRIO																					
INDÚSTRIAS ALIMENTARES, DAS BEBIDAS E DO TABACO																					
INDÚSTRIA TEXTIL																					
INDÚSTRIA DO COURO E DOS PRODUTOS DO COURO																					
INDÚSTRIAS DA MADEIRA E DA CORTIÇA E SUAS OBRAS																					
INDÚSTRIAS DE PASTA, DE PAPEL E CARTÃO E SEUS ARTIGOS; EDIÇÃO E IMPRESSÃO																					
FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS																					
INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE BASE E DE PRODUTOS METÁLICOS																					
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E DE EQUIPAMENTOS, N.E.																					
FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELÉTRICO E ÓTICA																					
INDÚSTRIAS TRANSFORMADORA, N.E.																					
CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA; SANEAMENTO, GESTÃO DE RESÍDUOS E DESPOLIÇÃO																					
CONSTRUÇÃO																					
COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, MOTOCICLOS																					
COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, MOTOCICLOS E DE BENS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO																					
TRANSPORTES E ARMAZENAMENTO																					
ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES																					
TRANSPORTES, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÃO																					
ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO																					
ATIVIDADES FINANCEIRAS																					
ATIVIDADES FINANCEIRAS E DE SEGUROS																					
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUERES E SERVIÇOS PRESTADOS EMPRESAS																					
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS																					
ATIVIDADES DE CONSULTORIA, CIENTÍFICAS TÉCNICAS E SIMILARES																					
EDUCAÇÃO (a)																					
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS SERVIÇOS DE APOIO																					
SAÚDE E AÇÃO SOCIAL																					
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DEFESA, SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATORIA																					
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS																					
FAMÍLIAS COM EMPREGADOS DOMÉSTICOS																					
ATIVIDADES DE SAÚDE HUMANA E APOIO SOCIAL																					
ATIVIDADES ARTÍSTICAS, DE ESPETÁCULOS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS																					
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS																					
ATIVIDADES DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA, DE INVESTIGACÃO E DE ATIVIDADES DE CONSULTORIA PARA USO PRÓPRIO																					
ATIVIDADES DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRA-TERRITORIAIS																					
TOTAIS																1048	5		1052	9	
TOTAIS																3145	9		3148	2	
TOTAIS																3512	7		3515	2	

2003	1404	28	890	48	91	1169	6	7	58	9	0	6	32	14	39	5	0	15	15	1	10271	4031	669	624	7303	72	87	11	22	32	8	856	40	23	0	2498	17	99	17	8	0	553	477	26	8	0	0	3312	3314				
2004	1475	24	901	51	82	1183	6	6	61	8	0	5	28	17	28	5	0	5	17	5	10544	4189	697	706	8084	61	11	9	26	27	3	983	45	22	7	3079	16	83	23	4	0	699	529	31	0	0	0	3552	3553				
2005	1467	31	943	65	81	1127	7	10	68	5	0	5	24	14	32	4	0	0	31	6	10902	4024	690	740	8481	60	13	9	33	25	3	1004	43	24	2	3466	23	10	24	9	0	772	496	34	0	0	0	3665	3667				
2006	1307	33	877	60	71	1134	5	12	65	4	0	5	20	13	24	0	0	0	37	6	11553	3954	744	769	9042	56	13	11	33	27	2	1195	47	24	3	3991	21	96	27	1	0	767	535	37	5	0	0	3854	3855				
2007	1496	24	1047	75	40	1379	0	8	74	6	0	4	12	9	20	0	0	4	40	0	13791	4370	869	882	10769	52	16	14	44	22	1	1404	61	23	9	4902	17	99	40	1	0	815	548	48	3	0	0	4530	4530				
2008	1717	26	1222	83	44	1473	0	11	86	6	0	6	10	12	27	0	0	0	41	8	15555	4724	902	1004	11955	70	19	11	58	57	6	1677	70	25	5	6055	20	10	51	1	0	878	730	61	8	0	4	5175	5176				
2009	1458	28	1568	165	257	2239	9	14	117	5	4	4	11	12	36	0	4	5	53	5	13563	7504	1067	1540	13846	56	22	15	20	76	8	1953	99	47	8	6576	26	48	47	5	0	162	108	85	8	0	8	5995	5995				
Média	1.43	0	23	927	63	80	1.25	5	6	21	69	6	2	5	24	15	32	1	1	6	25	9	10.98	4.27	3	718	758	8.676	66	12	50	35	3	1.12	49	25	8	1	3.51	7	91	14	26	8	0	741	538	38	5	0	1		

Fonte: IP CDist FARO, 2000-2009

A5 - População Estrangeira Residente com Remunerações declaradas Segurança Social, Setores de Atividade (> 1000 registos) - 2000/2009 - Região Algarve

ANOS / Setores de Atividade (CAE...)	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS	CONSTRUÇÃO	COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, MOTOCICLOS	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
2000	391	2117	1399	2929
2001	1176	10077	4178	6775
2002	1276	11519	4353	7579
2003	1169	10271	4031	7303
2004	1183	10544	4189	8084
2005	1127	10902	4024	8481
2006	1134	11553	3954	9042
2007	1379	13791	4370	10769
2008	1473	15555	4724	11955
2009	2239	13563	7504	13846
Média	1.255	10.989	4.273	8.676

37.152

Fonte: IP CDist FARO, 2000-2009